

UNESP – Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília
FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências

Iael de Souza

**Concepção e Papel da Política em Karl Marx – uma perspectiva possível
Do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris**

Marília
Março / 2006

Iael de Souza

Concepção e Papel da Política em Karl Marx – uma perspectiva possível
Do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris

Dissertação de mestrado apresentada para o exame de defesa do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Marília, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Marília
Março / 2006

Iael de Souza

Concepção e Papel da Política em Karl Marx – uma perspectiva possível
Do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DE TÍTULO DE MESTRE

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (Unesp/Marília – orientador)

.....

Prof. Dr. Marcos Del Roio (UNESP/ Marília)

.....

Prof. Dr. Paulo Douglas Barsotti (FGV/ São Paulo)

.....

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que, assim como eu, e a grande maioria, provêm da classe trabalhadora, pelearam, por circunstâncias diversas, no mais das vezes financeiras, para cumprir os créditos, desdobraram-se para manter a sobrevivência, dividindo o tempo entre o trabalho assalariado e as leituras e estudo imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho, tendo de pedir socorro, invariavelmente, aos amigos mais próximos, pessoas queridas e pais para pagar as contas, comprar os livros, passagens e outros tantos gastos excepcionais que nos surpreendem no caminho. Ainda que o resultado esteja aquém do desejado e esperado, pelas condições circunstanciais, podemos considerar uma grande vitória.

AGRADECIMENTOS

Cada qual de nós, ao fazer a opção e se submeter a determinados sacrifícios e “jejuns” – dos mais variados e nos mais diversificados âmbitos de nossas vidas –, devido a nossa condição, para vencer todas as etapas do processo do mestrado e ritual de passagem na obtenção do título de mestre, constrói e escreve uma “saga”, parece que é isso que acaba por se transformar para a grande maioria daqueles que, encaixados na descrição que fizemos na dedicatória, vêm-se oprimidos pelo tempo, pelas necessidades, pelas cobranças dos outros, as burocráticas e consigo mesmos. É um período de grandes turbulências, muitas inquietações, dúvidas quanto a própria capacidade, momentos em que o desespero ameaça tomar conta. Mas as tsunâmes são vencidas, fazem estragos, mas mesmo das coisas ruins tiramos coisas boas. O problema é conseguir enxergá-las quando se está no olho do furacão. Nada como o tempo.

Particularmente, no meu caso, foram muitos os percalços. Um deles, que fez e ainda faz grande estrago e do qual ainda não consegui me refazer, foi a encantada bolsa de mestrado, a qual, segundo consta e se fez constar, deveria ter tido por “justiça” e “mérito”. Mas, como a justiça é cega e o mérito torna-se inválido perante os processos “burocratizantes”, que contaminam e engessam até mesmo os docentes verdadeiramente preocupados com o humano e aqueles outros que apregoam sê-lo, mas não o são de fato, agindo de má fé, depois de muitas idas e vindas, de sai não sai, de ter deixado as aulas que ministrava, uma vez que segundo as regras vigentes por aquela época, não poderia ter vínculo empregatício para receber a bolsa, acabei ficando sem a dita cuja. Durante todo esse conturbado período, meu orientador, um ser humano de grande humanidade, além de amigo, atuou com afinco, desencadeou algumas batalhas para garantir que se cumprisse o que era de direito e de fato, porém, lastimavelmente, no final, perdemos a guerra. Reconheço e agradeço, do fundo do coração, a **Antonio Carlos Mazzeo**, por todas as suas investidas e tentativas junto aos órgãos e pessoas em questão.

Dizem que quando uma desgraça acontece, seja para testar o nível de nossas forças, para nos fazer mais fortes e engrandecidos com o aprendizado, ou seja lá o que for que valha, uma só é bobagem, elas vêm aos brotões. Assim se sucedeu. Sem bolsa, sem dinheiro suficiente para as contas e manutenção, morando longe dos amigos e familiares, não querendo aperriar ninguém, pensando em que fazer, eis que acontece algo imprevisto numa cidade pequena e pacata como

Garça, onde então residia. Ao retornar para casa, a noite, me deparo com a porta arrombada: havia sido assaltada. Os familiares só ficaram sabendo uma semana depois, assim que eu já tinha tomado todas as devidas providências, afinal, para que preocupar quem está longe, não ia resolver nem ajudar em nada. Os vizinhos e pessoas que me conheciam disseram que tinha de arrumar um cachorro. Então, à procura de um Pastor Alemão, no dia seguinte ao furto, acabei comprando um Rotte Vailler, pela barganha de R\$80,00, em duas vezes. Mais tarde descobri que tinha adquirido um Rotte-Lata. Exitei um pouco para adquirir o cão, pois pensava nos gastos e no trabalho que teria. Dito e feito: terminei por pedir dinheiro emprestado a pai, irmão e cunhada e amigos para a despesa extra. Dias de cão. Tenho de agradecer a meu irmão e cunhada, **Daniel de Souza e Gizelli Bianzon de Souza** pelo empréstimo que, até o momento, não quitei. A meus pais, **Jubencil de Souza e Maria Ednéia de Souza**, sempre presentes, apoiando em todos os sentidos e de todas as formas possíveis, material, afetiva e espiritualmente, desde sempre e a quem, mesmo hesitando, findo por recorrer, tendo que engolir o orgulho. Aos amigos **Walter De Marco e Vitor** pelo socorro prestado em momentos de aperto e ao último pelas conversas de horas ao telefone, pulso que era pago por ele, sobre as coisas que dizem respeito ao humano, nossas angústias, aflições, convivência com a solidão, depressões cognitivas, e por aí adentro.

Dizem que os ditados populares são sábios, de fato, a experiência e a vida demonstram que o são. “Quando uma porta de fecha, abre-se uma janela”. Uma janela abriu-se, mas as manifestações atmosféricas demoraram a entrar. Em meio a minha procura por bicos e mais aulas, em contato com o gerente do banco Nossa Caixa, **Valdecir**, fui apresentada ao diretor da FATEC – Faculdade de Tecnologia de Garça e a professora e coordenadora **Cláudia**, que devido a sobrecarga da coordenação, passou-me duas de suas turmas. Conseguia, assim, mais seis aulas, que se somavam com outras seis que havia mantido, sem registro, no *Colégio Objetivo de Garça*, onde lecionava. O problema é que a FATEC é uma faculdade estadual e, como é sabido, só se recebe o ordenado após dois meses devido os trâmites burocráticos. Havia me esquecido disso. Trabalhar sem remuneração, na atual conjuntura, era uma ironia sarcástica.

Um parênteses deve ser aberto para falar das pessoas que conheci no *Colégio Objetivo de Garça*. A Diretora, **Estela** e as coordenadoras, **Maria Amélia e Sandra**. À **Estela** agradeço a estada na antiga dependência da “clausura” do Colégio, as ex-freiras mantenedoras prestaram um grande serviço a todos os professores, pois aqueles que moravam em outras cidades da redondeza pousavam lá também. Graças a esse pousio pude procurar um imóvel para locar, arrumá-lo para

depois me instalar. Nesse meio tempo, a poupança em relação a hotel, pensão, pousada e semelhantes foi providencial. À **Maria Amélia** e **Sandra** agradeço pelo apoio em situações delicadas e inusitadas como as que vivi em Garça. Nunca me senti tão abraçada, tão acolhida, tão querida, tão cuidada como me senti com essas pessoas. Estarão sempre em meu coração e memória afetiva-sentimental.

Retomando, outra janela se abriu e por intermédio de meu orientador, **Antonio Carlos Mazzeo**. A UNESP necessitava de um conferencista na área de Geografia para o curso de Ciências Sociais e recebi a proposta para preencher a vaga, já que o mesmo julgava que tinha competência suficiente para a incumbência, caso contrário, nem mencionaria o fato. Foram poucos meses, mas de inestimável valor no tocante as contas e não ter que renovar os pedidos de empréstimo. Meu cachorro, o “Necessário” (esse era o nome dele, assim batizado pelas forças e exigências das circunstâncias), passava melhor do que eu, tanto que tive de dá-lo e junto com ele todos os seus apetrechos. Ele não sentiu minha falta, mas eu a dele.

Também não poderia deixar de mencionar outras pessoas que, de uma ou outra forma, tiveram seu peso e importância nesse itinerário. Aqueles com quem partilhei algumas das minhas angústias, pessoais e intelectuais, que me ouviram e que procurava e procuro não perturbar demais: **Jaqueline**, **Maria Izabel Lagoa**, **Francisco José Soares Teixeira** – o motivo de minha vinda a Fortaleza, local onde hoje resido, companheiro por um período, findado, mas intenso –, **Ellen Camilla** e sua **mãe** – que me receberam em sua casa, sempre solícitas e gentis, quando da realização de Seminários e outras ocasiões. A **Anderson Deo**, ex-cunhado, pela estadia em seu apto em Marília logo que iniciei o mestrado, pelas conversas, pelas saídas, pelas caronas, por todo seu apoio e compreensão, mesmo na fase terminal do meu relacionamento com seu irmão. Não tenho palavras para expressão minha gratidão e estima. A **Suzzi Oliveira Pizza**, ex-amiga, se é que exista essa designação, grande incentivadora durante a elaboração do projeto de mestrado, por suas sugestões, pelas leituras que fez e alertas para os enclausuramentos necessários. A **Epitácio Macário**, camarada do Ceará, com quem travei contato quando aqui cheguei, mas que conhecia devido as *reuniões do grupo de estudo de Santo André*, numa das quais expôs seu trabalho de mestrado. Também leu o projeto quando o estava executando e mandou suas sugestões e observações por e-mail, que foram de grande serventia. Chegando ao Ceará, participei por um tempo do *CETROS – Centro de Estudo do Trabalho e Ontologia do Ser Social*, organizado por ele, pois sentimos a falta de ter com quem poder discutir e problematizar as

teorias, as questões pertinentes a concepção de mundo que acreditamos a fim de encontrar os meios e formas mais adequados possíveis à realização de uma práxis eficiente e eficaz. As reuniões e discussões sempre acrescentam e sedimentam ainda mais o conhecimento em progressão. A **Robson Antonio Deo**, ex-marido, que me motivou a não deixar passar a oportunidade entreaberta para tentar ingressar no mestrado em Marília. Aos amigos-irmãos, casal que há muito acompanha minha vida, **Ivan e Verônica**, apesar da distância, sempre presentes e atentos, apoiando e recarregando as energias quando se faz preciso. À **Jean**, parte contributiva do que tenho construído, desenvolvido e aperfeiçoado no tocante a trajetória intelectual, pois nossas conversas, nossas discussões, ficaram em mim. À **Erick Assis de Araújo**, alguém que encontrei no Ceará, cruzamos nossos caminhos e ultimamente tem tentado me acalmar e fazer com que eu mantenha a serenidade para poder ser produtiva, já que o tempo é curto e finda. À **Douglas Santos**, por quem nutro um grande carinho e que muito alento trouxe em horas de desespero e extrema angústia e aflição. À **Jeane**, amizade cearense de todas as horas, alguém com quem sempre pude contar e que está sempre presente. À **Ivaniza**, pela passagem aérea de vinda a São Paulo. À **Ronivaldo**, pela postagem via sedex das cópias da dissertação para os membros da banca. À **Fernando Velloso**, pelos bons momentos, que apesar de terem findado, foram reenergizantes. À **Tatiane e Mirla**, amigas queridas, com quem divido partes da vida e muito me ajudam nesse processo, quando por cá estão. Àqueles que desacreditaram que terminaria o mestrado no prazo, que conseguiria chegar ao fim, isto devido a distância e a outros fatores que não vejo necessidade de pontuar. A eles, meu agradecimento muito especial, porque foi o descrédito deles e o mau dizer, o diz que diz, responsáveis por me fazer perseverar, por me dar forças para continuar, apesar dos pesares e das adversidades todas com que venho me deparando. Aos meus **alunos e ex-alunos da FATE** – Faculdade Ateneu, pessoas que, muitas vezes, foram o Sol de fora da caverna e possibilitaram uma nova perspectiva e visão para os problemas e questões materiais. Em especial, meu agradecimento a **Karine, Silvia Helena e Giurdan** pela idéia da “*rifa entre amigos*”, o que proporcionaria a condição real para as despesas relativas a ida a São Paulo para defesa da tese de mestrado. Por fim, a **eu mesma, Iael de Souza**, por ser teimosa o suficiente para perseverar e manter-me firme nos meus propósitos, apesar de todas as adversidades e dificuldades, as optadas e as herdadas por circunstâncias que de minha atuação independem.

Certamente, deixarei de mencionar algumas pessoas que poderão ficar magoadas por isso. De antemão, me perdoem, mas saibam que o que sou hoje, estou sendo e virei a ser é a marca de todas as pessoas que passaram e, de algum modo, deixaram sua marca em minha vida, em minha mente, em meu coração, em minha alma, porque pessoa é igual a pessoas, como bem disse Gonzaguinha.

A todos, minha homenagem, do mais profundo do meu ser.

E aprendi que se depende sempre
de tanta, muita, diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
E é tão bonito quando a gente sente
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá.
E é tão bonito quando a gente entende
que nunca está sozinho por mais que pense estar.
E é tão bonito quando a gente pisa firme
nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
E é tão bonito quando a gente vai a vida
nos caminhos onde bate bem mais forte o coração.
[Caminhos do Coração (Pessoa = Pessoas). Gonzaguinha]

RESUMO

Qual a concepção de política para Marx e seu papel na luta revolucionária para a autodeterminação humana? Há uma tática mais adequada e apropriada para que a revolução em permanência seja efetivada e os antolhos burgueses superados? O *Partido Político de Novo Tipo* é a formação da própria classe, sua organização enquanto Partido para a solidariedade e união da classe proletária internacional na conquista de uma nova forma de organização societal?

Através dos principais escritos políticos de Marx, do *Manifesto do Partido Comunista* à *Guerra Civil em França*, procuraremos algumas possíveis respostas, ficando para um momento posterior discutir acerca da *ontopositividade* e *ontonegatividade* da Política.

PALAVRAS CHAVES: A classe como partido; consciência em si; consciência para si; política como valor; política como fato.

SUMÁRIO

I. Introdução: Algumas considerações sobre a política: do valor ao fato	14
II. Marx: engajamento e militância política-social	30
II. a) <i>Da Liga dos Justos à Liga dos Comunistas ao Manifesto do Partido Comunista.....</i>	<i>35</i>
III. O Manifesto do Partido Comunista: uma concepção possível de política para Marx	54
IV. As Lutas de Classe em França: aprimoramento do entendimento de política	65
IV. a) A Primavera dos Povos	69
IV. b) O aprimoramento do entendimento de política: <i>As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850</i>	<i>78</i>
IV. b) 1. Sobre a pequena burguesia: um “artigo indefinido?”? Qual segmento de classe esse extrato representa?	98
IV. b) 2. Um rearranjo e rearticulação de forças entre pequena burguesia, proletariado, camponeses, republicanos e socialistas	100
IV. b) 2.1 O 10 de Março de 1850 – O meio legal-parlamentar aliado à revolução	107
V. A questão da tática e estratégia na política: Mensagem a Liga dos Comunistas – A Revolução em permanência	116
V. a) Lukács, Florestan Fernandes e Rosa Luxemburgo: Da “revolução democrática-burguesa” à Revolução social-democrática – a revolução em permanência	124
VI. O 18 Brumário de Louis Bonaparte: as tarefas políticas do proletariado para o êxito da revolução social-democrática	136
VI. a) Algumas ponderações sobre o fenômeno e variantes do bonapartismo	145

VII. A Guerra Civil em França: a questão da luta e do poder político-social	153
VII. a) A guerra como manutenção do Estado burocrático-militar bonapartista – a política expansionista e de carácter contra-revolucionário	154
VII. b) Os acontecimentos e alterações da década de 50 ao final da de 60 do Século XIX	156
VII. c) Os acontecimentos antecedentes à Comuna de Paris	163
VII. d) A Comuna de Paris: luta política-social e dominação política-social democrática-radical proletária	167
VII. e) A Comuna de Paris e a questão da luta e do poder político-social	174
Considerações finais	184
Bibliografia	188

I. Introdução

Algumas considerações sobre a política: do valor ao fato

Nos últimos anos, a política, a questão da política e as questões da participação política tomaram o centro das atenções, viraram modismo e é o assunto em voga. Estão até resgatando Lênin, vide o texto de Francisco de Oliveira.¹

Cabe, pela dimensão e significado históricos da problemática, perscrutar, ainda que superficial e sumariamente, porém, tocando-lhe no âmago, o que viria a ser a *política*, qual seu momento fundante e predominante, porque, em sua gênese, pode ser entendida como *valor* e por quais razões, no transcorrer do desenvolvimento e progressos da história produtiva-social humana, *o valor é subsumido ao fato*, ou seja, em determinado estágio da processualidade do devir do mundo dos homens ocorre um esvaziamento da política enquanto parte da formação do humano e da sociabilidade humana, demarcado pela formação das classes sociais ou seu equivalente nas determinadas épocas históricas; pela apropriação individual do excedente, tornado propriedade privada; pela exploração do homem pelo homem; pela divisão social funcional-hierarquizada-limitadora do trabalho; pela estruturação do poder opressor do Estado e seus aparelhos jurídico-políticos, legais-legalizados e legitimados social e institucionalmente.

Quando a política serve tão somente e estritamente ao *fato*², restringe-se a garantir a manutenção e funcionamento de mecanismos e relações sociais e de produção que perpetuam os conflitos e antagonismos de classe e da disputa pelo controle e regência, ainda que por um período socialmente legitimado e estabelecido, do aparelho estatal. Abrem-se prerrogativas a uma ou outra classe, concessões podem ser feitas, mas a essência se mantém: o indivíduo social está cindido, ele é o burguês, o proprietário, o privado, por um lado, e o cidadão, o coletivo, a sociedade civil, o público, por outro. A igualdade, portanto, só existe perante a lei, mas não entre quem as faz, logo, a própria lei universaliza o que, em si e em essência, é fragmentado, desigual e altamente degladiante.

Tratar sobre política e sobre o tratamento que lhe é impingido contemporaneamente, exige que remontemos à civilização grega, onde estão muitos dos germes da cultura ocidental.

Apesar da base material escravista, que impedia o desenvolvimento das potencialidades e capacidades de *todos* os indivíduos sociais, ainda assim, os valores pelos quais se pautavam a vida humana eram, verdadeiramente, correspondentes aos interesses e necessidades do gênero

¹ “O Momento Lênin”. Relatório do Projeto Temático FAPESP “O pensamento nas Rupturas da Política”, relatório final. *Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – CENEDIC, -FFLCH-USP*. Julho de 2004.

² Menção respeitosa pode e deve ser feita a Nicolau Maquiavel, e a sua obra monumental *O Príncipe*, um clássico do pensamento e da ciência política, apreciado e leitura de cabeceira de Napoleão Bonaparte.

humano e serviam como *critério parametrador das ações* da sociabilidade na busca pela VIDA BOA. Se preocupavam não *em escolher* mas sim com *o que escolher* e de que modo tal escolha contribuiria para a realização da felicidade da comunidade. Os laços comunitários envolvia a todos; a pólis era o cerne vital da sociabilidade e a individualidade se encontrava em processo de gestação. Não se diferenciava o público do privado, porque o primeiro era a condição pressuposta à realização do segundo, sendo, portanto, indissociáveis.

Esse contexto conjuntural nos permite compreender porque a política não é tratada como **fato**, e sim tendo o significado de um **valor**, justamente por plenificar a vida de sentido, fazendo parte *do ser e da forma de ser* do ser humano, entendido, por isso, conforme elucida Aristóteles, como "*animal social e político*". *Social* porque tem o dom da *fala*; não emite apenas sons que comunicam as sensações perante as ocorrências circunstanciais do ambiente e meio, como os animais em geral, pelo contrário, a natureza de sua comunicação é valorativa e externa nível e grau da complexidade ontocultural conquistados no processo de realização de sua potência natural que, então, pelo pôr das condições, se atualiza. A fala é uma potência no ser social, tanto que não nasce falando; entretanto, é uma potência que *tende* ao ato, isto porque o ser humano é *carente e incompleto* e a condição para a satisfação das carências, bem como de preenchimento e completude se dá na relação mediativa com um *outro* ser humano, também carente e incompleto. É a condição para atualização do *logos*, entendido enquanto *fala e pensamento*, próprios à natureza humana.

Outro fator de enorme relevância que devemos expôr em relação a fala e linguagem concerne às mudanças ocorridas na estrutura orgânica-biológica dos hominídeos, dando um formato mais apropriado a seus órgãos, que passam a se desenvolver e aperfeiçoar através das atividades produtivas, do trabalho, propriamente. Os gestos e os sons emitidos vão sendo trabalhados; o aparelho fonador vai exercitando outras musculaturas, o cérebro passa a fazer outras tantas conexões neurológicas e através do trabalho a fala e a linguagem prosperam, o que se acentua com o desenvolvimento e busca de eficiência dos instrumentos de trabalho.

As atividades produtivas exigem que os homens interajam, demonstrando que a carência pelo outro e a incompletude só se completa nessa inter-relação social. Aqui, mais uma vez, se faz atual a assertiva aristotélica, atestando a verdade irrefutável de que "*o homem é um animal social*" - posteriormente, examinaremos também o fato de ser *naturalmente* político.

A antiguidade e a contemporaneidade também se complementam, em certo sentido, uma vez que a *natureza social* - na forma como foi anteriormente especificada em relação à natureza da fala - é parte constitutiva da ontologia do ser. Estamos com isso atestando a atualidade de Aristóteles, como também reconhecemos que a *visão de homem* que constrói é *antiindividualista*, o que se explica, em parte, pela própria condição histórica-social *do público e do privado*, exposto ulteriormente.

O homem se faz homem pelo trabalho, atividade produtiva que pressupõe interação com a natureza e os outros homens e, para além, esse organismo complexo de relações complexas só se faz individualmente tendo por referência o outro, porquanto, o social. A comprovação se efetua pela própria imanência do real, como expõe Fischer:

É claro que o homem quer ser mais do que apenas ele mesmo. Quer ser um homem *total*. Não lhe basta ser um indivíduo separado; além da parcialidade da sua vida individual, anseia uma 'plenitude' que sente e tenta alcançar, uma plenitude de vida que lhe é fraudada pela individualidade e todas as suas limitações; uma plenitude na direção da qual se orienta quando busca um mundo mais compreensível e mais justo, um mundo que *tenha significado*. Rebelar-se contra o ter de se consumir no quadro da sua vida pessoal, dentro das possibilidades transitórias e limitadas da sua exclusiva personalidade. Quer relacionar-se a alguma coisa mais do que o 'Eu', alguma coisa que, sendo exterior a ele mesmo, não deixe de ser-lhe essencial. O homem anseia por absorver o mundo circundante, integrá-lo a si [...] anseia por unir na arte o seu 'Eu' limitado com uma existência humana coletiva e por tornar *social* a sua individualidade.

Se fosse da natureza do homem o não ser ele mais do que um indivíduo, tal desejo seria absurdo e incompreensível, porque então como indivíduo ele já seria um todo pleno, já seria tudo o que era capaz de ser. O desejo do homem de se desenvolver [carência] e completar [imperfeito] indica que ele é mais do que um indivíduo. Sente que só pode atingir a plenitude se se apoderar das experiências alheias que potencialmente lhe concernem, que poderiam ser dele. E o que um homem sente como potencialmente seu inclui tudo aquilo de que a humanidade, como um todo, é capaz.³

Fica patente que a plenitude apenas é alcançada e encontra as condições objetivas e subjetivas para se concretizar a partir do outro, não depende única e exclusivamente do indivíduo. Por isso que fazemos questão de referirmo-nos a ele como *indivíduo social*, não é mera semântica. As limitações da individualidade podem encontrar as possibilidades de superação na diversidade da riqueza do todo social, da vida em sociabilidade, que legitima e significa as ações humanas. O outro é a base essencial para a construção e identificação do meu "*em si*".

³ FISCHER, Ernst - *A Necessidade da Arte*. Trad. Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 12 e 13.

Uma conexão mediada pode ser estabelecida com Aristóteles no trecho que diz: "*Se fosse da natureza do homem o não ser ele mais do que um indivíduo, tal desejo seria absurdo e incompreensível, porque então como indivíduo ele já seria um todo pleno, já seria tudo o que era capaz de ser. O desejo do homem de se desenvolver [carência] e completar [imperfeito] indica que ele é mais do que um indivíduo*". Quando Aristóteles afirma que o homem é naturalmente um animal social, é precisamente disto que trata, essa *natureza* diz respeito às capacidades e potencialidade a serem descobertas, desenvolvidas e aperfeiçoadas mediante à criação das condições propícias que permitam a atualização daquilo que ainda aparece como tendência e potência. Essas condições são dadas tanto pela evolução quantitativa e qualitativa biológica, como pelos fenômenos naturais externos à vontade e poder humanos, e também pelas consequências das intervenções realizadas pelos próprios homens.⁴ Outro momento revelador está no "desejo" inerente ao homem de se *desenvolver*, estando implícita a *carência* de ser algo que ainda não é, de levar a atualização de potências não desdobradas, e no de se *completar*, que denota ser o homem imperfeito, cuja possibilidade de aproximação da perfeição encontra-se viabilizada pelo referencial da experiência e existência do outro.

Porém, isso não basta, porque o homem não é naturalmente apenas um animal social, mas também um animal político. Como Aristóteles chega a essa constatação?

Inicialmente, dissemos que a política é um **valor** e não um *fato*. É parte constitutiva do humano, justificando suas ações e atribuindo-lhe significado: o *por quê* e *como* vivemos, *por quê* e *como* existimos. Torna a vida humana inteligível, capacitando ao homem de colocar ordem e ordenar o caos aparente da realidade do seu entorno, permitindo que direcione e estabeleça os parâmetros do justo e injusto, bom e maléfico, aperfeiçoando suas intervenções. É deste modo que a política, enquanto **valor**, adquire uma função social prática, ou seja, de instrumento mediativo que possibilita reordenar e reestruturar as ações humanas, guiando-as e orientando-as para o *bem comum*, é o *fazer pelo bem comum*.

A política imprime a racionalidade que ordena o caos fenomênico do mundo, permitindo que o multiverso se traduza pelo universo, estabelecendo as necessárias conexões racionais que plenificam a vida humana de sentido, derivando um ordenamento social que proporciona segurança para a vida e justifica a forma de ser e agir da sociabilidade. Logo, é o *logos*, a *razão*

⁴ Para uma análise mais aprofundada, ler LESSA, Sérgio. *A Ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996. (Capítulo I e II)

que *funda a política* – pois ela exigiu que as explicações míticas fossem afastadas, de modo que a vida política imprime uma racionalização à base originária da própria vida – estando esta, por fim, pautada nas questões práticas e imediatas sentidas e exigidas pela dinâmica da vida humana.

Porém, ainda que de início esteja relacionada à imediaticidade, à prática, sua natureza, enquanto valor, tende a desdobrar-se e ir para além, pois servindo de *guia e orientação* às formas de ação e intervenção humanas, habilita-se no trato concernente às questões mediatas, daí podermos entender a política com instrumento social mediativo-organizativo capaz de imprimir uma nova conformação à sociabilidade determinada em referência.

Não é por outra razão que a cidade seja a síntese dialética da consubstancialização da política, permite seu exercício e preenche a carência e imperfeição somente supríveis pela relação social que se funda entre o “eu” e o “outro”. A cidade possibilita o desenvolvimento das individualidades através da potencialização posta pela riqueza e diversidade do social, ela cria as condições para o *bem viver* porque diversifica as possibilidades de soluções aos problemas inerentes às imposituras das exigências e necessidades circunstanciais e contingenciais do existir, já que é pelo social que o individual se eleva e desenvolve. O social é a multifacetariedade das individualidades manifesta e concretizada.

Como expusemos anteriormente, o homem é um ser que naturalmente tende ao social, portanto, o seu processo de evolução e desenvolvimento necessariamente desemboca numa *vida em comum*, pois enquanto seres falantes e pensantes, naturalmente são seres da *comunicação* que, por sua vez, torna viável e facilita as soluções aos problemas impostos pelo existir e termina por comprovar, praticamente, que a *vida em comunidade* pode proporcionar uma *vida melhor a todos*. É a partir daí que se origina a *vida política*, através daquela *causa* que estabelece a *vida em comum* como *condição pressuposta* de uma vida potencialmente mais rica e plena de possibilidades. É assim que a *cidade* é entendida por Aristóteles como uma *instituição natural*, no sentido de que faz parte consecutiva do desenvolvimento das potencialidades imanentes à ontologia ontocultural do ser social. Logo, a política define a própria essência do homem.

Novamente, a política aparece como a mediação organizativa que possibilita a vida em comunidade, a *valoração* capaz de atribuir ordem e significado as ações humanas regulando a sociabilidade. Daí resulta que a finalidade da vida política seja a *justiça* na comunidade, isto é, a realização do bem comum.

Todavia, mudanças substanciais são vividas e experimentadas com o *nascimento da individualidade* no período de crise da pólis. A consubstanciação desse momento germinal pode ser visualizado através da sofística. A *política enquanto valor* começa a *perder sua centralidade*, que é disputada pela *política enquanto fato*. Porém, Aristóteles, mesmo não sendo cidadão ateniense, tendo por cerne de sua preocupação o ideal do *bem viver* e da *vida boa*, reafirma a necessidade da centralidade da prática política como *valor* e manutenção da própria *ética* voltada à felicidade comum; contudo, não deixa de considerar as mudanças postas pelo devinir da atualização das potencialidades do real e suas tendências, e sua proposta e projeto político-social é uma reflexão do valor e do fato, mas que conta com a prevalência do primeiro.

O intento aristotélico pode ser melhor apreendido através da explanação da sistematização lógica de seu pensamento filosófico. A crise da pólis pode ser entendida como *processo de atualização de suas potências*, então manifestadas em próprio *ato*, servindo como exemplificação o caso dos sofistas. De que maneira? Acompanhe nosso raciocínio.

Conforme comprova a experiência, as pessoas que estão “de fora” de uma determinada *situação problema* e do próprio problema em si conseguem enxergá-lo melhor, pois seu envolvimento emocional é, a bem da verdade, quase nulo, permitindo uma visão mais dimensionalizada dos vários ângulos da questão. É o que ocorre com os sofistas que, não sendo atenienses, mas “estrangeiros” – metecos – acabam dando uma resposta, *à princípio*, adequada ao processo de desagregação da pólis isonômica e de afrouxamento dos laços comunitários, historicamente demarcados pela Guerra contra os Persas – as Guerras Médicas –, consubstanciando-se, plenamente, através da Guerra do Peloponeso.

O movimento expansionista-imperialista provoca profundas alterações na base produtiva-material da pólis ateniense e o crescimento da importância da atividade comercial e dos valores de troca gera disputas entre as camadas sociais pelo poder e participação nas decisões da dinâmica da vida societal, uma tensão permanente – *stásis* – entre contrários, que vai se cristalizando e contribuindo para o cultivo dos interesses e necessidades particulares em detrimento dos universais, comunitários. Aqui podemos remontar ao pensamento de Aristóteles, que entende que todo movimento é a atualização da potência de um ser que somente ocorre devido à atuação de um ser já em ato, de modo que a própria crise já é o ato em processo de atualização, tendência a fato, como diria Hegel.

A contribuição dos sofistas está em secularizar e historicizar a vida humana e suas instituições e organismos, revelando que a crise societal faz germinar e passa a evidenciar o distanciamento e distinção, cada vez mais acentuada, entre o *público* e o *privado*, denotando a *emergência do desenvolvimento da individualidade*, motivada pelas próprias transformações na base produtiva-material, repercutindo no campo espiritual dos valores ético-morais sob os quais se estrutura e erige a sociabilidade.

O grande problema dos sofistas, que figura como sua limitação, está em apenas justificar a crise ético-moral da “pólis igualitária” em trânsito para a “democrática escravista”, sem se preocuparem em encontrar e apontar uma solução de transcendência positiva para ela. De modo que o aflorar e nascimento da individualidade vai se degenerando e transmutando para um individualismo exacerbado, inteiramente hedonista, corrompendo a própria virtude que perde o vínculo com os interesses e necessidades do público, do *bem comum* para a *vida boa* e o *bem viver*, visando a *felicidade comum*.

Para os sofistas, como a desagregação da comunidade é evidente e eminente, importa tão somente sobreviver, da melhor forma possível, a ela, procurando a melhor forma de lidar e intervir no que está posto, buscando o prazer, a fama, o reconhecimento e o contentamento pessoal, partindo do subjetivo e, a partir daí, caindo num subjetivismo individualista, cínico, relativizador da realidade em benefício dos seus próprios interesses. Um verdadeiro “salve-se quem puder”.

Efetuando um “salto de Rhodes” no desenvolvimento histórico-processual, uma vez que estamos tão somente tecendo algumas considerações, não havendo disponibilidade de tempo nem condições de aprofundamento minucioso da problemática, centraremos a reflexão na subsunção e supressão do valor ao *fato*, oriundada, conforme averiguamos, na transição da pólis isonômica à democrática-escravista, tendo seu ápice com os sofistas, que encarnam e objetivam as novas exigências e imposituras do movimento do real e da realidade em movimento.

A preocupação central de Aristóteles, qual seja, de reflexão da interconexão interdeterminada do valor e do fato, conquanto seja mantida a prevalência do primeiro como condição e *momento fundante* da própria *autodeterminação humana* – o que define, para ele, o sentido e significado de *liberdade* – e da criação das possibilidades e condições efetivas de sua realização, o que não poderíamos deixar aqui de ressaltar, é desconsiderada pelo processo de

desontologização da realidade e culto ao indivíduo hedonista, culminando num individualismo exacerbado que prolifera, embrutece e contamina o mundo dos homens.

A condição extraordinária, com o advento da modernidade, é que *deixamos de estar de acordo em todas as questões mais vitais*. Aliás, o que é considerado vital? Mesmo sobre isso não há um critério ético-moral parametrador para nortear as relações sociais e de produção entre os homens e a própria natureza. A pergunta: **o que é vital e essencial à humanização e hominização do ser social** e que, de fato, *as realiza*, deixa de ser formulada e, mesmo, pensada. O fato extraordinário, como diz Vinicius de Moraes em seu poema, *Um operário em construção*, de que **“o operário faz a coisa e a coisa faz o operário”**, é desterrada das consciências, que se obliteram e se deixam conduzir e seduzir pela lógica das coisas, pelo sistema de objetos⁵ que passa a reger o dinamismo das relações humanas, então, desumanizadas, porque não mais autodeterminadas pelos próprios homens, daí o fetiche da mercadoria e da mercadorização dos próprios homens, transformados em proprietários de força de trabalho, que vendem em troca do vil metal para garantir a sobrevivência, dentro da lógica de reprodução e manutenção da sociabilidade capitalista, onde o senhor é o capital e suas personas, que o entificam.

Dentre uma das perspectivas entreabertas, no mundo da produção de mercadorias, o indivíduo deve ser *livre* para estabelecer relações contratuais e vender sua força de trabalho – daí a ênfase e defesa da *liberdade individual* –, condição mesma da reprodução e funcionalidade metabólica do sistema capitalista, sendo que sua realização individual se dá através do *consumo*, da *sociedade de massas* e, pela ordem das coisas, *massificada*, que metamorfoseia uma satisfação egoísta, individualista – processo de individuação que desentifica – num “*nós*” irreal, ou seja, cria a falsa sensação de *caminho para a felicidade acessível a todos*, sem distinção, uma vez que não existem classes sociais e que todos podem ser protagonistas, importando não **o que** escolho, mas sim **que eu escolha**, caindo na panacéia da falácia de que, o que verdadeiramente importa é a *escolha individual*, já que é a única coisa que resta, dado que o mundo é um *caos fenomênico, incognoscível*. Portanto, cabe a cada um, individual e isoladamente, buscar e realizar seu ideal de *vida boa*, ainda que pareçam ignorar que a iniciativa de possibilitá-la permanece **pública**.

A *hipostasia hedonista* é o referencial de atitude que *emancipa* e o *consenso*, liberta. Na verdade, não passa de uma forma de conformismo reconciliatório com a alienação e reificação

⁵ BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

das relações sociais e de produção, culturalmente aceitas como a única condição humana possível e que nos resta.

Esse estado de coisas é sublimemente retratado numa passagem do poema de Eliot, poeta inglês, a quem Mészáros se reporta e transcreve, evidenciando como o vislumbre, relâmpago que seja, da verdadeira condição de desumanidade do humano, ainda que mero fio de luz, tem a virtualidade de desequilibrar e ameaçar romper o estado de cegueira em que se encontra aprisionada a humanidade, talvez por temer o risco de voltar a enxergar o que vêem mas não compreendem, porque, há muito, deixaram de sentir.

Dr. Reilly: Posso reconciliá-la com a condição humana, / a condição a que alguns, que foram tão longe quanto você, / conseguiram voltar. Eles podem lembrar-se / da visão que tiveram, mas deixam de se lamentar, / mantêm-se pela rotina comum, / aprendem a evitar as esperanças excessivas, / tornam-se tolerantes consigo mesmos e com os outros, / o que existe para dar e aceitar. Não se impacientam; / estão contentes com a manhã que separa e com a noite que une, / dispostos à conversa casual ante a lareira; / duas pessoas que sabem que não se compreendem, / criando filhos que não compreendem, / e que nunca os compreenderão.

Célia: É isso o melhor da vida?

Reilly: É uma vida boa.⁶

O poeta consegue captar a legalidade imanente à própria condição de reprodução do capital e da sociabilidade capitalista: o estado de letargia e resignação que torna *natural* o que foi *socialmente criado* – darwinismo social –, portanto, produto das ações humanas. Cabe questionarmos se essas ações elevaram a potencialidade de humanização dos seres sociais ou estão direcionando-a para uma pauperização e degradação quase sem limites.

É imprescindivelmente necessário atentar para as exigências e imposituras da realidade, pois o resgate das consciências só será possibilitado quando os indivíduos sociais se tornarem conscientes de sua própria alienação⁷, algo que apenas pode se dar através do questionamento da própria existência e do seu atual significado e sentido.

É neste contexto, de crescente atualidade e atualização, devido os direcionamentos da vida humana, que a *política*, mediante o norte da dimensão e perspectiva aristotélica, ganha toda sua significação, pois enquanto *valor*, e não mero *fato*, tem a virtualidade de se transformar na “pedra

⁶ MÉSZÁROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 230-231.

⁷ “[...] a vida ativa não pode adquirir um significado moral a menos que se reconheça que suas realizações são uma preocupação comum. Essa atividade envolve necessariamente o ‘outro’ e, portanto, não pode ser concebida em termos de ‘autonomia individual’, em isolamento das relações sociais”. MÉSZÁROS, István, op. cit., p. 237.

de toque” para a elaboração de um projeto social e sociabilizatório superador do atual estado de coisas, do capital, criando as condições para que a *luta de classes* a ser travada, o que é indiscutível e indubitável, já que a história, até hoje, tem sido a *história da luta de classes*, como frisou e demonstrou Marx, seja capaz de realizar, efetivamente, a extinção de todas as classes, da exploração do homem pelo homem, do Estado e da propriedade privada.

A *política* enquanto instrumento mediativo-organizativo, reunindo as táticas e estratégias para a transcendência positiva, construção e efetivação de uma nova sociabilidade, onde a *autodeterminação humana* seja a base e embasamento das ações humanas, portanto, a *política* como *instrumental* e como *valor*, capaz de lidar, positivamente, com os *fatos*.

Daí a importância incontestável do *conhecimento científico do real*, fundamentação para a correta apreensão do seu movimento, das suas tendências e complexo de determinações reflexivas existentes por detrás dos fenômenos manifestos no mundo da pseudoconcreticidade, cujo desvelamento possibilita a construção do entendimento da totalidade social, a conjuntura e circunstâncias histórico-sociais que permeiam a prática-utilitária, ineliminável, mas reificada, uma vez que os indivíduos sociais acabam se prendendo aos fenômenos e epifenômenos do real como forma de instrumentalizar sua prática suprimindo as exigências da existência imediata, permanecendo, assim, no imediatismo posto do senso-comum⁸, construindo um sistema

⁸ Muitos “politicólogos”, que personificam os ditames do capital, num movimento de defesa e antecipação a qualquer tentativa de ataque por parte do trabalho, procurando intimidá-lo – o que parece estar funcionando a contento até o momento – apontam esse mesmo “senso comum” como o lugar da possibilidade de atuação e exercício político. Ele faz referência às velhas tradições culturais, às ações locais, ao campo do fragmentário, da microfísica do poder, entendido como a *força renovadora* capaz de responder às questões práticas urgentes e emergentes postas. Um bom exemplo é a questão ecológica, servindo para canalizar os esforços contemporâneos do senso-comum. A *espontaneidade* engloba as novas posturas e atitudes perante os problemas sociais, é a *nova forma da política* e de *fazer política*, uma vez que esta sofreu um “estilhaçamento” na contemporaneidade. Cremos ser oportuno passar a palavra a João Manuel Evangelista, cuja crítica é sentenciadora, ilustrando e encerrando o que aqui procuramos (ex)pôr.

A cotidianidade não coincide com suas representações feitas pelo senso comum. Essa consciência presa às manifestações fenomênicas da realidade é uma consciência limitada à empiria do cotidiano e que não consegue alcançar suas conexões causais, que lhe explicam e dão sentido. Portanto, a consciência na cotidianidade é uma consciência submersa, fundamentalmente, na singularidade e que não chega a alçar-se à consciência humano-genérica.

[...] Se isto implica numa crítica contra o empirismo e os propósitos positivistas, não significa nem a subestimação nem a ignorância dos fatos do real. Porque o método dialético parte dos fatos e se ocupa dos fatos, porém não se limita ao aspecto reificado dos mesmos: ‘os libera de sua aparência fetichista, de sua pseudoconcreticidade, compreende-os em sua condição de fatos mediatizados pela estrutura social, penetra no núcleo oculto neles e cria conceitos que correspondem precisamente a esse núcleo. [...] Os fatos da vida social [...] tornam-se a fonte de um conhecimento mais profundo, contanto que sejam inseridos na totalidade social concreta. Somente nesta inserção é que eles perdem toda pseudoconcreticidade alienada e reificada, e assumem sua justa significação. Portanto, não se trata de descrever fatos e de inserí-los em relações meramente exteriores, mas sim de verificar sua função na totalidade social, que pode ser muito diferente’. (Sochor, Wilet, Strada et. al., 1987, p. 25-26 apud Evangelista, p. 65-

correlativo de noções que apenas capta e fixa o mundo da pseudoconcreticidade, o que lhes impossibilita transcendê-lo.

Ainda que os indivíduos sociais adquiram condições minimamente satisfatórias para se orientar no mundo, assegurando certa familiaridade e manejo dos objetos e seu sistema, estão incapacitados de compreender a lógica oculta pela totalidade multifacetada da complexidade de relações que determinam e compõem a manifestação aparente do real. Vêm o mundo de dentro da Caverna e acreditam, piamente, que as *sombras*⁹ são o real. Marx já salientava que se a aparência das coisas coincidissem com sua essência, não haveria a necessidade da ciência. A

66). EVANGELISTA, João Manuel. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 60; 65-66.

⁹ O primeiro filme da trilogia de MATRIX em muitos aspectos pode ser entendido como uma analogia ao *Mito da Caverna*, de Platão. Neo (o *Novo*) é despertado do encanto do sono do cotidiano e da pseudoconcreticidade por Morpheus (*filho do Sono e da Noite*, portanto, das “sombras”, das “trevas”). Ao passar pelo processo de desalienação e retomada da consciência do seu *em si e para si*, Morpheus atua como mediador, sendo o *Sol* do lado de fora da caverna. Os diálogos travados entre ambos são profícuos. Destacamos alguns dentre eles, ilustrativos no que concerne ao que estamos discutindo.

NEO: Por que meus olhos doem?

MORPHEUS: Porque nunca os usou! Descanse, as respostas virão.

MORPHEUS: O que é *real*? Como você *define* o real? Se está falando sobre o que consegue sentir, cheirar, provar e ver, então *real* são, simplesmente, sinais elétricos interpretados pelo cérebro.

MORPHEUS: O que é a MATRIX? Controle. É um mundo dos sonhos gerado por computador, feito para nos controlar, para transformar o ser humano numa bateria. [...] Enquanto a MATRIX existir, a raça humana nunca será livre! [...] Quero libertar sua mente, mas só posso mostrar a porta, você tem que atravessá-la! [...] Na MATRIX vemos pessoas comuns: marceneiros, professores, etc. As pessoas que queremos salvar. Mas, até conseguirmos, essas pessoas são parte do sistema e isso faz delas nossas inimigas. Você precisa entender que a maioria dessas pessoas não está pronta para acordar. E muitos estão tão **inertes**, tão **dependentes do sistema** que vão lutar para protegê-lo. [Fala sintomática e significativa, de impacto magnânimo, reveladora do atual grau de alienação e reificação do ser humano que, portanto, torna-se um **não-homem**].

Neo, no seu despertar, experimenta da virtualidade do real e compreende a realidade do virtual, isto é, que as virtualidades são condições presentes na realidade que, porém, podem ainda não ter aflorado em toda sua potencialidade, mas existem e estão, de certa maneira, aguardando que as subjetividades se estruturarem para enfrentá-las e responder aos seus desafios e novas exigências postas e impostas como condição do próprio devinir humano. Segundo a assertiva do dicionário Aurélio, por virtual “*diz-se do que está predeterminado e contém todas as condições essenciais a sua realização*”. É por essa razão, dentre outras, que os filmes de ficção não são tão ficcionais assim, têm um conteúdo de verdade virtualmente posta, assim como os livros clássicos, como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, que também entra no esteio da nossa problemática. Os clássicos, sejam da literatura ou das ciências humanas em geral, (ex)puseram as virtualidades de sua época e seus possíveis desdobramentos, tocando em aspectos fundamentais da vida e ser do ser humano, daí serem clássicos.

Ainda sobre a virtualidade do real, sobre suas *tendências*, parafraseando Hegel, cabe a razoável ponderação de Fromm: “*As potencialidades essenciais das coisas realizam-se no mesmo processo global que estabelece sua existência. A essência pode ‘alcançar’ sua existência quando as potencialidades das coisas tiverem amadurecido nas e através das condições da realidade. Hegel descreve este processo como a ‘transição’ para a realidade. [...] para Hegel, ‘os fatos só são fatos se relacionados com o que ainda não é fato e, no entanto, manifesta-se nos fatos dados como possibilidade real. Ou, os fatos são o que são apenas como momentos em um processo que leva para além deles até aquilo que ainda não se concretizou de fato’*”. (FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Trad. Octavio Alves Velho. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 37)

essência não se manifesta imediatamente, dado que é obliterada pelo fenômeno aparente, ponto de partida da intuição e da representação.¹⁰

Só que estamos “perdidos no limbo”, nesse aspecto. A práxis política-social é outra. Na disputa pelo *poder político* entre as classes, a que representa o capital e a que deveria representar o trabalho, a política tornou-se a *política do e pelo fato*; de controle, manipulação e manutenção de fatos em prol destes e daqueles interesses de classe perpetuando a sociedade de classes, sem, no entanto, mexer com o status quo e colocar em questão as próprias classes.

O modo de produção capitalista não mantém uma uniformidade hegemônica no que se refere a sua implantação e consolidação nos diferentes países que compõem o globo. É sabido que existem particularidades pertinentes à especificidade da formação e processo histórico-produtivo-social, dado que cada qual encontra-se num estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais e de produção. Porém, no que tange aos países designados por periféricos, que desempenham funções vitais à manutenção e reprodução do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista, é possível traçar um perfil aproximativo em relação às classes proprietárias mediante as táticas e estratégias políticas adotadas.

Alguns países latino-americanos são exemplares a esse respeito, já que por uma opção e interesse de classe priorizou-se a continuidade da “dominação de classe” em detrimento da possibilidade de conquistar uma posição de relevância na divisão internacional-territorializada do trabalho, frustrando o desenvolvimento de uma outra virtualidade de ser histórico à especificidade da particularidade de suas economias.

¹⁰ O real não é resultado do pensamento, como crê equivocadamente Hegel, mas sim uma determinada forma de organização espacial das relações sociais e de produção desenvolvidas e aprimoradas histórica-temporalmente, empiricamente postas e concretizadas. Conforme assevera enfática e irrefutavelmente Marx: “*O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento*”. MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*, p. 116 e 117; in – *Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos*; seleção de textos de José Arthur Gianotti. Trad. de José Carlos Brueni (et al). 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

O real é construído pelas necessidades e exigências postas a cada momento, renovadamente, no movimento de devinir do mundo dos homens, de acordo com o estágio de desenvolvimento histórico-produtivo-social alcançado. É a síntese de uma pluralidade de finalidades, espaços, meios que se interconectam e interdeterminam. É o pensamento, a reflexão científica, o conhecimento científico do real que reconstrói a teia das determinações reflexivas que não aparecem imediatamente em cada fenômeno aparente. Ver também KOSIC, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. LUKÁCS, George. *Estética: a peculiaridade de lo estético*. Barcelona: Grijalbo, 1966.

O “livre arbítrio” das classes proprietárias desses países latino-americanos, resguardadas suas especificidades, descartou aquilo que para elas representava uma ameaça ao *status quo* estruturado e definido, e perante à periculosidade irremediável, o assalto conscientemente planejado à roda da fortuna do devir histórico foi efetuado, e por mais contraditório que possa parecer, concomitantemente ao furto jogou a responsabilidade das mudanças para o desenvolvimento socioeconômico à própria “sociedade civil”, ou melhor, à massa da população, tanto a urbana quanto a rural urbanizada.

É a partir dessa objetualização, uma vez que a essa massa é passada a missão redentora dos pecados dos poucos outros, de modo que o aparente papel de sujeitos históricos desenhado encobre que, novamente e repetidamente, embora em renovadas roupagens discursivas e palavratoriais, a população em condição de vida miserável e cada vez mais precarizada se vê forçada, pela própria impositura imediata das circunstâncias gritantes de sua “*não-vida*”, a organizar-se em grupos e movimentos sociais que, encampados por organizações não-governamentais, acabam por inserir-se nas malhas da institucionalidade indireta, assumindo as funções antes desenvolvidas pelo Estado, pagando pelas melhorias das condições de vida e pelo mínimo de dignidade com o próprio suor do rosto, já que são os próprios trabalhadores que através das taxas e impostos engordam o fundo público, financiam a dita falácia da participação cidadã-solidária. A massa é objetável, não é sujeito, ainda que aparente o contrário.

Segundo o exposto, nesse rearranjo e recomposição de forças, a dita “sociedade civil” tem o dever, não só o direito, de participar da política. É o ápice da democratização da democracia. Mas, perguntamos: qual política? A política cidadã, solidária, voluntária.

A pregação doutrinária da participação cidadã, inclusiva, representativa, solidária, também praticada pela mídia, atingindo, assim, os diversos níveis escalares do todo social, contribui para deslocar e descentralizar as forças sociais para aquilo que é essencial e nevráugicamente elementar: *o combate e extermínio de todas as formas de exploração do homem pelo próprio homem, de tudo aquilo que impede que a dignidade humana já esteja posta como pressuposto e não que ainda precise ser conquistada e realizada.*

Atualmente, a ênfase dada à política e a tão comentada participação política-cidadã, o que se acentua na década de oitenta, é sintomática, pois denota a fissura propositada, e conscientemente estimulada por quem detém o poder, entre economia e política, melhor dizendo, na economia-política. Podemos dizer que se trata de uma “*jogada de mestre*” por parte das

classes proprietárias-dirigentes, dado que a melhor maneira de garantir o controle e o poder é “*democratizando-o*”, delegando poderes, mas *não o poder propriamente*. Assim, as pessoas se sentem *valorizadas, importantes, parte e responsáveis por algo maior*, que também *parece ser seu*, já que essa é a *sensação impressionista* causada e difundida.

Porém, isso em nada guarda vestígios ou semelhanças com a política que tem como pressuposto e momento predominante o *valor*. A radicalidade das exigências do social, de uma política comprometida com a gestão dos interesses e necessidades de uma *vida boa* para a totalidade humana, logo, legítima e legitimada não apenas moralmente, mas sim existencialmente, condição material ao desenvolvimento da própria espiritualidade, é rechaçada pelos guardiães que representam a *ordem* e o *progresso* do sistema metabólico do capital. A ação política não pode ser eliminada sobre pena de desordem e caos eminente, trabalho dobrado para os zeladores, como bem comprovaram os períodos ditatoriais de nossa malfadada história. Então, ela se metamorfoseia.

As experiências históricas demonstram ser prudente e vantajoso aos representantes do sistema fazer com que os precarizados e marginalizados, bem como aqueles que lutam para evitar a inevitável marginalização – só amenizada via “*política douradora da INCLUSÃO*” –, lutem a favor deles acreditando lutar a favor de si mesmos, e é assim que proliferam as políticas assistencialistas que amenizam o sofrimento dos que estão ou foram entregues à própria sorte sem, no entanto, eliminar as causas que estão na raiz de todo esse padecimento, calvário de um rosário sem prognóstico ou diagnóstico de fim. Afinal, a pobreza, a precarização, a miserabilidade, tanto material quanto espiritual, são partes consequentes e necessárias à contemporaneidade da organização estrutural exigida para a continuidade da acumulação exponencial do capital e sobrevida de seu sociometabolismo sistêmico.

O resultado é a confecção, por parte das classes proprietárias, de uma *política conciliatória e consensual* praticadas pelo Estado, com caráter de “Estado-social”, no estilo da social-democracia; é uma rearticulação e readaptação de fronteiras ampliando as margens do jogo de forças entre as classes, muitas vezes cooptando, para seu lado, setores aburguesados da classe trabalhadora¹¹.

¹¹ O problema é que com a consolidação do processo de mundialização do capital, acentuada na segunda metade do século XX, com destaque para os anos 80, a burguesia se *internacionaliza*, aperfeiçoando os mecanismos e aparatos jurídico-legais de sua dominação política, o que lhe possibilita uma certa margem de concessões maniqueístas ao proletariado, este, quando muito, organizado débil e insatisfatoriamente, a nível mais regional do que nacional propriamente, e muito mais por segmento profissional particularizado do que por interesses e necessidades genéricos

O corolário é a elevação da *despolitização* da classe trabalhadora à enésima potência, tanto que hoje em dia nem lutas massivas de caráter reivindicatório assistimos, quando muito, de caráter local e isolado, assim como todas as demais lutas e reivindicações dos movimentos sociais de hoje, locais e fragmentados, perdendo sua força e ofensiva combativa ao estilhaçarem em inumeráveis ramificações aquilo que pode ser compreendido como interesses e necessidades universais do gênero humano. Faz-se urgente retotalizar todas as partes que foram, propositadamente, separadas, a fim de que essa classe possa, de fato, “*dispor de si mesma*”, repondo a verdadeira dimensão e significado da política e da luta política no processo de resgate e reapropriação da autodeterminação humana.

da classe proletária como um todo. Esse quadro conjuntural, que se reproduz em escala global, distinguindo-se apenas pela intensidade e formas de manifestação correspondentes à dialeticidade da particularidade específica da formação e trajetória histórica-social dos trabalhadores e não-trabalhadores de cada país, perpetuando as fronteiras entre a classe trabalhadora enquanto a burguesa se desterritorializa e transnacionaliza numa centralização de capitais cada vez mais totalizante, permitindo o alargamento das conquistas e liberdades democráticas, reconhecendo e legalizando, institucional e juridicamente, as atividades dos movimentos oposicionistas, intitulados de esquerda ou mesmo revolucionários. Entretanto, frente à desigualdade virulentamente desproporcional entre a forma de organização da burguesia e do proletariado em relação a suas escalas espaciais, que se cristalizam objetivamente pela conformação e delimitação territorial, territorializando a confrontação e relação de força da luta de classes, a legalização e representatividade jurídico-formal dos trabalhadores não intimida nem assusta a burguesia mas, ao contrário, pela atual conjuntura, permite um maior controle, o que termina, na maioria dos casos, engessando e descaracterizando a combatividade ofensiva do movimento social da classe trabalhadora. A única maneira de desatar esse nó górdio é através da organização internacionalista-transcontinental da classe proletária, quebrando a hegemonia da dominação político-ideológica da burguesia, radicalizando a democracia através de uma ditadura democrática da maioria a favor da própria maioria. Ver SANTOS, Douglas. *Estado Nacional e Capital Monopolista*. Trabalho publicado na revista Terra Livre. nº 1, ano I, 1986. AGB. São Paulo, p. 64 a 75.

II. Marx: engajamento e militância política-social

Marx e Engels, em meados da década de 40 do século XIX, acumulavam estudos e análises que apontavam a íntima relação entre as condições materiais de existência e a manifestação social das massas em determinados períodos e momentos histórico-sociais em que aquelas eram postas em xeque. A sistematização dessas apurações ocorreu no transcorrer da década de 50 e meados de 60 do século em referência, demonstrando a determinação reflexiva e conexão dialética entre produção e reprodução das condições materiais-espirituais de existência (economia) e a forma de organizar e administrar essas mesmas relações sociais e de produção (política).

Marx e Engels travarão um primeiro contato em 1842, no entanto, o elo inquebrantável e indissolúvel de conhecimento mútuo e irmanação viria em 1844, quando Marx lê o artigo de Engels, publicado nos Anais Franco-Alemães, intitulado *Esboço de uma crítica da economia-política*, exercendo impacto e influência profunda em seu próprio pensamento e reflexões a que então se voltava, e foi obrigado a se dedicar e debruçar ao deparar-se com questões as quais sua formação filosófica-científica não encontrava termo¹², isso quando da análise do Estado e sociedade civil, em *A Questão Judaica*, enfrentando o que denominou de “interesses materiais”, fazendo vir à tona as insuficiências e contradições do sistema hegeliano, que resultará na inflexão revolucionária em relação à Hegel, culminando no escrito, também editado nos Anais Franco-Alemães, denominado *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Os elementos germinais e constitutivos do materialismo científico-histórico-dialético dispontavam e iam tomando forma e corpo.

¹² Retira-se da redação da Gazeta Renana e habita infatigavelmente o gabinete de estudos, revê, de forma crítica, apurada e profunda a filosofia do direito de Hegel e encontra as respostas as suas inquietações, respostas propulsoras a uma fase sistematicamente rica e fecunda das bases do seu próprio pensamento. “[...] *O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das circunstâncias da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção*”. MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)*, p. 130; in, MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Gianotti; traduções de José Carlos Bruni (et. al.). 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores) Os chamados “interesses materiais” proporcionariam a fecundação germinal de maturação e parimento revolucionador do pensamento marxiano, cuja força revolucionária e atualidade são sentidas ainda nos dias de hoje. Quanto a isto, é interessante registrarmos que a BBC de Londres lançou, recentemente, um concurso virtual para eleger o maior filósofo dos últimos tempos, cujas idéias e pensamento apresentem maior alcance e atualidade e, para desespero estarrecedor daquele, Karl Marx mantém a dianteira e aponta como premente vencedor. Cremos que o fato é sintomático e evidencia que os prognósticos e as ilações científicas do pensador alemão são comprovadas, incontrastavelmente, pelo próprio devir dos homens e evolução, sempre em aberto, da concretude da processualidade histórica-social, demonstrados e explicitados através do materialismo histórico-científico-dialético de Marx e Engels.

O acerto de contas, tanto de Marx quanto de Engels, com o hegelianismo, e a filosofia alemã em geral, bases da formação de cada qual, culmina com a obra escrita por ambos *A Ideologia Alemã*, iniciada em 1845 e concluída em 1846. Também redigem a quatro mãos *A Sagrada Família*, em 1844.

De modo geral, podemos dizer que de 1843 a 1846 empreendem uma apuração e compreensão de si mesmos, vão edificando as categorias, conceitos, reflexões, análises e idéias que alicerçariam todo o seu pensamento e ação, sendo, por sequência, maturados, e proporcionaria o embasamento para o engajamento e militância político-social que vai tomando forma e conteúdo em 1846 com o Comitê de Correspondência em Bruxelas.

Em 1847 Marx redige *A Miséria da Filosofia*, denunciando a ideologia, o receituário e a prática pequeno-burguesa proudhoniana. Além de esclarecer os verdadeiros princípios da economia política, a origem de suas aparentes contradições, expondo e demonstrando, dentre outros aspectos, que a categoria fundamental do **valor** não era apenas uma idéia ou conceito como outro qualquer, mas um produto das formas assumidas pelo desenvolvimento das relações sociais e de produção, colocando já a distinção entre *valor de uso* e *valor de troca*, como o trabalho humano se materializa na mercadoria, que o dinheiro não é só vil metal e, em si, o grande vilão das contradições vividas na sociedade capitalista, ao contrário, as contradições provém da lógica de estruturação, produção e reprodução do próprio sistema, de *como* organiza e perpetua as relações sociais dos homens entre si e com a natureza para sustentação do seu sociometabolismo, onde o dinheiro não é uma coisa, mas sim uma *relação social*. Desenvolve, na *Miséria da Filosofia*, muitas das idéias esboçadas e pinceladas em *A Ideologia Alemã*. As páginas finais do escrito de 1847 denunciam a necessidade da práxis revolucionária, da conexão ineliminável e insuprimível entre ciência e realidade para garantir a transformação social radical eficaz na plenitude do êxito possível pela adequada e precisa apreensão das circunstâncias, tendências, determinações e mediações reflexivas que atuam e compõem a situação histórico-social concreta.

A crítica objetiva e superadora do socialismo utópico é realizada. Apesar de receber certa influência do socialismo crítico-utópico francês, Marx os atualiza e soluciona suas limitações e contradições através do materialismo científico, histórico-dialético, do desenvolvimento do movimento evolutivo da processualidade histórico-social, o planejamento das ações táticas da classe proletária para além da candência do imediatismo da prática-utilitária, através do

conhecimento científico das raízes das contradições do modo de produção capitalista, possibilitando a transcendência positiva consciente e conseqüente para a concretização da emancipação humana.

Ainda em relação *A Miséria da Filosofia*, é de extrema relevância salientarmos, para nossa problemática em específico, as diferenças qualitativas entre Marx e Proudhon sobre as questões da tática do movimento da classe proletária. Proudhon refutava as greves e associações dos trabalhadores por não ver nelas nada de positivamente significativo, uma vez que a resistência da classe trabalhadora se mostrava inútil à força irresistível do sistema, sendo um desperdício e desgaste, que deveriam ser evitados concentrando as ações e canalizando as energias para obtenção do “crédito gratuito”, “banco do povo” e outras utopias genéricas, enviesadas e contaminadas pela ordem social pequeno-burguesa, pois Proudhon era porta voz dos camponeses, pequenos comerciantes, mestres artesãos e todos que, como estes, se viam como vítimas da concorrência dos grandes capitalistas, usurários e banqueiros, padecendo sob seus abusos. Atacava não a propriedade privada dos bens e meios de produção, mas a grande propriedade, a concentração desigual, a troca não equivalente. Sua aspiração é a criação de uma sociedade de produtores privados iguais, igualdade de condições, de equivalência de troca entre capitalistas e proletários e isso através de reformas graduais, negociadas, dentro da ordem, sem apelo à via revolucionária que gera extremismo, violência, destruição. O fito de Proudhon é exorcizar o capitalismo do seu lado mal para fazer prevalecer o seu lado bom. Não compreende as raízes das contradições aparentes do real, perdendo-se e se embrenhando nelas, adulterando o próprio conceito hegeliano de superação das contradições.

Por seu turno, Marx demonstra e prova, através da sua crítica irrefutável, que as idiosincrasias proudhonianas deveriam ser eliminadas enquanto princípios teórico-práticos na condução da luta política-social revolucionária do movimento proletário. Este, a fim de empreender, de fato, a conquista de sua emancipação econômica e humana, deveria assegurar a sua superioridade e capacidade teórico-ideológica sobre a pequena burguesia, buscar a compreensão crítico-científica das contradições e razões de sua miséria, conquistando simultaneamente a situação de classe dirigente, os meios para expandir a luta revolucionária, atingindo e agindo, positiva e eficazmente, sobre as camadas pequeno-burguesas não proletárias, que podem transformar-se em aliadas no transcorrer do processo e luta revolucionárias.

Deste modo, as greves, as associações são entendidas como recursos táticos-instrumentais que exercem grande repercussão ao processo de aprendizagem e educação política da classe proletária, é uma escola que permite aprimorar as formas dos embates e conflitos entre as classes em luta, evidenciando seus interesses e necessidades altamente antagônicos, irremediáveis e irreconciliáveis¹³. É uma inicialização na tomada de consciência, na organização e mobilização da classe em sua constituição de classe, onde são criadas as condições objetivas e subjetivas, no decorrer da luta revolucionária, para o reconhecimento desses trabalhadores entre si, para o fim da concorrência e construção da solidariedade de classe pela identificação, num primeiro momento, de que seus interesses e necessidades são os mesmos, e, por fim, ao longo dos desdobramentos e desencadear dos confrontos revolucionários, sejam capazes de compreender que a única maneira de superarem a situação concreta na qual se encontram, bem como a própria sociabilidade assim erigida, é mediante a revolução social radical, conscientemente pensada e dirigida a médio e longo prazo, emancipando os homens de todas e quaisquer formas de opressão e exploração do homem pelo homem, um novo sociometabolismo que torne possível as condições para o desenvolvimento, na plenitude do concretamente posto, das potencialidades e capacidades humanas. É a construção da *consciência de classe para si*.

Marx explicita que toda luta de classe contra classe é uma luta política, além da unidade indissolúvel entre luta econômica e luta política e, num primeiro momento, o papel determinante à luta política revolucionária no salto qualitativo do movimento espontâneo de massas para o movimento organizado e com tarefas político-sociais conscientemente claras e definidas. Daí a necessidade de constituição de um *Partido Proletário de Novo Tipo*, que na sua ligação com o movimento de massas e análise científica concreta da situação concreta, capaz de proporcionar uma visão global e de longo alcance, seja o instrumento organizativo-mediativo da passagem da consciência *em si* para a consciência *para si*.

São essas as reflexões de Marx e também de Engels que culminarão, em 1847-1848, no *Manifesto do Partido Comunista*, onde ciência e práxis se fundem, onde a linha mestra de seus pensamentos se consolidam e rompem, superando, com tudo anteriormente produzido antes

¹³ Infelizmente, com a formação da aristocracia burocrática da classe proletária, seus organismos de representação política e econômica, Partidos e Sindicatos, respectivamente, foram contaminados e cooptados e atuam em *parceria negociada consensual* com as personas do capital, principalmente após as implantações das novas práticas e técnicas de organização da produção e trabalho postas em execução com a onda da reestruturação produtiva da composição orgânica toyotista do capital, mundializada na década de 80 do século XX. Hoje, mais do que jamais se poderia ter

deles. O conteúdo tático-programático da luta política-social para realização da revolução social radical era posto, intensificando a luta pela necessidade de formação e consolidação de um *Partido Proletário*, sentida e iniciada já em 1846, com o Comitê de Bruxelas.

II. a) *Da Liga dos Justos à Liga dos Comunistas ao Manifesto do Partido Comunista*

Os estudos e atuações de Marx e Engels de meados da década de 1840 em diante, convencerá, e desenvolverá a convicção em ambos os amigos, da necessidade de organizar e mobilizar o proletariado internacionalmente, de depurar as idéias socialistas inglesas, francesas e alemãs criando um conteúdo programático objetivo e concatenador das forças revolucionárias, erigir uma doutrina científica comunista adequada e apropriada à transformação radical e transcendente das contradições da sociabilidade capitalista e do próprio capital, entendendo sua lógica de reprodução sociometabólica e explicitando-a em toda sua extensão multifacetária.

A troca de idéias, as discussões entre as lideranças do movimento operário em escala internacional eram fulcrais para superar o sectarismo nacionalizante que mais cedo ou mais tarde, ainda que inicialmente o nacionalismo unifique as lutas locais – como demonstrou o exemplo histórico contra o absolutismo, o despotismo e a restauração monárquica –, acaba descambando em concorrências calorosamente disputadas e esmagadoras pela hegemonia na condução do movimento do proletariado em escala global: quem dirige, controla, decide e retêm a influência central, o que corrobora para descaracterizar e esvaziar o significado, as táticas e estratégia do próprio movimento *em si* e, em maior intensidade, *para si*¹⁴.

Mas as dificuldades de fecundação para geração embrionária e sua conseqüente gestação eram imensamente imensuráveis em relação aos esforços a serem empreendidos, visto que não havia ainda um proletariado formado e constituído, e sim em formação e constituição. Exceções são a capital parisiense, na França e a Grã-Bretanha, com destaque para Londres. A Alemanha,

cogitado, é urgente e emergente repensar, recontextualizar e reatualizar as táticas e formas de enfrentamento e luta da classe proletária.

¹⁴ Isso nos faz rememorar e remontar às invasões médicas na Grécia e a formação da Liga ou Confederação de Delos, onde espartanos e atenienses se unem para enfrentar o inimigo comum, suspendendo suas diferenças e pretensões para, na sequência da expulsão definitiva dos invasores, iniciarem uma guerra pela disputa da hegemonia da região que, ao todo, duraria vinte e sete anos: a Guerra do Peloponeso.

por sua vez, encontra-se em situação favorável pela organização das atividades comunistas encabeçadas por Marx e Engels¹⁵.

Entretanto, é relevante lançarmos mão de um censo estatístico de enorme significado à nossa discussão, o fato de que somente em 1851 foi constatado o aumento da população urbana sobre a rural, e isto primeiramente em Inglaterra, a “oficina do mundo” por excelência e dos enclousures, enquanto que nos demais países da Europa e do globo a população camponesa ainda continua preponderando nos levantamentos estatísticos, quadro que só se alteraria alguns anos mais tarde.

Isso demonstra que o “proletariado” ainda estava em estágio embrionário, gestando-se enquanto tal, sendo composto, no grosso dos países, por trabalhadores semiartesãos, ainda não constituídos como classe porque não desenvolvida a tomada de consciência de classe e formação da classe *em si*. Daí a razão desses trabalhadores deixarem-se guiar e conduzir pela política burguesa e seus segmentos, bem como serem influenciados pelo idealismo do socialismo utópico¹⁶, cuja nova sociedade estava na cabeça de cada um dos seus arquitetos e não no desvelamento e apreensão das condições objetivas e materiais da situação concreta, circunstancial e historicamente determinada e, por sua vez, determinante, em larga e mediada medida.

Vivendo sobre a força reacionária e repressora da restauração – ainda que estivesse condenada ao fracasso pela própria força das circunstâncias –, o meio mais utilizado e difundido para proporcionar a organização, mobilização e propagação das idéias, programas e atividades revolucionárias eram as associações ou comunidades clandestinas que atuavam secretamente, sendo que muitas delas se serviam da camuflagem prestada pelas casas ou clubes de instrução, canto, ginástica que prestavam serviço público aos operários e à população em geral.

Ao longo do século XIX e mesmo do XX, mas principalmente no transcorrer do primeiro, os revolucionários, via de regra, terão de agir nas “sombras”, nos subterrâneos da liberdade, dado que a *ilegalidade* em que os movimentos são submetidos pela cassação de suas liberdades e

¹⁵ “[...] onde os plebeus urbanos ou, mais raramente, os novos proletários se encontravam sob a influência da ideologia jacobina, socialista ou democrático-republicana ou – como em Viena – de estudantes ativistas, tornavam-se uma força política, pelo menos como geradora de motins. (Sua participação em eleições ainda era baixa e imprevisível, diferente da dos trabalhadores rurais pauperizados que, na Saxônia ou na Inglaterra, eram altamente radicalizados). Paradoxalmente, fora de Paris isso era raro na França jacobina, enquanto na Alemanha, a Liga Comunista de Marx fornecia os elementos de uma rede nacional para a extrema esquerda. Fora desse raio de influência, os trabalhadores pobres eram politicamente insignificantes”. HOBBSAWN, Eric. J. *A Era do Capital – 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Nevo. 5ªed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 45.

¹⁶ Gracchus Babeuf (1760-1797); Henry de Saint-Simon (1760-1825); Charles Fourier (1773-1837); Etienne Cabet (1788-1856); Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865); August Blanqui (1805-1881).

ausência de “direitos civis” num regime de Estado de direito ditatorial-repressor impede uma atuação mais intensa e de longo alcance à massa. Ainda assim, mesmo com todas as restrições delimitadoras de seu raio de propagação, são potencialmente capazes de causar terremotos que deixam atônita e em sobreaviso a classe burguesa.

É dentro desse contexto que se evidencia a importância crucial e mesmo determinante, em certo sentido e medida, da garantia e conquista da dita “liberdade civil”, do “direito de livre expressão”, *situação facilitadora* da organização e mobilização da classe trabalhadora e da massa da população por seus órgãos ontologicamente oriundos em razão do estado deplorável, degenerativo e insustentável de suas condições materiais de existência: o Partido (braço político) e os Sindicatos (braço econômico), bem como os *movimentos sociais* em geral (*questões imediatas* ligadas à precariedade e precarização constante da reprodução das condições da existencialidade e sobrevivência humana). Esse fato demonstra quão fundamental e, em certa proporção, quão decisiva é a luta pela *radicalização* da democracia burguesa que, desse modo, é expurgada do seu característico conteúdo burguês pela autogestão consciente e consequente da maioria em favor da maioria, realizando a verdadeira revolução social e democrática.

Porém, o contexto histórico-social de Marx e Engels é de repressão, perseguição e censura. Assim, a atuação propagandista do ideário comunista e formação identitária do proletariado na luta pela defesa e realização dos seus interesses e necessidades, que são os interesses e necessidades da maioria da humanidade, já que prima pela emancipação humana, se fará pelos veículos e meios informais.

É nesse sentido que se retifica a necessidade da luta pela conquista dos “direitos civis e democráticos burgueses”, alargando as armas do proletariado para combater a burguesia, utilizando, a seu favor, as brechas da democracia burguesa. Contudo, como ressaltamos, essa tática pode transmutar-se de vantagem em desvantagem à classe trabalhadora, dada a ambiguidade das circunstâncias histórico-sociais determinadas pela conjuntura e correlação de forças entre as classes e suas correspondentes articulações. É, de fato, uma “faca de dois gumes”. A fim de superar essa fissura, não basta aprender e saber fazendo, mas aliá-lo ao saber fazido, ou seja, *discernir o momento, o como, a forma da radicalização da luta*, de esgarçamento das brechas, de alargamento superador dos meios existentes pela construção dos novos exigidos pela conflagração dos confrontos revolucionários, consciente e consequentemente refletidos e

avaliados perante as imposições imperativas das circunstâncias postas pelo movimento dialético do real.

O cerne da questão, que representa o maior de todos os desafios e com o qual se depara os grandes revolucionários e figuras ímpares da história, é a clareza e lucidez para um discernimento o mais aproximado e adequado possível frente à situação concreta. O juiz magnânimo, nesse caso, é a processualidade do devir histórico-social do mundo dos homens. Se as tendências do real não forem desveladas, as ações interventivas empreendidas podem acarretar em resultados funestos e catastróficos.

A expansão do capitalismo e do sistema metabólico do capital em escala planetária exige que a organização do proletariado transcenda a barreira fronteira do Estado-nação-país¹⁷. Ainda que o capitalismo dependa da edificação e consolidação do Estado-nacional para poder se firmar e desenvolver, a outorga de seu desenvolvimento ulterior só se viabiliza quando este se

¹⁷ Este é um obstáculo à solidariedade e mobilização da classe proletária *para si* e facilitador do controle dessa mesma classe pela burguesia. É um componente ideológico poderoso que restringe e abafa a potencialidade do movimento operário, impedindo, com êxito, a unificação de suas forças. O Estado-Nação passa a atuar como regulador e amortecedor dos conflitos entre capital/trabalho, garantindo os meios para continuidade do processo de acumulação capitalista. É o que demonstra Francisco de Oliveira ao tratar do papel do antivalor na reprodução da própria força de trabalho, em seu escrito *O Surgimento do Antivalor – Capital, Força de Trabalho e Fundo Público*, diminuindo os custos dos capitais privados e otimizando seus investimentos e benefícios na ampliação do valor já existente. Ao invés de se discutir e refletir sobre a origem da exploração e da desigualdade, que está na *forma* e no *como* se produz, transfere-se o foco para o desfocamento inofensivo da distribuição da renda, para a circulação, esfumando o conflito capital/trabalho. Fazemos nossas as palavras de Douglas Santos pela justeza exemplificadora de suas assertivas: “[...] é o Estado-nação-país que vai manter o controle sobre o movimento operário e popular e vai isolá-lo, mistificá-lo, julgá-lo, mantendo, a nível nacional, isolado como uma doença aquilo que, por sua lógica interna, tem caráter mundial. O Estado-nação-país é ideologia! Mas não se iludam os idealistas! Ideologia não é sonho, ideologia aqui são ruas e nomes nas ruas, o asfalto [como demonstramos ao fazer referência as transformações espaciais e territoriais realizadas pelo barão de Hassman], a previdência, o judiciário, monumentos, o executivo e o legislativo, a escola e o funcionalismo público. Ideologia é fato concreto, é o Estado-nação-país em ação na medida em que aparece como algo alheio às classes e ao mesmo tempo define impostos, fronteiras, é empresário e consumidor, mediador interno e externo da lógica capitalista. E é na medida em que a ideologia não é ideologia do vazio mas é superestrutura de uma dada base material da sociedade que o Estado-nação-país é induzido/indutor das relações de classe concretas do modo de produção hegemônico e assim deve mediar as formações espaciais no sentido de viabilizar a reprodução ampliada do capital”. (SANTOS, Douglas; op. cit., p.73) A letra da canção de Adoniran Barbosa, *Saudosa Maloca*, retrata de forma exemplar o fato, demonstrando como o Estado se apropria e reapropria da espacialidade, seja urbana ou rural, modificando a territorialidade da dinâmica das relações humanas e das relações sociais e de produção, denunciando a luta de classes que a grande maioria refuta e renega dizendo superada e inexistente. Com a palavra, o senhor Adoniran Barbosa: “*Se o senhor não tá lembrado, dá licença de contar, aqui onde agora está esse edifício alto era uma casa velha, um palacete assobradado. Foi aqui, seu moço, que eu, Mato Grosso e o Joca, construímos nossa maloca, mas um dia, nós nem pode se lembrar, veio os homens com as ferramentas que o dono mandou derrubar. Peguemos todas nossas coisas e fomos pro meio da rua apreciar a demolição. Que tristeza, que nós sentia, cada tábuia que caía doía no coração. Mato Grosso quis brigar, mas em cima eu falei, os homens tão com a razão, nós arranja outro lugar. Só nos conformemos, quando o Joca falou, Deus dá o frio, conforme o cobertor. E hoje nós pega paia, nas grama dos jardins, e para esquecer nós cantemos assim: Saudosa maloca, maloca querida, din, din, donde nós passemos dias feliz de nossas vidas*”.

transnacionaliza pela mundialização do sistema de mercado e suas relações mercantis e mercantilizantes, onde pessoas, idéias mercadorizadas e demais mercadorias circulam fazendo girar a incansável e frenética ciranda financeira do capital de giro. De modo que a emancipação econômica e humana a ser conquistada pelo proletariado impreterivelmente tem, em sua raiz ontológica, uma dimensão internacionalista, por isso dizemos que não se trata de organizar um Partido da classe operária e sim da organização consciente e conseqüente, eficiente e eficaz, da *classe como Partido*, uma determinação reflexiva da condição material e mesmo espiritual do ser dessa classe, que lhes são negadas devido à lógica de manutenção e reprodução sistêmica e metabólica do capital. Daí sustentarmos e asseverarmos seu caráter ontológico.

E essa questão é fundante e fundamental, a da *classe como Partido*, o *Partido como questão ontológica*, pois essa ontologia implica a categoria trabalho como fundante e protoforma do ser social, que, por sua vez, vai para além do ato fundante, já que a complexificação da vida e da sociabilidade exige e origina outros complexos, que embora se interdeterminem ao trabalho, conservam uma certa particularidade e autonomia relativa específica, como é o caso, por exemplo, do universo do complexo social da linguagem.

De maneira que o resgate e reposição desse significado ontológico do trabalho – como intercâmbio ineliminável, insuprimível e inquebrantável entre homem/natureza e como possibilidade de efetivação das condições objetivas postas pelas renovadas necessidades e possibilidades/escolhas entre alternativas sócio-históricas acumuladas e entreabertas pela processualidade do desenvolvimento humano e do conhecimento científico edificado e em permanente processo de aperfeiçoamento – torna-se a condição de superação das relações sociais reificantes e reificadas, constituídas pelo processo de coisificação dos homens – onde o trabalho encontra-se reduzido, empobrecido, esvaziado e despojado do seu potencial humanizador, restringindo-se apenas ao “*meio de ter*” –, repondo seu conteúdo ontológico de “*fim*”, enquanto finalidade, do ser, “*fim em si mesmo*”, ou seja, como condição da descoberta, objetivação e exteriorização das capacidades e potencialidades humanas.

A *classe como Partido* tem **no Partido** uma condição ontológica porque somente através da *organização* da classe trabalhadora que se encontra no núcleo do trabalho produtivo, lidando diretamente com o intercâmbio e transformação da natureza e da matéria-bruta, poderão ser criadas as condições para a mobilização integradora dos demais segmentos dessa classe, que se verão obrigados, pelo processo de proletarização e precarização crescentes, respectivamente, de

sua força de trabalho e condições materiais de existência, a engrossar as fileiras da luta do trabalho contra o capital. O Partido erige-se, assim, ontologicamente, como o instrumento e condição mediativa-organizativa para a conquista da emancipação econômica e humana, para a reafirmação da *centralidade do trabalho* como “*fim em si mesmo*” e superação do modo de produção capitalista e da autofagia destrutiva do sociometabolismo do capital.

Marx e Engels, ao estruturarem o Comitê de Correspondência Comunista de Bruxelas, em 1846, além de terem por centro nevrálgico a questão da propaganda do ideário comunista e a demonstração constatada de sua cientificidade histórico-social pela apreensão da materialidade e dialeticidade do movimento do real e suas tendências, também têm a clareza da necessidade incontestável e ontologicamente intrínseca do internacionalismo proletário, unificando a luta contra o inimigo comum e rompendo a estreiteza obstaculizadora e refreante das barreiras do nacionalismo.

Porém, isso não significa que negligenciavam a especificidade das particularidades nacionais, muito pelo contrário, suas determinações e circunstâncias singulares exigiram, por vezes, autocríticas e readequação da leitura e apreensão do real e seu devinir. Muitos são os exemplos que poderíamos citar a esse respeito, mas nos limitaremos a um apenas por estar mais próximo ao contexto histórico-social do período que ora analisamos. Diz respeito às particularidades e especificidades da processualidade revolucionária alemã, que tanto Marx quanto Engels foram impingidos, pela força das circunstâncias e da situação, a reavaliar, concluindo que a burguesia alemã, por sua debilidade e conciliação com o atraso, jamais desempenharia o papel exercido pelas burguesias européias, originando, assim, um quadro conjuntural distinto e particular, merecedor de uma reflexão mais apurada para identificar e possibilitar traçar os meios táticos eficazes para o êxito da luta revolucionária do proletariado.

Entretanto, as particularidades de objetivação, formação, territorialização e consolidação do capitalismo em escala nacional e seus respectivos problemas anacrônicos específicos poderiam ser mais eficientemente enfrentados e solucionados se os esforços empreendidos pelo proletariado fossem coordenados e combinados através de uma coesão internacional. A troca de informações, a mais adequada e aproximada avaliação e reflexão das práxis experienciadas e vividas¹⁸, tenderiam, potencialmente, a uma melhor e mais acertada condução e orientação das

¹⁸ Realizamos, aqui, uma distinção entre *experiência* e *vivência*. Em relação à primeira, entendemos que se pauta em certas premissas, hipóteses e pressupostos extraídos de uma avaliação/reflexão de acontecimentos e fatos decorrentes de ações e atitudes ligadas às circunstâncias e questões da imediaticidade pragmática da impositura da reprodução

ações a serem perpetradas, possibilitando, mesmo, saltos qualitativos pela elucidação e aprendizado fornecidos pelos confrontos específicos entre capital/trabalho mediante a particularidade da forma e intensidade da luta travada pela classe trabalhadora de acordo às condições e circunstâncias histórico-sociais-produtivas singulares a sua contextualidade e territorialidade, bem como extraterritorialidade, uma vez que as especificidades dessa luta só podem ser eficaz e positivamente eliminadas e transcendidas se forem criadas as condições sociais-objetivas em escala global, pelo internacionalismo e solidariedade inabalável e irrefragável do proletariado em sua totalidade¹⁹.

cotidiana, é a tentativa de reorientar a prática, de transformá-la numa práxis consciente e consequente, numa relação onde a prática orienta a teoria e a teoria reorienta a prática, tornada práxis. Já no que se refere à segunda, reporta a ações e iniciativas tomadas pela exigência da própria força das circunstâncias, para as quais não há referencial prévio devido à novidade original que representam obrigando os indivíduos sociais a responderem da melhor forma possível dentro das perspectivas e possibilidades presentes e apresentadas. A adequação ou não do modo de intervenção só pode ser precisada mais acertadamente *post fatum*. O problema colocado por essa condição histórico-social e por essas situações excepcionais próprias ao ser do ser social e humano, porque ser que está em constante devir, fazendo-se e em construção permanente, jamais podendo estar completamente construído, senão, seria a negação da própria história, de sua processualidade e da ontologia do ser social, é a capacidade, ou a ausência dela, que certos indivíduos [quando nos referimos aos indivíduos, está implícita a idéia de “indivíduo social”. Não é apenas uma adjetivação predicativa, ao contrário, revela uma importância inestimável ao denotar que é o indivíduo quem constrói sua individualidade através do social, da intercambialidade do conjunto das relações da sociabilidade humana, que produz seu ser genérico e possibilita a entificação do seu ser específico, sua diferenciação enquanto indivíduo; porém, uma diferença que só é dotada de sentido se servir para o enriquecimento das demais individualidades que se integram na complexidade das determinações estruturais da vida social] apresentam de pensar e agir dialeticamente, discernindo e identificando o que são as positivities e negatividades das tendências perspectivadas e entreabertas por esses momentos singulares da processualidade do devir do mundo dos homens e, deste modo, orientar as ações dos demais para uma práxis que possa realizar, com êxito, a humanização dentro da concretude do horizonte virtualmente possível. A consideração realizada por Trotsky [MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY. *A Questão do Partido*. Trad. Elisa Helena de Vidal Chaves, Viven Lando. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1978, p. 117 e 119] a esse respeito é pertinente, reforçando nossa reflexão, pois segundo suas observações e constatações, esses personagens são cruciais nos processos de transformação social, como fica demonstrado e se verifica através do desencadear dos fatos que culminaram com a Revolução de Outubro, marco da inflexão radical da Revolução Russa. Conforme Trotsky, sem a liderança e atuação de Lênin e, acima de tudo, pelo que representava e significava para as vanguardas e quadros dos partidos do movimento operário russo não teria sido realizada a Revolução de Outubro. Sua vinda ao local onde se colocava uma “situação revolucionária” foi fundamental ao desfecho dos acontecimentos, ele foi o elemento aglutinador para a articulação e implosão do processo revolucionário. Assim, somos levados a pensar, e mesmo obrigados a aquiescer, que quando se manifestam essas situações excepcionais concretas se não houver a atuação de uma ou algumas *personalidades geniais* a oportunidade pode ser lamentavelmente perdida. Esses *condottiers*, que trazem em si o germe de liderança, desabrochado e desenvolvido pela potencialização da agudização das contradições e antagonismos irremediáveis e irreconciliáveis da luta de classes, são o produto de condições materiais e subjetivas, conseguem perceber os anseios e necessidades de seu tempo e são capazes de se antecipar ao rio tempestuoso da fortuna, organizando e mobilizando as massas, dando-lhes forma e contorno, plasmando um projeto e programa político-social provido da intelecção do real, das exigências e necessidades postas e conclamadas para a realização da emancipação humana, com o qual o proletariado se identifica, nele se enxergando e reconhecendo a condição para a supressão de todo o estado de coisas atual, promovendo o salto qualitativo da tomada de consciência do *em si* para o *para si*.

¹⁹ Infelizmente, essa necessidade ainda hoje continua latente, sua premência é sentida de modo cada vez mais agudo, crônico e intenso, porém no estágio atual em que nos encontramos enredados, a classe proletária – fragmentada, enclausurada nas fronteiras estatais da nacionalidade, reduzida e ludibriada pelo discurso falacioso da “*parceria*” e “*colaboração*”, que prega o fim da luta de classes e das próprias classes – vive um refluxo e um retrocesso

Os primeiros esforços para a formação do *Partido Proletário* – reconhecida, dada e posta sua necessidade ontológica – foram empreendidos por Marx e Engels em 1847, através da reorganização estrutural, teórica e prática da Liga dos Justos, vista como vital e inadiável por seus próprios membros, que compreendem as limitações idealistas do socialismo crítico-utópico e buscam o auxílio mediativo do conhecimento científico das contradições do real a fim de desenvolver uma práxis eficaz.

O comunismo científico e o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, eram difundidos e encontravam ressonância comprovada na própria realidade. Os trabalhos e discussões promovidos pelo Comitê em Bruxelas, fruto da maturação intelectual e política de Marx e Engels, que desenvolverão e colocarão em prática um conhecimento científico próprio e superador, fundando uma via alternativa verdadeiramente viável ao capital e seu sociometabolismo, ganharão cada vez mais notoriedade, e a Liga dos Justos – primeiramente denominada de *Liga dos Proscritos*, ou *Liga dos Banidos* – convence-se da necessidade de reestruturar e reorientar sua forma de compreender e intervir na realidade.

Antes de 1847, Marx e Engels haviam recebido alguns convites para integrarem-se à Liga dos Justos, cuja base de atividades fora transferida de Paris para Londres. Porém, como discordavam da linha de atuação daquela, conspirativa e idealista, recusaram prontamente, sem entremeios de conversações. Todavia, a mudança de perspectiva acenada pelo “centro diretivo”, que estava persuadido da adequada e apropriada orientação de base científica apontada e defendida por Marx e Engels, que eram tidos e vistos como os únicos capazes de promover a orientação para uma *práxis eficiente e eficaz* ao movimento operário, superando o idealismo, romantismo e artificialismo dos sistemas socialistas precedentes, alterou o contexto e entreabriu a possibilidade de aproximação e conversação empreendida e posta em andamento por um dos membros da Liga, o relojoeiro Joseph Moll.

Cabe aqui realçar alguns aspectos que foram determinantes para a mudança de mentalidade e forma de atuação da Liga. Podemos mesmo sustentar que o “momento predominante”, propulsor da guinada ideológica significativa, é criado quando da transferência da sede de Paris para Londres, uma vez que é justamente nessa localidade que a luta dos

obliterante e obliterador, uma regressão tão mortificante que impossibilita, embora as condições materiais e objetivas estejam postas efetivamente, até mesmo a tomada de consciência da classe “*em si*”. A impressão que se tem é a de que estamos “*perdidos no limbo*”, parafraseando Gil Vicente.

trabalhadores já havia acumulado e desenvolvido uma rica e embasadora experiência reivindicativa/combativa, diferenciando e marcando a trajetória dos trabalhadores londrinos, heterogênea e dinâmica, iniciada com o movimento Cartista a partir de 1839 que, embora de caráter essencialmente e fundamentalmente reivindicatório, delineia o romper do processo de tomada de consciência da classe “em si” e, apesar de todas as limitações que tal nível de consciência implica, porque ainda apegada às questões da candência do imediato, é o ponto de partida da consciência de si, do “em si” da classe, que só adquire outra determinação e renovada orientação e postura no transcorrer do acirramento dos confrontos e embates revolucionários e efervescentes contra o capital e suas personas.

A nascente luta desses trabalhadores pelos “direitos civis e democráticos”, mesmo que de antemão restritivas, como o demonstra a própria estrutura das Trade-Unions, muito mais defensiva, assistencialista e sem ultrapassar as questões imediatas, como frisou e alertou Engels, serão determinantes no processo de constituição do projeto e programa tático-estratégico do proletariado, evidenciando os limites da emancipação política, que virão à tona pela própria luta pelo poder político, e colocando a necessidade irrefutável da luta política enquanto mediação para a realização efetiva da emancipação humana.

É justamente o andamento dessa luta, desses embates, que contribuirá para a necessária mudança na forma de atuação e visão da Liga, culminando na emergência de um novo programa político e uma nova concepção de socialismo, onde a ciência adquire função social relevante e fundante para a superação das contradições do real e dos problemas sociais. Mesmo os trabalhadores, que antes encaravam com descrença e desconfiança as pessoas instruídas, percebem o quanto a correta e adequada apreensão dos por quês e causas essenciais dos aparentes fenômenos pode auxiliá-los e orientá-los a desenvolver uma práxis mais combativa e ofensiva em prol da realização efetiva de seus interesses e necessidades, que não são apenas os de sua classe, mas de toda a humanidade, pela própria natureza social, humana, genérica que representam e encarnam como condição do fim do atual estágio de “pré-história” da humanidade em benesse da verdadeira “construção em permanência” da história plenamente humana.

O novo posicionamento da Liga perante as condições e circunstâncias histórico-sociais postas foi explicitado por intermédio de uma mensagem veiculada através de seus órgãos a todos os seus membros, que não deixava dúvidas da influência exercida e sentida pelo ideário difundido de maneira incendiária pelo comunismo científico de Marx e Engels em franca atividade via o

Comitê de Correspondência de Bruxelas, tanto que nessa comunicação disseminada se colocava a necessidade premente da criação de um Partido Proletário; da avaliação e reorientação em relação às questões táticas, sua eficácia e importância, como, por exemplo, a atitude em relação às diferentes camadas da burguesia, aos demais partidos não-proletários, à própria democracia. Esse processo de refundação e reestruturação, sua incontestável urgência inadiável, fez com que a Liga propusesse a convocação de um Congresso Comunista Internacional, onde seria tirado o programa tático e estratégico para o movimento proletário e comunista em escala global.

Marx e Engels viram nessa reviravolta e renovada contextualização da Liga a possibilidade virtual de estender o raio de alcance e de mobilização e organização do movimento proletário, condições a sua efetiva internacionalização, dado que a Liga era já um organismo que transcendia a espacialidade e territorialidade do local, ainda que de uma maneira limitada, mas substancial, já que era incontestável a pluralidade de nacionalidades de seus associados, o que amplia sua visão das particularidades e especificidades de atuação e práxis, além de que também viu estimulada a promoção de um avanço significativo da perspectiva teórica, devido à consciência de que o triunfo de uma revolução proletária só seria corretamente possível e viabilizada se ganhasse dimensão européia e, principalmente internacional. Desta feita, poderia exercer a função de organizar as bases da formação e constituição do Partido Proletário Internacional.

Nas conversações realizadas com Moll, ficou acertado que Marx e Engels teriam a oportunidade de expor os princípios do comunismo crítico-científico no Congresso Comunista Internacional a ser promovido pela Liga, convencida da justeza da análise e concepção de mundo marxiana/engelsiana e que somente ela poderia elevar a Liga a um novo patamar teórico/prático, superando, positivamente, as velhas e viciadas formas de intervenção. Assim, como a própria Liga reconhecia seus equívocos táticos e estratégicos, estando disposta e aberta à refundação, e convidava Marx e Engels para colaborarem ativa e decisivamente em sua reorganização e reestruturação, a fim de que possa fazer frente à nova configuração da situação histórico-social concreta e aos objetivos visados. De forma que ambos não podiam recusar, ainda mais, como bem reconheceu e precisou Engels, que os fatos econômicos são uma potência histórica decisiva, de incisividade ainda mais acentuada com as vicissitudes que marcam e constituem o mundo moderno, perfazendo a base

sobre a qual nascem os hodiernos antagonismos de classe; e que esses antagonismos de classe, por sua vez, nos países em que, graças à grande indústria, se acham plenamente desenvolvidos, como principalmente na Inglaterra [atual sede da Liga], constituem a base para a formação dos partidos políticos, das lutas entre os partidos e portanto de toda a história política.²⁰

Sendo assim, o enfrentamento e confronto do trabalho contra o capital, sua maturação pela luta política consciente e conseqüente e respectiva mobilização e organização da *classe como Partido*, ciente da indispensabilidade do *embasamento científico* para a afirmação e realização concretamente superadora de uma *revolução político-social*, uma *revolução política com “alma social”*, como dirá Marx, muito mais tarde, nos *Glosas Críticas*, será o fruto gestado através de um longo processo que, pelas necessidades e circunstâncias experimentadas e vividas no momento histórico-social de então colocava na ordem do dia, e como condição, atividades combinadas de *propaganda*, *ação permanente* e *organização*, esforçando-se por elucidar os fundamentos concretos da sociedade comunista, sua protoforma proletária, desvelando e evidenciando a natureza social real da sociabilidade, sua formação econômico-social particular e específica, determinando, plasmando e orientando as ações e objetivos, a curto, médio e longo prazo do movimento proletário a nível local, regional, nacional e internacional, escalas de grandeza interdeterminantes e interdeterminadas.

No encontro de Moll com Marx e Engels, também foi dada a incumbência aos dois amigos de redigir o *programa* a ser apresentado no Congresso, contemplando a nova forma e conteúdo da Liga e sua reorientação e refundação estrutural. Na sequência, Marx e Engels iniciaram os trabalhos para discutirem os assuntos da formação e constituição do Partido Proletário, suas questões táticas e estratégicas e programa. Embora Engels estivesse em Paris e Marx na Alemanha e atuando ativamente em Bruxelas, nas comunidades belgas, trocavam correspondências frequentes analisando e refletindo as questões de organização ligadas à preparação do congresso, aos pontos a serem abordados, explanados e discutidos, os encaminhamentos, os aspectos cruciais, tanto teóricos quanto práticos, bem como o envio de delegados.

²⁰ ENGELS, Friedrich. “*Para a História da Liga dos Comunistas*”, p. 137, in ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ªed. Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. Org. e Introdução Marco Aurélio Nogueira. Petrópolis: Vozes, 1989.

O I Congresso da Liga dos Justos realizou-se em Londres, entre 2 e 9 de Junho de 1847. A profunda mudança do caráter e atuação da Liga foi evidenciada e confirmada pela sua conversão – em sentido profundo e amplo – de *Liga dos Justos* para **Liga dos Comunistas**, referendada pelo Congresso como um todo, deixando às claras a proposta, orientação e atuação da Liga dali por diante. Para Marx, o objetivo imediato da Liga era a propaganda do comunismo, reafirmada pelo contexto de repressão, perseguição e censura disseminado e erigido pelos estados absolutistas em franca reação contra-revolucionária, que obrigava os emigrados políticos a revestirem suas atividades de mobilização e organização política da classe proletária com a clandestinidade, dificultando o acesso e difusão do ideário e projeto comunista às massas, isolamento que deveria ser combatido através do trabalho combinado e associado a uma rede de sociedades operárias *abertas*, entrar em contato com as já existentes e criar outras, fortalecendo a atividade de propaganda para a educação política das massas, visando sua mobilização e organização para o triunfo da revolução social.

A atividade propagandista é uma forma de fortalecer a luta da Liga de *dentro para fora* e, principalmente, *de fora para dentro*, porque as massas têm papel e função predominante e determinante quando dos momentos potencialmente virtuais à radicalização das lutas políticas para a emancipação humana. Ainda sobre a necessidade de educação e politização das massas, exemplar é a criação, por iniciativa de Marx e Engels, da *Sociedade Operária Alemã*, em Bruxelas, em fim de agosto de 1847, cujos membros da Liga dos Comunistas realizaram um sério e comprometido trabalho entre as massas nesse sentido.

Em reuniões dessa Sociedade, Marx proferiu algumas conferências sobre economia política aos operários, pois estava convencido da necessidade e importância crucial de esclarecer e tornar inteligível para os trabalhadores a essência das contradições sentidas e experimentadas por eles no seu dia-a-dia, explicitando a lógica de funcionamento e reprodução do sociometabolismo do capital e a essência da exploração capitalista, denunciando as mistificações apologéticas dos discursos e teorias burguesas-liberais. Essas conferências seriam publicadas, parcialmente, em 1849, quando esteve sob a direção do jornal da Nova Gazeta Renana, com o título de *Trabalho Assalariado e Capital*. Apesar de certas limitações desse escrito, revistos e corrigidos por Marx e Engels mais tarde, é entendido como parte do processo de formação, desenvolvimento e construção da teoria econômica de Marx, que encontraria seu ponto de culminância com os *Grundrisses* e o *Capital*.

A preocupação diretiva e primeira do congresso é a divulgação e amadurecimento dos novos princípios táticos-práticos adotados e, no intuito de criar as condições objetivas e subjetivas para essa revigorante fase, caberá a Engels e a Marx a redação final de um documento inicialmente elaborado pelo primeiro como *Projeto de uma Profissão de Fé Comunista*, seguindo o estilo da época de cartilha, com perguntas e respostas, tecendo uma composição crítica, lúcida e filtrada das variadas tradições e discursos presentes no congresso, tendo por linha mestra e condutora o comunismo científico de Marx e Engels.

O fato de esse documento ser repassado para avaliação, discussão e análise às comunidades e associações locais demonstra a permanente preocupação com o acompanhamento dos núcleos de base, pois tanto Marx como Engels acreditavam que numa organização proletária não deveria haver lugar para o *culto da personalidade dos chefes* e todos os abusos de poder daí decorrentes, envoltos pela *superstição da autoridade*.

Em carta à Marx²¹, Engels envia-lhe, para apreciação, o texto melhorado do *Projeto de Profissão de Fé*, que seria apresentado no II Congresso da Liga, que também contaria com a participação e presença, fundamental e peremptória, de Marx, impossibilitado de comparecer ao primeiro por questões financeiras.

A redação melhorada foi intitulada *Princípios Básicos do Comunismo*, ainda revestida pela velha forma de interlocução, que Engels entendia e apontava como pobre e insuficiente aos propósitos em questão, mesmo que a composição tivesse sido aprofundada em suas concepções basilares, expondo os princípios básicos do comunismo científico e da plataforma tática de uma organização proletária internacional, foi categórico ao dizer que *a forma não prestava*, servindo apenas para nortear a discussão e defesa dos princípios e da tática no II Congresso, muito mais um rascunho que o *Manifesto* propriamente. Estava convicto de que era necessário aprimorar e desenvolver uma fundamentação histórica veemente, sintética, porém precisa, evidente e incontestável, sem hiatos, impensável na forma de questionário, de catecismo. Sugere que intituem o escrito de *Manifesto Comunista*.

Marx é de pleno acordo, de modo que os *Princípios Básicos do Comunismo* servirá, tão somente, de anteprojeto para a estruturação do Programa definitivo, embasado pelo conteúdo das relações sociais e de produção reais, desenvolvidas e postas pelo devir histórico-social concreto

²¹ Marx estava residindo na Alemanha por essa época e iria para o II Congresso como delegado da região de Bruxelas e Engels, em Paris, iria como delegado da capital francesa, revolucionária por excelência.

do mundo dos homens e do seu *ser precisamente assim existente*. A *ontologia da classe como Partido*, um Partido militante, uma militância precisamente exigida e necessária.

Marx e Engels se encontram a caminho de Londres e conseguem discorrer sobre os principais problemas a serem resolvidos no Congresso. Este, o II Congresso da Liga, realiza-se de 29 de Novembro a 8 de Dezembro de 1847. As discussões foram acaloradas e as ponderações de Marx, a força irresistível do poder e lucidez de suas análises e reflexões se punha inabalável, implacável e incontrastável perante sua argumentação e fundamentação, científica e apaixonada²².

O resultado não poderia ter sido outro que não a aprovação, por uníssono e unanimidade, dos novos princípios táticos, programáticos e estratégicos, orientados pelo comunismo científico de Marx e Engels, a doutrina proletária por excelência, a base da solidariedade humana e não apenas da classe, consubstanciada pelo *mote* **“Proletários de todos os países, uni-vos!”**, que substituía o antigo, de carga judaico-cristã generalizante e pacifista, do **“Todos os homens são irmãos!”**. O novo princípio desnudava a essência da luta pela emancipação humana, a emergência da luta de classes, o “motor” da história para a superação da “pré-história” de até então, colocando às vendas, e à nu, a essencialidade necessária do internacionalismo proletário, de sua mobilização e organização na luta política para alcançar e realizar, concretamente, a emancipação humana, para além da política, para além dos interesses e necessidades de classe, para além das próprias classes, recolocando a ontologia do ser social e do trabalho, do “fim em si

²² Não poderíamos deixar passar a oportunidade de registrar como a *personalidade* e o próprio *caráter* de Marx era entendido e sentido por todos aqueles que o ouviam e viam. O testemunho de Friedrich Lessner é revelador, modesto aprendiz de alfaiataria e um veterano do movimento operário, traria sempre consigo o significado impactante daquele encontro [em algumas das sessões do II Congresso que presenciou], reconhecendo naquela figura o futuro “mestre” do proletariado internacional. *“Quando vi Marx senti imediatamente a grandeza e a superioridade deste homem notável. Apoderou-se de mim um sentimento, o sentimento da certeza de que o movimento operário, dirigido por tais chefes, teria de vencer”*. Ainda citando excertos da biografia de Marx, destacamos as seguintes passagens, que retratam um pouco mais da eloquência e presença distinta e distintiva desse ser humano. *“O auditório estava extremamente impressionado com a inteligência e erudição, com a vontade inflexível e a energia transbordante deste homem, que não tinha nem a arrogância, nem a afetação tão características dos lacaios políticos da burguesia e por vezes mesmo de certos dirigentes socialistas. Intransigente para com seus adversários ideológicos, asperamente mordaz em relação aos trapaceiros e aos sectários empedernidos, Marx era sempre simples, cordial e atencioso para com os revolucionários dedicados à causa da classe operária, para com os operários. [...] Lessner e outros estavam particularmente subjugados pelos discursos [proferidos] por Marx nas reuniões operárias. ‘Marx nasceu para ser chefe do povo. O seu discurso era curto, fluente, de uma lógica implacável; não proferia quaisquer palavras supérfluas. Cada frase (continha) um pensamento e cada pensamento (constituía) um elo necessário da cadeia de sua argumentação’”*. MARX, Karl. *Biografia*. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983, p. 164.

mesmo” como fundante e condição para o desenvolvimento de outros complexos sociais parciais, já que o trabalho funda mas não esgota o ser do ser social.

A solidariedade internacional dos trabalhadores, a base ontológica dessa solidariedade é demonstrada e comprovada pelo próprio pôr social e societal dos homens dentro da sociabilidade capitalista, que põe como exigência a necessidade da unidade, coesão e luta comum da classe operária contra a “escravidão moderna” e exploração capitalista, em bases sempre renovadas e reconfiguradas pelo desenvolvimento inexorável das forças produtivas, redirecionando, constantemente, as relações sociais e de produção, como comprovam as inovações e reestruturações produtivas-organizacionais de gestão e controle da produção.

A tarefa de Marx e Engels, terminado o Congresso, consistia em dar uma redação final aos *Princípios* e, assim, a partir desse momento, a Liga dos Comunistas, e seu principal fruto: *O Manifesto do Partido Comunista*, passaria ao reconhecimento legitimado de primeira organização socialista radicada nos princípios do comunismo científico, desenvolvidos e fundados pela apreensão do movimento concreto do real, capturado por Marx e Engels, contando com a participação política direta e ativa desses homens de infinita magnitude. Eis o marco da fusão e elo inquebrantável do marxismo com o movimento operário e da solidariedade internacional do proletariado.

Logo após a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, precipita-se o levante em Paris, que traria nova luz e novos elementos para a luta política, tática e programática do movimento operário. Marx e Engels acompanharão com atenção todo o processo, e Engels ativamente, pois se envolverá diretamente nos enfrentamentos em Paris.

O desencadear dos fatos e a sequência dos acontecimentos promoverão mudanças substanciais na forma de organização e atuação pensados por ambos em relação ao movimento e Partido Proletário. Terão um novo posicionamento referente à luta pelas “liberdades e direitos civis democráticos”. O alcance e limites dessa forma de luta eram claros para ambos desde o princípio, pelas próprias origens burguesas. Só que após 1848-1849 fica mais evidenciado do que se poderia supor a necessidade da independência ideológica e política total dos proletários em relação aos segmentos burgueses, principalmente em relação à pequena burguesia, inconstante e volúvel, à mercê e em conformidade com as “correntes de ar”.

O proletariado não poderia mais aventurar-se como “corpo executante” para ganhar, no decorrer, a “cabeça sentenciante”. Teria, desde o início, de atuar como e com “cabeça e corpo”,

não seguindo, mas sendo seguida, não engrossando fileiras, mas tendo as suas próprias fileiras engrossadas. É o que teremos ocasião de constatar ao acompanharmos a reflexão e análise desenvolvidas por Marx em *As Lutas de Classe em França*.

Também ficaria evidenciado, nos idos de 1849-1850, que a iminência de uma nova revolução social fora uma ilusão, um equívoco, pois a recuperação da indústria e do comércio praticamente paralisava, pela desmobilização impulsionada pelo aquecimento econômico e novo alento à pequena burguesia, o movimento revolucionário. A revolução social era refreada, uma nova configuração e articulação de forças se desenhava e era necessário apreender a lógica dos fatos e preparar o movimento operário para enfrentar e se munir frente aos novos desafios e problemas qualitativa e quantitativamente superiores e aprofundados dessa nova etapa do sistema sociometabólico capitalista. A revolução não poderia ser fabricada, como era da vontade e desejo da Liga, que acenava com tonalizações de discursos e ações regressivas.

Nesse meio tempo, Marx e Engels voltam sua atenção e canalizam as energias para acompanhar e organizar as atividades revolucionárias na Alemanha, através da *Associação Operária de Colônia* – centro ideológico de todo o movimento operário alemão –, e terão em mãos a direção do jornal : a *Nova Gazeta Renana*, que acabará desempenhando o papel antes cabido à Liga, com o objetivo imediato de propaganda e difusão do comunismo, denunciando e expondo toda a lógica capitalista escamoteada pelos discursos apologistas de seus principais ideólogos, que eclipsavam e confundiam os operários e a massa da população. O periódico torna-se o *autêntico meio revolucionário formador* do proletariado, o seu “exército proletário”, promovendo, por seus artigos e análises fulminantes, as bases teóricas que serviriam de orientação para o futuro Partido Proletário. O operariado alemão, apesar do reacionarismo e conservadorismo de sua burguesia, mostrava-se à altura e melhor preparado para encabeçar e por em prática a luta revolucionária do proletariado, estando à direção do movimento internacionalista.

O centro diretivo de Londres vai se distanciando do centro de Colônia, a concepção conspirativista/idealista novamente vai angariando espaço. A Liga dos Comunistas vai perdendo seus critérios parametradores teórico-práticos, e o movimento regressista vai ganhando vulto, sendo seduzida e retomando as costumeiras práticas sectaristas, conspirativistas, românticas, de evasão no tempo e no espaço. O racha entre Londres e Colônia se dá no final de 1849-1850,

sinalizado o “canto de cisne” da Liga Comunista, que seria oficialmente sepultada em 17 de Novembro de 1852.

Entretanto, a experiência e curta duração e existência da Liga contribuiu enormemente para trazer à tona as deficiências e imaturidade do movimento proletário, a precocidade da luta emancipatória de uma classe que ainda não havia alcançado a maturidade, já que a condição dessa maioria interdeterminava-se, insuprimivelmente, ao desenvolvimento pleno da grande indústria e às novas configurações e rearranjos pressupostos para funcionalidade, operacionalidade e reprodução do processo de valorização do valor.

As tentativas e esforços empreendidos por Marx e Engels para transformar as atividades da Liga e seu núcleo numa organização efetiva para o movimento proletário internacional, criando as condições para a constituição e formação da *classe como Partido*, do Partido Proletário, não obtiveram o êxito tão premente e necessário. Ainda assim, passos significativos foram dados, ou mesmo ensaiados, ao menos no que concerne aos princípios táticos e programáticos, cuja organicidade adquire um caráter de certa permanência, apesar das descontinuidades das renovadas situações histórico-sociais postas pelo devir imutável do mundo dos homens.

Cabe aqui o atestado pronunciado por Marx e Engels em relação ao legado deixado pela Liga, que, em certo sentido, serviu de adubo e fermento para a luta revolucionária do proletariado, para expor a função e papel que lhe cabe no processo da emancipação humana. Por esta razão, transcreveremos as citações no corpo do texto.

Apoiando-se na herança ideológica da Liga dos Comunistas, Marx, Engels e seus companheiros prosseguiram esta luta [a luta pela emancipação humana]. Sublinharam incansavelmente o destacado papel da Liga na história da luta de libertação do proletariado, a ligação hereditária entre a sua atividade e o movimento operário ulterior. Ela foi a primeira organização política do proletariado que, na aurora do movimento operário, se reclamou dos princípios do comunismo científico e os difundiu no seio das massas proletárias. O programa da Liga era o imortal *Manifesto do Partido Comunista*. Através da propaganda das suas idéias a Liga dos comunistas prepara o terreno para o desenvolvimento ulterior da luta proletária.

Como primeira forma histórica do partido proletário criada com base no comunismo científico e tendo marcado o início da união deste com o movimento operário, a Liga dos Comunistas foi o antepassado das organizações operárias e comunistas revolucionárias posteriores. A Liga dos Comunistas não agrupava apenas operários alemães; foi a iniciadora de um agrupamento internacional das forças de vanguarda do proletariado na base da doutrina revolucionária mais progressista. Foi a primeira organização comunista internacional do proletariado, precursora da I Internacional.

O papel da Liga dos Comunistas na formação dos primeiros quadros de revolucionários proletários foi enorme. Engels escreveu que a Liga foi uma maravilhosa escola de atividade política para os participantes na luta revolucionária. Muitos dos futuros dirigentes da Internacional saíram dela.²³

A Liga dos Comunistas permitirá a Marx e a Engels aprimorarem sua atuação programática, uma experiência política-social de inestimável valor que muito influirá na retomada e aproximação das atividades e com o movimento operário em 1864, quando da formação da *I Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)*. Com o fim da Liga, tanto Marx quanto Engels, além do desterro, principalmente para Marx, afastaram-se do engajamento político direto, ainda que mantivessem o contato e conhecimento com os movimentos, associações, órgãos e demais formas de mobilização e organização manifestas ou em gestação embrionária do movimento operário. Também estarão sempre a par dos acontecimentos, recebendo informes e notícias de todos os cantos e recantos do globo.

Houve mesmo um tempo em que Marx acreditou ser mais útil e produtivo à classe trabalhadora continuando seus estudos e produzindo artigos, trabalhos e material para orientar a práxis revolucionária consciente, consequente, eficiente e eficaz. Sua postura e visão apenas seria abalada e alterada com o contexto histórico-social de 1864 e o convite recebido para ingressar e integrar o comitê organizador da I Internacional Proletária. Certamente, a experiência de 1847 a 1852 foi de grande serventia e em muito deve ter contribuído para o processo de reorientação das táticas e programa para a fundação do Partido Proletário de *Novo Tipo*, como ele mesmo passou a denominar.

Mészáros²⁴ diz que devemos procurar apreender qual dos movimentos sociais atuais que se apresentam trazem, “em si” e “em germe”, um potencial de superação ao existente, um “diferencial qualitativo” pela própria proposta que se põem e abraçam, mesmo que eles próprios não tenham consciência da dimensão e do próprio significado, dado que o mesmo é posto, ainda que não *apropriado*, pela possibilidade de situação revolucionária entreaberta pelas circunstâncias e condições do estágio de desenvolvimento e maturação histórico-social concreta das relações sociais e de produção. Talvez isso explique e, de certa forma, justifique a avaliação realizada por Marx quando da aceitação para integrar o comitê organizador da primeira AIT, pois

²³ MARX, Karl. *Biografia*. Op. cit., p. 290.

²⁴ MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. 2ªed. Rev. e ampliada. São Paulo: Ensaio, 1996. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato; v. 5)

segundo consta, sua aquiescência advém do fato de ter apreendido e percebido que as determinações reflexivas do real permitiriam uma atuação verdadeiramente eficaz, diferentemente do contexto de 1847-1852.

Resta-nos agora centrar nossa atenção sobre a *importância e significado* do *Manifesto do Partido Comunista*, já que, adiantando um pouco da nossa exposição, acreditamos tratar-se de algo que vai muito para além de um “documento histórico”, ainda que também o seja, o que é fato.

Podemos dizer, como forma de preparar o terreno à nossa próxima incursão, que o *Manifesto* é o ponto alto de uma trajetória existencial/intelectual fecunda iniciada em 1840, tanto por Marx quanto por Engels; uma sistematização exigida pela necessidade de superar e estabelecer a distinção qualitativa entre o comunismo científico e o socialismo crítico utópico e demais tentativas de alternativa ao capitalismo.

Enquanto um esboço e prévia-ideação da práxis efetiva, da objetivação e externalização da ontologia da própria classe proletária, além de empreendimento crítico para apreender o *movimento do real* e a concretude das situações concretas postas histórico-socialmente, descartando, assim, a teleologia que muitos, anteriormente, imputaram à história, o *Manifesto* traz os germes – portanto, “traz em si” –, a determinação ontoreflexiva da *classe como Partido*, de importância fulcral a ser exercida pela “função social organizativa-mediativa” que deve prestar para que a luta pela emancipação política seja radicalizada e superada na constituição da classe “para si” a fim de se conquistar e realizar, concreta e efetivamente, a emancipação humana.

**III. O Manifesto do Partido Comunista: uma concepção possível de política
para Marx**

O pensamento basilar que percorre todo o *Manifesto*, a saber: que a produção econômica, e a estrutura social dela necessariamente decorrente, de qualquer época histórica constitui a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da posse comunitária primordial das terras) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diferentes etapas do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora uma etapa em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem ao mesmo tempo libertar para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes – este pensamento basilar pertence única e exclusivamente a Marx.²⁵

Nos prefácios de Engels ao *Manifesto do Partido Comunista*, que datam, respectivamente, de 1872, 1882, 1883, 1890, 1892 e, por fim, 1893, aspectos relevantes são evidenciados e acreditamos ser elucidativo explorar aqueles que apresentam uma conexão reflexiva determinante ao nosso intento. Outros serão explorados no decorrer da análise do próprio *Manifesto*.

Iniciamos com a transcrição literal das palavras de Engels ao prefácio de 1883, dado que desvela a fundação e importância históricas da publicação do documento tornado a proposta e programa teórico-prático pormenorizado à constituição da *classe proletária*²⁶ *como Partido*.

O *Manifesto* enquanto “documento histórico” interdetermina-se como parte do processo de “tomada de consciência de si” do proletariado, do “conhece a ti mesmo” para que as potencialidades, capacidades, interesses e necessidades dessa classe sejam desvelados. Expõe a visão de mundo do movimento operário e de deles próprios, seu lugar e papel na história do devir do mundo dos homens. Trata-se, pois, da **ideologia** da classe proletária, entendida do modo de apreensão lukacsiano do conceito, enquanto idéia que significa e dá sentido à ação humana, não apenas para um indivíduo social exclusivamente, e sim para um grupo social, que não é forjada, mas concretamente verificada no desenvolvimento da processualidade histórica-produtiva-social²⁷.

²⁵ ENGELS, Friedrich. *Prefácio à edição Alemã de 1883* [do Manifesto do Partido Comunista]. MARX, ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p. 98-99. Os prefácios de Engels da presente edição decompõem dos organizados pela editora Vozes, de 1989. Optamos por trabalhar com a publicação da Avante e Progresso.

²⁶ Por proletários ou proletariado devemos compreender “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888 ao *Manifesto do Partido Comunista*] in, *Manifesto do Partido Comunista*. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (Org.) Marco Aurélio Nogueira. Trad. Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 66.

²⁷ “Na medida em que se expande num país a grande indústria, cresce também entre os operários desse país o desejo de esclarecimento sobre a sua posição como classe operária face às classes possuidoras, alarga-se entre eles o movimento socialista e aumenta a procura do *Manifesto*. De modo que não só a situação do movimento operário, mas também o grande desenvolvimento da grande indústria, se podem medir com bastante exatidão em todos os

Portanto, uma concepção e visão de mundo que têm por parâmetro norteador e critério ético-valorativo o fim de toda forma de opressão, exploração e jugo do homem pelo homem e sobre outro homem, o fim das classes, e que procura criar as condições objetivas e subjetivas para a construção superadora de uma nova organização societal, onde o embasamento do dinamismo do sociometabolismo seja a *autodeterminação humana* e que os conflitos e contradições daí decorrentes sejam de *novo tipo* e tenham, por função, origem e essência (ex)pôr a virtualidade positiva para plenificação possível da realização das capacidades, potencialidades, necessidades e interesses verdadeiramente humanos.²⁸

Daí a visão de mundo de classe da *Classe como Partido* e não do *Partido da Classe*, ou seja, somente essa classe, a classe trabalhadora, pode reapropriar-se e repôr o projeto político-social do *bem comum* e da *vida boa* para a coletividade humana. “*De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico*”.²⁹ O proletariado³⁰ -- e a proletarização³¹ crescente dessa classe --

países pelo número de exemplares do Manifesto que circulam na língua de cada país.” MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p. 102.

²⁸ Ver HELLER, Agnes. *Teoría de Las Necesidades em Marx*. Trad. J. F. Yvars. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

²⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 75-76.

³⁰ Esse conceito aparece ao longo do texto inúmeras vezes, porém, apesar de ser usual e frequente em escritos da perspectiva marxiana, o que torna implícito o seu significado, optamos por evidenciar a realidade que traduz uma vez que, na sequência, utilizamos outra conceitualização não meramente derivativa, como se verá, mas que aprofunda as condições e circunstâncias que envolvem o primeiro. Sendo assim, nos serviremos e emprestaremos da explicitação prestada por Engels, em escrito de 1847, que serviu de exercício de sistematização e esquematização do programa político-social comunista, esboçando, em linhas gerais, o conteúdo, posteriormente trabalhado e lapidado, que originaria *O Manifesto do Partido Comunista*. Era comum, na época, a redação de documentos dessa espécie em formato de questionários, com perguntas e respostas, conhecidos como catecismo ou profissão de fé. A nós interessa a resposta formulada por Engels a Segunda pergunta: “*que é o proletariado?*” Com a palavra, o ilustre autodidata: “*O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários é a classe trabalhadora do século XIX*”. (MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982. ENGELS, F. *Princípios Básicos do Comunismo*, p. 76.) E dizemos nós, sem receios e sem temor algum de cair em engodo, do século XX e também do XXI, embora modificada e metaformoseada por sua multifacetariedade de segmentos e novas dimensões surgidas pela expulsão da base produtiva de uma quantidade substancial de trabalhadores contribuindo para a agudização da proletarização e da precarização, atingindo os proletários e desproletarizados do sistema.

³¹ Esse conceito, aparentemente derivativo, como antecipamos, em essência, é um corolário tendencial à subsunção real do trabalho ao capital, correspondendo à degradação das condições de vida e reprodução de todos os indivíduos sociais que dependem da venda da sua força de trabalho para manter-se, perdendo, assim, o controle sobre seu “destino”, restando apenas o sentimento de impotência e prostração perante o “mal-estar” que, cancerigenamente, assombra e “consome” o mundo e os homens. “*O avanço da proletarização implica um nivelamento por baixo e a*

é não só produto como o produtor das condições de reprodução sistêmica do capital e portanto, a única classe que traz em germe a virtualidade latente de levar às últimas consequências a contradição imanente ao capitalismo entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Ocupam a posição de centralidade no modo de produção capitalista e constituem os produtores coletivos diretos das mercadorias, logo, são diretamente atingidos pela exploração e dominação burguesas do trabalho.

Conclui-se, pois, que a centralidade da classe proletária não se restringe tão somente à produção e ao produto, mas atinge o cerne nevrálgico do próprio sociometabolismo do capital, ou seja, as relações sociais e de produção e o desenvolvimento inexorável das forças produtivas, condição de manutenção da própria burguesia enquanto classe que, por conseguinte, contraditoriamente, termina criando os seus próprios coveiros.

A educação social e política das massas trabalhadoras realiza-se no esforço e desdobrar-se do cotidiano para garantir a manutenção e reprodução das condições materiais de existência³². Diferentemente das demais formações econômico-sociais que a antecederam, a capitalista tende a arrastar à proletarização as camadas da média e pequena burguesia ao proletariado³³. A concorrência intercapitalista, a revolução contínua e em escala planetária das forças produtivas atuam como elementos de ruína dos pequenos e médios produtores, que não tendo recursos nem meios para fazer frente as novas e renovadas exigências do processo de valorização do valor vão à falência.

Os antagonismos entre burguesia e proletariado, assim, se agudizam e tornam-se, cada vez mais, insuportáveis, forçando a classe trabalhadora a reconhecer que sua luta, independente da categoria e segmento de trabalho, consequência da divisão social do trabalho e sua respectiva

negação à mais limitada autonomia de que alguns grupos de pessoas chegaram anteriormente a desfrutar no processo de trabalho". (MÉSZÁROS, István. *Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje: Entrevista com István Mészáros*. Trad. Murilo Vieira Komniski. Lutas Sociais, nº6: NEILS; 1999, p.27-28.)

³² "O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência." MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.73.

³³ "As que até agora foram as pequenas camadas médias – os pequenos industriais, os pequenos comerciantes e os que vivem de pequenas rendas, os artesãos e os camponeses –, todas essas classes caem no proletariado; em parte porque seu pequeno capital não permite o exercício da grande indústria e sucumbe na concorrência com os grandes capitalistas; em parte porque sua habilidade é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado cresce por recrutamento em todas as classes da população." MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.73.

especialização – hoje o capital alcançou um estágio onde necessita, novamente, incorporar as fases da produção que havia separado.

Capital comercial, industrial e financeiro se mediatizam num movimento de “socialização dos capitais” e à força de trabalho é exigido que se torne o “trabalhador coletivo-combinado”, repondo a divisão do trabalho em novas bases³⁴ –, que aliena e reifica, contribuindo para quebrar a solidariedade de e entre a classe, tem o mesmo núcleo comum e irradiador: suas condições de vida e existência. A educação social e política galgada pelos proletários no transcorrer dos embates e confrontos com as personas do capital acaba, gradativamente, levando à eliminação da concorrência entre os próprios trabalhadores. É então que a classe trabalhadora se conscientiza e firma como *classe em si*³⁵, criando as condições objetivas e subjetivas para o salto qualitativo à dimensão consciente e consequente do significado da *classe para si*³⁶, capacitando-se a ser a portadora e fundadora de uma nova organização societal que tenha por princípio os verdadeiros interesses e necessidades humanos.³⁷

³⁴ “*O Capital e suas Novas Formas de Produção de Mercadorias*”. TEIXEIRA, Francisco José Soares. Revista Crítica Marxista, nº10. Boitempo: 2000, p. 19-21, 24, 26-28.

³⁵ De modo genérico e sintético, o conceito compreende a tomada de consciência dos proletários e proletarizados de suas precárias condições de vida, onde se colocam, organizam e manifestam sob a forma de luta política contra o capital. Trata-se da forma elementar embrionária de sua consciência política, servindo como processo de maturação e educação políticas.

³⁶ Estágio alcançado pela classe proletária e proletarizada de desvelamento das razões da precariedade de sua condição existencial, material e espiritual, consciência conquistada através da luta essencialmente movida pelas condições econômicas, mas que entreabre a possibilidade de superar as questões candentes e imediatas do cotidiano e da prática utilitária pela adequada apropriação e conhecimento da essência do real, levando essa classe a organizar-se enquanto Partido e através da luta política-social e da dominação política-social superar o atual estado de coisas e exterminar com toda a forma de poder e opressão, com toda forma de exploração do homem pelo homem, com a propriedade privada, com o aparelho jurídico-político de dominação política de uma classe sobre outra e, por fim, com todas as classes, restabelecendo o trabalho como “fim em si mesmo”, fundando o trabalho associado e pondo como dinamismo da vida societal a autodeterminação humana.

³⁷ No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendiam as fábricas, procuram reconquistar pela força a desaparecida posição do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, os operários constituem uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A aglomeração de operários em grandes massas ainda não é o resultado da sua própria união, mas da união da burguesia, a qual, para alcançar seus próprios objetivos políticos, é obrigada a colocar em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Nessa fase, portanto, os proletários não combatem os seus inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Assim, todo o movimento histórico está concentrado nas mãos da burguesia; toda vitória obtida nessas condições é uma vitória da burguesia.

Porém, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; concentra-se em massas cada vez maiores, sua força aumenta e ele sente mais tudo isso. Os interesses, as condições de existência no interior do proletariado igualam-se cada vez mais à medida que a maquinaria elimina todas as distinções de trabalho e reduz, quase por toda parte, os salários a um mesmo nível baixo. A crescente concorrência dos burgueses entre si e as crises

É justamente no transcorrer do processo de consolidação da burguesia como classe e de sua dominação política que o próprio proletariado também se constitui como classe e toma ciência da necessidade de sua autonomia política para uma dominação política que tem por finalidade maior *o fim de toda a forma de dominação política*³⁸ para dar início a uma História verdadeiramente humana.

Engels, no prefácio de 1890, chama nossa atenção para esse fato, ao atestar que “*para a vitória dos princípios apresentados no **Manifesto**, Marx confiava única e exclusivamente no desenvolvimento intelectual da classe operária, tal como este tinha necessariamente de resultar da unidade de ação e da discussão*”.³⁹ A classe trabalhadora é forçada, obrigada, empurrada e condicionada, pelas próprias determinações reflexivas da realidade experienciada e vivida, a organizar-se e nessas tentativas de organização vai aprimorando suas táticas, refazendo suas estratégias, extrapolando os estreitos limites das condições econômicas, enxergando e sentindo a necessidade da *luta política*, do enfrentamento inevitável e inadiável entre capital e trabalho, compreendendo, por fim, que necessita trazer para junto de si os *precarizados* – desempregados, temporários, trabalhadores do mercado informal – e demais *movimentos sociais* fragmentados e pulverizados pelos poros do metabolismo societal.

As novas configurações do mundo do trabalho e das relações sociais e de produção devem ser a preocupação fundante e determinante da *Classe como Partido*, pois somente a retotalização

comerciais que disso resultam tornam os salários dos operários cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna as condições de vida do operário cada vez mais precárias; as colisões entre o operário singular e o burguês singular assumem cada vez mais o caráter de colisões entre duas classes. Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses; reúnem-se para defender seus salários. Chegam até mesmo a fundar associações permanentes para estarem precavidos no caso de eventuais sublevações. Aqui e ali a luta explode em revoltas.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários. Tal união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação que são criados pela grande indústria e que colocam em contato os operários de diferentes localidades. E basta esse contato para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo caráter, numa luta nacional, numa luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.73-75.

³⁸ “Essa organização dos proletários em classe e, com isso, em partido político [...]”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.75.

³⁹ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p. 100.

do que foi propositadamente mutilado, e, assim, enfraquecido e facilmente reprimido e sufocado, pode criar as condições para a concretização de uma luta eficiente e eficaz.⁴⁰

Vai se delineando, deste modo, a *concepção de política* para Marx, que tem a função social de mediação para a conquista e tomada do poder político para por fim a toda e qualquer forma de poder político, uma vez que seu sentido e significado é de dominação, portanto, opressão, subsunção, exploração. Somente a classe que tem como condição ontológica fundante o *fim das classes* pode exercer um período de dominação política circunstancial e condicionalmente necessário para a criação das condições objetivas e subjetivas e realização das potencialidades virtualmente latentes no real para a emancipação e autodeterminação humanas.

Vemos, assim, que a *concepção de política* para Marx diverge em gênero, número e grau da de Aristóteles. Se para este último ela é uma *ontopositividade*, para o primeiro é uma *ontonegatividade*, embora necessária para a superação do atual estágio sociabilizatório que desentifica e desontologiza o próprio humano.

As evidências em relação a essa concepção marxiana de política vão se cristalizando no decorrer da exposição do *Manifesto*. Algumas citações de Marx a respeito são elucidativas:

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, *conquista do poder político pelo proletariado*.

[...] o proletariado deve, em primeiro lugar, *conquistar a dominação política*, elevar-se como classe nacional [...]

[...]

A *dominação do proletariado* fará com que desapareçam [as separações e os antagonismos nacionais entre os povos] ainda mais. A *ação unitária*, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação.

[...]

Quando as diferenças de classe desaparecerem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. [Novamente, *público* e *privado* se fundirão.] O *poder político* propriamente dito é o *poder organizado de uma classe para a opressão de outra*. Se na luta contra a burguesia o proletariado é *forçado a organizar-se como classe*, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de

⁴⁰ “O normal, porém, é que a formação da classe em si, barrada e bloqueada por tanto tempo, ao apresentar seus frutos, torne os operários mais ou menos conscientes de quem são os agentes finais das grandes transformações históricas. Que passem paulatinamente da descoberta da debilidade orgânica de sua ‘burguesia nacional’ para uma consciência clara de que a força motriz da história está, afinal, nas mãos das classes oprimidas e na capacidade de luta política dos seus setores mais organizados.” FERNANDES, Florestan. *Em Busca do Socialismo – últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995. “Nós e o Marxismo”, p. 179.

produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.⁴¹

Essa “dominação política” é, fundamentalmente, *democrática*, apesar da aparente contradição, pois é “*o movimento independente da imensa maioria no interesse da imensa maioria. Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias.*”⁴²

Por “dominação política” poderíamos entender o que mais tarde ficou conhecido e foi difundido por “ditadura do proletariado”? Estaria no *Manifesto* os germes da cientificidade desse conceito?

Acreditamos que sim, pois é um condicionante inerente à própria luta de classes, porém com um conteúdo especificamente diferenciado dos regimes ditatoriais assistidos até então na história social da humanidade. Uma “ditadura” da maioria em defesa das necessidades e interesses da maioria, portanto, legítima e legitimada pela totalidade da sociabilidade porque entendida como um momento ineliminável e imprescindivelmente necessário ao fim das próprias classes e da luta de classes, como bem explicita Marx na citação acima.

A condição para o livre desenvolvimento de todos, para a realização das condições sociais que possibilitem o aflorar da diversidade das capacidades e potencialidades humanas é, essencialmente – e mesmo um pressuposto –, pública, ou seja, é uma *liberdade socialmente posta*⁴³, onde os indivíduos sociais se reapropriam dos bens e meios de produção, que são, em si e por si, sociais, porque produto da cooperação e esforços coletivos dos seres humanos para atenderem e aperfeiçoarem suas condições de produção e reprodução na e da vida social.

Essa “reapropriação” significa que o trabalho entre os indivíduos adquire uma nova configuração, estrutura-se sobre novas bases, que é o *trabalho associado*. São os próprios produtores *livremente associados* que decidem, organizam e estruturam entre si as relações sociais e de produção, retomando a regência sobre o seu agir e repondo, como critério

⁴¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.80, 85,87. [os itálicos são nossos]

⁴² Idem, ibidem, p. 77.

⁴³ “Aristóteles capturou um elemento essencial, até hoje não superado, da liberdade. Trata-se da questão da autodeterminação. Ele define, segundo Chauí, a liberdade como ‘o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesma ou para ser autodeterminada’. Sendo assim, seria livre aquele que for capaz de agir sem ser coagido por nenhum elemento interno ou externo.” [...] O Agir verdadeiramente livre não é entendido como um movimento livre de toda determinação, mas como um movimento que, mediante um determinado conhecimento da realidade objetiva, ela mesma posta num patamar definido, articulado com determinados valores, permite ao homem

parametrador das ações humanas, os valores ético-morais da criação das condições objetivas e subjetivas da *vida boa* e do *bem comum* à coletividade da sociabilidade humana.

A política, para Marx, torna-se o *instrumento organizativo-mediativo-(re)educador* da *Classe como Partido*, que é empurrada e forçada, pela própria agudização da luta de classes e pelo aperfeiçoamento da dominação política da burguesia ao longo da processualidade histórica-social a organizar-se como Partido, – mas um Partido de Novo Tipo, porque distinto na sua constituição, sendo, essencialmente, uma condição para a superação da desontologização do ser humano na história, uma vez que se instalou a dominância da lógica das coisas e não dos homens –, que toma o partido dos verdadeiros interesses e necessidades humano-genéricos.

Daí a sentença imorredoura que coroa o final da redação do *Manifesto*: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”⁴⁴. Engels, no prefácio de 1890, em menção a ela, observa que

deter a regência sobre o seu agir”. TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2005, p. 170, 173-174. (Coleção fronteiras da educação)

⁴⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.99. Um camarada do Ceará, Paulo Massey, uma figura ímpar que promete muito intelectualmente, com um poder de sistematização, fundamentação, arguição e persuasão que já tempos não via, nem tinha notícia, disse que essa sentença internacionalista lapidar do *Manifesto* talvez requeresse uma recontextualização, devido à complexificação e diversificação da classe proletária no decorrer do processo histórico-produtivo-social. Considerando as mudanças e rearranjos conjunturais, talvez fosse pertinente a seguinte alteração, de “*Proletários de todos os países, uni-vos!*” para “*Agrilhoados e desagrilhoados de todos os países, uni-vos!*”, pois os proletários, na luta revolucionária comunista de derrubada violenta de toda a ordem social até então existente, nada teriam a perder a não ser seus grilhões. Giovanni Alves, em seu livro *Dimensões da Globalização*, designa os desagrilhoados como “proletariado tardio”, que é “caracterizado, principalmente, pelos trabalhadores assalariados instáveis e precários, não atingidos pelos sindicatos e partidos” (p. 214). Trata-se de uma nova estruturação dimensional do mundo do trabalho, que o autor designa através da expressão “novo (e precário) mundo do trabalho”, enfatizando que as novidades técnicas, tecnológicas e organizacionais do sistema produtivo, refletidos de forma condicionante e determinada na circulação das mercadorias, incluindo a força de trabalho humana, contribuem para desarticular e minar, em maior grau e proporção, as potencialidades de mobilização e combatitividade ofensiva do novo e precário proletariado, atingido quase que certamente em sua espinha dorsal, paralizando os movimentos que poderiam atuar e interagir de maneira peremptória para o processo de resgate da consciência “em si”, criando as condições objetivas e subjetivas ao salto qualitativo tendencial do “para si”. Convém passarmos a palavra para o próprio autor, a fim de que (ex)ponha a tecitura constitutiva do que denomina por “novo (e precário) mundo do trabalho”. Ei-lo: “ao utilizarmos a expressão ‘novo (e precário) mundo do trabalho’ salientamos, por um lado, o novo caráter do trabalho industrial e dos serviços, decorrente da incorporação de novas tecnologias microeletrônicas na produção, e por outro lado, o acerbamento da fragmentação da esfera do trabalho, a constituição tendencial de uma ‘sociedade do trabalho’ dual, caracterizada pelos proletários ‘estáveis’ e pelos proletários ‘instáveis’.

Além disso, o novo (e precário) mundo do trabalho é constituído por um contingente imenso de uma superpopulação proletária excedente e excluída, que pertence irremediavelmente, mesmo como estigma da negatividade, à esfera do trabalho estranhado (posta como ‘determinação reflexiva’ do capital). Na verdade, os trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da desposseção instaurada pelo sistema do capital (apesar de ser uma radicalidade ‘estéril’, pois a partir da sua exclusão da ordem do capital são incapazes de articular um movimento para além do capital). Os desempregados afirmam a ‘sociedade do trabalho’, mesmo sendo a expressão da ‘negação do trabalho’.” A negação é a negação do trabalho assalariado e não do trabalho em si, dado que mesmo na precariedade da instabilidade de sua situação de expugnado se arranja de uma ou outra maneira para garantir as condições materiais e existenciais vitais, ainda que mínimas e abaixo do que é considerado digno ou

Poucas foram as vozes que responderam quando gritamos ao mundo estas palavras, faz 42 anos, nas vésperas da primeira revolução de Paris, na qual o proletariado avançou com reivindicações próprias. Mas a 28 de Setembro de 1864, uniam-se proletários da maioria dos países da Europa ocidental na Associação Internacional dos Trabalhadores, de gloriosa memória.⁴⁵

Somente os embates entre capital e trabalho, mediante as *mediações da luta política* enquanto *educativa e formadora da Classe como Partido*, condição ontológica para a reapropriação da regência do agir humano pelos próprios homens, poderiam proporcionar o salto qualitativo da consciência de classe do seu “*em si*” para o seu “*para si*”, permitindo e criando as condições objetivas (em termos quantitativos) e subjetivas (rompimento com a alienação humana através do reconhecimento internalizado das verdadeiras necessidades e interesses humanos e que sua realização depende, essencialmente, da ação consciente, conseqüente e associada de todos os indivíduos sociais) para romper e superar a pseudoconcreticidade do real, o mundo da intuição e da representação, das noções correlativas necessárias à resolução das *questões materiais e existenciais imediatas* para manutenção e reprodução da vida social, o que não podemos negligenciar, mas que devem ser ultrapassadas a fim de proporcionar à classe o conhecimento e visão de longo alcance para que possa reunir as condições de ir além do *reino da necessidade*, garantindo os meios para que essas necessidades elementares já estejam postas concretamente e acessíveis para toda a humanidade, compreendidas mesmo como *pressuposto*, entendido o trabalho como “fim em si mesmo”, possibilitando, a partir de então, o desenvolvimento e o explorar das demais potencialidades e capacidades humanas, que terão espaço e condições de germinar.

Marx e Engels, no *Manifesto*, expõe a importância vital da ação unitária da classe proletária para a luta pela conquista da sua emancipação e autodeterminação. Uma quantidade com qualidade e que está para esta última. A AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) reuniria outros segmentos da classe trabalhadora, camadas sociais em risco de proletarização ameaçadoramente crescente, exigindo um novo rearranjo na forma de composição de forças dessa classe no seu enfrentamento contra o capital e suas personas, indo, em certo sentido, meio em

razoavelmente satisfatório. É o dito trabalho precário. E o trabalho deve ser entendido dentro do contexto edificado pelo modo de produção capitalista, enquanto *meio*, esvaziado de sua essencialidade humanizadora e potencializadora, portanto, como trabalho alienado e estranhado, longe de realizar o que é em si e em germe, o fato de ser “fim em si mesmo”, sendo, como é, a protoforma do ser social e sua virtualidade concreta de humanização.

⁴⁵ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p.101.

contramão ao *Manifesto* no tocante ao sistema de alianças, já que pela análise de 1848 acreditavam que a classe não deveria compor aliança com nenhum outro partido.

A questão é que o adensamento da proletarização com a mundialização da indústria vai exigir renovadas formas de condução da luta política-social pela classe; precisará encontrar e aperfeiçoar suas táticas para dar conta dos novos problemas e dilemas do mundo do trabalho, açambarcando a classe trabalhadora do campo e a desempregada das cidades. Esta última, por seu turno, corresponde ao que Marx e Engels intitulam como *lumpemproletariado*, que, deixados em segundo ou último plano pelos proletários podem ser cooptados e corrompidos pelo sistema capitalista e atuar contra sua própria classe, porque não se reconhece e não é reconhecida enquanto parte integrante da mesma. O estado de degenerescência irresoluta desse segmento tende a se aprofundar e interferir no fortalecimento da perspectiva do trabalho na sua luta contra o capital, sendo sua fraqueza e debilidade, caso não seja trabalhado e resgatado pela Classe como Partido.

Portanto, a ação unitária da classe proletária, a partir da formação da AIT, em resposta a nova composição e arranjo de forças, deverá contar com possíveis alianças de outros segmentos da sociedade, mas não qualquer segmento, e sim aqueles que de alguma forma se identificam e se reconhecem na proposta e projeto político-social-alternativo do proletariado. Tais períodos onde essas alianças se coloquem como tática e estrategicamente necessárias, devem ter por pressuposto a autonomia da Classe como Partido, é ela que deve conduzir o processo, são as suas fileiras que devem ser engrossadas e para isso deve, impreterivelmente, conservar intacto o caráter da sua revolução, uma “revolução de alma social”, sem traí-la ou dela abdicar no transcorrer dos enfrentamentos e confrontos político-sociais, tendo a clareza de que sua luta vai muito para além da tomada do poder político e da dominação política, o que colocaria em xeque e descaracterizaria, esvaziando, sua própria organização e razão de ser, ou seja, a luta pela autodeterminação humana e emancipação de toda a humanidade dos grilhões da exploração do homem pelo homem e todas as suas funestas decorrências.

IV. *As Lutas de Classe em França*: aprimoramento do entendimento de política

Os períodos revolucionários são momentos de crise, entendida enquanto latência de positividade para superação do estágio atual das condições materiais e, por conseguinte, de consciência, um processo de desacomodação, desinstalação que entreabre a virtualidade efetiva de uma mudança radical de vida e mentalidade (metanóia), posta e exigida pelo enfrentamento e resposta às necessidades e exigências circunstanciais do real e sua composição e arranjo de forças em relação as classes sociais em luta.

Crise é momento de provação e provocação, elemento constitutivo da própria condição humana, empurra, força, obriga, como num parto, o ingresso à descoberta e conscientização das tendências à fato do real. A vida social ganha novo/renovado dinamismo e as massas, oprimidas e exploradas, encontram a brecha para sua **(re)**educação mediante as lutas político-sociais, tornando-se “motores conscientes da história”.

A mudança de atitude pressupõe a mudança daquele que vê. A mudança daquele que vê é impulsionada pelo questionamento dos epifenômenos e aparências da realidade e seu devinir, resultando no concreto pensado, dado que é a existência que determina a consciência, e não o contrário.

As grandes insurreições, que podem ou não vir a se tornar grandes revoluções, como confirma a própria história, estão, geral e invariavelmente, ligadas a períodos de grande conturbação das condições materiais de existência, que colocam em questão as condições de produção / reprodução da imensa maioria da população, ou seja, dos trabalhadores que dependem da venda da sua força de trabalho física e/ou mental para garantir a própria manutenção e sobrevivência, passando a enxergar a si próprios e a sua condição de classe por outro viés, tomando consciência do papel que desempenham no processo produtivo e de trabalho e a dimensão da sua posição de centralidade enquanto classe produtora direta de toda a riqueza social.

Porém, as mudanças e transformações na história humana não acontecem do dia para a noite. Correspondem a um processo, na maioria das vezes, lento, gradativo, com avanços e recuos, necessários aos saltos qualitativos para o agir consciente e consequente. As classes sociais em luta, no decorrer do processo, vão adquirindo consciência de suas forças e debilidades e aquela, dentre elas, que se encontra numa posição e condição mais privilegiada, por deter o controle sobre os meios e bens de produção, acaba iniciando seu processo de autoconsciência e maturação política mais cedo do que a outra, que se encontra numa posição e condição de

subsunção forçada, ainda que procure resistir, aos ditames de uma determinada lógica sociometabólica-produtiva que lhes retira a possibilidade de regência sobre o próprio agir.

É o conhecimento dessa determinação reflexiva que nos possibilita compreender o significado das revoluções burguesas, revoluções que forjaram as condições subjetivas e objetivas a uma nova forma de sociabilidade, de organização sócio-produtiva, soterrando os resquícios do regime feudal e dos estados absolutistas, instaurando a República Democrática Burguesa, a forma de dominação política aprimorada pela burguesia no decorrer dos embates contra o antigo regime, deixando expostos os limites de sua força revolucionadora e clareando a diferença ontológica fundante e fundamental entre burguesia e proletariado, o que não era claro e evidente no início do processo de derrubada da antiga ordem, mas que se clarifica no desenvolvimento das lutas políticas-sociais que vão sendo travadas.

1789, 1793-1794, 1830, junho de 1848, 1871 são datas que marcam e registram os acontecimentos e fatos determinantes para a construção da consciência de classe de cada classe social em luta. Os arranjos e rearranjos na composição de forças, na forma dos enfrentamentos, na condução e diretrizes da luta vão clarificando e evidenciando que os interesses e necessidades de proletários e burgueses são indiscutivelmente irreconciliáveis e irremediáveis por natureza ontológica.

A inicialização política da burguesia antecede a da classe proletária, pois são as mudanças promovidas pelos burgueses nas relações de produção que gestarão as condições e exigirão a transformação dos artesãos em proletários. Ela criaria, assim, através dos embates e lutas tendencialmente latentes e crescentes, os seus próprios coveiros.

A maturação política, as experimentações na conquista do poder político, e da maneira mais apropriada para exercer a dominação política legítima e socialmente legitimada, foram sendo acumuladas num curto intervalo de tempo para a classe burguesa. Contudo, 1789 foi sua estréia na arena política e os desencadeamentos dos fatos e acontecimentos, daí por diante, proporcionar-lhe-iam o aprendizado para as táticas, articulações, armas, munições⁴⁶ de maior

⁴⁶ Daremos aqui um ‘salto de Rodes’ na processualidade histórica-social fazendo menção as obras urbanísticas do barão de Haussmann, em Paris. Uma nova territorialidade é tática e estrategicamente planejada e posta em execução para o maior controle do espaço pela burguesia na manutenção da ordem e paz para o progresso dos negócios, bem como para o “livre trânsito” das pessoas, idéias e mercadorias, além dos exércitos e das armas. As barricadas, um recurso e marca registrada e exportada pelos revolucionários franceses, certamente influenciaram e motivaram em grande medida as mudanças espaciais arquitetadas, garantindo a reapropriação do espaço pelo capital, eliminando os resquícios arquitetônicos dos antigos locatários: a classe proletária. Os espaços antes ocupados se tornam vazios, mas esses vazios estão cheios da onipresença e onipotência do poder territorial e fronteiro do Estado. “*Faz falta a ponte*

eficácia e eficiência no jogo político, e sua consolidação enquanto *classe* também orientaria as condições para a formação e constituição da massa da população trabalhadora enquanto *classe* – em crescente proletarização pelo avanço progressivo do desenvolvimento das forças produtivas e do sistema metabólico do capital em seu processo de concentração e centralização ampliadas e em escala planetária, nacional e internacionalmente.

Se em 1789 a massa do povo, a população trabalhadora e sem trabalho, engrossa as fileiras do levante liderado pela burguesia, vislumbrando na bandeira de luta, que serviu de arregimentação social pelo lema unificador de “*igualdade, liberdade, fraternidade*”, seus próprios anseios e aspirações, identificando-se com a perspectiva política que a burguesia delineava e a promessa alardeada da tremenda e abaladora idéia de se libertar da pequena nobreza e da opressão, encampando e tomando para si essa luta, no entanto, como *seguidores*, os anos e decênios vindouros promoveriam alterações profundas nessa composição de forças, onde 1830 figuraria como sobreaviso ao proletariado sobre seu uso como “massa de manobra” aos interesses burgueses, e o ano de 1848 colocaria em evidência a necessidade premente, improrrogável e irremediável, de autonomia e independência do proletariado em relação aos estratos burgueses, transformando-se em construtor de sua própria história, saindo dos bastidores e entrando como protagonistas principais das cenas daquela. Tanto Marx quanto Engels defenderão essa forma de organização e atuação do movimento operário como princípio tático, conforme veremos.

Entretanto, mesmo com todos os contras, os prós tiveram um peso qualitativamente significativo enquanto fonte simbólica de aprendizado da luta revolucionária do futuro movimento e organização do proletariado. Fará parte da memória e do arquétipo coletivo da massa trabalhadora, ressurgindo e sendo aperfeiçoadas pelo amadurecimento da educação e formação política-social do proletariado que, no decorrer de sua trajetória, conquistas e derrotas, experimentações e tentativas de teorizações (socialismo crítico-utópico, para mencionar uma contribuição efetiva e de peso, embora deficitária e problemática), encontrará sua expressão e orientação peremptórias no socialismo científico de Marx e Engels e na concepção do materialismo histórico-dialético que embasa a adequada apreensão do movimento do real para uma intervenção eficiente e eficaz na transformação de transcendência positiva do atual estágio

e o viaduto ganindo pra rua. Nada continua” (Caetano Veloso). Ver LEFEBRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1969, p. 20 a 26.

de “pré-história” da humanidade, que compreende o modo de produção capitalista e seu metabolismo societal.

IV. a) A Primavera dos Povos

O grande legado da Revolução Francesa de 1789 foi ter difundido, entre os povos de todo o mundo, que os homens em geral, o povo simples e comum, não tinham de sofrer e suportar calados todas as injustiças e intempéries do seu tempo. Ela despertou os homens de seu transe religioso de predestinação e compensações pós-morte⁴⁷, fazendo-os lutar para realizar as transformações sociais em vida, construindo o futuro através da intervenção consciente em seu próprio presente, sob as luzes da ação eficiente e edificante do passado. Mesmo que o Congresso de Viena e sua cria direta, a Santa Aliança (1815-1848), forçassem o processo de restauração monárquica em toda a Europa sobre o princípio de legitimidade de Metternich, esmagando sob o peso das armas, da bota e da censura – e todas suas variantes de opressão e perseguição – as resistências de uma classe trabalhadora em proliferação e constituição irrefragável, ainda assim não seriam contidas as eclosões e erupções alimentadas pela crise sócio-econômica de 1846 a 1850⁴⁸ que assolou toda a Europa, principalmente Central e Ocidental, tendo em França, mais uma vez, o grande palco de aprendizagem revolucionária, cujas lutas foram avaliadas e analisadas por Marx em *A Luta de classes em França*, que trataremos mais a frente.

A tsunami da fome engolia a Europa em 1846-1847, criando as condições que faziam com que todos sentissem como proeminente uma revolução social iminente. Mesmo as pessoas mais humildes e incultas, das mais ignorantes, desenvolveram a crença na iminência de uma revolução social geral, universal, que transformaria radicalmente o atual estado de coisas. O temor das classes governantes se tornava patente e tinha razões para aumentar devido a eferescência do

⁴⁷ “[...] anteriormente, as nações nada sabiam, e o povo pensava que os reis eram deuses sobre a terra e que tinham o direito de dizer que qualquer coisa que fizessem estava bem feita. Através dessa atual mudança, é mais difícil governar o povo”. (HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções – 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 9ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 329.)

⁴⁸ Destacam-se, pela dimensão e agudização significativas, as más safras de 1846-1847, tornando a situação da imensa maioria da classe trabalhadora européia insustentável. O preço do pão e da batata foram, desde sempre, o termômetro dos cataclismas insurrecionais e de sua incontrolabilidade fulminante pela fome. A universalidade da situação de desespero e inanição das massas, propiciou a situação revolucionária explosiva, invariavelmente condicionada pelo nível de vida, e o estado de ânimo era tenso e apaixonado.

ânimo das massas, atingindo temperaturas de combustão e explosão cada vez mais efetivas e em condições de concretização apavorantes e aterradoras⁴⁹.

As condições materiais de existência da grande massa trabalhadora e não-trabalhadora européia as compelia, forçosa e obrigatoriamente, à inevitabilidade duma revolução social. Era a única via possível para superar o atual estado de coisas existente, de emanciparem-se dos grilhões que as rebaixava a uma situação hodienda, indigna, inominável, subhumana. O desejo e sonho com um mundo novo e melhor foram o acalanto para uma agonia que parecia ser interminável e natural à lógica social; descobriram que o que pretendiam fazê-los acreditar ser natural era, de fato, criação e produto social, e isso deu ao que antes era desespero um propósito, ainda que a consciência de seu significado e prospecção só fossem verdadeira e parcialmente compreendidos nos dois grandes epicêntricos revolucionariamente mais desenvolvidos e amadurecidos: Inglaterra – cuja evidenciação do antagonismo entre burguesia e proletariado é cristalizada através do movimento cartista, na década de 30 – e França – onde são decisivas as lutas de classe de 1848.

Assim, de 1846 a 1850 temos o desencadeamento de um efeito dominó avassalador, que culminaria na revolução de 1848, no fevereiro e junho de 1848. A crise sócio-econômica espreita seus tentáculos mortíferos inicialmente através das péssimas colheitas agrícolas, que repercutiram amarga e miseravelmente no custo de vida, atingindo, por correlação, as cidades e indústrias. As ferrovias, sem fretes e capitais, suspenderam suas custosas construções. As indústrias metalúrgicas, que produziam equipamentos ferroviários, fecharam muitas fábricas que, por conseguinte, dispensaram seus trabalhadores, elevando as taxas de desemprego, fazendo cair o consumo, acarretando a falência de diversos estabelecimentos comerciais. De modo que a crise financeira também não demoraria a se manifestar. Como os capitalistas já não recebiam os lucros de seus empreendimentos, pois o mundo dos negócios havia se transformado no mundo dos pesadelos, começam a retirar dinheiro dos bancos para sua sobrevivência e os banqueiros passam a não dispor de capitais para empréstimos.

As barricadas – símbolo da insurreição popular –, o levante do povo de Paris liderado pela burguesia, levaram Luis Felipe, da casa dos Orleães, ao governo e, junto com ele, o tempo de reinado da burguesia financeira, fomentando a união da oposição heterogênea, heterogeneidade

⁴⁹ Hobsbawn cita a menção do cônsul americano em Amsterdã, durante a fome de 1847, que relata um panorama do atual estado de coisas, expressando os sentimentos dos emigrantes alemães que passavam pela Holanda: “*Todas as pessoas bem informadas expressam a crença de que a atual crise está tão profundamente entrelaçada com os acontecimentos do atual período que ela não é senão o começo da grande Revolução, que eles consideram que, mais cedo ou mais tarde, venha a dissolver o atual estado de coisas*”. Op. cit., p. 328.

que, no fevereiro de 1848 ficou ocultada, em segundo plano, mas sempre presente e que virá a superfície com toda força em junho de 1848, com as jornadas lideradas por August Blanqui. 1830 é marcado por avanços progressivos do capitalismo, com períodos de grande atribulações e, conjuntamente, pela identificação cada vez mais acentuada e evidente entre “povo” e trabalhadores com o novo proletariado industrial em ascensão mediante a proletarização das condições de reprodução material de existência e da força de trabalho no campo e nas cidades, criando as condições efetivas para a formação da classe proletária.

É através dessa conjuntura e contexto progressivo-acumulativo da processualidade histórico-social que um movimento revolucionário proletário-socialista – um socialismo em gestação e envolto por contradições, devemos dizer, mas, em si, frutífero e germinal, principalmente se nos reportarmos ao socialismo crítico-utópico francês, como reconhecem e atestam Marx e Engels, principalmente Marx, ao citar figuras como Owen e Saint-Simn, por exemplo – passou a existir e marcaria sua estréia prática em 1848, inegavelmente. 1830 também é uma luta antiabsolutista às diretrizes reacionárias e conservadoras do Congresso de Viena, sendo revestida pelo caráter nacional, apesar da contra-revolução e contra-ataque massacrantes e esmagadores das tropas da Santa Aliança⁵⁰, que mesmo assim não foram capazes de extinguir, completamente, o fermento revolucionário que continuou atuando por toda a Europa, contribuindo para a falência da obra de restauração planejadas por Metternich, pelo czar russo e por outras potências de resquícios feudais da época.

Enfim, 1830, após a herança e feitos de 1789, de sua injeção para educação e consciência política das massas, colocava na ordem do dia a inevitabilidade da politização e conscientização daquelas, da sua crescente atividade política, ainda que ilegal pela força das próprias circunstâncias, o que acarretaria, num prazo difícil de prever, uma profunda alteração na composição e relação de forças entre as classes em luta, revelando o importante e decisivo papel da luta política revolucionária da classe proletária para a emancipação econômica e humana, portanto, não apenas de sua classe, mas de toda a sociedade, pondo fim à própria existência das classes.

O aparecimento e atuação política em junho de 1848, apesar da efemeridade e aparente derrota, permitirá a construção do conteúdo programático apropriado à vitória da luta política social radical, porque tornará completamente visível, em todas as suas perspectivas, despindo de

⁵⁰ Atualmente, representada pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), sua versão moderna.

todos os subterfúgios e máscaras, quem é o verdadeiro inimigo e adversário do proletariado e como deve conduzir o processo e as lutas revolucionárias daí por diante. Não é a revolução social que sucumbe em 1848, mas, como enfatiza e desvela Marx⁵¹, as ilusões de homogeneidade de interesses e necessidades; a “igualdade, fraternidade, liberdade” impossíveis de viabilizarem-se na democracia burguesa-liberal, senão quando não corra o risco de ir além de um ordenamento que se baseie na igualdade jurídico-formal, constitucional, institucional, representativa, participativa.

Conforme a sumária exposição do quadro conjuntural que se apresentava na época e que procuramos esboçar em linhas gerais, não causa espanto a crença inabalável e cada vez mais concreta de que a “primavera dos povos” de todo um continente era premente e, embora como aquela não tenha durado, seus resultados, como teremos ocasião de constatar, foram fecundos⁵². O potencial do proletariado de 1848 não deve ser subestimado; porém, também não podemos deixar de frisar o fato de que estava principiando o processo de tomada de consciência de si enquanto classe, o que justifica, em grande medida, sua jovialidade e imaturidade enquanto força social.

Marx e Engels também acreditaram e sustentaram, por um dado tempo, que a revolução social era eminente e estava na ordem do dia a tomada do poder político pelos proletários para por fim a toda forma de poder e as próprias classes sociais. Porém, Engels, na introdução de 1895 às *As Lutas de Classe em França*, ressalva que o rompimento dele e Marx com a ilusão de um novo levante revolucionário na década de 1850 se efetivou devido a apreensão mais adequada e apropriada do contexto sócio-produtivo-econômico.

[...] a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e

⁵¹ “O que nestas derrotas sucumbiu não foi a revolução. Foram os tradicionais apêndices pré-revolucionários produtos de relações sociais que não se tinham ainda agudizado em nítidos antagonismos de classe: pessoas, ilusões, representações, projetos de que antes da revolução de Fevereiro, o partido revolucionário não estava livre e de que só poderia ser libertado por meio de sucessivas derrotas e não através da vitória de Fevereiro”. MARX, Karl. *As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850*, p. 209. in, MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁵² “[...] todos os ‘revolucionários’ consideravam-se, com certa justiça, pequenas elites de emancipados e progressistas atuando entre – e para o eventual benefício de – uma vasta e inerte massa do povo ignorante e iludido, que sem dúvida receberia com alegria a libertação quando ela chegasse, mas da qual não se podia esperar que tomasse parte em sua preparação. Todos eles (pelo menos a oeste dos Bálcãs) viam-se em luta contra um único inimigo, a união dos príncipes absolutistas sobre a liderança do czar. Todos, portanto, concebiam a revolução como algo unificado e indivisível: um fenômeno europeu único ao invés de um conjunto de libertações nacionais ou locais. Todos tendiam a adotar o mesmo tipo de organização revolucionária, ou até a mesma organização: a secreta irmandade insurrecional”. HOBBSBAWN, Eric. J. op. cit., p. 133.

1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reação européia. E isso foi decisivo. Enquanto nos três primeiros artigos (aparecidos nos números de Janeiro, Fevereiro e Março da Nova Gazeta Renana: Revista Político-Econômica⁵³, Hamburgo, 1850) perpassa ainda a expectativa de um próximo novo ascenso da energia revolucionária, no último volume duplo (Maio a Outubro) publicado no Outono de 1850 o quadro histórico que Marx e eu demos rompe de uma vez para sempre com essas ilusões. “Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise”.

[...]

O que dá ainda ao nosso escrito um significado muito especial é a circunstância de que é ele que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade. No segundo capítulo, a propósito do “direito ao trabalho”, que é considerado “a primeira fórmula canhestra em que se condensavam as exigências revolucionárias do proletariado”, afirma-se: “... mas por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por detrás do poder sobre o capital a *apropriação dos meios de produção*, a sua substituição à classe operária associada, portanto, a abolição [*Aufhebung*] do trabalho assalariado e do capital e da sua relação recíproca.”⁵⁴

O proletariado adquiria sua possibilidade histórica de maturação e atingia o estágio para principiar sua maioria emancipada em relação à burguesia e aos limites da democracia burguesa. 1848 foi um aprendizado forçado pelas circunstâncias e seus desdobramentos, que culminou com o golpe de Estado de Luis Bonaparte. Não há aprendizado sem esforço e muito cedo o proletariado decoraria essa lição, mesmo que, ainda hoje, pareça lhe faltar compreendê-la.

Contudo, conhecer o caminho é algo muito diferente de percorrê-lo. Essa foi mais uma constatação que não tardaria a se manifestar. Engels atenta para este fato na introdução *As Lutas de Classe em França*, ao tratar sobre a característica comum a todas as revoluções ocorridas e ocorrentes da história social, abstraindo o conteúdo concreto de cada caso, tendo por semelhança o fato de terem sido, até o momento, revoluções de minorias, que atendiam e defendiam o interesse de uma minoria que se colocava e coloca como defensora dos interesses da maioria. Conforme Engels,

Mesmo quando a maioria cooperava – cientemente ou não – isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Deste modo porém, ou também pela atitude

⁵³ Revista fundada por Marx e Engels em 1849 e por ele editada até Novembro de 1850; órgão teórico e político da Liga dos Comunistas. Imprimia-se em Hamburgo. Saíram seis números. Deixou de existir devido às perseguições policiais na Alemanha e à falta de meios materiais. (nota 89, p. 574. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982)

⁵⁴ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p. 190-192.

passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo.

Em regra, depois do primeiro grande êxito a minoria vitoriosa dividia-se. Uma parte estava satisfeita com o alcançado; a outra queria ir ainda mais além, punha novas exigências que, pelo menos em parte, iam também no interesse real ou aparente da grande multidão do povo. Essas exigências mais radicais eram também realizadas em casos isolados. Muitas vezes, porém, só o eram momentaneamente, o partido mais moderado alcançava de novo a supremacia e aquilo que ultimamente fora conseguido voltava de novo a perder-se no todo ou em parte; então, os vencidos declaravam-se traídos ou atiravam para o acaso as culpas da derrota. Na realidade, porém, a coisa o mais das vezes passava-se assim: as conquistas da primeira vitória só eram asseguradas pela Segunda vitória do partido mais radical; uma vez alcançado isto, e com isto o momentaneamente necessário, os radicais e os seus êxitos desapareciam de novo da cena.⁵⁵

A questão é que ainda não se tinha alcançado a compreensão de que não bastava tomar o poder político e o aparelho de Estado; se esse era o objetivo imediato seu desdobramento não era conhecido. O problema é que não há um projeto político-social que considere e reflita a necessidade de ir para além do capital nesse momento e, assim, a tomada do poder esbarra no limite do poder por ele mesmo e nada mais faz do que repôr todo o estado de coisas anterior, sem a mínima alteração estrutural em relação ao ordenamento sócio-produtivo. As cadeias continuam as mesmas, mudam apenas seus carcereiros.

Porém, como alardeamos acima, é a existência e suas condições, circunstâncias e situações, que determina a consciência. 1848, mais precisamente junho de 1848, seria o momento que abriria a possibilidade do salto ontológico qualitativo à *consciência de si e para si* do proletariado, então imaturo por sua jovialidade, mas prematuro na ação pelas imposituras da situação concreta de suas condições de vida.

Essa *prematividade sentida* – que irá permitir o processo de solidariedade *da e entre* a classe, engrossada pelas demais ramificações que crescentemente passam a se identificar com o proletariado pelo processo de proletarização ameaçador que corresponde ao risco incerto da concorrência intercapitalista, além da proletarização do campo – combinada à *imaturidade do seu estágio de formação enquanto classe*, cujo caráter embrionário inviabiliza a tomada de consciência de sua condição e posição dentro do sociometabolismo das relações sociais e de produção capitalistas, resultaria potencialmente, enquanto determinação reflexiva, no irromper de

⁵⁵ Idem; ibidem, p.193-194.

uma nova fase da luta de classes e da consciência dessa luta pelo proletariado, que alcançaria a compreensão da necessidade de se construir, fundar, implantar e consolidar uma nova forma de organização societal, um novo modo de organizar as relações sociais e de produção desde que o grau do desenvolvimento das forças produtivas galgado pela humanidade criasse as condições objetivas para garantir a satisfação das necessidades básicas do ser humano, onde elas sejam dadas como pressuposto para todos, permitindo aos indivíduos sociais centrarem suas energias, conhecimento e interesses a outras esferas de atividade humana, porque emancipados de gastar todo o tempo da sua vida, então hipotecada, com a preocupação central de garantir a manutenção da reprodução de suas condições de sobrevivência.

Cabe aqui as palavras de Engels para ilustrar nossa ponderação. Embora ela seja extensa, seu conteúdo é insuprimível, já que demonstra como as questões existenciais, portanto, imediatamente econômicas, são iniciadoras do processo de politização e conscientização do proletariado, contribuindo para sua formação enquanto classe. Como essas necessidades básicas e imediatas, sentidas por todos aqueles que mesmo em circunstâncias diversas, e em diferentes ramificações dessa classe, dependem da venda da sua força de trabalho física ou mental para sobreviver, são capazes de gerar laços de identificação entre os indivíduos sociais e torná-los solidários, mesmo que apenas *intuam* e não tenham consciência das causas e origem essencial do problema de sua condição existencial.

A citação que transcreveremos também revela que ainda que uma dada forma de consciência seja adquirida no decorrer do processo de luta, organização e mobilização revolucionárias da classe proletária, uma consciência que necessita ser trabalhada, tornando evidentes as razões, causas e porquês da situação concreta vivida, ainda assim a possibilidade de superação do sistema metabólico do capital e da sociabilidade capitalista só torna-se efetiva caso o nível objetivo das forças produtivas capacite a realização, dentro da plenitude requerida para uma vida boa que tenha como critério parametrador o bem comum, das necessidades vitais de reprodução dos seres humanos.

No dizer de Engels, comentando sobre a revolução de 1848 em Paris:

Mesmo em Paris, as próprias massas proletárias desconheciam absolutamente qual o caminho a tomar depois da vitória. E, contudo, o movimento existia, instintivo, espontâneo, irreprimível. Não seria esta precisamente a situação em que uma revolução tinha de triunfar, dirigida, na verdade, por uma minoria, mas desta vez não no interesse da minoria, mas no interesse mais verdadeiro da maioria? Se em todos os períodos revolucionários mais longos as grandes massas populares podiam ser conquistadas com facilidade por meras imposturas

plausíveis das minorias que empurram para diante, como haviam elas de ser menos acessíveis a idéias que eram o reflexo mais próprio da sua situação econômica, que outra coisa não eram senão a expressão clara e entendível das suas necessidades, necessidades que elas próprias ainda não entendiam e que apenas começavam a sentir de modo indefinido? [Daí o questionamento a deixar que a massa, através do seu espontaneísmo, conduza a luta política-social do processo revolucionário. O espontaneísmo das massas deve ser aproveitado, esclarecida as suas razões, a raiz dos seus problemas e questões existenciais a fim de que não sejam facilmente esmagados e desmobilizados pela força das armas e da reação contra-revolucionária. Eis a importância crucial da *Classe como Partido*, para que a ação consciente e consequente possa triunfar e superar o espontaneísmo das massas.] Na verdade, esta disposição revolucionária das massas dera quase sempre lugar, e na maior parte das vezes muito rapidamente, a um cansaço ou mesmo a uma viragem em sentido contrário, logo que a ilusão se esfumava e o desencanto surgia. Aqui, porém, não se tratava de imposturas, mas sim da realização dos interesses mais verdadeiros da própria grande maioria, interesses, que, anteriormente, de modo nenhum estavam claros para essa grande maioria, mas que em breve haviam de ficar suficientemente claros para ela no curso da realização prática, por meio de evidência convincente. E se, como se demonstra no terceiro artigo de Marx, na Primavera de 1850, o desenvolvimento da república burguesa, surgida da revolução “social” de 1848, concentrara a dominação efetiva nas mãos da grande burguesia – que além do mais tinha sentimentos monárquicos –, e, em contrapartida, agrupara em torno do proletariado todas as outras classes da sociedade, tanto camponeses como pequenos burgueses, de tal modo que, durante e a seguir à vitória comum, não tinham de ser elas o fator decisivo mas sim o proletariado que aprendera com a experiência – não estariam então dadas todas as perspectivas para a transformação da revolução da minoria na revolução da maioria?

A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível do desenvolvimento econômico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isto por meio da revolução econômica que se alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania em França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha num país industrial de primeira categoria. E tudo isto sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente esta revolução industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz às relações entre as classes. Foi ela que eliminou uma quantidade de formas intermediárias que provinham do período manufatureiro e, na Europa Oriental, mesmo do artesanato corporativo, e que criou uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria ao mesmo tempo que os fazia passar ao primeiro plano do desenvolvimento social.⁵⁶

É justamente esse “divisor de águas” entre as classes burguesa e proletária em luta, a exposição de que seus antagonismos e o reconhecimento de que os mesmos são irreconciliáveis e

⁵⁶ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p.194-195.

irremediáveis, que seria equacionado no decorrer de junho de 1848. Marx amadureceria, a partir desse episódio da trajetória do movimento operário, sua teoria da revolução social radical, exporia a importância da luta política como condição para criação das determinidades objetivas e subjetivas para a superação do Estado e das classes, as necessidades, impingidas pelas situações e circunstâncias, de rearranjos na composição de forças da classe proletária, desde que essa se mantivesse a frente e conduzindo o processo de luta e não mais engrossando fileira de outros segmentos sociais, colocando, assim, a imprescindível necessidade de autonomia da classe proletária, da questão tática e mesmo ontológica, como vimos, da organização da *classe como Partido*, utilizando de todos os meios existentes em consonância com o fim almejado e necessário para o início da verdadeira história humana feita pelos homens. Aqui, portanto, os meios devem estar de acordo com os fins e servir para criar as condições de realizá-lo.

O prefácio de Engels à *As Lutas de Classe em França* corrobora para expandir o horizonte das formas táticas de luta do proletariado, refletindo sobre sua complexificação e as novas exigências e contradições geradas e postas pelo sociometabolismo sistêmico do capital em sua busca perpétua de reprodução e manutenção. Demonstra como na Alemanha o proletariado resgata o sufrágio e o utiliza como arma eficaz de luta, usufruindo das brechas do próprio sistema jurídico-político de dominação da República burguesa e por isso mesmo, dentro da legalidade, consegue expandir seu raio de alcance, propagar suas idéias, vivências e experiências e, assim, ir multiplicando em escala inimaginável até então, o recrutamento da força de trabalho, conscientizando-a de que seu poder de intervenção eficiente e eficaz só se dará mediante sua organização em classe e como desdobramento ontologicamente necessário, da *classe como Partido*.

Só assim ocorrerá a radicalização e transição da república democrática-burguesa à república democrática-social, as brechas da primeira devem ser alargadas para que o edifício estruturado da dominação política da burguesia possa ruir, num movimento que perpassa a implosão do institucional-legal através do que é posto, construído e legitimado pela força social e socialmente. Um movimento de dentro pra fora e de fora pra dentro. Essa combinação é o nó górdio central, pois as massas não só pressionam como acompanham e conduzem, conscientemente.

As armas, as táticas a serem dispostas deverão estar de acordo com a situação histórica concreta experimentada e vivida e os meios e métodos violentos, não pacíficos, também podem

se fazer necessários caso as classes dominantes reacionárias e conservadoras recorrerem à violência, como tem registrado o processo histórico-social. Certamente, nesses casos, como bem frisou Marx, “*a arma da crítica não substitui a crítica das armas*”.

IV. b) O aprimoramento do entendimento de política: As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850.

As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850 contribuíram para que o nascente movimento proletário se despice de suas ilusões, das palavras de ordem sem fundo prático efetivo, como a bandeira das revoluções burguesas, onde o lema francês de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade” ainda tremulava como arregimentador entre os vários segmentos dessa classe.

Marx ressalva que o levante e todo o processo revolucionário de 1848 a 1850 não redundou em *derrota* do movimento proletário, mas sim num aprendizado profícuo, libertando as ações práticas e a consciência do proletariado do condicionamento e controle da classe burguesa, possibilitando que enxergassem e compreendessem que o antagonismo de classe existente entre ambos era e é, inconstavelmente, irremediável e irreconciliável, promovendo, por conseguinte, um salto qualitativo na formação da classe proletária como Partido, tomando ciência, pela força das circunstâncias, de que é imprescindivelmente necessário e insuprimível que o proletariado organize-se de maneira autônoma, com independência de classe a fim de que possa, concretamente, levar adiante a radicalização do processo de revolução política-social, superando os meios táticos burgueses de esvaziamento, engessamento e desmobilização do proletariado, capacitando a classe proletária de apropriar-se dos meios democráticos-burgueses legais existentes como elo para a criação das condições de efetivação da revolução democrática-social, porque feita pela maioria em benefício e interesse da própria maioria.

O que a classe burguesa intitulou e registrou, nos anais da história, como *derrota e golpe moral* fulminante à classe proletária, foi, na verdade, o início da sua constituição como “*classe em si*”, do aprendizado, pela luta travada, e tomada de consciência, de sua *posição e situação* de classe, uma aparente “derrota” que teve como consequência processual a conquista da maioria e identidade da classe proletária, evidenciando a impossibilidade de conciliação com seu contrário, de união de forças com um oponente que se aproveitaria da aliança em benefício

exclusivo e próprio, usando-a, via de regra e no geral, como “massa de manobra” aos seus fins escusos.

A “derrota” transmutou-se num aprendizado de valor e dimensão inestimáveis, sendo assim, criou a condição objetiva e subjetiva possibilitadora para uma nova fase da luta entre capital e trabalho, contribuindo para que esse último atue de forma efetivamente revolucionária⁵⁷.

Quanto ao “golpe moral”, seríamos mais coerentes com os fatos históricos-sociais se considerássemos a brutal repressão, perseguição e desmobilização efetuadas pela burguesia contra os principais líderes revolucionários do proletariado, as punições exemplares, cerceadoras e intimidadoras que serviu de sobreaviso ao movimento em desmantelamento crescente do proletariado, fragilizando-o e debilitando-o para um novo levante, concretamente radical que pudesse vir a abalar e colocar em questão a estrutura sociometabólica do capital e da sociedade capitalista burguesa.

Os ingredientes que proporcionaram a eclosão da luta de classes foram sendo acrescentados no decorrer da deposição da casa dos Bórbons e ascensão da casa dos Orléans. Em substituição à burguesia dinástica entrava em cena a burguesia financeira, encoberta pela coroa de Luis Felipe, a monarquia de Julho (de 1830 a 1848). Essa escaramuça de uma monarquia constitucional serviu de bode expiatório para os negócios rendosos do capital, principalmente o especulativo, atingindo, de cheio, os investimentos da base produtiva, que então estagnava, arrastando à crise a burguesia industrial e a média e pequena burguesia que dependiam diretamente dessa engenhosa ciranda produtiva para ver seus negócios prosperarem.

O governo de Luis Felipe sofreu oposição de vários setores da sociedade francesa, mesmo porque era acusado de governar em prol dos banqueiros, era conhecido por “reino dos banqueiros”. O endividamento público do Estado, seus déficits por renovados empréstimos aos banqueiros tornava-se o principal filão de enriquecimento ilícito daqueles. Os pequenos

⁵⁷ No dizer de Marx:

O que nestas derrotas sucumbiu não foi a revolução. Foram os tradicionais apêndices pré-revolucionários, produtos de relações sociais que não se tinham ainda agudizado em nítidos antagonismos de classe: pessoas, ilusões, representações, projetos, de que, antes da revolução de Fevereiro, o partido revolucionário não estava livre e de que só poderia ser libertado por meio de sucessivas *derrotas* e não através da *vitória de Fevereiro*.

Numa palavra: o progresso revolucionário abriu caminho não pelas suas conquistas tragicômicas imediatas, mas, inversamente, por ter criado uma poderosa e coesa contra-revolução, por ter criado um adversário na luta contra o qual é que o partido da subversão amadureceu, só então se tornando num partido verdadeiramente revolucionário. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 209. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

capitalistas, que viam-se obrigados a contrair os títulos públicos, viam a ruína aproximar-se não mais a galope, mas em estradas de ferro, numa velocidade estonteante e sua falência era coisa certa e incontornável.

A burguesia financeira passou a legislar pela ocupação de cargos nas Câmaras. O Estado, era mesmo, sem sombra de dúvidas, o “reino dos banqueiros”. Tal situação não tardaria a levar à uma coalizção o restante da burguesia, ameaçada pelo poderio especulativo da burguesia financeira, acobertada pela monarquia de Julho em seus atos que atentam, constantemente, contra a produção.⁵⁸

Contra Luis Felipe erguiam-se os legitimistas, a velha nobreza descendente de Carlos X, que queria restaurar o absolutismo monárquico de direito divino dos reis; segmentos da burguesia ligados à produção e consumo, portanto, à distribuição, troca e circulação dos produtos, insatisfeitos com o monopólio do poder pelos banqueiros; a pequena burguesia e as camadas populares urbanas, entre as quais se desenvolviam os ideais do republicanismo e do socialismo, além da influência do liberalismo e do nacionalismo.

O agravamento das contradições levando a situação a quase “vias de fato” veio em 1840, com o ministério de Guizot, cujo extremo conservadorismo pretendia minar as exigências de qualquer tipo de reforma social e política exigidas pela oposição, dentre ela, os socialistas, os republicanos burgueses moderados e os legitimistas. Guizot procurava promover uma maior centralização do poder nas mãos do rei e, obviamente, apenas os banqueiros dela se beneficiariam.

Porém, sabemos que é a existência quem determina a consciência e são justamente as questões materiais de manutenção e reprodução das condições de vida da imensa maioria da população que atuam como cerne nervrágico de catalização das insatisfações, empurrando e obrigando as ações que os segmentos burgueses, como um todo, apenas ameaçam tomar mas não

⁵⁸ Enquanto a aristocracia financeira legislava, dirigia a administração do Estado, dispunha de todos os poderes públicos organizados e dominava a opinião pública pelos fatos e pela imprensa, repetia-se em todas as esferas, desde a corte ao Café Borgne, a mesma prostituição, as mesmas despudoradas fraudes, o mesmo desejo ávido de enriquecer não através da produção mas sim através da sonegação de riqueza alheia já existente.

[...]

As frações não dominantes da burguesia francesa gritavam: Corrupção! O povo gritava: Abaixo os grandes ladrões! Abaixo os assassinos! [...] A burguesia industrial via os seus interesses em perigo; a pequena burguesia estava moralmente indignada; a fantasia popular estava revoltada; Paris estava inundada de folhetos nos quais, com mais ou menos espírito, se denunciava e estigmatizava o domínio da aristocracia financeira. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 212-213. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

o fazem pelo medo de perder o controle sobre a massa de esfomeados e despossuídos, o que coloca na ordem do dia a possibilidade, pela situação concreta vivida, da “revolução social dos pobres”.

Mesmo não tendo um direcionamento consciente, faltando a clareza do objetivo a alcançar e pelo qual lutar, de fato, ainda assim, era temida pelas profundas alterações que, invariavelmente provocam, ainda que como sequelas, e cujos efeitos poderiam ser sentidos mais a frente, como o foram, ficando comprovada a suspeita pela experiência da Comuna de Paris.

Todas as grandes sublevações, que podem ou não gerar revoluções, como já dissemos, têm na vida econômica sua determinação reflexiva fundamental, ainda que não seja a fundante, embora isso também ocorra na maioria dos casos⁵⁹. É o próprio Marx quem nos revela essas circunstâncias de uma situação revolucionária latente.

[...] *dois acontecimentos econômicos mundiais* aceleraram o eclodir do mal-estar geral e amadureceram o descontentamento até o converter em revolta.

A *praga da batata* e as *más colheitas* de 1845 e 1846 aumentaram a efervescência geral do povo. A carestia de 1847 fez estalar conflitos sangrentos não só em França como no resto do Continente. Frente às escandalosas orgias da aristocracia financeira – a luta do povo pelos bens de primeira necessidade!

O segundo grande acontecimento econômico que acelerou o rebentar da revolução foi uma *crise geral do comércio* e da *indústria* na Inglaterra.⁶⁰

É a compreensão desse panorama conjuntural que nos possibilita apreender o significado da Revolução de Fevereiro de 1848. Os vários segmentos burgueses, então prejudicados pelo reinado da burguesia financeira, se articulam e juntamente aos socialistas formam a oposição e exigem uma *reforma eleitoral*, pois pretendem conquistar pastas e cargos no poder Legislativo e nas Câmaras, um esforço para democratizar a regência da dominação política burguesa para toda a burguesia. Esse momento de situação revolucionária abre brechas que permitem aos republicanos e socialistas exigirem o *sufrágio universal*. Visam, por intermédio desse instrumento político-social, alcançar uma democracia social, a república social-democrática.

A abdicação de Luis Felipe ocorre após a proibição de um banquete público promovido pela burguesia oposicionista por Guizot. Nesse banquete o movimento oposicionista em geral se

⁵⁹ Como assevera Hobsbawn: “foi a fome dos trabalhadores pobres que alimentou as demonstrações que se transformaram em revoluções”. HOBSBAWN, Eric. J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 36.

⁶⁰ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 213-214. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

dirigia a população, procurava trazê-la para junto de si, dado que sensivelmente estava disposta a isso pela própria precaridade e precarização avassaladoras de suas condições de vida e subsistência. Procuravam o apoio da população, que funcionava como pressão eficaz para o êxito de suas manobras políticas, como era o caso da reforma eleitoral. E foi justamente essa força popular, traduzida nas lutas de barricadas – grande antecipador e exportador de revoluções – que garantiu a formação do governo de coalização, o *Governo Provisório*, que retiraria e faria cair a máscara de toda a classe burguesa, então constituída como classe a partir das consequências da revolução de Fevereiro de 1848.

Com a revolução de Fevereiro a burguesia é empurrada e obrigada a atuar diretamente na cena política, num cenário em que não se sentia à vontade, porque não tinha como se camuflar, se mostraria por inteiro à classe proletária que, então, veria seus limites e, assim, poderia se desfazer das ilusões. A burguesia deixaria de ser uma força revolucionária.

A própria burguesia sentia-se despreparada para assumir a dominação política, para se assumir enquanto classe e dissipar, de vez por todas, sua falsa imagem de uma “república social e democrática”. O lema: “*República Francesa! Liberdade, Igualdade, Fraternidade!*” seria, de fato, desmistificado. A burguesia também se organizaria enquanto classe e essa classe “unificada”, dentro das circunstâncias postas, se confraternizaria através da formação do *Partido da Ordem*, único partido organizado *nacionalmente*, pelo temor à “revolução social dos pobres”. Todos os segmentos da classe burguesa suspenderiam suas divergências para garantir a ordem, a paz, o domínio político, a propriedade privada e a riqueza social produzida e privadamente apropriada. É a formação da classe burguesa como Partido.⁶¹

⁶¹ [...] quando as barricadas foram erguidas em Paris, todos os liberais moderados (e, como observou Cavour, uma razoável proporção de radicais) eram conservadores potenciais. Como a opinião moderada mais ou menos rapidamente mudava de lado ou desertava, os trabalhadores, os intransigentes entre os radicais democratas, ficavam isolados ou, o que era mais fatal, viam-se diante de uma união de forças conservadoras e ex-moderadas aliadas ao velho regime: um “partido da ordem”, como os franceses o chamaram. [A traição à classe trabalhadora demonstra a fragilidade e debilidade do sistema de alianças, aliança feita e conduzida não pelo proletariado, mas pela burguesia, daí a fragilidade e debilidade, porque dependente de interesses que não são os verdadeiramente humanos, mas de uma classe que se coloca como representante dos interesses da humanidade sem o ser de fato] 1848 fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as “forças do progresso” unidas, mas entre “ordem” e “revolução social”.

[...] dos principais grupos sociais envolvidos na revolução, a burguesia que preferia a ordem à oportunidade de pôr em prática seu programa completo quando confrontada com a ameaça à propriedade. Quando se viram diante da revolução “vermelha”, os moderados liberais e os conservadores uniram-se. Os “notáveis” da França, quer dizer, as famílias respeitáveis, influentes e ricas que dirigiam os negócios políticos daquele país, deram fim a sua longa e antiga rixa entre os partidários dos Bourbons, dos Orleães, e mesmo dos que apoiavam a república, e adquiriram uma consciência de classe nacional através de um emergente e novo “partido da ordem”. HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 37-38;41.

O *Governo Provisório* foi o ensaio para o aperfeiçoamento da dominação política burguesa, cuja inexperiência política a fazia recuar pela insegurança dos meios a dispor e formas de intervir, ainda que os experimentasse pela impositura das circunstâncias que ora num momento ora noutra do processo lhe ameaçavam fugir de controle e fortalecer a classe proletária, que estava acordando de um transe e sonho colorido da “fraternidade” entre as classes.⁶²

O jovem proletariado de Paris, que pelo sacrifício do seu sangue nas barricadas garantiu a formação do *Governo Provisório*, sentindo que a burguesia vacilava e prorrogava demais a proclamação da República, ainda que não entendem-se bem o motivo da demora e o objetivo da protelação, se moveram como um só corpo, apesar de retalhado, e exigiram que a República fosse proclamada, caso contrário, a criariam pela força das armas, uma vez que ainda estavam guarnecidos⁶³.

A pressão do proletariado para a decretação da República social e democrática é o marco divisor da sua iniciação e constituição de atuação política autônoma, a conquista do terreno para a

⁶² [...] fora abolida a *dominação da burguesia* com a instauração da República. Todos os realistas se converteram então em republicanos e todos os milionários de Paris em operários. A frase que correspondia a esta imaginária abolição das relações entre classes era *fraternité*, a fraternidade universal, o amor entre irmãos. Esta cômoda abstração dos antagonismos de classes, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, esta visionária elevação acima da luta de classes, a *fraternité* era na verdade a palavra-chave da revolução de Fevereiro. As classes estavam divididas por um simples *mal entendido*. Em 24 de Fevereiro, Lamartine batizou assim o *Governo provisório*: “um governo que acaba com esse mal entendido terrível que existe entre as diferentes classes”. O proletariado de Paris regalou-se nesta generosa embriaguez de fraternidade. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 219-220. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁶³ Ao meio-dia de 25 de Fevereiro a República ainda não tinha sido proclamada; em contrapartida, já todos os ministérios se encontravam distribuídos entre os elementos burgueses do *Governo Provisório* e entre os generais, banqueiros e advogados do *National*. Os operários, porém, desta vez, estavam decididos a não tolerar uma escamoteação semelhante à de Julho de 1830. [Reporta-se as Ordenanças de Julho, decretos de Carlos X que restringiam ainda mais as liberdades civis e preparavam a restauração integral do absolutismo. O povo parisiense reage, liderado pela burguesia, através de levantes, cujo símbolo são as barricadas. Carlos X é destronado e em seu lugar assume Luis Felipe, da casa dos Orleães, representante do capital financeiro] Estavam prontos a retomar a luta e a impor a República pela força das armas. Foi com esta mensagem que *Raspail* se dirigiu ao *Hotel de Ville*. Em nome do proletariado de Paris *ordenou* ao *Governo Provisório* que proclamasse a República. Se dentro de duas horas esta ordem do povo não tivesse sido cumprida, ele regressaria à frente de 200.000 homens. Os cadáveres dos combatentes caídos na luta mal tinham começado a arrefecer, as barricadas ainda não tinham sido removidas os operários não tinham sido desarmados e a única força que se lhes podia opor era a Guarda Nacional. Nestas circunstâncias, dissiparam-se repentinamente as objeções de subtileza política e os escrúpulos jurídicos do *Governo Provisório*. O prazo de duas horas ainda não tinha expirado e já todas as paredes de Paris ostentavam as palavras históricas em letras enormes:

República Francesa! Liberdade, Igualdade, Fraternidade!

[...]

Ao ditar a República ao *Governo Provisório* e, por meio de o *Governo Provisório*, a toda a França, o proletariado passou imediatamente ao primeiro plano como partido autônomo mas, ao mesmo tempo, desafiou contra si toda a França burguesa. O que ele conquistou foi o terreno para a luta pela sua emancipação revolucionária, de modo nenhum essa mesma emancipação. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 215-216. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

luta política pela sua emancipação enquanto classe, e não pela sua emancipação humana, necessidade e consciência que só adquiriria num estágio mais avançado de sua maturação política-social, quando a luta de classes alcança os auspícios da evidenciação de que seus confrontos e conflitos são irreconciliáveis e irremediáveis e que só deixarão de existir quando as próprias classes forem superadas.

As reivindicações políticas do proletariado foram fruto de suas necessidades emergenciais de existência, parte de sua prática utilitária, das questões imediatas a sua manutenção, feitas no contexto da situação. São produtos de um “*sentir* que não se sabe precisar bem a causa determinante” e do qual não se vislumbra os possíveis desdobramentos, mas, ainda assim, são a força intuitiva da única classe capaz de ser a portadora efetiva de um processo real e radicalmente revolucionário para a superação do atual estado sociometabólico e sociabilizatório⁶⁴.

A República de Fevereiro é a entrada, à força, da burguesia na cena política, é o início da sua dominação política e por estar principiando, o proletariado encontrará brechas que poderá usufruir em proveito próprio, ou ao menos, obter a promessa de “concessão” as suas reivindicações, mesmo porque a burguesia ainda não está habituada ao exercício do poder e aos seus aparatos e mecanismos de dominância, o que permite as “concessões” pelo medo de um levante do proletariado, levante para o qual ainda não está devidamente preparada e cujas forças precisa organizar.

É assim que o proletariado parisiense ao pressionar o Governo Provisório tem a promessa de ser atendido, a dita concessão da República Burguesa, pois essa era a verdadeira

⁶⁴ As reivindicações políticas, sem as quais nenhuma revolução se realiza, nem mesmo a mais puramente social delas, foram feitas no contexto da situação. O objetivo popular de 1848, a “república democrática e social”, era simultaneamente social e político. A experiência da classe trabalhadora injetou nele, pelo menos na França, novos elementos institucionais baseados na prática dos sindicatos e da ação cooperativa, embora não tenha criado elementos tão novos e poderosos como fizeram os soviets da Rússia no início do século XX.

[...] por outro lado, organização, ideologia e liderança eram lamentavelmente pouco desenvolvidas. Mesmo a mais elementar das formas, o sindicato, era restrita a umas poucas centenas ou, no melhor dos casos, a uns poucos milhares de membros.

[...] 1848 foi a primeira revolução na qual socialistas ou, mais precisamente, os comunistas – pois o socialismo pré-1848 era um movimento demasiado apolítico para construir utopias cooperativas – apareceram na frente da cena desde o início. [...] Mas o que significava o socialismo para os seus seguidores, além de um nome para uma classe trabalhadora autoconsciente com suas próprias aspirações a uma sociedade diferente da do capitalismo e baseada na sua derrubada? Mesmo seu inimigo não estava claramente definido. Falava-se muito de “classe trabalhadora” e mesmo de “proletariado”, mas, durante a revolução, nada sobre “capitalismo”.

[...] de fato, quais eram as perspectivas políticas de uma classe trabalhadora, mesmo que socialista? O próprio Karl Marx não acreditou que a revolução estivesse na ordem do dia. Mesmo na França, “o proletariado de Paris ainda era capaz de ir além da república burguesa de outra forma que não fosse nas idéias, na imaginação. Suas necessidades imediatas e confessas desviavam-nos da vontade de derrubar a burguesia, e além disso eles não possuíam os

caracterização da República de Fevereiro, graças ao auxílio do proletariado, ao seu heroísmo e ao seu sangue, a burguesia iniciava a consumação da dominação política burguesa, da burguesia enquanto classe, fazendo a “partilha” do poder, ou melhor, garantindo o acesso a ele a todos os segmentos da classe burguesa⁶⁵.

A burguesia, ainda que de forma tateante, vai intuindo que a melhor forma de neutralizar o inimigo é aparentando sua inserção no aparato estatal. É uma forma extremamente eficiente quando se trata de isolar e engessar o potencial revolucionário das massas.

O Hotel de Ville era a sede do poder da República de Fevereiro, o centro decisório, a mão legislativa e executiva da classe burguesa então em gestação. Ao se ver obrigada a aquiescer a mais uma exigência proletária, a criação de condições para a melhoria de vida e trabalho dos operários parisienses, proporcionando trabalho a todos os cidadãos, permite a criação de uma Comissão para pensar e realizar os meios para a melhoria de vida e trabalho da classe trabalhadora. Albert, representante genuíno da classe trabalhadora, um mecânico, juntamente a Louis Blanc, assumem a pasta como delegados das corporações de artesãos de Paris.

Contudo, Louis Blanc e Albert são locados no Palácio de Luxemburgo, desterrados da sede do poder, portanto, ficando sem poder algum de fato em termos de execução. Serviram apenas para fazer vitrine e desarrefecer os ânimos que, caso contrário, poderiam se exaltar e atrapalhar a contra-revolução burguesa, ou seja, o fim da possibilidade de construção de uma república social e democrática, como exigiram e sonhavam os trabalhadores parisienses, mas que a burguesia, agora em coligação, tratava de esmagar, ainda que à força, numa demonstração de violência até então inaudita.

Em relação a essa passagem e episódio, cabe as considerações tecidas por Marx:

E quando, alguns dias mais tarde, o Governo [Provisório] se esqueceu das suas promessas e pareceu ter perdido de vista o proletariado, uma massa de 20.000 operários dirigiu-se ao Hotel de Ville gritando: *Organização do Trabalho! Criação de um ministério especial do Trabalho!*
[...]

instrumentos para fazê-lo”. HOBBSAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.45-46.

⁶⁵ Tal como nas jornadas de Julho os operários tinham conquistado a *monarquia burguesa*, nas jornadas de Fevereiro conquistaram a *república burguesa*. Tal como a monarquia de Julho fora obrigada a anunciar-se como uma *monarquia* rodeada por *instituições republicanas*, assim a República de Fevereiro foi obrigada a anunciar-se como uma *república* rodeada por *instituições sociais*. O proletariado parisiense *forçou* também esta concessão. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 216. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

Os operários tinham feito a revolução de Fevereiro juntamente com a burguesia; ao lado da burguesia procuravam fazer valer seus interesses, tal como tinham instalado um operário no próprio Governo Provisório ao lado da maioria burguesa. *Organização do trabalho!* Mas o trabalho assalariado é a organização burguesa existente do trabalho. Sem ele não há capital, nem burguesia, nem sociedade burguesa. Um *ministério especial do Trabalho!* Mas os ministérios das Finanças, do Comércio, das Obras Públicas não são eles os ministérios *burgueses* do trabalho? Ao lado deles um ministério *proletário* do trabalho tinha de ser um ministério da impotência, um ministério dos desejos piedosos, uma Comissão do Luxemburgo. Do mesmo modo que os operários acreditaram poder emancipar-se ao lado da burguesia, também julgaram poder realizar uma revolução proletária dentro dos muros nacionais da França, ao lado das restantes nações burguesas.⁶⁶

Vemos, pois, que a concessão, ainda que por *pressão* do proletariado, é consentida porque não afeta o funcionamento e lógica da dominação política burguesa, sendo inofensiva e estando, de um certo modo, sobre o controle e visão da própria burguesia, que pode antecipar-se a qualquer ação mais tendencialmente radical do proletariado, exercendo um certo tipo de controle e possibilidade de refreamento sobre o processo de mobilização dessa classe.

Entretanto, algo chama nossa atenção em relação a esse episódio especificamente. Engels, na introdução de 1895 à *As Lutas de Classes em França*, de Marx, faz uma menção interessante, que, de algum modo parece apresentar uma interconexão ao fato descrito. Mesmo que se trate de uma exigência proletária pautada na imediatividade de sua prática utilitária e questões de manutenção e sobrevivência, que não tenham uma clara consciência de que, de fato, estão questionando e colocando em provação a própria lógica e condição de reprodução do capital, ainda assim, mesmo que intuitivamente, acreditamos ser disso que se trata. Vejamos o que nos relata Engels.

O que dá ainda ao nosso escrito um significado muito especial é a circunstância de que é ele que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade. No segundo capítulo, a propósito do “direito ao trabalho”, que é considerado “a primeira fórmula canhestra em que se condensavam as exigências revolucionárias do proletariado”, afirma-se: “... mas por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por detrás do poder sobre o capital a *apropriação dos meios de produção*, a sua submissão à classe

⁶⁶ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 216-217. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

operária associada, portanto a abolição do trabalho assalariado e do capital e da sua relação recíproca”.⁶⁷

A criação de postos de trabalho, ou das Oficinas Nacionais – custeadas pelo Estado, uma medida assistencialista que vem amenizar o sofrimento dos que sofrem –, meio encontrado por Louis Blanc para proporcionar trabalho ao proletariado e a possível melhoria das suas condições de vida, uma das exigências imediatas dessa classe, acaba evidenciando que tal medida só faz acentuar o processo de proletarização crescente dos então desocupados e desempregados, expurgados da produção direta do sistema capitalista, provendo o capital de uma fonte gratuita de exploração da força de trabalho, uma vez que sendo custeadas pelo fundo público são bancadas pelos impostos e taxas arrancados legalmente dos contribuintes, contribuindo para lançar os segmentos do proletariado uns contra os outros, uma vez que a pequena burguesia, constantemente ameaçada de engrossar a classe do proletariado devido a concorrência intercapitalista a qual está inescapavelmente submetida pela flutuação dos negócios, torna-se a principal constestadora desse assistencialismo disfarçado.

A criação das Oficinas terminam por tocar na raiz da própria lógica de reprodução do capital, na medida em que agudiza a proletarização e possibilita a tomada de consciência da classe proletária da sua hiper-exploração, já que é a própria classe, em seus mais variados segmentos, quem custeia o assistencialismo burguês que permite à burguesia ficar em paz com sua própria consciência ao fazer caridade.

Todavia, o proletariado só pode se organizar, efetivamente, como classe autônoma e adquirir a “consciência de si” com o pleno desenvolvimento e consolidação do poder e dominação política da burguesia industrial. A Revolução de Fevereiro é contra a dominação da burguesia financeira, contra a especulação para retomar os investimentos na produção. É o restabelecimento do desenvolvimento da indústria, em âmbito e escala nacional e internacional que, contraditória e dialeticamente, cria a possibilidade da formação do proletariado como classe e dessa classe como Partido, tanto nacional como internacionalmente, já que a proletarização é produto da mundialização do capital industrial, que gera seus próprios coveiros, porque é a força de trabalho que alimenta e faz funcionar o processo de valorização do valor.

Como capta e alerta Marx:

⁶⁷ MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p.191-192.

O desenvolvimento do proletariado industrial está, em geral, condicionado pelo desenvolvimento da burguesia industrial. Só sob a dominação desta ganha a larga existência nacional capaz de elevar a sua revolução a uma revolução nacional; só então cria, ele próprio, os meios de produção modernos que se tornam noutros tantos meios da sua libertação revolucionária. A dominação daquela arranca então as raízes materiais da sociedade feudal e aplanar o terreno no qual, e só aí, é possível uma revolução proletária. A indústria francesa é mais evoluída e a burguesia francesa é mais desenvolvida revolucionariamente do que a do resto do continente. Mas a revolução de Fevereiro, não foi ela diretamente dirigida contra a aristocracia financeira? Este fato demonstrou que a burguesia industrial não dominava a França. A burguesia industrial só pode dominar onde a indústria moderna dá às relações de propriedade a forma que lhe corresponde. A indústria só pode alcançar este poder onde conquistou o mercado mundial, pois as fronteiras nacionais são insuficientes para o seu desenvolvimento. A indústria francesa, porém, em grande parte, só assegura o seu próprio mercado nacional através de um protecionismo mais ou menos modificado. Por conseguinte, se o proletariado francês no momento de uma revolução em Paris possui efetivamente força e influência que o estimulam a abalançar-se para além dos seus meios, no resto da França encontra-se concentrado em centros industriais dispersos, quase desaparecendo sob um número muito superior de camponeses e pequenos burgueses. [...] Portanto, é mais do que explicável que o proletariado de Paris procurasse fazer valer o seu interesse *ao lado* da burguesia, em vez de o fazer valer como o interesse revolucionário da própria sociedade, que deixasse cair a bandeira *vermelha* diante da *tricolor*. Os operários franceses não podiam dar um único passo em frente, tocar num só cabelo da ordem burguesa, enquanto o curso da revolução não tivesse revoltado a massa da nação situada entre o proletariado e a burguesia, os camponeses e os pequenos burgueses, contra esta ordem, contra a dominação do capital, e a não tivesse obrigado a juntar-se aos proletários como seus combatentes de vanguarda. Só à custa da tremenda derrota de Junho puderam os operários alcançar esta vitória.⁶⁸

Ao proletariado faltam as condições objetivas estruturais para levar a cabo sua própria revolução. A revolução social-democrática almejada povoava corações e mentes como um desejo capaz de se realizar pela força da vontade e pelo desencadear das necessidades da luta. Porém, ainda que a consciência seja adquirida somente durante o processo de luta, por intermédio dos embates e confrontos cada vez mais acirrados entre capital e trabalho, ainda assim, é necessário ter por parâmetro norteador dessa luta político-social um projeto político-social de longo alcance, forjado não apenas no calor das batalhas, mas trabalhado sobre o aprendido, então teorizado, das derrotas e vitórias, perdas e conquistas do movimento proletário a nível nacional e internacional, possibilitando uma condução mais eficiente e eficaz das ações revolucionárias, o

⁶⁸ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 218-219. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

que, no presente estágio de seu processo de formação e constituição enquanto classe, era concretamente irrealizável. Faltavam as realizações concretas para o concreto pensado.

Novamente, nos servimos das palavras de Marx:

Uma classe em que se concentram os interesses revolucionários da sociedade encontra imediatamente na sua própria situação, mal se ergue, o conteúdo e o material da sua atividade revolucionária: bater inimigos, lançar mão de medidas ditadas pela necessidade da luta; as consequências dos seus próprios atos empurram-na para diante. Não procede a estudos teóricos sobre a sua própria tarefa. A classe operária francesa não se encontrava ainda neste ponto. Era ainda incapaz de levar a cabo a sua própria revolução.⁶⁹

A República de Fevereiro e seu Governo Provisório, enquanto criava medidas para “entreter” o operariado, procurava despir-se da sua aparência antiburguesa. Ao invés de se tornar o credor para os investidores, esses tornam-se seus credores a quem recorre indiscriminadamente para pagar todos os dividendos da monarquia, fazendo subir o crédito privado e o crédito público, endividando-se descaradamente e repassando o déficit aos pequenos burgueses, “criados” e operários⁷⁰. São eles que custeiam a amortização das dívidas públicas e o entousamento dos credores do Estado.

Com o déficit crescente, novos impostos e taxas tinham de ser criados a dispensa dos trabalhadores, estando eles em melhor ou pior estado. Já que à pequena burguesia e aos operários já haviam sido subtraídos alguns francos, outra galfinhada seria “cutucar onça com vara curta”. Era necessário encontrar outro contribuinte e logo ele foi providenciado. Agora eram os camponeses quem pagariam a conta aos credores do Estado. A burguesia colocava, assim, os camponeses contra os proletários da cidade, pois quem lhes cobrava o imposto de 45 cêntimos era o Governo Provisório da República de Fevereiro e, para eles, “*a república era o imposto dos 45 cêntimos, e no proletariado de Paris ele(s) via o perdulário que vivia regalado à sua custa*”.⁷¹

A burguesia ia, assim, promovendo o descontentamento da sociedade com o proletariado. Os camponeses pelo imposto, e a pequena burguesia pelo ódio às Oficinas Nacionais,

⁶⁹ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 218. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁷⁰ *As cadernetas de depósito* de mais de 100 francos foram declaradas não convertíveis em dinheiro. Os montantes depositados nas Caixas Econômicas foram confiscados e transformados, por decreto, em dívida do Estado não amortizável. O *pequeno burguês*, já de si em apuros, exasperou-se contra a república. Ao receber títulos de dívida pública em vez da caderneta, via-se obrigado a vendê-los na Bolsa e, assim, a entregar-se diretamente nas mãos dos judeus da Bolsa contra os quais fizera a revolução de Fevereiro. MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 222. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

engrossando as fileiras do movimento contra-revolucionário à radicalização da revolução social-democrática sonhada pelos proletários.

O Governo provisório

Teve de reforçar as vacilantes relações burguesas para cumprir obrigações que só dentro dessas relações têm de ser satisfeitas. O Crédito tornou-se a sua condição de existência e as concessões ao proletariado, as promessas que lhe havia feito, outras tantas *cadeias* que *era preciso* romper. A emancipação dos operários – mesmo como mera *frase* – tornou-se um perigo insuportável para a nova república, pois constituía um protesto contra o restabelecimento do crédito que assenta no reconhecimento imperturbado e inconturbado das relações econômicas de classe vigentes. Era preciso, pois, *acabar-se com os operários*.⁷²

A burguesia havia reunido todas os segmentos da classe burguesa em torno de um objetivo comum: desorganizar, desmobilizar e liquidar o proletariado. Era principalmente a crise econômica que agravava a inquietude de todos os proprietários. A falta de mercados para vender seus produtos, o aumento de impostos, o marasmo econômico, aliado às agitações políticas e à fraqueza e hesitação do governo, provocam pesadelos no mundo dos negócios. A reação estava na ordem do dia.

A burguesia também criou a Guarda Móvel, recrutando o lumpemproletariado, opondo uma parte do proletariado a outra, se valendo da fome, do desemprego, do desespero e, portanto, da “vil ralé” para aumentar as forças e defesas da Guarda Nacional, formada pelos segmentos burgueses em suas diferentes gradações.

Este aspecto é interessantíssimo e merece um comentário a parte. A complexificação e multifacetariedade do movimento proletário ao longo da história deve ser acompanhado pela classe como Partido, pois ela precisa absorvê-lo e resgatá-lo do âmbito da marginalidade e marginalização impostos pela expulsão, cada vez mais frequente e em massa, do processo da produção propriamente, do mercado formal e das relações formais de troca, distribuição e circulação. Caso contrário, esses expoliados tornam-se, potencialmente, “agentes do sistema”, atuando, mesmo que inconscientemente, porque manobrados e corrompidos, como segmento mercenário da classe, mercenarismo que pode ter um preço muito alto e irreparável para todo o proletariado quando da eclosão de uma revolução social. Por isso é necessário e premente reorientar as práticas e o trabalho de politização e conscientização das massas, evitando que se

⁷¹ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 223. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁷² Idem; *ibidem*, p. 224.

tornem, a certa altura do processo, muitas vezes decisiva, “massa de manobra” da classe burguesa.

A Guarda Móvel era composta por indivíduos entre 15 a 20 anos. Até mesmo a idade era um requisito tático, estratégia da burguesia, pois, como explicita Marx,

capazes, na idade juvenil em que o Governo Provisório os recrutava, uma idade totalmente influenciável, dos maiores heroísmos e dos sacrifícios mais exaltados como do banditismo mais repugnante e da corrupção mais abjeta. O Governo Provisório pagava-lhes 1 franco e 50 cêntimos por dia, isto é, comprava-os. Dava-lhes um uniforme próprio, isto é, distinguia-os exteriormente dos homens de blusa de operário. Para seus chefes eram-lhe impostos, em parte, oficiais do exército permanente, em parte, eram eles próprios que elegiam jovens filhos da burguesia que os cativavam com as suas fanfarronadas sobre a morte pela Pátria e a dedicação à República.⁷³

Ao invés desses expugnados serem reintegrados à sociedade pelo próprio proletariado, isso é feito pela burguesia, que faz com que acreditem serem diferentes e mesmo superiores aos subversivos proletários, baderneiros que estão contra a ordem, o progresso e a paz para as famílias e os negócios.

Cego para o significado do intento burguês, o proletariado saúda a Guarda Móvel, seu “filho bastardo”, o reverso e reflexo da omissão e falta de maturidade de visão e consciência de classe em si do jovem movimento proletário então em formação.

Assim, contrapôs-se ao proletariado de Paris, e recrutado no seu próprio seio, um exército de 24.000 jovens robustos e audaciosos. O proletariado saudou com *vivas* a Guarda Móvel nos seus desfiles pelas ruas de Paris. Reconhecia nela os seus campeões nas barricadas. Via nela a guarda *proletária* em oposição à Guarda Nacional burguesa. O seu erro era perdoável.⁷⁴

As forças para o confronto entre burguesia e proletariado estavam a postos. Agora, era só provocar o proletariado e fazê-lo cair na armadilha que, nessa altura, já se encontrava armada.

O fechamento das Oficinas Nacionais foi o estopim da provocação proletária. Como ressalva Marx:

Não pelo seu conteúdo, mas pelo seu nome, as *oficinas nacionais*, eram a encarnação do protesto do proletariado contra a indústria burguesa, o crédito burguês e a república burguesa. Sobre elas recaía portanto todo o ódio da burguesia. A burguesia encontrara ao mesmo tempo nelas o ponto para onde

⁷³ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 224. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁷⁴ Idem; *ibidem*, p. 225.

poderia dirigir o ataque logo que estivesse suficientemente robustecida para romper abertamente com as ilusões de Fevereiro. Ao mesmo tempo todo o mal-estar, todo o descontentamento dos *pequenos burgueses* dirigia-se contra estas oficinas nacionais, o alvo comum.⁷⁵

Para o proletariado parisiense, as Oficinas Nacionais eram uma conquista, ao menos em termos simbólicos, do fazer-se ouvir e notar pelo poder estabelecido, adentrando no terreno da luta política e fazendo dela uma luta política-social. Ainda que a Comissão de Luxemburgo estivesse afastada da sede efetiva do poder, sua presença era incômoda e um alerta permanente para a classe burguesa, obrigada a conceder a entrada, mesmo que pelos fundos, de elementos comunistas no Governo Provisório devido a presença significativa dos mesmos nas barricadas que deram vida ao próprio Governo Provisório.

As Oficinas, eram, assim, em certo sentido, um símbolo de poder proletário, a encarnação dos interesses e necessidades de classe altamente antagônicos e irreconciliáveis, ainda que, de fato, em nada mudasse a condição e situação existencial do proletariado, que continuava a figurar como força de trabalho, vendendo-o em troca dos meios necessários para a reprodução de sua existência, sendo mantida, em essência, a exploração do homem pelo homem e as próprias classes, relações sociais e produtivas reguladas pelo sistema jurídico-político estatal.

O clima de guerra se fazia sentir e deixava pesada a atmosfera, alternando os ânimos. A primeira grande luta de classes da história estava para ser travada. Pela primeira vez, os oponentes se colocariam totalmente a mostra, sem ilusões, sem máscaras; sem falsas representações, sem lemas generalizantes. Todas as escaramuças seriam dissipadas. De uma vez por todas ficaria evidenciado que a classe burguesa e a proletária são inimigas ontológicas, ainda que contrários que se interdeterminam e interdependem como condição da própria existência enquanto classe e somente o proletariado pode romper e superar, através de uma revolução social radical, conscientemente orientada e praticada, a interdependência e existência das classes através da fundação e consolidação de uma nova forma de gestão, qual seja, a autogestão dos produtores livremente associados, que detenham a regência sobre o próprio agir e decidam, coletivamente, como atender e realizar o que é vital, essencial e necessário para criação das condições efetivas à concretização das verdadeiras necessidades, interesses, capacidades e potencialidades humanas.

⁷⁵ Idem; *ibidem*, p. 225-226.

As eleições para a formação da Assembléia Nacional Constituinte, cuja preparação e movimentação inicia-se em abril, irá delinear e delimitar o campo de batalha. Os proletários pretendiam fazer o Governo Provisório retomar a via revolucionária, dado que as medidas e decretos do mesmo revelavam que estava indo em direção contrária.

O 17 de março amarrou e impediu o proletariado de submeter a si o Governo Provisório, tomando, assim, uma ação decisiva que repercutiria positivamente no deflagrar da luta de classes. Ao invés de se reapropriar e redirecionar o Governo Provisório, o proletariado se viu obrigado, pelas circunstâncias, a reforçá-lo, já que a burguesia representada na Guarda Nacional realizava uma manifestação hostil ao Governo. A República, ainda que burguesa, era posta em xeque e se assim fosse, também estaria em questão a possibilidade de radicalização da revolução em prol da realização da revolução social. O proletariado garantia a manutenção da República e pagaria com a própria vida por isso.

O 17 de março acabou, pois, por esvaziar-se numa cena melodramática, e embora nesse dia o proletariado de Paris tivesse mais uma vez mostrado o seu gigantesco corpo, a burguesia, tanto dentro como fora do Governo Provisório, ficou ainda mais decidida a dar cabo dele.⁷⁶

O saldo do 17 março foi a “unificação” decisiva e decidida da burguesia, que reconhece seus interesses de classe e não mede esforços, a partir de então, para assegurá-los, caindo por terra a máscara que a tanto tempo havia sustentado e que tinha contribuído para ludibriar, escamotear e enganar o movimento proletário. Estava cavada e posta a oportunidade histórica do proletariado livrar-se, de vez, de todas as suas falsas representações, de todas as ilusões que o fizeram acreditar e lutar *ao lado e com* a burguesia. Um novo tempo e um novo horizonte descortinavam, ainda que o proletariado tivesse de pagar um preço muito alto por eles.

O 16 de Abril foi a manobra mais taticamente eficiente da burguesia. Alardeando que os proletários estavam reunindo forças para atacar a sede do Governo Provisório, derrubá-lo e proclamar um Governo Comunista, a burguesia conseguiu mobilizar toda a sociedade francesa em defesa da Pátria e da ordem, fazendo retornar o próprio exército, então fora do território em suas guerras expansionistas e por disputa de mercados, principalmente com a Inglaterra. A Guarda Nacional, o exército, a Guarda Móvel, a pequena burguesia, os camponeses, os

⁷⁶ Idem; ibidem, p. 226.

reacionários e conservadores e com eles a Igreja uniram forças e marcharam ombro a ombro para esmagar e mutilar esse corpo degenerado.

As eleições ocorreram e com elas se cristalizou as diferenças dos interesses de classes. O sufrágio, enquanto “*culto do povo*” que têm os mesmos interesses, o mesmo discernimento, revelara e evidenciara que o povo real, e não o imaginado, era disforme e refletia os representantes das diferentes classes em que ele se dividia. Os antagonismos de classe também se cristalizavam em toda a sua irreconciliabilidade.

Só em nome da República se podia iniciar a luta contra o proletariado.

A *República*, isto é, a república conhecida pelo povo francês, *data de 4 de Maio e não de 25 de Fevereiro*. Não é a república que o proletariado de Paris impôs ao Governo Provisório; não é a república com instituições sociais; não é o sonho que pairava perante os olhos dos combatentes das barricadas. A república proclamada pela Assembléia Nacional, a única república legítima, é a república que não é uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes a reconstrução política desta, a consolidação política da sociedade burguesa, numa palavra: a *república burguesa*. Esta afirmação ressoou alto da tribuna da Assembléia Nacional e encontrou eco em toda a imprensa burguesa republicana e anti-republicana.

Vimos como, na verdade, a república de Fevereiro não era senão, e não podia deixar de o ser, uma república *burguesa*; como porém, o Governo Provisório, sob a pressão imediata do proletariado, fora obrigado a anunciá-la como uma *república com instituições sociais*; como o proletariado parisiense era ainda incapaz de ir além da república burguesa a não ser na *representação* e na *fantasia*; como ele agiu ao seu serviço em toda a parte em que verdadeiramente passou à ação; como as promessas que lhe haviam sido feitas se tornaram num perigo insuportável para a nova república; como todo o processo de vida do Governo Provisório se resumiu a uma luta contínua contra as reivindicações do proletariado.

Na Assembléia Nacional era a França inteira que julgava o proletariado parisiense em tribunal. Ela rompeu imediatamente com as ilusões sociais da república de Fevereiro e proclamou sem rodeios a *república burguesa* como república burguesa, única e exclusivamente. Expulsou imediatamente da Comissão Executiva, por ela nomeada, os representantes do proletariado, Louis Blanc e Albert. Repudiou a proposta de um ministério do Trabalho especial e recebeu com tempestade de aplausos a declaração do ministro Trélat: “Trata-se agora apenas de *reconduzir o trabalho às suas antigas condições*.”

Tudo isto, porém, não chegava. A república de Fevereiro fora conquistada pela luta dos operários com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários consideravam-se, pois, com razão, os vencedores de Fevereiro e apresentaram as altivas exigências do vencedor. Era preciso que os proletários fossem derrotados na rua, era preciso mostrar-lhes que sucumbiriam logo que combatessem não *com* a burguesia mas *contra* a burguesia. Assim como a república de Fevereiro com as suas concessões socialistas tivera necessidade de uma batalha do proletariado unido à burguesia contra a realeza, assim agora se tornava necessária uma nova batalha para separar a república das concessões socialistas, para se conseguir que a *república burguesa* fosse oficialmente o regime

dominante. A burguesia tinha, pois, de, com as armas na mão, se opor às reivindicações do proletariado. E o verdadeiro berço da república burguesa não é a *vitória de Fevereiro* mas sim a *derrota de Junho*.⁷⁷

Fica evidenciado que a luta de classes é uma luta política-social e que apenas através dela é possível a tomada do poder para o processo de eliminação e extinção de toda a forma de poder, daí a necessidade da dominação política do proletariado, do que August Blanqui cunhou por “ditadura do proletariado”, uma ditadura da maioria pelo interesse da imensa maioria, portanto uma “ditadura” essencialmente “democrática”⁷⁸ mas indispensável dentro do contexto de uma sociabilidade embasada na existência das classes sociais como fator determinante e fundante.

O 15 de Maio foi a tentativa fracassada do proletariado de reaver sua influência revolucionária sobre o Governo Provisório. Todas as portas estavam sendo vigiadas, as brechas se estreitaram. A invasão à Assembléia Nacional Constituinte foi a oportunidade que a burguesia estava esperando e assim ela desfechou seus golpes e arrastou o proletariado para as ruas, preparando o espetáculo de carnificina que durou 4 dias, iniciado a 22 de Junho, levante liderado por Blanqui. Após as insurreções de junho, 12 mil insurretos foram presos, 4 mil deportados para a Argélia e o saldo de mortos dos 5 dias de combate foi de 1,5 mil insurretos.

O alvo da burguesia foram as Oficinas Nacionais a que os proletários responderam erguendo as barricadas. O desmonte das Oficinas, o desterro dos operários enviados a locais isolados para realizar as obras de aterro era uma forma de suavizar o processo de desorganização e desmobilização que a burguesia fazia sobre o movimento proletário.

22 de Junho foi

a imensa insurreição na qual se travou a primeira grande batalha entre ambas as classes em que se divide a sociedade moderna. Foi uma luta pela manutenção ou destruição da ordem *burguesa*. O véu que encobria a república rasgou-se. É conhecido como os operários, dando provas de uma coragem e genialidade inauditas, sem chefes, sem um plano comum, sem meios e sem armas na sua maioria, mantiveram em respeito durante cinco dias o exército, a Guarda Móvel,

⁷⁷ Idem; *ibidem*, p. 228-229.

⁷⁸ Em 1848 o processo revolucionário era pensado da seguinte forma:

Seria, numa primeira instância, uma república democrática, numa segunda uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária popular e, finalmente, uma ditadura do proletariado ou, como na expressão que recorda as opiniões de Blanqui e que refletiu a temporária proximidade dos dois grandes revolucionários [Blanqui e Marx] no pós-1848, imediato à “revolução permanente”. Mas, diferentemente de Lênin em 1917, Marx não concebeu a substituição da revolução proletária pela burguesia senão após a derrota de 1848; e então, quando formulou uma perspectiva comparável à de Lênin (incluindo ‘apoiar a revolução’ como uma nova edição da luta camponesa, como disse Engels), não manteve por muito tempo. Não haveria uma segunda edição de 1848 na Europa central e do norte. A classe operária, como ele cedo reconheceu, teria de seguir um caminho diferente. HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.47.

a Guarda Nacional de Paris e a Guarda Nacional que fora enviada em massa da província. É conhecida a brutalidade inaudita com que a burguesia se desforrou do medo mortal que tinha passado e massacrou mais de 3.000 prisioneiros.

[...]

“O último resto oficial da revolução de Fevereiro, a Comissão Executiva, diluiu-se como uma fantasmagoria perante a gravidade dos acontecimentos. Os foguetes luminosos de Lamartine transformaram-se nas granadas incendiárias de Cavaignac. [Ministro da Guerra, general Cavaignac, a quem a Assembléia Nacional outorgou poderes ditatoriais para massacrar os operários insurretos da Paris francesa] A *fraternité*, a fraternidade das classes opostas, em que uma explora a outra, essa *fraternité* proclamada em Fevereiro, escrita em letras enormes na fachada de Paris, em cada prisão, em cada quartel – a sua expressão, a sua expressão verdadeira, autêntica, prosaica, é a *guerra civil*, a guerra civil na sua forma mais terrível, a guerra entre o trabalho e o capital. Esta fraternidade flamejava ainda diante de todas as janelas de Paris na noite de 25 de Junho, quando a Paris da burguesia se iluminava e a Paris do proletariado ardia, gemia e se esvaía em sangue. Esta fraternidade só durou enquanto o interesse da burguesia esteve irmanado com o interesse do proletariado. [...] A revolução de Fevereiro foi a *revolução bela*, a revolução da simpatia universal, porque as oposições que nela eclodiram contra a realeza se encontraram uma ao lado da outra, tranquilamente adormecidas, *não desenvolvidas*, porque a luta social que constituía o seu pano de fundo apenas tinha obtido uma existência de ar, a existência da frase, da palavra. A *revolução de Junho* é a *revolução feia*, a revolução repugnante, porque o ato substitui a palavra, porque a república pôs a descoberto a cabeça do próprio monstro ao derrubar a coroa que o protegia e ocultava. *Ordem!* Era o grito de guerra de Guizot. *Ordem!* Grita Sébastiani, o guizotista, quando Varsóvia ficou nas mãos dos russos. *Ordem!* Grita Cavaignac, o eco brutal da Assembléia Nacional Francesa e da burguesia republicana. *Ordem!* Troava a sua metralha ao despedaçar o corpo dos proletários. Nenhuma das numerosas revoluções da burguesia francesa desde 1789 fora um atento contra a *ordem*, pois todas deixavam de pé a dominação de classe, a escravidão dos operários, a ordem *burguesa*, muito embora a forma política dessa dominação e dessa escravidão mudasse. Junho tocou nessa ordem. Ai de ti Junho!” (Nova Gazeta Renana, 29 de Junho de 1848.)⁷⁹

A burguesia cessava de ser uma força revolucionária. Seu reacionarismo e conservadorismo se escancaravam na defesa da República Burguesa, no aperfeiçoamento da forma de dominação política por excelência da burguesia, a “democracia burguesa”, pois 1848 também foi um aprendizado para a classe burguesa então constituída e em vias de consolidação: a defesa da ordem social só seria garantida se aprendessem a política do povo. Os meios de comunicação de massa, a imprensa, principalmente, atuaria com afínco para atingir o propósito de influenciar e ditar a “opinião pública”, o condicionamento e controle sociais seriam tornados

⁷⁹ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 230-231. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

cada vez mais eficientes em resposta ao despertar do movimento proletário⁸⁰. A democracia burguesa permite um controle e uma vigilância de perto, embora também signifique a entrada do proletariado nos mecanismos e aparatos do poder, onde o risco é que sua luta e resistência ganhe foros legais, institucionais, o que exige maior articulação e rearranjos de força e composição da própria burguesia. Ela cederá e concederá, porque não haverá outro apanágio, mas também se reequipará e munirá a altura da concessão a que vez por outra é forçada e obrigada a conceder.

Junho redefine, reescreve e resignifica as palavras de ordem da organização e mobilização da classe proletária em formação, que passam a ser: “*Derrube da burguesia! Ditadura da classe operária!*”⁸¹ Aqui aparece a palavra ditadura da classe operária ao invés de dominação política da classe proletária. Uma ditadura que, como já adiantamos, é essencialmente democrática, no sentido original do termo, porque tem por finalidade atender, defender e realizar os interesses da maioria para a imensa maioria da humanidade.

O problema que a burguesia enfrenta após as insurreições de Junho é a consolidação de sua dominação, isto porque foi obrigada a unir forças com os legitimistas e demais partidários da realeza, da monarquia, de forma que a “*derrota de Junho impediu-a de consolidar a sua dominação e de imobilizar o povo, meio safisfeito e meio melindrado, no escalão subalterno da revolução burguesa*”.⁸²

De qualquer forma, a morte da falsa fraternidade, vitória possível apenas com a “derrota” de Junho da classe proletária, faria o proletariado despertar de seu sono e sonho encantado, principalmente pelo roncar dos estômagos, os propulsores da consciência de classe contingente.

A história da luta de classes tomava consciência de si pela consciência adquirida por ambas as classes sociais em luta. Para o proletariado, despido de todas as mistificações, a grande questão era não mais a transformação da *forma de Estado*, mas sim a *transformação radical da sociedade burguesa*. Morte a primeira forma de revolução! Vivas e saudações à segunda!

⁸⁰ Mesmo os mais arqui-reacionários dos junkers prussianos descobriram, naquele ano [o ano de 1848], que precisavam de um jornal que pudesse influenciar a “opinião pública” – conceito em si próprio ligado ao liberalismo e incompatível com a hierarquia tradicional. O mais inteligente dos arqui-reacionários prussianos de 1848, Otto von Bismarck (1815-1898), demonstra mais tarde sua lúcida compreensão da natureza política na sociedade burguesa e o magistral domínio que tinha das suas técnicas. Porém, as inovações políticas mais significativas desse tipo ocorreram na França. HOBBSAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.48-49.

⁸¹ MARX, Karl. Op. cit., p. 232.

⁸² Idem; ibidem, p. 232.

IV. b) 1. Sobre a pequena burguesia: um “artigo indefinido”? Qual segmento de classe esse extrato representa?

O processo revolucionário de 1848, o fevereiro, o novo rearranjo e composição de forças em abril e maio, também puseram à mostra a *indeterminação* e o *perigo* que representa a *aliança* do proletariado com o segmento aspirante à burguês, mas constantemente ameaçado à proletarização, que compõe a *pequena burguesia*. Esta procura sempre ficar do lado daquela classe que durante a luta pode atender a seus interesses diretos, portanto, joga de ambos os lados conforme sopra os “bons ventos”.⁸³

Os episódios de fevereiro, maio e junho de 1848 levaram Marx à constatação de que “a *pequena burguesia só se pode afirmar revolucionariamente contra a burguesia quando o proletariado está por detrás dela*”⁸⁴, o que significa dizer que no processo de articulações de forças e sistema de alianças exigidas em determinada altura da luta social revolucionária, o proletariado deve conduzir e manter a pequena burguesia sobre “rédeas curtas” para que ela não lhe traia e ponha por terra todos os esforços empreendidos pelo proletariado em sua luta política-social.

A pequena burguesia teria a sua paga após Junho.

E quando as barricadas foram derrubadas e os operários esmagados e os donos das lojas, ébrios com a vitória, se precipitaram para as suas lojas, encontraram a entrada barricada por um salvador da propriedade, um agente oficial do crédito, brandindo-lhes as cartas cominatórias: Letra vencida! Renda vencida! Título de dívida vencido! *Boutique* vencida! *Boutiquier* vencido!

Salvação da propriedade! Mas a casa em que viviam não era propriedade sua; a loja que tinham não era propriedade sua; as mercadorias em que negociavam não eram propriedade sua. Nem o negócio, nem o prato em que comiam, nem a cama em que dormiam lhes pertencia ainda. Tratava-se, pois, precisamente, de *salvar esta propriedade* para o dono da casa que a alugara, para o banqueiro que descontara as letras, para o capitalista que adiantara o dinheiro, para o fabricante que confiara as mercadorias a esses merceeiros para as vender, para o grande comerciante que fornecera a crédito as matérias-primas a estes artesãos. *Restabelecimento do crédito!* Mas o crédito de novo robustecido revelou-se precisamente como um deus vivo e fervoroso expulsando das suas quatro paredes, com mulher e filhos, o devedor insolvente, entregando os seus haveres

⁸³ Com o proletariado provisoriamente afastado do palco, com a ditadura burguesa reconhecida oficialmente, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe dos camponeses tiveram de se ligar cada vez mais ao proletariado na medida em que a sua situação se tornava mais insuportável e a sua oposição em relação à burguesia se tornava mais dura. Tinha agora de encontrar a razão das suas misérias na derrota daquele tal como outrora a haviam encontrado no seu ascenso. Idem; *ibidem*, p. 232.

⁸⁴ Idem; *ibidem*, p. 233.

ilusórios ao capital e atirando-o para a prisão por dívidas, que, de novo, se erguera ameaçadora sobre os cadáveres dos insurretos de Junho.

Os pequenos burgueses reconheceram com pavor que, ao derrotarem os operários, se tinham entregue sem resistência nas mãos dos seus credores. A sua bancarrota, que desde Fevereiro se arrastava cronicamente e parecia ignorada, manifestou-se claramente depois de Junho.⁸⁵

Esse extrato de classe indefinido por sua própria condição flutuante e dependente da atmosfera do mercado e da disputa intercapitalista precisa ser atingido e trazido para junto do proletariado, porque, em sua determinidade constitutiva, isto é, em sua raiz ontológica é parte do proletariado, uma vez que perante os banqueiros e credores não tem nem a possibilidade de dispor de si, muito menos do que diz ser suas propriedades, hipotecadas e arrematadas para o pagamento de suas dívidas que declaram sua falência, atirando-a e recolocando-a na sociabilidade de mercado como “proprietária” da única coisa que então lhe resta: sua *força de trabalho*. Enfim, seu fim é, via de regra, com raríssimas exceções, a proletarização, que mais dia menos dia, assalta-lhe pela porta da frente, descaradamente.

Ainda devido a sua condição, a pequena burguesia, dependendo da conjuntura econômica e das circunstâncias sócio-históricas, pode vir a representar uma ameaça aos planos e projetos da própria burguesia, que por isso deixa-se ficar sempre à espreita em relação a esse “artigo indefinido”. Cabe ao proletariado seguir o exemplo burguês e antecipar-se aos movimentos trincheiradores da burguesia trazendo para si a pequena burguesia, colocando-se por detrás dela.

IV. b) 2. Um rearranjo e rearticulação de forças entre pequena burguesia, proletariado, camponeses, republicanos e socialistas.

Retomando o pós-1848... A pequena burguesia não conseguiu renegociar suas dívidas com a nova Assembléia Nacional Constituinte. As concordatas amigáveis não tiveram espaço nem tempo para sair do papel. O movimento pela anistia dos presos de Junho, encabeçado pelas mulheres e filhos dos insurretos, trouxe o temor de um novo levante proletário. A Assembléia Nacional Constituinte não podia esmorecer, ao contrário, recrudesceria no tocante a todas as petições e exigências que entreabrissem a possibilidade de uma nova perturbação para os negócios.

⁸⁵ Idem; ibidem, p. 236-237.

Dentro desse contexto e no limiar desse panorama, deu-se sequência a novas eleições para deputados.

A 19 de Setembro de 1848, em pleno estado de sítio, o príncipe Louis Bonaparte e o preso de Vincennes, o comunista Raspail, foram eleitos deputados por Paris. A burguesia, porém, elegeu Fould, o cambista judeu e orleanista. Assim, de repente, surgiu de todos os lados ao mesmo tempo uma declaração de guerra aberta contra a Assembléia Nacional Constituinte, contra o republicanismo burguês, contra Cavaignac.⁸⁶

A unidade burguesa, depois de Junho, se decompunha e fragmentava e a dominação política da burguesia via-se impossibilitada de se consumir plenamente, fazendo crescer novamente a influência da aristocracia financeira que ia ganhando terreno no cenário político devido os empréstimos recorrentes feitos pelo Estado.⁸⁷ Algo precisava ser feito antes que as conquistas obtidas ao preço do seu desmascaramento ante o proletariado fossem anuladas pela reposição do estado de coisas anterior à fevereiro de 1848.

A própria defesa da República Burguesa também era minada, isto devido a valorização da Guarda Móvel em detrimento do *exército*, que se sentia inferiorizado, desprestigiado e humilhado pela “vil ralé”. A ele não eram ofertadas honras, nem louros, muito menos uma recompensa em termos monetários, o que causava uma indignação e insatisfação perigosamente insustentável.

A ilusão do exército e dos camponeses é desfeita, de “polícia militar” da federação vira “polícia civil”. Sentem-se humilhados e desonrados.⁸⁸ Os camponeses, por sua vez, ameaçados, pois temem o assalto a suas propriedades, garantidas por Napoleão Bonaparte quando do resgate e redivisão dos clérigos e nobreza emigrada nos tempos da revolução francesa. Haviam se aburguesado e como pequenos proprietários temiam e presavam a única coisa que podia mantê-los nessa condição: a *propriedade privada*.

⁸⁶ Idem; ibidem, p. 238.

⁸⁷ Não é preciso pormenorizar como a bancarrota em massa dos pequenos burgueses de Paris fez sentir os seus efeitos muito para além dos imediatamente atingidos e mais uma vez teve de abalar o comércio burguês, ao mesmo tempo que o déficit do Estado voltava a crescer devido aos custos da insurreição de Junho e as receitas do Estado diminuiam constantemente em virtude da paralisação da produção, do consumo limitado e das importações cada vez menores. Nem Cavaignac, nem a Assembléia Nacional podiam recorrer a nenhum outro meio que não fosse um novo empréstimo que os sujeitava ainda mais à canga da aristocracia financeira. Idem; ibidem, p. 238.

⁸⁸ Por um momento, o exército e os camponeses tinham acreditado que, com a ditadura militar, estariam na ordem do dia da França a guerra com o exterior e a glória. Cavaignac, porém, não era a ditadura do sabre sobre a sociedade burguesa; era a ditadura da burguesia por meio do sabre. E agora do soldado precisavam apenas do gendarme. [...] Cavaignac, tal como a Assembléia Constituinte em geral, idealizava este velho lema do terceiro-estado, traduzindo-a para a linguagem política: a burguesia não tem rei, a verdadeira forma da sua dominação é a república. Idem; ibidem, p. 239.

A *forma* de dominação política da burguesia é institucionalizada e legitimada pelos meios representativos legais, resultado da “ ‘*grande obra orgânica*’ da *Assembléia Nacional Constituinte*”.⁸⁹ A ditadura de Cavaignac substituíra “*a monarquia hereditária, estacionária e irresponsável por uma monarquia eletiva, ambulante e responsável, por uma presidência de quatro anos*”.⁹⁰

O problema é que as mudanças republicanas efetivadas pela *Assembléia Constituinte*, essa mudança de *forma* registrada pelas letras, fazia-se na prática pela imposição vigiada de um estado de sítio. Na pressa de consolidar a República Burguesa e as relações burguesas sociais e de produção correspondentes, os republicanos lançaram o preço dessa nova Constituição as costas e custas da pequena burguesia, sacrificando-a em prol da grande burguesia. Outra medida que corrobora para acentuar essa sua forma de administração é a proibição do imposto progressivo.

De tal sorte que o segmento da classe burguesa que sustentava a República Burguesa era a grande burguesia, ou seja, a massa anti-republicana. E seguindo nesse passo, “*puseram a reforma burguesa ao mesmo nível da revolução proletária*”.⁹¹

As contradições da República Burguesa de respaldo anti-republicano não demorariam a se fazer sentir. A própria imprensa francesa, portanto, voz da classe burguesa, apontava de modo retalhativo uma dessas contradições, como o fato de existirem dois soberanos: a *Assembléia Constituinte* e o *presidente*.

A imaturidade política da burguesia colocou em eutanásia sua estréia no campo da dominação política. De Partido da Ordem após algumas semanas da insurreição de Junho havia se tornado uma camarilha.⁹² Ainda não estava pronta para exercer a dominação, pois lhe faltava aptidão para criar os organismos jurídico-políticos, legislativos-executivos que lhe forneceriam as condições objetivas de dominação, além do que a grande burguesia ficava se degladiando, ora abertamente, ora de maneira camuflada, a fim de decidir quem, dentre suas fileiras, teria a regência do poder. A tarefa de criação de tais organismos e do aperfeiçoamento dos mecanismos da dominação política da burguesia caberia ao aventureiro Louis Napoleão Bonaparte.

⁸⁹ Idem; *ibidem*, p. 239.

⁹⁰ Idem; *ibidem*, p. 240.

⁹¹ Idem; *ibidem*, p. 241.

⁹² O presidente deveria ser o Cavaignac prolongado e a *Assembléia Legislativa* uma *Constituinte* prolongada. Esperavam reduzir o poder político das massas populares a um poder fictício e ser capazes de brincar suficientemente com esse poder fictício para agitar sem descanso perante a maioria da burguesia o dilema das jornadas de Junho: *império do National* ou *império da anarquia*. Idem; *ibidem*, p. 242.

As eleições de Dezembro de 1848 decretaram a morte da Assembléia Constituinte e de sua curta dominação. Contra Cavaignac, representante do republicanismo burguês, surge “David Napoleão”, como sarcasticamente ironizou Marx. Desse confronto, “ ‘Saul Cavaignac’ foi seis vezes derrotado”, ou seja, recebeu um milhão de votos contra seis milhões de Louis Napoleão Bonaparte.⁹³

Os grandes responsáveis pela vitória de Louis Napoleão foi a massa camponesa. Como frisa Marx, “o 10 de Dezembro de 1848 foi o dia da *insurreição dos camponeses*”.⁹⁴ E, mais adiante, o significado do 10 de Dezembro para os camponeses é desnudado: “A República anunciara-se perante ela [a classe camponesa] com o *executor de impostos*; ela anunciava-se perante a república com o *imperador*”.⁹⁵ Aqui fica patente a função do mito na história, e como em determinados momentos conjunturais sua força se impõe e arrasta multidões pela magia do seu encanto, onde a pessoa e seu carisma viram, elas mesmas, projetos políticos, independente de quais sejam eles verdadeiramente.

Marx relata e ilustra esse fato peculiar e que, até hoje, se repõe em determinados momentos da processualidade histórico-social.

Napoleão era o único homem que representava, exaustivamente, os interesses e a fantasia da classe camponesa recém-criada em 1789. Ao inscrever o nome dele

⁹³ Louis Napoleão vence por esmagadora maioria. Evidentemente ele não era um revolucionário no sentido social, mas também não era um conservador. Basicamente, ele venceu porque os camponeses votaram solidamente no slogan: “Abaixo os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, vida longa ao imperador”; em outras palavras, como observou Marx, os trabalhadores votaram nele contra a república dos ricos, pois, na percepção deles, Louis Napoleão significava “a deposição de Cavaignac (que havia debelado a insurreição de Junho), o fim do republicanismo burguês e a revogação da vitória de Junho”; já a pequena burguesia apoiou-o porque ele parecia não se alinhar com a grande burguesia.

A eleição de Louis Napoleão significou que mesmo a democracia do sufrágio universal, aquela instituição identificada com a revolução, era incompatível com a manutenção da ordem social. Mesmo uma massa esmagadora de descontentes não estava destinada a eleger governantes dedicados a “derrubada da sociedade”. As grandes lições dessa experiência não foram imediatamente aprendidas, pois logo depois Louis Napoleão aboliu a república e proclamou-se imperador, apesar de nunca esquecer as vantagens políticas de um bem-conduzido sufrágio universal, que ele reintroduziu. Seria ele o primeiro dos chefes de Estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também com aquela espécie de demagogia e de relações públicas mais facilmente operadas do alto do Estado do que de qualquer outro lugar. Sua experiência demonstra não apenas que a “ordem social” podia disfarçar-se de uma força capaz de atrair a “esquerda”, mas também, numa época ou num país em que os cidadãos tinham sido mobilizados para participar da política, que tinha de fazê-lo. As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político. A derrota das revoluções poderia tirá-los temporariamente do cenário, mas quando reaparecessem determinariam as ações mesmo dos estadistas que tinham menos simpatias por eles. HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.49-50.

⁹⁴ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 243. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

⁹⁵ Idem; *ibidem*, p. 243.

no frontispício da república, ela declarava guerra para o exterior e no interior fazia valer os seus interesses de classe. Para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa mas um programa. Com bandeiras, ao som da música, dirigiam-se às assembléias de voto gritando: “Fora com os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o Imperador!” Por detrás do imperador escondia-se a guerra dos camponeses. A república que eles derrubavam com os votos era a *república dos ricos*.

10 de Dezembro foi o golpe de Estado dos camponeses, que derrubou o Governo vigente. [...] Por um momento heróis ativos do drama revolucionário, já não podiam ser empurrados para o papel passivo e abúlico do coro.⁹⁶

Por caminhos tortos e tortuosos, os camponeses, os trabalhadores rurais em crescente proletarização, faziam sua estréia na cena política. Essa atuação seria importantíssima para que o proletariado percebesse e compreendesse que, a partir de então, caso quisesse fazer valer seus esforços e garantir o avanço da luta revolucionária, precisava unir-se e trazer para junto de si os trabalhadores do campo. Essa aliança deveria ser realizada senão novas derrotas seriam inevitáveis e incontestáveis.

Louis Napoleão foi o catalizador de todas as insatisfações e descontentamentos da sociabilidade francesa.⁹⁷ A pequena burguesia, o exército, a grande burguesia, os camponeses, o proletariado, ainda que sobre prismas distintos, encontraram nele a única alternativa viável mediante o atual estado circunstancial posto, até a Igreja simpatizava com ele, tanto que sacramentou o golpe desfechado por ele em 1852, destituindo a república e refundando o Império Napoleônico, mas num contexto muito diferente do seu distinto tio. A Igreja compactua com o golpe porque, entre outros fatores, Louis Napoleão ajudou a restabelecer o poder do papa nos Estados pontifícios, quando esteve ameaçado pelos revolucionários italianos.

Embora Louis Napoleão fosse o nome escolhido pela sociedade francesa contra a Constituinte, Cavaignac, a República burguesa e o partido do National, é de suma importância destacarmos um ato de grande significado para o movimento proletário, em âmbito nacional e internacional. Pela primeira vez, a ala mais esclarecida, e politicamente mais consciente e

⁹⁶ Idem; ibidem, p. 243.

⁹⁷ As restantes classes contribuíram para completar a vitória eleitoral dos camponeses. A eleição de Napoleão significava para o *proletariado* a destituição de Cavaignac, a queda da Contituente, a abdicação do republicanismo burguês, a cassação da vitória de Junho. Para a *pequena burguesia*, Napoleão era a dominação do devedor sobre o credor. Para a maioria da *grande burguesia*, a eleição de Napoleão era a rotura aberta com a fracção de que, durante um momento, teve de se servir contra a revolução, mas que se lhe tornou insuportável logo que procurou consolidar essa posição momentânea como posição constitucional. Napoleão em vez de Cavaignac era, para ela, a monarquia em vez da república, o princípio da restauração realista, o Orléans timidamente sugerido, a flor-de-lis oculta entre as violetas. Finalmente, o *exército* votava por Napoleão contra a Guarda Móvel, contra o idílio da paz, pela guerra. Idem; ibidem, p. 243-244.

conscientizada pelo aprendizado adquirido pelas lutas político-sociais, do proletariado elegeu candidatos próprios para disputarem as eleições. Mesmo não tendo alcançado uma margem de votos de alguma monta, foi dado o primeiro passo para a formação e constituição do proletariado, da classe proletária como Partido autônomo, independente da burguesia, do “Partido democrático” por excelência.

A república burguesa sobre a presidência de Louis Napoleão foi marcada pela disputa acirrada pela retomada do poder e dominação política pela Assembléia Constituinte, que através da Constituição procurava descreditar o ministério de Odilon Barrot e o próprio presidente. Mas a constituinte lutara pela república burguesa, de modo que não poderia se opôr à República constituída, ainda que assistisse atordoada à restauração de legitimistas e orleanistas à cena e sede do poder político. As investidas da Assembléia Constituinte acabaram fracassando e após um desgastante degladiamento, acabou se dissolvendo, dando vazão à agitação eleitoral para a formação da Assembléia Nacional Legislativa. Eis o ponto alto da intriga – de janeiro a maio de 1849 – e desfecho frente a Assembléia Constituinte e a República Constituída que nos interessa analisar.

As eleições para a Assembléia Legislativa trarão à cena política a pequena burguesia, os camponeses, o proletariado, os legitimistas, os orleanistas e os republicanos democratas. A dúvida que nos assalta é: qual será o posicionamento e atitude do proletariado após a experiência e vivência de fevereiro e junho de 1848? E mais: como se portarão a pequena burguesia e os camponeses?

Vimos que o proletariado, ou melhor dizendo, nos expliquemos, a ala mais avançada e esclarecida dessa classe, quando das eleições presidenciais tiraram um candidato próprio e ressaltamos a importância e significado dessa iniciativa. Algo havia mudado ao menos para essa ala da classe proletária.

Porém, março de 1849, que marca o princípio das agitações e articulações para o processo eleitoral de maio, remete não somente a essa ala, mas a classe proletária enquanto totalidade. Sendo assim, o que podemos esperar? A resposta é dada por Marx:

O proletariado, [...], obrigado pela terrível derrota material de Junho a erguer-se de novo por meio de vitórias intelectuais, ainda incapaz, dado o desenvolvimento das restantes classes, de lançar mão da ditadura revolucionária, teve de se lançar nos braços dos doutrinários da sua emancipação, dos fundadores das seitas socialistas.⁹⁸

⁹⁸ Idem. *Ibidem*, p. 261.

Ao menos o proletariado não se lançaria mais ao sacrifício oneroso da luta encarniçada e sangrenta se não houvesse um projeto político-social ao qual pudesse encontrar sentido e significado para fazer valer sua própria vida, que fosse capaz de ir além dos interesses da própria classe e das classes em geral e alcançasse os interesses e necessidades mais essenciais e vitais do próprio gênero humano do qual faz parte, encarna e representa.

Por seu contexto material e pela objetividade das circunstâncias presentes, o proletariado e os socialistas se “confraternizam” com a pequena burguesia e com os camponeses, formando o partido social-democrático, o partido vermelho. À pequena burguesia não havia outra saída, já que as sucessivas derrotas parlamentares, além da bancarrota pela submissão aos ditames do capital na persona da burguesia que lhe era credora, a empurraram para os porta-vozes socialistas do proletariado. Porém, seu intento não ultrapassava uma insurreição parlamentar, e pretendiam utilizar do proletariado, não alterando sua situação e forma de inserção na estrutura da cadeia produtiva.

Por sua vez, a classe proletária esperava o momento oportuno para empurrar a pequena burguesia para além do seu objetivo mesquinho imediato e não se deixaria usar novamente. A aliança proletária com a pequena burguesia amarrava e limitava a ação revolucionária do proletariado, tinham conhecimento do fato, e por isso não se atreviam a cometer o mesmo erro pela segunda vez, qual seja, reprisar as jornadas de junho de 1848. Fizeram o que era concretamente possível pela situação concreta vivida e experimentada: ficaram por detrás da pequena burguesia, representada na Montanha dentro do contexto da luta parlamentar, e fizeram com que avançasse quando suas acusações a Bonaparte e seu ministério foram rejeitadas pela Assembléia Nacional.⁹⁹

Quanto aos camponeses, estes não eram os mesmo do período das eleições presidenciais do 10 de Dezembro de 1848, haviam se revolucionado pela força das circunstâncias que se faziam sentir em suas próprias condições de existência e meios de reprodução. Suas fantasias e representações impressionistas foram destruídas com a restituição do imposto sobre o sal e manutenção do imposto sobre o vinho, além do hipotecamento constante, impossibilitado de

⁹⁹ Durante todo o dia 13 de Junho o proletariado manteve esta mesma céptica atitude de observação e aguardou uma refrega a sério e definitiva entre a Guarda Nacional democrática e o exército para então se lançar na luta e levar a revolução para lá do objetivo pequeno-burguês que lhe tinha sido imposto. No caso de vitória, estava formada a Comuna proletária que iria aparecer ao lado do governo oficial. Os operários de Paris tinham aprendido na sangrenta escola de Junho de 1848. Idem; ibidem, p. 266.

renovação, de sua pequena e cada vez mais minguada propriedade, diminuta em tamanho e sempre mais cara devido à especulação. Como relata Marx:

Não estavam só desiludidos com Napoleão; o partido vermelho oferecia-lhes em vez de um nome, o conteúdo, em vez de uma ilusória isenção de impostos, o reembolso dos milhares de milhões pagos aos legitimistas, a regulamentação das hipotecas e a abolição da usura.¹⁰⁰

Face à classe burguesa coligada no Partido da Ordem, ressurgido pelo entendimento das litigantes frações da burguesia dinástica – a grande propriedade fundiária, representada pelos Bourbonns, e a aristocracia financeira e a burguesia industrial, sob a casa de Orleães – que a única *forma* de conservar a condição de sua dominação comum era através da república, permitindo a regência de ambas sem que precisassem se submeter uma a outra, o que certamente ocorreria com um processo de restauração. Para além, e eis o ponto fulcral, precisavam garantir a união de suas forças e a permanência de sua unidade devido a progressiva e ameaçadora convergência das classes opositoras e em transição para o proletariado revolucionário.¹⁰¹ O Partido da Ordem foi o vencedor das eleições.

A resposta do partido vermelho as eleições foi uma “procissão de rua”, em que o proletariado atraiu a pequena burguesia e esta tomou a frente e encabeçou. De certo modo, o proletariado participava passivamente, antes assistindo que interagindo, pois tratava-se de um acerto de contas entre devedor e credor¹⁰² e aquele pegava o lugar de camarote.

A Montanha não mais seria a protagonista da oposição, não mais discursaria, apenas tocaria os clarins para a entrada em cena dos verdadeiros dignitários dos interesses e do processo revolucionário, o proletariado, responsável pela revolução de 10 de Março de 1850.

¹⁰⁰ Idem; ibidem, p. 261.

¹⁰¹ Frente aos apetites de restauração dos orleanistas e legitimistas coligados, Bonaparte defende o título do seu poder efetivo, a república; frente aos apetites de restauração de Bonaparte, o partido da ordem defende o título da sua dominação comum, a república; frente aos orleanistas, os legitimistas defendem, como frente aos legitimistas e orleanistas, o *status quo*, a república. Todas essas fracções do partido da ordem [...] fazem valer alternadamente, frente aos apetites de usurpação e sublevação dos seus rivais, a dominação comum da burguesia, a forma na qual ficam neutralizadas e reservadas as pretensões particulares – a *república*. Idem; ibidem, p. 276.

¹⁰² Em Junho de 1849 não foram derrotados os operários, mas derrubados os pequenos burgueses que se encontravam entre eles e a revolução. Junho de 1849 não foi a tragédia sangrenta entre o trabalho assalariado e o capital, mas uma peça cheia de prisões e lamentável entre o devedor e o credor. O partido da ordem tinha vencido, era todo-poderoso, tinha agora de mostrar o que era. Idem; ibidem, p. 263.

IV. b) 2.1 O 10 de março de 1850 – O meio legal-parlamentar aliado à revolução

Engels, na sua introdução a *As Lutas de Classe em França*, exporia o que foi extraído das lições do processo revolucionário de 1848 a 1850, o fato de que o proletariado deve agregar e articular todos os meios disponíveis que possibilitem e permitam fortalecer sua luta política-social. Dentre esses meios, o legal, o parlamentar, também é apreciado, principalmente após a experiência do 10 de Março.

Porém, devemos tomar cuidado para não incorrer em incongruências das quais Engels foi indevida e injustamente acusado, achando que a via revolucionária e das armas, da guerra civil, deve ser deixada de lado ou para segundo plano, sendo a via “pacífica” e “legal” a segura via do processo revolucionário. O próprio Engels, vendo o que certos editores fizeram com seu escrito, censurando partes fundamentais que demonstravam o seu conteúdo vermelho, revolucionário inerentes, fará de tudo para que o mesmo seja publicado na íntegra. Como ele mesmo fará questão de esclarecer, trata-se de analisar a situação concreta desenhada, avaliar quais os meios disponíveis e qual deles criará as condições para uma atuação mais eficiente e eficaz do proletariado de acordo com o estágio da luta alcançado e com o estado de suas forças e composição de forças.

Engels ilustra este aspecto com o exemplo dos operários alemães em relação ao sufrágio universal, em como eles resgataram o conteúdo revolucionário desde mecanismo que sabiamente utilizado, desde que trata-se de uma *arma legal* e constitucionalmente legalizada, pode também servir contra a própria burguesia coligada. Vejamos.

Já o *Manifesto Comunista* tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante. [...] Quando Bismarck se viu obrigado a introduzir o direito de voto como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel para o primeiro *Reichstag* Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. [...] transformaram o direito de voto [...] de um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação. [O sufrágio estava desacreditado e desgastado pelas manobras realizadas pelo governo bonapartista, que o banalizou e esvaziou pelo emprego abusivo e ignominioso que dele fez.] E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quanto somos; de, pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e

regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e o pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa ação e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse esta a única vantagem do sufrágio universal isso já era mais que suficiente. Mas tem muitas outras. Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contato com as massas populares onde elas ainda se encontram distantes de nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e ações face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no Reichstag, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. *[A abertura de brechas contínuas podem promover rachaduras à ordem burguesa, a dita revolução dentro da ordem, que a desestabiliza e tem o poder de descortinar e entreabrir novos e tão esperados e perseguidos horizontes].*

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. [...] E, deste modo, aconteceu que tanto a burguesia como o governo vieram a ter mais medo da ação legal do que da ilegal do partido operário, a recear mais os êxitos eleitorais do que os da rebelião.

[...]

Em França, onde desde há mais de cem anos o terreno está minado por revolução atrás de revolução, onde não existe um único partido que não tenha no seu ativo conspirações, insurreições e todas as outras ações revolucionárias; em França, onde, em consequência disso, o exército de modo nenhum é seguro para o governo e onde as condições para um golpe de mão insurrecional são muito mais favoráveis do que na Alemanha – mesmo em França os socialistas percebem cada vez melhor que não lhes é possível uma vitória duradoura a não ser que antecipadamente ganhem para si a grande massa do povo, isto é, neste caso os camponeses. Também aqui se reconhece que a tarefa imediata do partido é um lento trabalho de propaganda e de atividade parlamentar.

[...]

[...] Manter ininterruptamente este crescimento [o crescimento do número de filiados a classe proletária constituída enquanto Partido] até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda esta força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até ao dia da decisão, é a nossa principal tarefa.

[...]

A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os “revolucionários”, os “subversivos”, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram. [...] E se nós não formos loucos a ponto de lhes fazermos o favor de nos deixarmos arrastar para a luta de rua, não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper esta legalidade tão fatal para eles.

[...]

Só poderão [os partidos da ordem] levar a melhor sobre a subversão social-democrata, a qual neste momento vive de respeitar as leis, pela subversão dos partidos da ordem, a qual não pode viver sem violar a lei.¹⁰³

No decorrer das transcrições do escrito de Engels, fica evidenciado que a radicalização da revolução burguesa ocorre mediante a apropriação e refundação do conteúdo dos meios político-sociais de dominação burgueses, onde esses meios, alargados por essa reapropriação, podem gerar a virtualidade de reunião das forças revolucionárias ao proletariado para o momento da luta de classes radical, permitindo que as massas sejam trabalhadas, educadas, conscientizadas no decorrer dessas lutas, sejam elas parlamentares ou de rua, conforme as exigências concretas da situação concreta vivida. Essa educação das massas pelo processo da luta revolucionária, uma preparação prática e teórica, tática e estratégica, pode criar as condições para o êxito efetivo da revolução social-democrática.

Novamente, citamos Engels.

Mas se as condições de guerra entre as nações se modificaram, também para a luta de classes não se modificaram menos. O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social, são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que já a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho.¹⁰⁴

A legalidade, como bem destaca Engels, permite a maior propagação e expande o raio de alcance da propaganda dos ideais e práticas da classe proletária, atingindo sempre um número cada vez maior de trabalhadores, tanto os agrilhoados quanto os desagrilhoados do sociometabolismo sistêmico do capital. Daí a luta pela liberdade de imprensa, pelo fim da censura, do estado de sítio, pois esses meios são essenciais para fortalecer a causa, a luta e possibilitar a tomada de consciência “*de si*”, “*em si*” e, essencialmente, do “*para si*” da classe proletária. Por isso que a classe burguesa tem razão em temer mais a legalidade do movimento proletário do que sua capacidade de subversão, que se torna muito mais limitada, já que depende, quase que exclusivamente, de meios ilegais, informais, cuja difusão torna-se muito mais restrita.

¹⁰³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Tomo 1. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, p. 199-200; 204, 205, 206. *As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850* – Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1895.

Enquanto esse meio legal for capaz de garantir a vitória ao proletariado nas inúmeras batalhas que terá de travar, atuará, em proporção correspondente, como gestador das condições para a vitória do proletariado na guerra decisiva com a classe burguesa, pois possibilitará o fortalecimento da classe, tanto quantitativa como qualitativamente, resguardando a luta da vanguarda, impedindo seu desgaste, permitindo uma reserva cada vez maior de energias para a hora do combate derradeiro. Isso não significa que, em certos momentos, esses combates, esses enfrentamentos corpo a corpo, arma contra arma, não aconteçam e estejam dispensados, pelo contrário, como sempre fazemos questão de lembrar, dependerá da resposta exigida pelo desencadear da situação e suas circunstâncias, que são as mais variadas e variantes que se possa imaginar, porque independem da imaginação, correspondem, de fato, a mais adequada e apropriada apreensão das determinações reflexivas do real possíveis no momento dado, para que a *forma* de intervenção seja a mais eficaz e eficiente possível à realização do objetivo maior, que é a verdadeira emancipação humana.

Sobre a subversão à legalidade da lei feita pelos próprios defensores da “ordem social”, exemplar é a ação do Partido da Ordem logo após o 13 de Junho de 1849 e no desenrolar do processo das preparações para as eleições de 1850. Atentemos para o que nos narra Marx:

Paris tinha colocado o presidente, os ministros e a maioria da Assembléia Nacional em *estado de acusação*”; estes puseram Paris em “*estado de sítio*”.¹⁰⁵

A lei, que representa a encarnação da constituição e sua constitucionalidade, foi legislada atentando a sua própria parteira.

[...] a maioria erigiu em lei o seu *despotismo* parlamentar. Decretou um novo *regimento* que anula a liberdade da tribuna e autoriza o presidente da Assembléia Nacional a punir os representantes por violação da ordem com a censura, com multas, com a privação de subsídios, com a expulsão temporária, com o cárcere.

[...]

As leis de repressão, com as quais se deixava ao bel-prazer do governo a declaração do estado de sítio, se amordaçava ainda mais a imprensa e se aniquilava o direito de associação, absorveram toda a atividade legislativa da Assembléia Nacional durante os meses de Junho, Julho e Agosto.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 204.

¹⁰⁵ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 269. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

¹⁰⁶ Idem; *ibidem*, p. 270.

De Junho de 1849 a Março de 1850 acirrou-se a rotura entre Bonaparte e Assembléia Legislativa. Os realistas, legitimistas e orleanistas, precisavam de um “homem neutral” para garantir a manutenção unificada da dominação política burguesa. Porém, as intenções e investidas de usurpação do poder por Napoleão eram mais do que simples suspeitas, eram mesmo certas pelos ataques ferozes que este fazia à Assembléia através do jornal bonapartista e suas peregrinações principescas pelas províncias a fim de angariar simpatia e voto da “plebe”.

Por outro lado, o proletariado, perseguido, desterrado, exilado, reiniciou sua organização e mobilização através das sociedades secretas, já que os clubes públicos, dentro do contexto de um estado de sítio, tornaram-se inviáveis. O proletariado iniciava, assim, o trabalho de educação, conscientização e politização das massas e criava a sua própria cabeça, começava a caminhar com os próprios pés.¹⁰⁷

Também a pequena burguesia, os camponeses e a classe média em geral se enfureciam mediante a precarização e proletarização crescente de suas condições materiais de reprodução, pondo-se, paulatina e gradativamente, ao lado do proletariado. A Assembléia Nacional estava de conluio com a aristocracia financeira, que foi por ela fortalecida, ao invés de ser derrubada. A República termina por consolidar a aristocracia financeira. Recordemos que os orleanistas são os aliados e cúmplices dessa burguesia financeira, seus comparsas, particularidade enviesada pela coligação realista, que transfigura essa particularidade na sua generalidade governamental, a dominação política da burguesia, a forma por excelência encontrada para a manutenção dos interesses dessa classe: a *república*, mas que, no momento apresentava como problema insolúvel o fato de deixar à margem da dominação e dos espaços da política as classes médias e o próprio artigo indefinido, a pequena burguesia. Esse sistema republicano necessitava de ajustes e aperfeiçoamentos, o que essa fração da classe burguesa se demonstrava inapta para efetivar.

A burguesia industrial, por seu turno, perante a composição de forças desenhada, não sendo ela, como em Inglaterra, quem dá as cartas e dita a vez, “*têm pois de entrar no séquito da revolução e servir interesses que se opõem aos interesses globais da sua classe*”.¹⁰⁸ Dos males o

¹⁰⁷ [...] o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do *socialismo revolucionário*, em torno do *comunismo*, para o qual a própria burguesia tinha inventado o nome *Blanqui*. Este socialismo é a *declaração de permanência da revolução*, a *ditadura de classe* do proletariado como ponto de trânsito necessário para a *abolição das diferenças de classes em geral*, para a *abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam*, para a *abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção*, para a *revolução de todas as idéias que decorrem destas relações sociais*. Idem; *ibidem*, p. 290-291.

¹⁰⁸ Idem; *ibidem*, p. 279.

menor. Portanto, melhor ver os seus lucros diminuídos pelas finanças do que abolidos de uma vez por todas pelo proletariado.

A restauração oficial da aristocracia financeira, sua influência política direta pela dependência econômica desavergonhada do Estado acabaram recriando um contexto muito parecido com o 24 de Fevereiro. Mas a atuação dos personagens não seria a mesma. Tinham aprendido muito tanto com o Fevereiro como com o Junho de 1848.

Ao Partido da Ordem, portanto, cabia procurar uma “*solução*” para esse impasse. Essa busca se deu quando do adiamento dos trabalhos da Câmara por Bonaparte, que tentava, desta forma, fazer algumas manobras que lhe garantissem a reeleição em março de 1850. Só que a dita “*solução*” colocava em questão o próprio *status quo* político, uma vez que feria a própria constituição e, portanto, a ordem e a lei. A única forma que a burguesia via de salvaguardar a ordem burguesa e as relações sociais e de produção a ela correspondentes, logo, os seus interesses e negócios e a paz para a continuidade dos mesmos, era salvar a república constitucional violando a própria constituição, ou seja, adiar as eleições e prorrogar o poder do presidente, fortalecendo o poder executivo, forma de não dar a brecha e a oportunidade de fortalecimento do poder do povo. Eis o perigo revolucionário do sufrágio universal em condições e circunstâncias como as vividas naquela altura.

A solução constitucional era incompatível com a dominação política da classe burguesa. Isto porque ela traduzia:

A demissão de Bonaparte em Maio de 1852, a eleição simultânea de um novo presidente por todos os eleitores do país, a revisão da Constituição por uma Câmara de revisão nos primeiros meses do novo mandato presidencial, [o que] era completamente inadmissível para a classe dominante.¹⁰⁹

Assim, meio a contragosto, a coligação realista teve de revalidar Bonaparte como o seu “homem neutral”, porque, para lutar contra a organização e mobilização das massas cabe a repressão institucional, legalizada do poder executivo. A reverso disto é que

cada aumento do poder executivo aumenta o poder do seu titular, Bonaparte. Por conseguinte, na mesma medida em que o partido da ordem reforça a sua dominação comum reforça os meios de luta das pretensões dinásticas de Bonaparte e reforça a sua possibilidade de, no dia da decisão, fazer malograr pela força a solução constitucional.¹¹⁰

¹⁰⁹ Idem; ibidem, p. 305.

¹¹⁰ Idem; ibidem, p. 306.

Sabemos que em 1852 Bonaparte desfecharia o golpe de Estado e se proclamaria e sagraria imperador. As suspeitas dos realistas estavam bem fundamentadas nas próprias ações de Bonaparte, que não ocultava quais eram os seus desígnios.

Quando em fevereiro os ânimos fervilhavam pela aproximação das eleições de março, o Partido da Ordem, tendo por carro chefe a aristocracia financeira, já tinha seu candidato e o Partido social-democrático, o Partido Vermelho¹¹¹, também tinha os seus.

à frente um insurreto de Junho, [De Flotte], o representante do proletariado revolucionário; ao seu lado o socialista doutrinário, [Vidal], o representante da pequena burguesia socialista; por fim, o terceiro, [Carnot], o representante do partido republicano burguês cujas fórmulas democráticas tinham ganho um sentido socialista em relação ao partido da ordem e perdido há muito tempo o seu significado próprio. Era, *como em Fevereiro*, uma *coligação geral contra a burguesia e o governo*. Mas desta vez o *proletariado era a cabeça da liga revolucionária*.¹¹²

Bonaparte bem que tentou provocar um motim, levar à rua o proletariado e todos os seus “infiéis” para, então, ter a ocasião de decretar o estado de sítio e fazer o que bem entendesse em relação as eleições, justificando restabelecer a ordem social.

No entanto, o proletariado não caiu nas provocações de Bonaparte. Preservou suas forças para a “revolução”, revolução que faria da “ordem social”, da “ordem constitucional” sua principal arma, radicalizando a própria democracia burguesa, usando-a para a realização da verdadeira “vontade” do social. Nesse momento, a via parlamentar, legal, torna-se “revolucionária”, mas apenas nesse momento, pela sua conjuntura e porque o proletariado entendeu que se novamente servisse de carne de canhão perderia a guerra. 1848 foi, de fato, uma grande escola e principiou a educação política-social das massas.

¹¹¹ [Agrupados *ao lado* do proletariado, camponeses, pequeno-burgueses e as classes médias em geral, era questão de sobrevivência a esses segmentos de classe a oposição aberta contra a república constituída, foram obrigados a isso.] *Sublevação contra a ditadura burguesa, necessidade de uma transformação da sociedade, manutenção das instituições democrático-republicanas como órgãos do seu movimento, agrupamento em torno do proletariado como poder revolucionário decisivo* – tudo isto são os traços característicos comuns do *chamado partido da social-democracia, do partido da república vermelha*. Este *partido da anarquia*, como os adversários o batizaram, não é menos uma coligação de diversos interesses do que o *partido da ordem*. Da mais pequena reforma da velha desordem social até à transformação da velha ordem social, do liberalismo burguês até ao terrorismo revolucionário, tão distantes estão entre si os extremos que formam o ponto de partida e o ponto final do partido da “anarquia”. Idem; *ibidem*, p. 288-289.

¹¹² Idem; *ibidem*, p. 202.

Não mais o proletariado seguia, mas era seguido; não mais era conduzido, e sim conduzia. O exército, que Bonaparte havia tentado subornar com salsichões, charutos e champanhe, votou nos insurretos de Junho.

O resultado das eleições de 10 de Março de 1850 foi a vitória dos candidatos socialistas.

O sufrágio universal é produto da democracia, mas de uma democracia burguesa, diga-se de passagem, dado que é a base da Constituição.

Porém, no dia 10 de Março de 1850 o sufrágio universal não deu razão a si próprio. O sentido da Constituição burguesa é a dominação da burguesia como produto e resultado do sufrágio universal, como ato inequívoco da vontade soberana do povo. Mas a partir do momento em que o conteúdo deste sufrágio, desta vontade soberana já não é a dominação da burguesia, terá a Constituição ainda sentido? [...] Ao suprimir de novo continuamente o poder de Estado existente e ao criá-lo de novo a partir de si mesmo [pelas reeleições em cada tempo regulamentado], não suprime o sufrágio universal toda a estabilidade, não põe em questão a todo momento os poderes existentes, não reduz a nada a autoridade, não ameaça elevar a própria anarquia a autoridade? Quem poderia duvidar de tal depois do 10 de março?

Ao repudiar o sufrágio universal com o qual até essa altura se havia coberto e do qual havia retirado toda a sua onipotência, a burguesia confessa sem reboço: “*A nossa ditadura tem até agora existido pela vontade do povo; agora tem de ser consolidada contra a vontade do povo.*” E conseqüentemente já não procura os seus apoios na França, mas sim no exterior, no estrangeiro, na *invasão*.

[...]

As frações burguesas coligadas, todavia, estão já condenadas ao abandonarem a única forma possível do seu poder *unificado*, a forma mais violenta e completa da sua *dominação de classe*, a *república constitucional*, para voltarem-se a refugiar-se na forma subalterna, incompleta e mais fraca, a *monarquia*.¹¹³

[Bonaparte faria sua parte com o golpe de Estado de 1852 e a refundação do império]

As Lutas de Classe em França, de 1848 a 1850 demonstra a aurora da fundação e formação do proletariado como classe e da classe proletária como Partido, que enxerga a necessidade de se constituir como classe autônoma e, portanto, a classe como Partido autônomo, independente da pequena burguesia e das classes médias em geral. A maturação do proletariado fora iniciada e os acontecimento de 1860 a 1871 registrariam nos anais da história a fecundidade desse processo de educação política-social do proletariado.

Após sua entrada no cenário da luta política-social de 1848 a 1850, não mais se retiraria do palco da história, podendo tão somente, por força das circunstâncias, figurar por algumas

¹¹³ Idem; ibidem, p. 294-295.

vezes como “pano de fundo”, mas um fundo que ameaça sempre retomar seu lugar indubitável e indiscutível de protagonistas da história produtiva-social.

O proletariado também aprendeu a importância do sistema de alianças e que é ele, impreterível e necessariamente, quem tem de liderá-la, porque somente ele pode levar a luta para além dos interesses de classe e das próprias classes, colocando em questão a própria condição de existência das classes e das relações sociais e de produção que as alimentam e reproduzem. Camponeses, pequena burguesia, “lumpemproletariado” – desempregados e desagrilhoados de toda a espécie e variantes possíveis – merecem a atenção e cuidado do proletariado para que sejam reintegrados ao seio de sua classe, da qual são parte ontologicamente incontest.

**V. A questão da tática e estratégia na política: Mensagem a Liga dos
Comunistas – A Revolução em permanência**

A *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, datada de março de 1850, é escrita no final do corrente mês, algumas semanas após a vitória eleitoral do proletariado, que utilizou a arma da constituição, o sufrágio universal, criação da República Constitucional, contra a própria democracia burguesa francesa.

A organização e mobilização do proletariado francês foi saudada por Marx como a “revolução do 10 de março de 1850”. Ao redigir a *Mensagem* direcionando-a à Liga, então reconstituída, e principalmente ao proletariado alemão, acreditava que a revolução social-democrática na França era iminente e que, através dela, ascenderia o estopim para a povoosa do levante revolucionário por todo o continente europeu. Assim, o documento propunha palavras de ordem e reivindicações que correspondiam às exigências do momento. A vitória do proletariado parisiense promoveria a aceleração do processo e do ânimo revolucionário do proletariado europeu e, principalmente, alemão.

Essa euforia foi refreada pelo desencadear dos acontecimentos em França, que iniciaria um período de prosperidade econômica que faria desaquecer e mesmo obstaculizar a radicalização do processo revolucionário, apagando do horizonte o próprio processo que se acreditava na ordem do dia. Muitos dias se passariam, anos, para sermos mais exatos, até que uma nova situação revolucionária fosse cavada pelos determinantes histórico-sociais.

De qualquer modo, a *Mensagem* ultrapassa seu intento primordial de direcionamento da ação da Liga e da organização do proletariado alemão, uma vez que nela estão contidos os princípios táticos viscerais à consecução da emancipação proletária e humana. Logo, vai para além do momento histórico-social determinado analisado e evidencia as tarefas indispensáveis e improprietárias do proletariado quando da luta pela radicalização da democracia burguesa mediante a *revolução em permanência*, conforme salientam Marx e Engels no escrito.

No transcorrer da *Mensagem* deixaram cristalizado que com o desenvolvimento da luta e do processo revolucionário, da luta travada entre capital e trabalho então organizados em classe e a sua classe como Partido, as reivindicações iniciais das classes médias, camponeses e pequenos-burgueses que lutam *ao lado* do proletariado, sendo, frise-se, conduzidos por ele, não bastam a si mesmas, elas devem ser radicalizadas, aprofundadas, levando à contradição a própria democracia burguesa então instaurada e consolidada. Como enfatizam:

Ao passo que os pequenos-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são **tornar permanente a revolução** [grifo]

nosso] até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. Para nós não pode tratar-se da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento, não pode tratar-se de encobrir oposições de classes mas de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova.¹¹⁴

Evidencia-se, assim, que a *revolução em permanência* é a *tática* indispensável, insuprimível e vital para o sucesso da dominação política do proletariado, levando, por consequência, à própria extinção dessa dominação, já que nenhuma forma de dominação, de poder político será e pode ser aceita e reconhecida como legítima numa nova forma de organização societal que tenha por base sociometabólica a autodeterminação humana.

Também colocam a necessidade da organização do proletariado tanto a nível nacional como internacional e não deixam de ressaltar, em vários momentos, a importância crucial dessa organização ser autônoma, independente dos segmentos e classes burguesas e pequeno-burguesas. Não irão se contrapor a aliança do proletariado com esses segmentos e classes burguesas, ao contrário, reconhecem, como já dissemos em outro momento, a necessidade dessa “união” perante as exigências e determinações de determinados momentos situacionistas e circunstanciais da luta política-social; entretanto, esses arranjos e composição de forças só se tornam viáveis e possíveis se as demais classes se colocarem *ao lado* do proletariado, ou seja, estarem *com ele*, sendo *conduzidos e liderados* por ele, pois somente nessas circunstâncias é possível garantir a radicalização das reivindicações e ultrapassar a democracia burguesa e as instituições democráticas-constitucionais que a representam e encarnam.

A independência, a autonomia da organização, sua legalidade, quando isso for permitido, são fundamentais, essenciais para a garantia de eficácia na e da luta do proletariado revolucionário. Ele deve ter os seus próprios representantes quando das eleições para ingresso nos órgãos “públicos”, estatais existentes, como ocorreu em março de 1850 em França. A luta deve se estender e tomar, se apropriar, de todos os meios possíveis e existentes, de âmbito legal e ilegal, garantindo a interdeterminação necessária da luta no campo interno (a tomada e implosão

¹¹⁴ MARX, Karl; ENGELS, F. *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, p. 182. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

do aparato estatal) e externo (a pressão exercida pelas massas populares, então esclarecidas e educadas, conscientizadas e politizadas pelo processo revolucionário das lutas político-sociais contra o capital e suas personas).

A participação das massas é imprescindível e joga um peso que pode ser fatal, caso não estejam envolvidas e identificadas com o processo. Não reconheçam nesse projeto político-social seus próprios interesses e necessidades vendo a si mesma nele. A transição da democracia burguesa para a democracia social, da revolução política para a revolução social com alma social, é perpassada por momentos de radicalização, de efervescência e agitação, de acirramento dos ânimos e confrontos armados. E é precisamente essa massa da população então educada que pode garantir as conquistas até que se chegue a vitória final sobre o capital e seu sistema sociometabólico capitalista. É a realização da ditadura revolucionário do povo, que não é mais “massa”, porque agora tem um projeto, um conteúdo no qual visualiza a si e a todo seu semelhante em igual condição, agrilhoados as mesmas relações sociais e de produção que os impede de existir plenamente.

Sobre essa necessária organização autônoma e independente do proletariado, esclarecem:

[...] uma organização do partido operário, autônoma, secreta e pública, e para fazer de cada comunidade o centro e o núcleo de agrupamentos operários, nos quais a posição e os interesses do proletariado sejam discutidos independentemente das influências burguesas.

[...]

Mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Não devem, neste processo, deixar-se subornar pelas frases dos democratas, como por exemplo que assim se divide o partido democrático e se dá à reação a possibilidade da vitória.[...] Surja a democracia, desde o princípio, decidida e terrorista contra a reação, e a influência desta nas eleições será antecipadamente aniquilada.

[..]

têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autônoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequenos-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência.¹¹⁵

¹¹⁵ Idem; ibidem, p. 183, 185 e 188.

O segundo trecho demonstra a importância da luta no âmbito legal, como ela possibilita ao proletariado estender o seu raio de alcance, difundir suas práticas e seus ideais objetivos, como já mencionamos ao tratar da constatação de Engels em sua introdução a *As Lutas de Classes em França, de 1848 a 1850*.

A *revolução em permanência* e os atos que lhe são correspondentes são descritos em diversas passagens, vejamos:

[...] Durante o conflito e imediatamente após o combate, os operários, antes de tudo e tanto quanto possível, têm de agir contra a pacificação burguesa e obrigar os democratas a executar as suas atuais frases terroristas. Têm de trabalhar então para que a imediata efervescência revolucionária não seja de novo logo reprimida após a vitória. Pelo contrário, têm de mantê-la viva por tanto tempo quanto possível. Longe de opor-se aos chamados excessos, aos exemplos de vingança popular sobre indivíduos odiados ou edifícios públicos aos quais só se ligam recordações odiosas, não só há que tolerar estes exemplos mas tomar em mãos a sua própria direção. Durante a luta e depois da luta, os operários têm de apresentar em todas as oportunidades as suas reivindicações próprias a par das reivindicações dos democratas burgueses. Têm de exigir garantias para os operários assim que os burgueses democratas se prepararem para tomar em mãos o governo. Se necessário, têm de obter pela força essas garantias e, principalmente, procurar que os novos governantes se obriguem a todas as concessões e promessas possíveis – o meio mais seguro de os comprometer. Têm de refrear tanto quanto possível [...] das situações, a embriaguês da vitória e o entusiasmo pelo novo estado de coisas que surge após todo combate de rua vitorioso. Ao lado dos novos governos oficiais, têm de constituir imediatamente governos operários revolucionários próprios, quer sob a forma de direções comunais, de conselhos comunais, quer através de clubes operários ou de comitês operários, de tal maneira que os governos democráticos burgueses não só percam imediatamente o suporte nos operários, mas se vejam desde logo vigiados e ameaçados por autoridades atrás das quais está toda a massa dos operários. Numa palavra: desde o primeiro momento da vitória, a desconfiança tem de dirigir-se não já contra o partido reacionário vencido, mas contra os até agora aliados [do proletariado], contra o partido que quer explorar sozinho a vitória comum.¹¹⁶

A radicalização do processo revolucionário, a passagem da democracia burguesa para a democracia social via ditadura do proletariado, mediante sua *dominação política centralizada*, centralidade necessária para garantir a própria radicalização da luta evitando que descambe para reformas que não ultrapassem as barreiras da democracia burguesa, exigirá que o proletariado esteja munido, armado, tanto no sentido bélico quanto parlamentar, social e ideocultural. A arma da crítica não substitui a crítica das armas, ainda mais em momentos de radicalização das

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 183-184.

situações revolucionárias, que significa uma contra-ofensiva do capital com todas as suas forças existentes e disponíveis para tentar impedir, esmagar e massacrar o movimento proletário, dizimando-o e pulverizando-o, procurando desacreditá-lo e desmoralizá-lo para dificultar as tentativas de reorganização e retomada da luta.

Engels já fazia referência a esse ponto na introdução a *As Lutas de Classe em França* ao analisar a mudança do quadro conjuntural das forças entre as classes e da vantagem em termos de organização espacial-territorial do capital sobre o trabalho, quando assevera que as barricadas não mais correspondiam à nova configuração da luta de classes, que sair as ruas significaria aos proletários servir de carne para canhão. Para enfrentar o aparato bélico e as tecnologias de guerra do capital, sempre adiantadas e modernas em relação à arcaica condição militar do proletariado, este precisaria acrescentar outros meios de luta, revolucionar suas táticas e se equipar para não ser liquidado em questão de minutos ou mesmo segundos, pelas forças desproporcionais do capital.

Não desconsidera as lutas de rua, mas salienta que devem ser muito bem preparadas e utilizadas em situações e circunstâncias especiais para as quais hajam também as condições objetivas especiais para garantir o sucesso do empreendimento e não desgastar desnecessariamente a energia da vanguarda revolucionária do proletariado.

Em relação a necessidade da organização militar e de milícias operárias, a experiência da Comuna de Paris, de 1871, e do processo revolucionário russo, de 1905 e 1917, são exemplificações de magnífica magnitude. Representam a *dualidade de poderes*, o poder dual capaz de criar as condições para o fortalecimento do poder proletário e da ditadura proletária, como bem explicitam Marx e Engels, onde a classe proletária retoma o controle social sobre os bens e meios de produção, retendo a regência das forças produtivas disponíveis acumuladas pelo desenvolvimento científico-técnico-tecnológico inexorável, imanente e inerente ao ser do ser social em suas respostas cada vez mais eficientes e aprimoradas as suas necessidades e novas necessidades surgidas a partir da satisfação das primeiras.

No tocante ao “exército proletário”, à “milícia proletária”, sentençam:

Mas, para poderem opor-se enérgica e ameaçadoramente a este partido [o partido democrata burguês], cuja traição aos operários começará desde a primeira hora da vitória, têm os operários de estar armados e organizados. Tem de ser conseguido de imediato o armamento de todo o proletariado com espingardas, carabinas, canhões e munições; tem de ser contrariada a reanimação da velha milícia burguesa dirigida contra os operários. Onde não se consiga este último ponto, os operários têm de procurar organizar-se autonomamente como

guarda proletária, com chefes eleitos e um estado-maior próprio, eleito, e pôr-se às ordens, não do poder do Estado mas dos conselhos comunais revolucionários formados pelos operários. Onde os operários estejam ocupados por conta do Estado, têm de conseguir o seu armamento e organização num corpo especial com chefes eleitos ou como parte da guarda proletária. Sob nenhum pretexto podem as armas e munições sair-lhes das mãos, qualquer tentativa de desarmamento tem de ser frustrada, se necessário, pela força. Liquidação da influência dos democratas burgueses sobre os operários; organização imediata, autônoma e armada dos operários; obtenção das condições mais difíceis e compromissórias possível para a inevitável dominação temporária da democracia burguesa.¹¹⁷

Deste modo, fica desmentida a revolução por via pacífica, uma vez que a violência é parte constitutiva de uma sociabilidade onde predomina a luta de classes e, portanto, classes sociais com interesses antagônicos e irremediavelmente irreconciliáveis. Os meios parlamentares fazem parte das ações táticas, contudo, não encerra em si a razão da própria tática. Como já foi dito, todos os meios disponíveis, existentes e possíveis de serem utilizados devem ser articulados e agregados à luta revolucionária do proletariado.

E a classe dos camponeses, qual seu papel e posição no contexto da revolução em permanência?

Respondem os dois amigos e pensadores revolucionários: “*têm os operários de unir-se com o proletariado rural*”.¹¹⁸

Essa dominação política da classe proletária, essa “ditadura do proletariado” deve ser entendida como o poder da maioria da classe trabalhadora, do campo e da cidade, em defesa dos interesses da maioria e pela maioria. É a conclamação à união e aliança insuprimível entre campo e cidade.

A condução do processo revolucionário pelo proletariado urbano, sua liderança em relação as demais ramificações da classe trabalhadora advém do fato de seu processo de educação política-social estar mais sedimentado do que em relação às outras, como também devido ser ele o pilar fundante e fundamental do processo de valorização do valor, produtor direto da riqueza social apropriada privadamente pela classe detentora dos bens e meios de produção também sociais tornados privados.

A luta de classes entre proletários e burgueses vem de longa data, e são os trabalhadores das cidades os primeiros que padecem com a consolidação do capital industrial – que também

¹¹⁷ Idem; ibidem, p. 184-185.

¹¹⁸ Idem; ibidem, p. 186.

refletirá, influenciará e determinará profundas transformações na vida rural –, cujo mecanismo sistêmico de funcionamento, no decorrer do tempo, produz também a proletarização da classe rural.

Os camponeses consideram-se “proprietários” e, ao longo da história-social, sua forma específica de relação com a terra e das relações sociais e de produção daí decorrentes dificultaram seu processo de conscientização e politização, que se iniciará, propriamente, com as transformações forçosamente implementadas e ocorridas na zona rural e naquelas relações pela inserção e incorporação efetiva das invenções e inovações técnico-tecnológicas-científicas que culminam na Revolução Industrial. A “proletarização” do campo, com a nova divisão social do trabalho decorrente daquela, revolucionará as relações sociais e de produção e o próprio camponês em sua relação com a terra e com a sua classe.

Ainda no que concerne a classe dos trabalhadores rurais, devemos levar em conta que o processo histórico é uma espiral de avanços e recuos e entre eles são possíveis momentos de *saltos qualitativos* gestados por *situações revolucionárias* que se convertem em aprendizado que outras gerações só alcançaram atravessando anos ou séculos. Em *A Luta de Classes em França*, Marx atesta essa verdade histórica-social incontestável: “*as diferentes classes da sociedade francesa tinham de contar por semanas as suas épocas de desenvolvimento, tal como anteriormente as tinham contado por meios séculos. Uma parte considerável dos camponeses e das províncias estava revolucionada*”.¹¹⁹

Sendo assim, nos livrando da linearidade impertinente que atravança o acompanhar e apreensão do movimento do real, é inegável que consoante as circunstâncias e situações concretas vividas os camponeses podem, mesmo, ultrapassar, aproximarem-se ou alcançar o estágio de consciência de classe do “em si” e “para si” da classe dos proletários urbanos. Não há fórmulas, não existem modelos, mas um conjunto de determinações reflexivas, circunstâncias e situações intermediadas que se interdeterminam, revolucionando a forma de ser, agir, pensar e estar no mundo, um mundo ainda vergonhosamente construído e mantido sobre as classes sociais e pela luta de classes.

Somente uma adequada e apropriada percepção e compreensão perspicazes dessas mediações podem fornecer uma visão de totalidade para a condução, com êxito, da luta

¹¹⁹ MARX, Karl. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, p. 260-261. in, MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

revolucionária para a conquista e realização, na plenitude do horizonte possível construído e em construção, da emancipação humana, que subentende a política e a econômica.

Para finalizarmos essa discussão sobre a importância da revolução em permanência como a tática por excelência do movimento e da classe proletária como Partido, um partido autônomo e independente, diga-se de passagem, evocaremos Lukács, Florestan Fernandes e Rosa Luxemburgo.

V. a) Lukács, Florestan Fernandes e Rosa Luxemburgo: Da “revolução democrática-burguesa” à Revolução social-democrática – a revolução em permanência.

A energia revolucionária das massas é despertada quando estas são impingidas, pela força da precariedade e precarização aceleradas e invariavelmente agravadas da condição de sua situação concreta de existência. São sacudidas do “sono encantado do cotidiano” e empurradas, obrigadas a um posicionamento a respeito da regência do seu agir.

O potencial revolucionária das massas trabalhadoras foi provocado e posto a prova nos anos de 1789 (Revolução Francesa), 1793/1794 (fase da República Jacobina, da Convenção Montanhesa, dos sansculottes), 1830 (queda de Carlos X, da Monarquia Absolutista e sua substituição pela Monarquia Constitucional, em França), 1848-1850 (As lutas de classe em França e a primavera dos povos do continente europeu), 1871 (Comuna de Paris) e 1905/1917 (os soviets e sua atuação no processo da Revolução Russa).

Nos restringimos quase exclusivamente a experiência francesa pelo fato de o solo parisiense ter sido o grande palco das revoluções político-sociais da história, mas não negligenciamos o fato dessas revoluções terem empipocado o cenário europeu, principalmente com a reação européia iniciada em 1814 indo até 1848, cuja representante da opressão/repressão brutal e esmagadora foi a Santa Aliança e que acabou, por contraponto, incitando o movimento nacionalista burguês da “determinação dos povos” de vários países europeus, então influenciados pelas idéias do liberalismo econômico e do comunismo.¹²⁰ Quanto ao processo revolucionário

¹²⁰ Usamos essa terminologia para diferenciar do “socialismo pequeno-burguês” do período ora tratado.

russo, os soviets são a recontextualização aperfeiçoada dos comunardos de Paris, sua revolução de alma social inspiradora.

No processo de transição da “república democrática-burguesa” para a república social-democrática da revolução em permanência do proletariado, essa *energia revolucionária das massas* pode vir a ser o ponto nevrálgico do processo, como teremos a oportunidade de averiguar ao longo da reflexão que aqui realizaremos.

Para discorrer sobre a república democrática-burguesa e sobre a república social-democrática, principiaremos com Lukács. No item A da parte cinco das Teses de Blum, onde problematiza a polêmica questão da “ditadura democrática”, aduz e defende a mesma como passagem à revolução proletária. Tal assertiva é motivo de pavorosa no movimento comunista internacional, confutada veementemente e publicamente pelos adeptos do bolchevismo e produziu muitos desgastes. Acusaram Lukács de ser “liquidacionista” e direitista. Porém, no próprio escrito o autor evidenciava que não se tratava de um problema insolúvel, embora assim aparentasse a primeira vista.

Desenvolvendo as nuances da problemática, considera a democracia burguesa como “*o campo de batalha mais útil ao proletariado*”, que só se territorializa concretamente por intermédio de grandes conflitos revolucionários, o que podemos deduzir como processo de radicalização da democracia burguesa, o que Marx classifica como “revolução em permanência”.

Outro aspecto muito revelador está na ênfase das “*formas*” de “ditadura democrática”, desautorizando a acusação taxativa de “direitismo” ou “liquidacionismo” da ditadura proletária. De acordo com sua explanação as “formas” não significam um etapismo estanque, onde preliminarmente se instaura a “ditadura democrática” e somente após sua consolidação e edificação é que se pode principiar a “ditadura proletária”. Como há a possibilidade de variação e considerando serem as condições e circunstâncias históricas imprevisíveis em seu modo de composição e complexo de mediações, nada impede que concomitantemente se desenvolva o poder operário, como ocorreu inicialmente na revolução russa de 1917, com a “dualidade de poder”, representado pelos soviets, um contragoverno organizado e exigido pelos conselhos dos operários e dos soldados.

A “ditadura democrática” levaria adiante a democracia burguesa quando essa cessasse e seu caráter eversivo, passando ao conservadorismo ou mesmo ao extremo reacionarismo. Ela é a realização dos aforismos axiomáticos dos quais usufrui a burguesia tão só para ludibriar e

manipular os proletários e seus extratos em processo de proletarização; é a efetivação da teoria pela práxis social radical. Daí ser o “campo de batalha” peremptório entre burguesia e proletariado. Um “campo” que só é acertado e apropriadamente demarcado se se desvela em que sentido caminha a revolução, se se identifica onde está a centelha que ainda tem a latência de fogo, mesmo que sob a brasa aparentemente adormecida.

O vulcão da revolução proletária jamais será completamente extinguido e jamais é extinto. Convém caracterizá-lo como inativo, o que não deixa de ser um alerta, uma preocupação sempre presente à dominação política burguesa. A classe proletária é gigante pela própria natureza, e seu futuro, que se faz no presente com a consciente orientação do que já foi passado, espelhará sua grandeza.

Quando a luta revolucionária da imensa maioria em benefício da imensa maioria – diferentemente das revoluções tipicamente burguesas, no centro ou na periferia, que são da minoria colocada como se fosse da maioria – é posta concretamente em marcha, não é incomum que seções que não se identificavam com o proletariado, começando a compreender um pouco da trajetória e razões das derrotas desse movimento e dessa classe ao longo de sua constituição histórica-social – e contando com o trabalho do partido entre as massas¹²¹ –, passem com ele a se identificar, aderindo, sublevando-se, insurgindo-se, com toda a magnitude do significado da ação que lhe cabe como protagonista de sua própria história. Lênin¹²², pertinentemente observará que o potencial do *movimento espontâneo das massas* – ressaltamos que não se trata de *espontaneísmo*, impulso inconsciente manipulado de maneira oportunista por determinadas ramificações de classe, tanto burguesa quanto pequeno-burguesa que, em determinados momentos luta *ao lado* do proletariado e se “diz proletária”, em certo sentido – deve ser aproveitado pelo Partido Proletário, que deve estar preparado teórica, prática, tática e estrategicamente para transformar a potência em ato.

Essa ação revolucionária espontânea da massa deve ser acompanhada pelo Partido para que ele esteje apto então a conduzi-la, afrouxando “*as formas organizativas e ideológicas com as*

¹²¹ “Precisamos de partidos novos, partidos diferentes. Precisamos de Partidos que estejam em contato efetivo e permanente com as massas e saibam dirigí-las”. LÊNIN, V. I. *O Trabalho do Partido entre as Massas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 171. (História e política 8). Ratifica-se, assim, o que viemos asseverando sobre a importância imensurável e imprescindível do acompanhar para poder então conduzir de maneira eficiente e eficaz.

¹²² LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* Trad. Roger Garaudy, Kyra Hoppe, Alexandre Roudnikov. São Paulo: Hucitec, 1988.

quais a burguesia, em circunstâncias 'normais', desorganiza as amplas massas do povo trabalhador"¹²³.

A desorganização, dispersão e desvio das massas propositadamente promovido pela burguesia ocorre quando esta é a classe politicamente dominante na democracia burguesa. Daí a necessidade do Partido Proletário usar de sua acuidade para distinguir e precisar a *forma de atuação* da burguesia, porque ou ela é a classe politicamente dominante ou então, ainda que não assuma essa forma de exercício de influência direta propriamente para perpetuar a exploração econômica, alicerce de sua reprodução, é levada e mesmo obrigada pela força das circunstâncias, pela pressão – nem sempre consciente, organizada e consequente – da massa trabalhadora, cujas condições de reprodução e existência são cada vez mais precarizadas, a conceder uma dada forma de participação no poder à pletera das massas proletarizadas, aplacando e refreando a povorosa da turba que pela periclitância da situação se agita e ameaça agigantar.

A concessão, em alguma medida e em partes, de poder àquelas, pode ser taticamente aproveitado, alargado, trabalhado de modo a criar as condições objetivas efetivas para a ação autônoma e conscientemente organizada, acompanhada e dirigida do contingente proletário.

Evocamos, neste ponto, Florestan Fernandes, que consoante nossa apreensão, ratifica a premissa lukacsiana quando arrola acerca da “revolução dentro da ordem”, que se articula e confunde com a “revolução contra a ordem”¹²⁴. Trata-se de adentrar, demarcar e conquistar um terreno a ser minado para o fortalecimento da luta revolucionária pela emancipação econômica e política dos proletários, o que não significa, nem corresponde, à própria emancipação. Essa somente pode ser constituída e parida através dos grandes conflitos revolucionários entre a classe burguesa e a proletária.

Engels, no seu prefácio de 1895 às *Lutas de Classe em França de 1848 a 1850*, de Marx, recorda, como já mencionamos em outro momento, que já no *Manifesto Comunista*, de 1848, ele e Marx haviam apontado a luta pelo direito de voto, pela democracia – ainda que dentro da ordem burguesa, mas já extrapolando essa mesma ordem ordenadora da repressão constitucionalizada e institucionalizada (papel exercido pelas organizações e órgãos governamentais institucionais gestados, desenvolvidos e aperfeiçoados pelas revoluções burguesas dos países centrais) como

¹²³ LUKÁCS, Georg. *As Teses de Blum (Extrato) – A Ditadura Democrática*, p. 21.

¹²⁴ FERNANDES, Florestan. *Em Busca do Socialismo – Últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 172-174.

questões táticas e programáticas, tarefas a serem postas em execução pelo Partido Proletário e proletariado militante.

Vemos, pois, que a “revolução dentro da ordem” cria as condições objetivas e subjetivas que a transformam através de um processo de “revolução em permanência”, em “revolução contra a ordem” e, deste modo, a desagregação do Estado burguês é prontamente e fatalmente posta em execução. Os verdadeiros inimigos são desmascarados e se revelam, e a imensa maioria, sempre no esteio marginal da ordem institucionalizada democraticamente, reapropriam-se, de modo autônomo e independente, do seu próprio *ser em si enquanto classe* e não vislumbram qualquer outra alternativa senão a construção de uma outra sociabilidade, de outros valores, de outra mentalidade ideocultural, que coloca na ordem do dia a emergência da transição socialista para construção de um metabolismo societal comunista. Como pondera Florestan, “*a revolução democrática de conteúdo burguês só é burguesa na contenção do impulso revolucionário das massas populares e proletárias*”¹²⁵, e o tal ‘impulso’ é dado, ou ao menos objetivamente delineado, quando as crises econômicas agravam e tornam cada vez mais insuportáveis a precariedade, em rebaixamento aviltante e degenerador, das condições materiais de reprodução e existência da população trabalhadora e sem trabalho em âmbito nacional e internacional.

Voltando à Lukács, considerando os prismas perspectivados em relação à ditadura democrática como passagem à revolução proletária, a democracia burguesa como campo de batalha rico em possibilidades de brechas, abertas por grandes e impactantes conflitos revolucionários entre as duas classes altamente antagonicas e com interesses e necessidades irreconciliáveis e irremediáveis, a certa altura de seus desdobramentos reflexivos, questionando sobre a validade ou não da democracia, enxerga como fundamental a seguinte inquirição: “*qual classe será desorganizada em seu poder pela democracia? A democracia tem, do ponto de vista da burguesia, um função de consolidação ou de destruição?*”¹²⁶.

A capacidade arguta de discernimento é que pode – ou não, se ela faltar – impulsionar a promoção da munção necessária para a mobilização das massas e da sua espontaneidade para a golpeante e desnortadora desorganização da burguesia. E, por fim, alerta e declara que “*o desmascaramento da sabotagem burguesa – ou eventualmente apenas a sua neutralização – só tem um certo valor como luta pelo poder, como instrumento de mobilização das massas*”¹²⁷.

¹²⁵ FERNANDES, Florestan; op. cit., p. 176.

¹²⁶ LUKÁCS, George; op. cit., p. 22.

¹²⁷ Idem; ibidem, p. 22 (grifo nosso).

Fica mais do que patente que Lukács não está compondo uma ode apologética à democracia burguesa, mas sim procurando demonstrar que existem brechas nessa forma por excelência de dominação política burguesa que, incontrastavelmente, permitem ganhos e compensações frutíferas ao desenvolvimento e maturação do proletariado, apesar de toda adversidade e dificuldades em que se encontra envolto. Ou é a “ditadura do proletariado”, ou então a “ditadura da burguesia”, dourada pelas organizações e organismos institucionais democráticos, ou mesmo sob a opressão e repressão da força das armas, que se desdobram nos meios de comunicação, acoplados a ordem e progresso burgueses.

Caso a burguesia não seja nem ao menos neutralizada, contra-ataca mediante uma contra-revolução mascarada pelo reformismo conciliatório, desorganizando e desmobilizando as massas, desmantelando o que haviam acumulado enquanto politização. O reformismo burguês é a forma da *politização-despolitizante*, coapta e aburguesa as lideranças proletárias, tanto de seu braço econômico – os Sindicatos – quanto do seu braço político – o Partido que, infelizmente, negligencia ou não tem consciência da dimensão ontológica de um verdadeiro Partido Proletário, daí dizermos, assim como o diz o próprio Marx, que só se tornará ontologicamente proletário se reestruturar como “de novo tipo” –, obtendo, assim, um controle indireto, mas global e eficientemente eficaz, muito mais do que a aplicação nua e crua da força bruta e seus dispositivos legais. Para além, esse *reformismo de autodefesa* termina privando as massas de qualquer influência política de fato, e através dele elas são contidas e organizadas estatalmente¹²⁸, ou socialmente, sob vigilância velada do Estado e seus aparatos burocráticos, formais e informais.¹²⁹

¹²⁸ No caso brasileiro, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930; da Lei de Sindicalização, de 1931; CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), em 1943, são atos e medidas ilustrativas. A burguesia, no seu degladiamento litigante com o proletariado, cedo aprendeu que deveria unir e solidarizar todos os seus estratos de classe e não só nacionalizar, como internacionalizar, sempre aprimorando, sua forma de dominação política. Voltando ao nosso contexto, é o que mostra a formação do Partido da Ordem, em 1848, único partido, à época, organizado nacionalmente e que, assim, conseguiu esmagar a resistência revolucionária do proletariado. Com o imperialismo e hegemonização homogenizadora internacionalista da dominação política burguesa, irmanada através da fusão do capital comercial, industrial e bancário, suas táticas e mecanismos de manutenção se generalizam – coisa que ainda não foi possível ao proletariado. Centro e periferia compactuam da mesma lógica desigual e combinada, diferenciando-se quanto à particularidade dos modos e formas de penetração e consolidação do capital pela singularidade das circunstâncias e condições histórico-sociais próprias a cada qual. Tornando ao caso brasileiro, o governo de Vargas atende as reivindicações de baixo, mas são efetivadas não de baixo para cima e sim de cima para baixo, pressupondo o controle social necessário da então nascente e atuante classe proletária brasileira, influenciada, num primeiro momento, pelo ideário anarquista e mais precisamente após 1917, pelo marxismo-leninismo.

¹²⁹ Através desse processo, a classe proletária – cuja própria existência é hoje questionada pelos próprios proletários acreditando serem “proprietários autônomos”, ou então, “parceiros”, “colaboradores” e também aqueles que passam pela vivência da “empregabilidade” – perde o fôlego para continuar resistindo ofensivamente e a força para empreender as necessárias intervenções virtualmente emancipadoras, de fato eficazes nas situações concretas

circunstancialmente desenhadas segundo a articulação de forças estruturadas em escala macro e micro no presente momento histórico-produtivo-social.

É assim que sua desconstrução, dismantelamento e desmobilização são efetuados de maneira *quase* esmagadora e em acelerada bancarrota, dando a falsa impressão de tratar-se de um maquiavelismo maniqueísta da classe proprietária burguesa, quando, na verdade, expõe uma debilidade visceral e vital ao próprio salto qualitativo em termos de consciência “em si” e “de si” para a “para si” da classe trabalhadora, que não é uma “coitadinha” e “desavisada”, facilmente adestrada e manipulada, mas sim, contrariamente, deficiente em sua constituição formadora e, de certo modo, “*órfã*” de seu instrumento mediativo-organizativo ontológico, o **Partido de Novo Tipo**, o que frustra e protela o encaminhamento de ações para além da imediaticidade das questões cotidianas e da prática-utilitária, em muito devido às deformações deturpantes ingestadas no processo de apreensão das determinações do real e suas “tendências a fato”, inegável e ineliminavelmente ligadas à generalidade ontológica do pôr societal, ao próprio devir humano, infelizmente eclipsado e tornado, por isso mesmo e em certa medida, ininteligível até o momento para essa classe, apesar de todas as sinalizações, reflexões e práxis sociais incontestavelmente registradas pela processualidade histórico-social, que foram percebidas, capturadas, tematizadas, conscientemente experimentadas, problematizadas e muitos se empenharam em equacionar e sistematizar, a fim de reorientar e refundar o próprio metabolismo societal, como nos servem de ilustração as preocupações, buscas e inquietações de toda uma vida, sendo o caso de figuras ímpares como: Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin, Gramsci, Lukács, Mészáros, dentre outros.

A lógica aplicada, “*se não pode vencê-los, junte-se a eles*”, ou seja, para desmobilizá-los é só fazer com que acreditem que podem ser como aqueles outros, tudo é uma questão de “*querer*” – “*querer é poder*”, diz o ditado (mas ditado por quem?), mas sabemos que não basta querer para poder. De antemão, é necessário ter o poder, no caso aquisitivo, para que o querer seja poder, caso contrário, somente se as condições objetivas e circunstanciais em questão forem favoráveis o querer pode vir a ser *sinônimo aproximado* de poder –. Nada mais eficaz para apagar das consciências a *conscientização político-social principiada*, e tão logo truncada e atravancada, das razões e derivações de sua condição existencial enquanto classe, que então se esfumaça.

É incontestável que concomitante à formação e consolidação dos trabalhadores industriais urbanos e *capitalização* dos trabalhadores rurais, ainda que sejam salvaguardadas relações de produção “não-capitalistas” – é o caso dos *posseiros*, dos grupos restantes e sobreviventes dos indígenas não totalmente cooptados pelas maravilhas do progresso e modernização —no geral, o campo também sofre profundas modificações a partir da introdução dos insumos, máquinas, equipamentos e novas técnicas aplicadas à produção agrícola, como também às atividades extrativas e as demais que compõem o setor primário. Há um processo de *institucionalização das condições de reprodução e manutenção da vida* desses trabalhadores, promovido tanto pelo Estado como pelos “homens de negócios” do capital, que o personificam e representam, os quais investirão seus capitais privados em tantos quantos setores promissores sejam vislumbrados, uma vez que o *lucro* e *valorização do valor* são resultados mais do que certos, mesmo antecipados.

Essa *institucionalização da vida societal* permite subjugar e sufocar a capacidade e *potencialidade política* dessa classe, propriamente de sua *força política*. Porém, o que não deve passar por desaperecebido, e faremos questão de ressaltar, é o fato de que mesmo vindo a estar – como estão hoje de forma mais latente do que possa se supor – aquelas subjugadas e sufocadas continuam sendo *condições imanentes ao ser social* da classe trabalhadora enquanto perdurarem as relações sociais e de produção capitalistas. Logo, a potência e capacidade de *devir* não cessa, ao contrário, lateja, ainda que não seja por intermédio de qualquer sombra de chama, mas através das brasas que podem vir a ser reascendidas, dando vazão a um fogo muito mais duradouro por tudo o que veio a ser acumulado pelas perdas e danos, conquistas e derrotas experimentadas, vividas e, enfim, tornadas conscientes pelos naufragos que, embora naufragados não perderam a esperança da utopia não de serem salvos, mas sim de se salvarem, porque, contrariando o ditado e invertendo seu significado, como faz Chico Buarque de Holanda, “*quem espera nunca alcança*”. Portanto, é necessário reconhecer e assumir a postura político-social de “*ir pra rua e beber a tempestade*”. Afinal, é melhor que seja tarde, do que nunca.

Estamos com isso dizendo que a classe trabalhadora deve recusar e não se beneficiar do desenvolvimento inexorável das forças produtivas, fruto do conhecimento técnico-científico que produz as tecnologias capazes de desobstruir os caminhos de avanços e aperfeiçoamento da humanidade e humanizá-la ao passo que a emancipa de atividades produtivas que exigem um dispêndio exauridor de suas forças e capacidades físicas? Obviamente que não. Se se partisse para a defesa de uma prática político-social de “*resistência ao consumismo*” dos bens que facilitam a vida dos seres humanos, poupando-lhes tempo e energia, seria *negar a potencialidade positiva* dos ganhos que representa o desenvolvimento das forças produtivas e, por decorrência, a própria história do desenvolvimento processual acumulativo, quantitativa e qualitativamente, da humanidade, resultando numa *ignorância*

incomensurável e incapacidade para ver além do capital e da sua correspondente sociabilidade capitalista, já que o problema tem por cerne nodal crucial a forma de aplicação dessas forças produtivas, interrogando sobre a *qualidade* de seu *desenvolvimento qualitativo* – e não quantitativo, dado que é indubitável – bem como suas *implicações imediatas e mediativas* – e estas assumem uma dimensão e importância viscerais, porque *ameaçadoramente fatais* à continuidade e preservação da existencialidade da espécie – sobre a vida humana, *em geral*, e para o modo de organização e estrutura societal, *em particular*.

Sobre a problemática da *consciência de classe*, não podemos descolar sua formação básica-inicial das condições materiais imediatas da reprodução social em bases capitalistas, ou seja, os salários estão ineliminavelmente interligados, numa *determinação reflexiva*, ao nível de vida, a melhoria de um é a condição para melhoria do outro ou a traduz diretamente; daí o caráter reivindicatório *primordialmente econômico*, fator determinante para a aglutinação e articulação dos variados segmentos em que se encontra subdividida a classe trabalhadora devida à divisão social-territorializada do trabalho.

Isto evidencia que o embate entre as classes, isto é, o *antagonismo irremediável e irreconciliável* entre capital e trabalho, tem por essência nevrálgica a *exploração da força de trabalho do trabalhador*, transmutado em *instrumental do instrumento de trabalho* e dos meios e bens de produção pelo processo de produção industrial, técnico, científico capitalista. Não podemos reduzir essa contenda à tese simplificadora e definitivamente desvirtualizadora da *pobreza* como *pressuposto revolucionário*, uma aberração descabida verbalizada através de um discurso ideológico pequeno-burguês, que substitui, talvez inconscientemente, devido uma leitura mal avisada, a *exploração pela pobreza*, sustentando que a ascendência sócio-econômica da classe trabalhadora poria término derradeiro àquilo intitulado de *luta revolucionária para além das questões imediatas*.

Na verdade, quando a classe proprietária – e mesmo aqueles que representam a perspectiva do trabalho, em decorrência de uma interpretação equivocada das leituras da obra de Marx – desenvolve tal cunhagem estereotipada, seu fito é desacreditar o movimento dos trabalhadores – e no caso daqueles outros, apesar da distorção desmedida estão cheios das melhores e “boas intenções”, ainda que de nada adiante e não baste – e corrompê-los mediante os apelos de uma vida cômoda, agradável e com uma sensação de segurança permanente.

Entretanto, a manutenção dessa situação tende a assumir limites estruturais intransponíveis, expondo toda sua fragilidade antes ocultada pela dominância da classe proprietária, desde que as contradições interclasses alcancem um nível alta e potencialmente explosivo, impossibilitando a *conciliação negociadora* que se tornou a tônica do relacionamento entre as classes que personificam o capital e o trabalho no presente momento da conjuntura político-econômica-social brasileira e mundial.

Somente quando a classe trabalhadora não mais se auto-impor medidas de auto-sabotagem poderá realizar, concretamente, o sonho de Vinícius de Moraes de *um operário construído num operário em construção*, quando, enfim, dirá *NÃO* e se fará forte na sua resolução e compreenderá que não podem dar-lhe o que já é – e sempre foi – *seu*, tendo sido apropriado indevidamente por uns poucos outros que tornaram o “inaudito aviso” em *lei natural regulamentadora da vida societal* e os protestos que se deram foram cruel e brutalmente silenciados por fardas, botas e armas que fizeram o *cérebro retroceder a um estágio primitivo* perante o aproveitamento destrutivo da engenhosidade, capacidade e habilidades das mãos.

Vemos, portanto, que é dentro desse quadro conjuntural de crescente inviabilidade de sustentação do nível e padrão de vida, denominado por Oliveira de “*condição de contradição política principal*” (p. 91), que a classe trabalhadora lança mão do instrumento organizativo da *luta econômica* para melhoria das condições de vida e trabalho, *estágio infantil* do seu processo de *conscientização e maturação político-social*, porém, mediatividade ineliminável necessária para potencializar e realizar as possibilidades ainda virtuais de um *salto qualitativo* de sua forma de organização e luta, passagem da consciência “*em si*” para a “*para si*”, revestindo-se de uma nova dimensão, traduzida pela *luta política* como *instrumento mediativo-organizador*, ultrapassando e superando, conscientemente, os estreitos limites e alcances imediatistas das reivindicações que ficam restringidas ao econômico. Em outras palavras, exemplificando os primórdios dessa conscientização e politização, os trabalhadores passam a se mobilizar para exigir correções nos salários defasados que condena-os ao rebaixamento e precarização do padrão e nível de vida, muito embora passe a assumir dívidas tendencialmente hereditárias – crediários, empréstimos, financiamento para compra de ativos – pela *hegemonização aburguesadora* dos gostos e costumes, produto da urbanização que encarece o *custo de reprodução da força de trabalho*, ainda mais quando as condições básicas inelimináveis à manutenção da existência tornam-se *serviços* e, por fim, *mercadorias*, onde para receber o que lhe é de *inquestionável e inalienável direito* vê-se obrigado a pagar, ou ao Estado, pela vida de impostos, taxas, descontos em folha de pagamento, INSS, etc., ou aos capitais privados que se apropriam de filões de um mercado cujo lucro é mais do que garantido, por razões anteriormente explicitadas. Saúde, educação, transportes – no rol de suas modalidades – e outras tantas condições inerentes à reprodução da vida, *mercantilizam-se*, de uma maneira ainda

Não podemos esquecer que Lukács está direcionando sua exposição ao KPU, chamando atenção das lideranças e vanguarda do perigo da forma de organização fascista do Estado corporativo, conciliatório e amortecedor da luta de classe contra classe, que torna o trabalhador, a força de trabalho, em “colaborador”, cuja força ideológica da terminologia é capaz de gerar aporias obliteradoras da real composição de forças e interesses e necessidades entre as classes antagônicas, e num passe de mágica fetichizante transformar aqueles que são por essência irreconciliáveis e irremediáveis em *parceiros*. Era necessário não se deixar cair no voluntarismo ou ser seduzido à aristocracia operária burocrática, armadilhas movediças da propaganda reformista.

A “república” e as “reformas democráticas” só podem ser entendidas como instrumentos de luta revolucionários cujo ápice é atingido no combate pela ditadura democrática, no contexto do regime político-social vivido pela Hungria no tempo de Lukács, da monarquia legítima. Não é por outro motivo que o mote “república” era a palavra de ordem do Partido Socialista Húngaro¹³⁰.

As circunstâncias histórico-sociais particulares, que dão o caráter das mediações e articulações de forças específicas, devem ser perscrutadas para que não se incorra em equívocos de interpretação e análise. Num cenário conjuntural como o experimentado por Lukács e pelo KPU, a luta pela “república democrática” é a forma de transitar para a “república social democrática radical”, destruindo a democracia burguesa através da ditadura democrática, mobilizando, educando, politizando e restituindo às massas a missão histórica de lutarem, elas mesmas, por sua própria emancipação econômica e humana, suprimindo e superando toda e qualquer forma de dominação política, inclusive a proletária, que perde sua função social à medida que é eliminada a exploração do homem pelo homem e os bens e meios de produção são socializados, pondo fim à propriedade privada, causa direta da degradação das condições materiais e espirituais de existência e reprodução da maioria da população mundial.

Do mesmo modo que chama atenção ao valor relativo da democracia, deveríamos nos interrogar se o mesmo não se aplica concernente à reforma, trazendo a discussão para um outro

muito mais acentuada pelo impulso da industrialização, que generaliza a *mercantilização* das relações humanas e de produção.

¹³⁰ A transcrição literal das palavras de Lukács se faz indispensável pela contundência indescritível e indizível por outro vocábulo que não o dele. “*Esta palavra de ordem somente pode ter um papel como luta pela democracia total, pela república em cujo vértice esteja o governo dos operários e dos camponeses, como uma luta contra a liquidação*”

panorama contextual: o contemporâneo. No entanto, não abrindo mão do ângulo de perspectiva lukacsiano concreto da situação concreta avaliada: a ditadura democrática, a radicalização que destrói a democracia burguesa e instaura o que no ano de 1793-1794 sonhavam em realizar os sansculottes: a república social democrática, potencialmente extrapoladora da própria democracia, como já foi explicitado.

Invocamos, buscando enriquecer e explorar outras nuances da problemática, as alegações de Rosa Luxemburgo¹³¹ que, segundo nossa apreensão, em alguns aspectos encontra certa similitude com a idéia de ditadura democrática, desenvolvida por Lukács.

Com a eclosão da Revolução Russa, ocorre a ruptura de Rosa com a social-democracia alemã por convicções e táticas distintas que assumem. Combatendo o reformismo burocrático de Bernstein, defenderá a ótica da reforma social como elo de passagem à revolução social, em conexão reflexiva e determinante com as massas, com os movimentos espontâneos de massa e seus conselhos proletários¹³², essenciais no processo.

A ênfase ao movimento espontâneo das massas, a sua ação espontânea, a ligação ineliminável e insuprimível com a base, advém do desacordo com a centralização e direção sustentadas por Lênin que, no entender da revolucionária, sufoca o potencial revolucionário das massas, a estanca, torna-a dependente de um comando dirigente.

Acredita Rosa que as reformas sociais poderiam contribuir para elevar a consciência revolucionária do proletariado, serviriam de instrumento para a radicalização da luta revolucionária na proporção que evidenciassem a necessidade de ir além das organizações e instituições burguesas, alterando radicalmente as relações de poder e dominação política, abrindo e pavimentando o caminho para a ditadura democrática, caso contrário, se o proletariado detivesse suas ações e reivindicações à preservação dos antolhos da democracia burguesa estaria fadado ao fracasso na luta pela sua emancipação e forneceria à burguesia nova munição para aprimorar os mecanismos de exploração. Segundo sua apreciação, “*as reformas podem ser um*

democrática da democracia, como uma realização da palavra de ordem ‘classe contra classe’, como uma mobilização para a luta pela ditadura democrática”. op. cit., p. 28.

¹³¹ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* 2ed. São Paulo: Global Editora, 1990, p. 14,18. (Coleção Teoria).

¹³² Estão inclusos também os trabalhadores rurais, que no processo de internalização do capital, na sua territorialidade multidimensional e avanço contínuo das forças produtivas, também são proletarizados.

instrumento para a ampliação dos direitos do proletariado e de sua prática para melhorar sua organização, consciência e mobilização sem substituir a luta frontal contra o poder burguês”¹³³.

Acorda, portanto, com Lukács referente à ditadura democrática e este, por seu turno, também fecha com aquela no que se refere a necessária, imprescindível e estreita ligação da luta a favor dos operários conduzida em conexão com as reivindicações operárias. *Acompanhar para poder conduzir* é o preceito, só assim são criadas as condições efetivas para a superação das questões imediatas das exigências cotidianas de reprodução e se alcançam, conscientemente, as questões mediatas, que exigem um grau de maturação e educação tornadas possíveis mediante o processo de luta revolucionária, realizando a conexão entre passado, presente e futuro, porque a classe proletária incorpora em si mesma os elementos do futuro engendrados em sua própria condição existencial presente, ainda que parcial e potencialmente, em termos estruturais e dinâmicos.

É a fusão entre ciência e revolução, teoria e práxis, permitindo que a prática política revolucionária, embasada por um conhecimento teórico específico, exigência mesma para sua ação eficiente, consciente e eficaz, capacitada de apreender a situação histórica como totalidade, externando e desvelando a luta de classes em suas múltiplas determinações e plurais consequências, no plano cotidiano, na imediatividade existencial e em seu sentido histórico rico, profundo e geral.

A ditadura democrática é uma luta comum aos trabalhadores do campo e da cidade, é da imensa maioria em proveito da imensa maioria, senão toda a imundície anterior retorna e ela perde seu conteúdo revolucionário. É a condição possível para o fim da divisão cidade/campo, da construção da verdadeira solidariedade de classe. O campo deve ser considerado dentro das suas circunstâncias específicas e as soluções devem ser pensadas, discutidas e propostas ouvindo o que esses “proletários” têm a dizer. Quem não acompanha, não pode e não consegue conduzir, fica insensível e cego¹³⁴ às múltiplas determinações do real, e só a partir dessa adequada compreensão é que se fica capacitado a realizar uma síntese superadora e de transcendência positiva.

As *Teses de Blum*, portanto, apresentam os primeiros frutos dessa visão de síntese da multiplicidade multifacetária do diverso e das determinações reflexivas da complexidade de

¹³³ LUXEMBURGO, Rosa; op. cit., p. 18.

¹³⁴ Sobre as razões das formas de cegueira humana, bem como sobre as suas variadas formas, ver SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mediações que perfazem a totalidade social, aprimorando o significado da luta revolucionária, das táticas político-sociais e o papel da teoria na orientação da práxis e inflexões da mesma sobre a teoria na sua apreensão das tendências do real, suas perspectivas, mediações e potencialidades a longo prazo, desvelando as tendências potenciais do presente para criar as condições do seu desdobramento de transcendência positiva para o futuro, desde que aquelas desobstaculizem o desenvolvimento das condições para a conquista da verdadeira e efetiva emancipação humana, para realização do trabalho livre-desassalariado; a plenitude da liberdade humana: a **autodeterminação**.

A ditadura democrática como possibilidade de passagem à revolução proletária; a luta revolucionária da classe contra classe; a radicalização da democracia burguesa pela república social e democrática, da “revolução dentro da ordem” enquanto “revolução contra a ordem”, pondo fim e extinguindo o estado de barbárie vivido e experimentado através do fortalecimento e constituição independente e autônoma da classe proletária **em si** e, em seu desenvolvimento e educação política-social **para si**, visando a emancipação humana com a supressão da propriedade privada, da divisão do trabalho nos moldes do capital e da exploração do homem pelo homem.

Enfim, todos esses princípios continuam, em essência, revigorados pelo amadurecimento do pensamento e práxis lukácsiano e aprimoramento da apropriada apreensão das categorias do real, como também reafirmam a justeza e atualidade sempre resistente à prova da revolução em permanência de Marx.

**VI. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*: as tarefas políticas do proletariado
para o êxito da revolução social-democrática**

A “revolução” de 10 de Março de 1850 não duraria por muito tempo. Embora o proletariado tenha feito avanços no tocante a sua formação política-social, estava apenas engatinhando e preparando-se para os primeiros passos no que tange a sua consciência de classe “para si”. A constituição da classe prolétaria como Partido também encontrava-se em estágio germinal e não havia uma organização forte e unida a nível nacional e, principalmente, internacional do proletariado para criar as condições objetivas e subjetivas efetivas para essa unidade e fortalecimento imprescindíveis. A Liga Comunista, como tivemos oportunidade de constatar, estava sendo contaminada novamente pela linha idílica do terrorismo de assalto.

Em 2 de Dezembro de 1851 a Assembléia Legislativa seria dissolvida por um golpe arquitetado pelos bonapartistas. A partir daí, a reação contra-revolucionária se instalaria por intermédio da ditadura bonapartista. A coroação desse estado de coisas se daria no ano seguinte, com a autoproclamação de Louis Bonaparte como imperador, dando início ao Segundo Império e passando a intitular-se Napoleão III. Deste instante em diante, a burguesia passava a Bonaparte a tarefa que ela não foi capaz de consumir plenamente, ou seja, a construção e aperfeiçoamento da máquina estatal e de seus aparatos jurídico-políticos institucionais para a concretização da dominação política burguesa.

Caso os partidários bonapartistas não tivessem consumado o golpe, a tendência seria a radicalização das medidas políticas-econômicas criando as condições para a transição e efetivação da revolução social-democrática do proletariado, colocando em xeque o próprio Estado e a existência e perpetuação das classes sociais. Como a classe burguesa, em sua totalidade, não entrasse em acordo com seus demais segmentos no exercício da participação e benefícios de sua dominação política, foi obrigada, pelo estado atual do enfrentamento e composição de forças da luta de classes, a renunciar sua forma direta por excelência de dominação: a república democrática-constitucional, concendendo a uma camarilha reacionária, liderada por um aventureiro medíocre e grotesco, ocupar o poder político, regendo a nação francesa e fazendo a manutenção das classes sociais através de manobras conciliatórias demagógicas, do terror político, da onipotência da camarilha militar, da corrupção, do crime, chantagem, suborno e outros meios aviltantes.

A marcha das circunstâncias, a situação de insustentabilidade do domínio político e controle social pela burguesia por seus meios e métodos parlamentares-constitucionais habituais,

legais, fizeram-na subverter a própria lei que ela mesma havia criado. A constituição se torna inconstitucional e a Constituinte uma filha ingrata, lançada à bastardia.

Dentro desse contexto, o *18 Brumário de Louis Bonaparte* representa o balanço realizado por Marx do período revolucionário de 1848 a 1849, a compreensão cabal – por uma análise notável de magnitude incalculável que desvela e desata os nós da experiência política francesa, das relações sociais das classes e das nuances dessa luta de classes, revelando e evidenciando o verdadeiro caráter do golpe de Estado de 1852 –, e com uma lucidez admirável das tarefas políticas do proletariado para a efetivação e êxito da revolução social-democrática, as táticas do movimento proletário quando do exercício de sua dominação política, da ditadura do proletariado, principalmente em relação ao Estado.

No que diz respeito a essa particularidade específica do poder do Estado, no *18 Brumário* Marx expõe objetivamente qual a *atitude política* pertinente e exata ao proletariado revolucionário: a tomada do poder político seguida, necessariamente, da derrubada e extinção do aparato e máquina estatal, uma vez que todas as revoluções empreendidas anteriormente nada mais fizeram do que o aperfeiçoar ao invés de destruir. O bonapartismo foi a máxima nesse sentido, pois revestiu o Estado do seu caráter burguês moderno ao torná-lo um eficiente complexo burocrático-militar. A burocratização da vida política e o processo de normatização e regulamentação da vida social serão mecanismos vitais que contribuirão, como contribuíram, diretamente para o maior e melhor controle e engessamento do social pela dominação política burguesa.

Como Marx havia exposto na *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, o *poder proletário* que sustentará a *ditadura do proletariado* – defesa dos verdadeiros interesses da maioria em benefício real da maioria e pela maioria, unificando toda a classe trabalhadora e contando com a aliança *determinante* entre campesinato e proletariado, entre cidade e campo – é um *Poder de Novo Tipo*, um poder que no transcorrer do processo revolucionário da revolução social necessita se estruturar como *paralelo* ao poder oficial do Estado burguês erigido e estruturado, pautado nas *associações dos trabalhadores* em comunas, clubes e outras formas semelhantes de organização, manifestando seu caráter essencialmente público e aberto, ainda que a direção seja centralizada no proletariado pela necessidade da consecução efetiva da *revolução em permanência, lei imanente*, parte da própria constituição ontológica dessa classe, podemos mesmo dizer que é a *determinação constitutiva* do seu ser *para além da própria classe*, desde que

a busca e realização da emancipação humana promove e exige o questionamento constante sobre seus próprios atos, uma crítica radical a toda e qualquer forma de conservadorismo, indo sempre para além, revisando e superando os seus próprios erros. O que lhe é indubitavelmente inexorável é a aspiração incansável e indomável pela *autodeterminação humana*.

O *18 Brumário* coloca na ordem do dia e evidencia de maneira clara e objetiva, o papel e as tarefas do proletariado revolucionário. Reafirma, veementemente, a necessidade *decisiva e impreterível* da *aliança* entre a *classe proletária* e a *camponesa*, mesmo porque essa última era, a época, a classe mais numerosa da sociedade francesa.¹³⁵

O campesinato francês, por razões anteriormente expostas, outorgou seus votos a Bonaparte, reflexo interdeterminado da particularidade de sua constituição enquanto classe que joga um papel determinante, e contribui, indiscutivelmente, na condição de seu atraso e embrutecimento político-social, como também da sua separação da vida ideocultural e política do proletariado urbano.

Esses fatores explicam, e até certo ponto, justificam a sua atitude de classe perante a revolução de 1848 a 1850 e o golpe de Estado bonapartista. É o que constata o próprio Marx: “*Pela tradição histórica nasceu a crença dos camponeses franceses no milagre de que um homem de nome Napoleão lhes traria de novo toda a magnificência*”.¹³⁶

A “dupla natureza social” dos camponeses é desvelada por Marx, duplicidade assentada em duas tendências contrapostas, alternando a prevalência de uma delas perante a situação concreta desenhada: a *revolucionária* e a *conservadora*. O problema é que para superar esta última precisavam se emancipar politicamente, libertarem-se dos resquícios de uma relação social com a terra aburguesada, de “pequenos proprietários”, fruto de uma “reforma agrária” dos tempos da revolução francesa de 1789, que em nada alterou as relações de produção capitalistas, apenas

¹³⁵ Devemos recordar que foi o censo de 1851 que registrou, pela primeira vez, a ultrapassagem quantitativa de trabalhadores urbanos em relação à zona rural e isso, primeiramente, em Inglaterra por razões óbvias. Nos demais países europeus o fato somente se daria alguns anos mais tarde e em outros países, devido à particularidade do processo de implantação e consolidação do modo de produção capitalista, décadas mais tarde.

Outro aspecto que nos parece relevante destacar é que se nos idos da década de 50 e 60 do século XIX a classe mais numerosa era a camponesa. Atualmente, realizada a mundialização do capital, a proletarização em escala planetária que lhe é inerente e consequente, a classe mais numerosa não seria a desempregada e os demais desagrilhoados em situação de precariedade e precarização crescentes e agudas de suas condições de vida?

Não seria esse “*novo lumpemproletariado*” o elo decisório para o processo de revolução social radical do movimento proletário revolucionário em âmbito nacional e internacional? São apenas questionamentos mas, acreditamos, de extrema e emergente necessidade e relevância de reflexão e averiguação.

¹³⁶ MARX, Karl. *apud Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 279.

expandiu e possibilitou a proliferação dos pequenos proprietários, cada vez mais endividados e hipotecados, como viria a descobrir e se conscientizar.

Na época do golpe Bonaparte encontrou ressonância e apoio nessa “natureza artificial” e conservadora dos camponeses. É o que comprova a citação de Marx: “ *a dinastia de Bonaparte... não representa a ilustração, o esclarecimento, mas a superstição do camponês, não o seu juízo mas o seu pré-juízo, não o seu futuro, mas o seu passado...*”¹³⁷ Todavia, a proletarização crescente das condições de vida do camponês, a exploração desenfreada e cada vez mais intensificada do capital especulativo, usurário criará as condições objetivas e subjetivas que revolucionarão sua concepção de vida e de si mesmos, possibilitando a tomada de consciência de que seus interesses e necessidades são os mesmos que o do proletariado industrial, embora tenham certas especificidades devido o ramo da produção que ocupam interinamente, ao menos por enquanto a revolução social radical não revolucione as bases da organização da produção e da divisão social do trabalho. Essa *tomada de consciência* dos camponeses pode libertá-los dos “pré-juízos” do passado e abrir-lhes o futuro pela compreensão das razões de sua situação e condição presentes, levando-os a unirem-se e colocarem-se ao lado do proletariado para a realização da revolução social-democrática radical e em permanência.

Os camponeses, os novos “proletários rurais”, “*encontram o seu aliado e chefe natural no proletariado urbano, cuja tarefa é o derrubamento da ordem burguesa*”.¹³⁸ Logo, essa aliança, a sua importância é peremptória para a eficiência e eficácia da luta revolucionária, para o seu êxito pleno e realização efetiva, porque com ela “*a revolução proletária realiza [...] o coro sem o qual em todas as nações camponesas o seu canto a solo se torna um canto fúnebre*”.¹³⁹

A *revolução de alma social*, feita essencialmente pela “ditadura do povo”, manifesta-se em toda a sua magnitude no 18 Brumário. Analisando o período revolucionário de 1848 a 1850 demonstra como as *situações revolucionárias* abreviam e impulsionam, como alavancas propulsoras, o desenvolvimento e maturação da educação política-social das massas, que toma consciência da essencialidade de seu ser enquanto parte integrante da totalidade do gênero humano, extrapolando e superando seu próprio ser enquanto classe, expondo a lei da classe que ao superar sua existência enquanto classe e a própria sociedade de classes torna essa lei, a *lei da*

¹³⁷ Idem; ibidem, p. 279.

¹³⁸ Idem; ibidem, p. 279.

¹³⁹ Idem; ibidem, p. 279.

revolução em permanência, a lei da condição integrante e elementar ao próprio ser do ser humano. O próprio Marx, em carta a Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852, atestava:

não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1. demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*; 2. que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3. que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*...¹⁴⁰

Além das tarefas políticas do proletariado, tarefas que são, em essência, político-sociais, Marx também desnudou os implementos e aperfeiçoamentos realizados pelo regime bonapartista à futura reapropriação do poder político pela burguesia, para a sua dominância política completa, completada e consumada.

Essas análises e constatações foram efetuadas por Marx em artigos redigidos como complemento ao escrito do *18 Brumário*.¹⁴¹ O bonapartismo, essa variante da dominação política que forjou os elementos para a consumação da dominação política burguesa, transformou-se no principal adversário da classe proletária e da democracia na França, na Europa e, posteriormente, em todo o mundo constituído a imagem e semelhança da dominação de classe burguesa via mundialização e hegemonia do capital.

A luta contra a “*bonapartização da política*” e seus aparatos de poder e repressão, ora velada, via manobras, ora escancarada, via exército e polícia, tornou-se a tarefa imediata do movimento proletário internacional. O Estado bonapartista era uma variação da forma de poder e Estado burguês, como logo ficou evidenciado, a evolução contra reacionária da classe burguesa na conservação do status quo político e social para sua dominação de classe.

Como sublinhara Marx em um desses seus inumeráveis artigos sobre o bonapartismo

O Estado bonapartista [...] traduz o crescimento das tendências contra-revolucionárias da burguesia, a sua passagem para as formas abertamente ditatoriais de governo com a “*espada desembainhada*”, por meio da violência aberta e do despotismo policial. O regime bonapartista era igualmente marcado pela degradação das camadas superiores da sociedade burguesa. A corrupção, a

¹⁴⁰ *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 281.

¹⁴¹ Esses artigos datam de 1855, quando Marx publicaria importantes contribuições para a análise e apreensão dos acontecimentos político-sociais correntes procurando esclarecer, influir e orientar o movimento proletário em sua organização e tática de luta revolucionária. Os jornais a que esteve ligado nesse período são, respectivamente, o *New York Daily Tribune* e a *Neue Oder Zeitung*.

concussão, a dilapidação do tesouro público que tocavam todas as esferas do aparelho de Estado parasitário, incluindo o departamento militar, tinham assumido enormes proporções. “O cancro que rói o exército francês é o princípio orgânico do Baixo Império, a saber: o roubo e a degradação”, escrevia Marx na Primavera de 1856.¹⁴²

Nesses artigos, Marx também revelou as práticas manobristas conciliatórias do bonapartismo na e para manutenção da sociedade de classes, “*que zigzagueava entre as diferentes classes da sociedade*”¹⁴³ procurando “desempenhar simultaneamente o papel de protetor da França agrícola, de ‘providência socialista face ao proletariado das cidades’ e de ‘salvador da propriedade’ aos olhos da burguesia francesa”.¹⁴⁴

Salientando nas suas correspondências a falsidade intrínseca desta política de “conciliação de todas as classes”, Marx estava longe de considerar uma farsa anódina as tentativas das autoridades bonapartistas de “comprar a consciência da classe operária francesa”. Considerava-se obrigado a alertar contra o perigo da demagogia social bonapartista, contra a sua influência corruptora sobre os elementos operários instáveis.¹⁴⁵

Também observou e desvendou as teias e articulações promovidas pelo bonapartismo favorecendo o livre trânsito dos grandes homens de negócios da finança e da indústria e facilitando o livre curso e trâmite dos capitais especulativos. Tinha início, assim, a fusão entre capital industrial e capital financeiro, o processo de concentração e centralização de capitais pelas sociedades por ações, que culminaria com a fase superior do capitalismo, como bem demonstrou Lênin: o *imperialismo*. Marx teve a genialidade de capturar no movimento das tendências do real de seu tempo, o início da modificação do papel econômico dos bancos, os germes de um processo futuro, futuro que se mostrava, desde já, não tão distante e muito mais que provável, ao contrário, uma tendência a fato então experienciada e experimentada pela forma de regime bonapartista do Estado burguês.

Os finais da década de 50 do século XIX e início da de 60 também registrariam e apresentariam profundas mudanças no planejamento espacial urbano e urbanístico¹⁴⁶ como modo

¹⁴² *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 327.

¹⁴³ MARX, Kar. *apud Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 327.

¹⁴⁴ *Idem*; *ibidem*, p. 327.

¹⁴⁵ *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 137.

¹⁴⁶ Cabe aqui a menção as obras urbanísticas do barão de Haussmann, em Paris. Uma nova territorialidade é tática e estrategicamente planejada e posta em execução para o maior controle do espaço pela burguesia na manutenção da

de garantir o controle e evitar acontecimentos imprevistos que sempre se dão e podem ameaçar a sociedade. Aquém, a modernização arquitetônica trazia a marca da civilização e seu progresso, cujo principal representante era a classe burguesa. Um status, símbolo do seu poder, num mundo fetichizado que se alimenta e reproduz por signos e simulacros.

Nessa época, o nome de Blanqui, a persona Louis Auguste Blanqui, era a figura em quem Marx depositava grandes esperanças, devido sua indomável e irrefragável energia revolucionária. O líder das insurreições de Junho de 1848 que tendo regressado à França após a anistia de 1859, concedida por Bonaparte a fim de angariar a simpatia da classe proletária ao seu governo, tinha sido preso em Paris, em março de 1861 e condenado, pela polícia política bonapartista, apesar da ausência de provas ao crime de ter organizado uma sociedade secreta, a quatro anos de prisão. Se fosse depender da burguesia, ele não só nela padeceria como apodreceria.

Marx, por um período, esteve em contato com Blanqui e empreendeu todos os esforços possíveis para denunciar o tratamento brutal de que era alvo na prisão pelos carcereiros bonapartistas, como também organizou comícios de protesto contra sua prisão e uma arrecadação entre os emigrados com a ajuda da Associação Cultural dos Operários Alemães de Londres. Numa carta escrita em 10 de Novembro de 1861, a um amigo íntimo de Blanqui, Watteau, juntamente à quantia levantada iam os seguintes dizeres: *“Fique V. certo de que ninguém se poderá interessar mais do que eu pelo destino de um homem que sempre considerei como a cabeça e o coração do partido proletário em França”*.¹⁴⁷

Os anos de cerrada reação européia, que tinha como carro-chefe a Prússia, fizeram com que Marx se entregasse com afincos a atividade científica e jornalística. Seus estudos e publicações foram profundamente profícuos, de uma fertilidade sem paralelo para o desenvolvimento e solidificação da teoria e da tática revolucionárias, como ele mesmo reconheceria mais tarde e faria notar em uma de suas várias correspondências com Engels. Os

ordem e paz para o progresso dos negócios, bem como para o “livre trânsito” das pessoas, idéias e mercadorias, além dos exércitos e das armas. As barricadas, um recurso e marca registrada e exportada pelos revolucionários franceses, certamente influenciaram e motivaram em grande medida as mudanças espaciais arquitetadas, garantindo a reapropriação do espaço pelo capital, eliminando os resquícios arquitetônicos dos antigos locatários: a classe proletária. Os espaços antes ocupados se tornam vazios, mas esses vazios estão cheios da onipresença e onipotência do poder territorial e fronteiriço do Estado. *“Faz falta a ponte e o viaduto ganindo pra rua. Nada continua”* (Caetano Veloso). Ver LEFEBRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1969, p. 20 a 26.

¹⁴⁷ *Karl Marx – Biografia*. Op. cit. p. 396.

anos de 1850 a 1865 foram nodais e os mais ricos em termos de produção científica-teórica, culminando com o primeiro volume de *O Capital*.

Por muito difícil que fosse nos anos de reação exercer influência sobre as massas, a voz de Marx, as idéias revolucionárias dos seus artigos e colaborações chegavam aos operários de vanguarda. Pela sua atividade publicista contribuiu para desenvolver o espírito revolucionário, para aumentar o ódio aos regimes contra-revolucionários vigentes, o que se revelou muito particularmente logo que surgiu um novo ascenso revolucionário. Marx continuou a manter contatos com militantes operários dos diferentes países e utilizou todos os meios para se ligar mais estreitamente ao movimento proletário. Avançou ao encontro dos novos acontecimentos revolucionários, unindo a sua volta um grupo de companheiros de armas armado com os conhecimentos teóricos e com uma clara compreensão das tarefas táticas amadurecidas, pronto, como combatente experiente, a travar novas batalhas abertas contra o inimigo.¹⁴⁸

O proletariado necessita dispor e se apropriar de um dos *meios de comunicação de massas* hoje existente para ser capaz de difundir suas lutas, refletindo sobre suas perdas e conquistas, sobre suas ilusões e desilusões, pois se são as *ilusões* que em variados momentos históricos permitem às diferentes frações das classes burguesas manobrá-los e manipulá-los, são justamente as *desilusões* em relação aos resultados sempre antagônicos aos interesses e necessidades materiais, imediatos e de médio e longo prazo dessas classes que se cristalizam quando, num determinado momento do processo, fica impedida, pela burguesia então coligada, a radicalização das situações revolucionárias.

Quando essas circunstâncias se apresentam, pondo em risco o *status quo* e posição social e econômica da classe burguesa, ela deixa de ser revolucionária, torna-se reacionária, extremamente conservadora e funde-se, ainda que momentaneamente, enquanto essa situação de ameaça perdurar, com seus diferentes segmentos e frações, abrindo mão mesmo da dominação política direta, como foi o caso do golpe de Estado de Louis Bonaparte.

Hoje, muito mais do que na época de Marx – geralmente escrevendo sob perseguição, censura e repressão – e de Lênin – também, não raramente, sob a mesma condição e situação circunstancial –, os meios de comunicação, com o desenvolvimento inexorável das forças produtivas, têm de ser reapropriados pelo proletariado, porque são eles que podem possibilitar uma organização efetiva nas diferentes escalas geográficas da luta proletária contra o capital.

Para além, hoje, devido à complexificação crescente e à multifacetariedade da classe proletária, de suas frações e segmentos e dos mecanismos utilizados pelos mesmos para tentar

¹⁴⁸ Idem, p. 352.

responder às questões imediatas ligadas à satisfação de seus interesses e necessidades materiais essencialmente de reprodução e manutenção econômico-social – vide a proliferação dos movimentos sociais e suas reivindicações, ainda que suas ações não coloquem em causa a raiz da produção social de seus diversificados problemas – o proletariado precisa estar atento para essa mutação e metamorfoses de continuidades e descontinuidades, mantendo o contato, trabalhando e unindo forças, por intermédio de articulações político-sociais impreteríveis, com o maior número possível desses complexos de sua classe. Só assim conseguirá se fortalecer e ir conquistando posições estratégicas no enfrentamento com o capital.

Na sua época, Marx procurava, apesar de todas as dificuldades criadas e implementadas pela força da reação européia, construir e solidificar esses elos, mantendo-se em contato e antenado com os principais “movimentos sociais revolucionários”, ávido por acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, utilizando das publicações periódicas em jornais e revistas para fazer a reflexão reflexiva que invariavelmente produzia grandes reviravoltas na práxis política proletária, munindo-os da arma da teoria, extraída e elaborada a partir de sua prática imediata, possibilitando torná-la *mediada*, orientando, de forma mais consciente e conseqüente, as intervenções e posicionamentos da classe proletária perante si mesma, ao mundo e às relações sociais e de produção que, consciente ou inconscientemente, reproduzem e produzem de acordo com a forma que organizam, significam, justificam e orientam as relações de produção.

O movimento dos trabalhadores, o *proletariado moderno e complexificado*, necessita resgatar seu “ser histórico”, a *ontologia* de sua classe, o seu “ser político” e reorientar, refundar e resignificar seus organismos mediativos-organizativos por excelência, os Sindicatos e o Partido, reavendo seu papel de agente e construtor da sua história, porque, embora não a faça segundo sua vontade, mas sob condições e circunstâncias que dela independem porque resultam das formas de ações e inter-relações criadas pelas gerações passadas, ainda assim, precisam saber quem são e o que representam, de fato, para poder imprimir um certo tipo de regência sobre suas ações, um controle que seja, efetivamente, um controle social sobre as relações sociais e de produção.

VI. a) Algumas ponderações sobre o fenômeno e variantes do bonapartismo

O *18 Brumário* foi uma obra escrita a quatro mãos, na verdade. Engels e Marx trocaram várias correspondências no período e o último se apropriou de muitas pertinentes colocações do

primeiro, transcrevendo mesmo idéias, frases e citações literais, que ficaram famosas como sendo de Marx, como o caso da farsa, da comédia; farsa e da tragédia ao se referir a Louis Napoleão Bonaparte e a Napoleão Bonaparte. Devemos enfatizar o fato, porque invariavelmente, é ignorado, apesar dos prefácio à obra aludirem esse aspecto da questão.

Em outro momento, falamos sobre a influência exercida pelo “mito na política”, como personagens e fatos adquirem um poder extra-temporal, transformando-se em continuidade mesmo no processo de descontinuidade do devir histórico-social do mundo dos homens. Este fenômeno é de grande relevância no tocante à práxis política, porque trata das “representações” criadas pelos indivíduos sociais sobre si mesmos, sobre sua situação, sua posição e sobre as relações sociais e de produção que produzem e estão interdeterminados reflexivamente. Analisemos essa problemática.

Podemos inquirir: o que cremos ser real é real de fato? As representações imaginárias que os indivíduos sociais fazem dos fatos e acontecimentos experimentados e vividos em sua prática-utilitária, no campo da pseudoconcreticidade, corresponde, de fato, à realidade dos fatos e acontecimentos, ao que realmente são em si e não no para si?

Arguindo, podemos inferir que a ação humana é produto de uma “unidade de contrários”, do *objetivo* e do *subjetivo* que perfazem o processo histórico, objetividade dada pelas circunstâncias históricas que condicionam e determinam as possibilidades de escolha entre alternativas dos indivíduos sociais em determinados momentos histórico-sociais. Já a subjetividade é o “para si” daquele que age, ou seja, a forma encontrada pelo indivíduo social para lidar e satisfazer uma necessidade imediata, plenificando de sentido suas ações e justificando sua forma de ser no mundo. São, em outras palavras, as representações. Mas, até que ponto a captação e apreensão dos fatos e acontecimentos, das suas mediações e interdeterminações, são realizadas apropriadamente e de forma a buscar se aproximar do “em si” das coisas?

Essa questão vem sendo discutida por inúmeros campos das ciências humanas. Não iremos aqui adentrar nela porque não diremos nada original em relação ao que já foi posto por Lukács ou pelo próprio Marx. Cabe ressaltarmos que, em política, referente à práxis política, num primeiro momento, como as ações humanas estão ligadas a escolha entre alternativas, alternativas essas limitadas pela própria limitação das possibilidades e condições para sua realização, às necessidades imediatas dos interesses materiais existenciais dos indivíduos sociais e das classes,

numa sociedade de classes, “o que um fato político representa no imaginário dos agentes sociais tem mais eficácia ontológica do que ele realmente é na estrutura do ser social”¹⁴⁹.

A farsa apenas é desmontada e a ilusão desfeita quando os agentes sociais se deparam com os limites e impossibilidades de realização das representações realizadas, quando nada é alterado em suas condições de vida e existência, negligenciando seus interesses materiais e mesmo intensificando os problemas por eles experimentados e experienciados. Foi o que aconteceu com a classe camponesa em França quando do aumento do imposto sobre o sal e a manutenção sobre o do vinho; as dívidas e hipoteca crescente, onde o camponês passa a hipotecar a própria vida e, ainda assim, não raramente, acaba por perder a terra e a “propriedade”. Também foi o que se sucedeu com o proletariado parisiense nas revoluções de fevereiro e junho de 1848.

Outro exemplo que podemos citar é o que foi transcrito por Barsotti acerca do golpe do 18 Brumário. Afirma:

Engels prevê que os setores populares, iludidos pela concessão imediata do direito eleitoral e pelo restabelecimento do sufrágio universal, se comportarão “infantilmente” nas eleições marcadas como rito de legitimação do golpe. Realizadas em 20 e 21 de dezembro, num ambiente de grande repressão, sem nenhuma liberdade de imprensa ou de reunião, resta-lhes somente a sanção do golpe por uma imensa maioria: 7.439.216 a favor contra 640.737.¹⁵⁰

O aparente restabelecimento dos direitos constitucionais, do sufrágio universal, é um fato percebido não pelo que é, de fato: parte da política manobrista do estado bonapartista, não no seu “em si”, mas no seu “para si”, a ilusão de representar a vontade da maioria. A forma plebiscitária, o caráter consultivo, repercute na visão das massas, que crêem – e a crença de uma pessoa faz com que ela aja, sinta e reaja de forma a confirmar e fazer concretizar o que ela crê, mesmo que outros tentem demonstrar ser o contrário – que a idéia que tem da coisa é o que de fato aquela coisa é.

De modo que a consulta ao povo é uma forma de induzi-lo e influenciá-lo em sua “opinião” (doxa) e o bonapartismo alia a este recurso de manipulação política outro muito mais eficiente, a fraude eleitoral, onde por meio de um ato constitucional legítimo legitima o que é ilegítimo e ilegal: a trapaça, acobertada pela classe burguesa temerosa em perder as garantias de realização dos seus interesses materiais. A sua opção de classe é abrir mão do poder político

¹⁴⁹ ALVES, Giovanni. *Elementos para uma Ontologia da Práxis Política no Capitalismo – Notas sobre o “18 Brumário de Louis Bonaparte” de Karl Marx*. [S.l.], [19--], p. 7. Mimeografado.

direto e de sua dominação política burguesa por excelência, como já dissemos: a república constitucional democrática burguesa.

Engels, comentando sobre o futuro da farsa eleitoral de Bonaparte e das condições e circunstâncias que propiciaram essa situação que levaram ao poder “o ser mais insignificante do mundo”, sentença:

Que resultará de toda essa porcaria? Napoleão será eleito, disto não resta dúvida; a burguesia não tem opção, além do mais quem comprovará as papeletas eleitoriais? Os erros aritméticos nas contas a favor do aventureiro são extremamente sedutores e toda a baixeza das classes acomodadas francesas, sua submissão servil diante do menor êxito, sua tendência à adulação frente a qualquer poder, tem se manifestado desta vez com a maior clareza do que em qualquer outro tempo. Pois bem, de que forma governará este asno? É evidente que conseguirá menos votos que em 1848, não mais do que três ou três milhões e meio; para o crédito e uma derrota perigosa. Nenhuma reforma financeira e fiscal é possível. Primeiro por falta de recursos econômicos; segundo, porque uma ditadura militar só pode realizá-la com guerras externas vitoriosas, quando a guerra cobre os custos dos gastos de guerra, enquanto que em tempo de paz, além de não haver excedente nenhum, ainda tem que se gastar muito mais com o exército; terceiro, porque Napoleão é estúpido demais. O que lhe resta? A guerra?...¹⁵¹

A importância das contendas litigiosas entre a Assembléia e Bonaparte não foi entendida em toda a sua dimensão pela população francesa. Como vimos, a classe burguesa acabou tendo de fortalecer cada vez mais o poder executivo frente o acirramento e eclosão inevitável de uma luta de classes. Esta foi a opção de classe da classe burguesa: fortalecer, centralizar e aperfeiçoar a máquina burocrático-militar do executivo. A república parlamentar, constitucional entrava na inconstitucionalidade forçada e abria-se mão do controle direto do Estado.

A “ditadura do sabre” de Luis Napoleão impede o “direito de associação”, assim como censura a liberdade de imprensa. Com isso, dificulta-se a organização de classe, facilitando ao governo realizar as manobras políticas conciliatórias, fazendo um “duplo jogo” entre as classes, garantindo, assim, as condições objetivas e despreparo das subjetivas para que nenhuma delas escale o poder político, vigiado por sabres e baionetas.

O próprio sufrágio universal, como visto acima, no contexto de um Estado burocrático-militar corrompido, onde a fraude é “lei constitucional”, veta qualquer possibilidade da oposição se eleger e ocupar o poder político. A “polícia para quem precisa de polícia”, ou seja, o Estado

¹⁵⁰ BARSOTTI, Paulo Douglas. *Engels e o Bonapartismo*, p. 234. in – *Marx e Engels na História*. Osvaldo Coggiola (Org.) Ver. e trad. Ana Lúcia Gomes Muniz e Kátia De Bonis. São Paulo: Xamã, 1996. (Série Eventos)

¹⁵¹ ENGELS *apud* BARSOTTI, Paulo Douglas. Op. cit., p. 235.

bonapartista funda o cabidal de funcionalismo burocratizado que dispendiosamente alimenta e conserva o poder executivo do estado.

O bonapartismo, dentre outros fatores, no jogo de manipulação e manutenção das classes sociais e da luta de classes, será o marco do Estado obreiro, o construtor de obras públicas que através do vínculo empregatício precário – porque temporário, mal remunerado, incerto e sob condições desumanas – acaba comprando, corrompendo e atrelando parte da classe proletária menos esclarecida à defesa de seu status e regime – “ruim com ele, pior sem ele”; “rouba, mas faz”. Ditados que têm seu solo fértil e de produtividade confirmada no bonapartismo – criando uma espécie de “proletariado artificial”, distinto e ao lado do “proletariado real e independente”.

Esse jogo e manipulação da variante do Estado bonapartista enquanto regime de governo, de poder político e dominação política exclusiva do poder executivo pelo “vazio de poder” que lhe permitiu o assalto ao mesmo, amparado pelo aparato burocrático-militar, tem por finalidade última e principal refrear e evitar o confronto aberto, duro e revolucionário da luta de classes que, assim, cai num tipo específico de inércia e por ela fica emaranhada até que a situação concreta dos interesses e necessidades materiais imediatos de uma ou outra classe as obrigue a sair desse estado lastimável de prostração alienada, já que a “paz do sabre, da fraude, da censura e pressão” proporciona um impulso aos negócios dos capitais industrial, comercial e financeiro, levando ao desenvolvimento inexorável das forças produtivas e a evidenciação de contradições até então latentes que se evidenciam e colocam em toda magnitude de sua insustentabilidade de conciliação, tornando a manutenção das classes e a continuidade da suspensão do seu confronto inevitáveis.

Este fenômeno de desprezo, de indiferença pelo político, de abandono da sua dominação de classe ou da partilha com aliados de outras classes ou frações de classe, para concentrar os esforços nas atividades privadas, é explicado pela “particularidade que distingue a burguesia de todas as classes que governaram antes dela” pois, “em seu desenvolvimento, há uma virada a partir da qual todo acréscimo de seus meios de poder, principalmente de seus capitais, apenas contribui a torná-la cada vez mais inapta ao domínio político. Esta despolitização e redução da ação pública e a consequente transferência da atividade política à uma oligarquia ou burocracia estatal tecnocrática-militar semelhante ao ideal positivista, é uma tendência histórica da burguesia que tem na política bonapartista, com todas as suas variantes, a expressão mais eficiente e adequada em sua marcha contra-revolucionária.¹⁵²

¹⁵² BARSOTTI, Paulo Douglas. Op. cit., p. 247.

Desta forma, a contra-revolução é garantida ante a revolução social, que é refreada pelo séquito de burocratização, militarização, cabedal do funcionalismo público que formam e contituem o aparelho de Estado. Este, por seu turno, não tem um partido político próprio que o alicerce, mas se mantêm através de malabarismos manobristas entre as classes, na manutenção da luta de classes, aparentemente ficando acima delas.

*A política bonapartista é a alternativa utilizada pela burguesia diante do impasse, fracasso ou impossibilidade de realização e continuidade da sua dominação direta e de classe. Forma autocrática de poder político, o bonapartismo leva às últimas consequências a tendência, contida no Estado moderno, de representar os interesses gerais e estar acima dos interesses privados, de abstrair e querer eliminar as diferenças dos homens reais dispostos na vida cotidiana concretamente em classes sociais. Ilusão extrema na força, imparcialidade e autonomia do Estado diante da sociedade, condição de sua arbitragem despótica sobre toda a nação, que em momento algum nega o seu caráter de classe frente às classes subalternas e que garante às frações da classe dominante a “paz social” necessária para o desenvolvimento de seus negócios. Ela representa efetivamente “a forma mais prostituída” e repressiva do poder estatal burguês que se transforma em “meio de escravidão do trabalho pelo capital”.*¹⁵³

Enquanto a luta de classes estiver sob controle, estando a ordem consolidada, os negócios estruturados e seu dinamismo garantido, consolidando, conservando e expandindo, assim, a hegemonia da classe dominante, a burguesa e suas frações, após o cumprimento dessa missão pela variante bonapartista de regime de poder político, este pode ser dispensado dos seus préstimos e substituído por outro regime mais adequado a nova situação e composição de forças estruturada.

Somente quando as contradições sociais latentes não puderem mais ser sufocadas e adiada a sua manifestação, quando os abalos sísmicos recomeçarem, vindo à tona o que até então fora reprimido e forçosamente controlado, daí então reaparece a luta política acirrada e aberta entre as classes sociais, já que numa sociedade de classes a luta de classes é, necessariamente, uma luta política, de disputa pelo poder político, distinguindo o que cada classe pretende fazer com o próprio poder político após esteja este conquistado. Para o proletariado, a tomada do poder político, sua dominação de classe é a condição para a revolução social em permanência, colocando em questão a existência do próprio poder político e das classes sociais.

Vemos, pois, que ao analisar as lutas de classes em França e o contexto social e político do golpe do 18 Brumário, “Marx conseguiu captar a essência da práxis política no capitalismo,

onde o que é e o que parece ser se confundem no imaginário dos agentes sociais”.¹⁵⁴ Ainda que as representações imaginárias sejam o “senso comum” dos fatos e acontecimentos e não consigam captar sua cadeia causal e as mediações que os concretizam, ainda assim, são elas que atuam e impelem os indivíduos sociais a agirem, construindo a sua práxis política pelas exigências postas pelo cotidiano.

Porém, as crenças e valores, o passado e o quadro simbólico de representações do real obtido através deles, que guiam as ações dos agentes sociais, são postos à prova quando ao experienciar as consequências dessa realidade, desses fatos e acontecimentos os agentes sociais são obrigados e empurrados a realizarem uma volta sobre si mesmos, desmascarando e frustrando as expectativas alimentadas pela semelhança de situações passadas, onde o real age reflexivamente e destrói as ilusões construídas e mantidas tornando evidentes os nexos causais, então ocultados e obliterados, de sua condição existencial e dos seus interesses materiais.

Enquanto a *ilusão* desarrefece os ânimos, a *desilusão* os arrefece e permite aos indivíduos sociais enxergarem o “em si” das coisas, libertando-os do peso do passado e das representações imaginárias criadas a partir daquele e de seus valores e crenças. Inicia-se, assim, um novo estágio do processo de luta social e da revolução social, impondo-se, cada vez mais, como uma revolução em permanência.

É assim que Marx abre sua discussão e análise das *Lutas de Classe em França*, demonstrando que o Junho de 1848 foi o germe e possibilidade da vitória do proletariado, uma vez que ficaria evidenciado que os interesses e necessidades das classes sociais são irreconciliáveis e irremediáveis, altamente antagônicos e permitiria que se livrassem do peso da tradição, das representações, frases, figuras que ainda os prendia ao passado e impedia a criação das condições presentes para a realização de um futuro verdadeira e qualitativamente distinto e superador de tudo até então edificado e consumado em regime e organização produtiva-social. Como assevera Giovanni:

Ao mesmo tempo que a práxis política é eivada de ilusão, representações imaginárias e simbologias do passado envolvendo os agentes sociais, percebe-se que esse processo histórico, que é formado na sua essência por essas lutas de classes, é também uma libertação dessas mesmas condições históricas que precisam dessas ilusões imaginárias do passado. É o que salientou Marx: “A

¹⁵³ BARSOTTI, Paulo Douglas. Op. cit., p. 245.

¹⁵⁴ ALVES, Giovanni. *Elementos para uma Ontologia da Práxis Política no Capitalismo – Notas sobre o “18 Brumário de Louis Bonaparte” de Karl Marx*. [S.l.], [19--], p. 8. Mimeografado.

*exigência de abandonar as ilusões sobre sua situação é a exigência de abandonar uma situação que precisa de ilusões”.*¹⁵⁵

¹⁵⁵ ALVES, Giovanni. *Elementos para uma Ontologia da Práxis Política no Capitalismo – Notas sobre o “18 Brumário de Louis Bonaparte” de Karl Marx*. [S.l.], [19--], p. 11. Mimeografado.

VII. *A Guerra Civil em França: a questão da luta e do poder político-social*

VII. a) A guerra como manutenção do Estado burocrático-militar bonapartista – a política expansionista e de caráter contra-revolucionário

Sabemos como “Napoleão III” atuou no seu governo e quais foram os feitos principais do regime bonapartista e como, por suas características e como variante possível da dominação política burguesa, ainda hoje podemos observar suas reminiscências na estrutura de poder do Estado moderno e do seu funcionalismo público.

Mas há um outro aspecto do bonapartismo que deve ser ressaltado, fato de que as guerras foram a maneira encontrada pelo aventureiro Bonaparte de fazer jus e prestar homenagem ao tio, garantir a vingança e alimentar o sentimento de nacionalidade, a honra e a glória dos franceses e dos velhos tempos, que então passam a se repetir como farsa.

[...] a farsa representada pelo II Império como defensor da “paz e civilização”, é revelada pela denúncia da guerra como instrumento utilizado pelo “sobrinho” para repetir a lenda do “tio”, saciar o nacionalismo francês relegado a um plano inferior pelas políticas externas da Restauração e pela Monarquia de Julho, e de afirmação do seu poder interno. Marx, a este respeito assim se referiu: *Ele que trazia um nome cujo sentido era a tirania, a carnificina, ele que, pelo eco de uma glória passada, tinha abarcado a imaginação das massas francesas, sabia muito bem que para preservar o seu prestígio, o batismo de sangue e a consagração de sucessos militares eram absolutamente indispensáveis. Para ele, desde o início, era necessário levar uma guerra contra qualquer das duas potências que haviam provocado a queda de seu tio. A Berésia e Waterloo tinham que ser vingadas, e as glórias assim igualadas. Luis Napoleão era suficientemente esperto para compreender que a guerra deve ser mais ou menos popular para uma nação cujos instintos são essencialmente militares, uma nação para qual – gaulesa ou francesa – o combate foi durante séculos a condição normal.*¹⁵⁶

Porém, o Estado bonapartista, pelo sucesso obtido enquanto aparato burocrático-militar que efetua as transformações necessárias sem alterar o *status quo* e a composição e situação social das classes sociais em luta que deixam de lutar, porque são “apaziguadas” manipulatoriamente e via manobras equilibradas zigzagueantes, fazendo a “revolução de cima para baixo”, dando fim às revoluções “de baixo para cima”, foi exportado e implantado em outros territórios e “nacionalidades” – ou em gestão de –, obviamente com as respectivas adaptações à particularidade do caso em questão e da formação econômico-social em específico. É assim que na Europa, no final da década de 60 do século XX, haviam dois “impérios bonapartistas”

disputando os territórios europeus entre si, bem como a liderança do processo contra-revolucionário: o do junker prussiano Bismarck e a caricatura de Napoleão Bonaparte degenerada, Louis Bonaparte, “Napoleão III”.

O golpe de estado de Luís Bonaparte significa, para Engels, “momentaneamente” o fim de um período de “revoluções de baixo para cima” e o início de “revoluções de cima para baixo”. É nesta “linha descendente” da marcha da contra-revolução burguesa que Bismarck aparece como “imitador” do imperador francês de quem adota e transfere a política bonapartista para a Prússia, executa seu golpe de Estado e realiza “sua revolução de cima para baixo”. Eis a “forma suave”, contra-revolucionária do processo burguês alemão, a via bonapartista. Diante deste quadro, a Europa torna-se “pequena para dois bonapartes” e dois impérios, e o resultado disto não pode ser outro que a guerra franco-prussiana.¹⁵⁷

As disputas político-territoriais entre Napoleão III e Bismarck, entre França e Prússia, se cristalizaram e Bismarck viu a oportunidade de completar a unificação alemã provocando uma guerra com a França, o que despertaria o sentimento de nacionalidade e criaria à Prússia a condição de obter o apoio dos Estados do Sul do território alemão, não inseridos na Confederação Germânica do Norte liderada pela Prússia, compondo a unidade territorial alemã.

Nas disputas entre as potências da época por territórios e expansão de suas fronteiras, mercado consumidor, matérias-primas e mão-de-obra, Napoleão impôs como condição de neutralidade francesa na guerra austro-prussiana concessões territoriais que ameaçavam os Estados do Sul. Estava dada a justificativa para a obtenção da ação unificada dos alemães em prol da defesa de suas riquezas e de seus territórios.

Bismarck soube preparar a armadilha e Bonaparte deu a própria corda, isso porque não enxergava “um palmo adiante do nariz”. Via nessa guerra a possibilidade de contornar a crise de legitimidade interna ao seu governo, retomando seu “prestígio” – que tinha a ilusão de ainda ter –, voltando aos “dias de glória”. Inicia-se, assim, a guerra franco-prussiana, de 1870-1871.

¹⁵⁶ BARSOTTI, Paulo Douglas. Op. cit., p. 236.

¹⁵⁷ BARSOTTI, Paulo Douglas. Op. cit., p. 244.

VII. b) Os acontecimento e alterações de grande inflexão da segunda metade da década de 50 ao final da de 60 do século XIX

O final da década de 50 e início da de 60 do século XIX marcariam uma nova crise econômica no cenário europeu, propiciando as condições objetivas e subjetivas para um novo ascenso da luta política das massas, podendo ser radicalizadas em termos de exigências revolucionárias, uma vez que o proletariado estava em desenvolvimento e criando consciência, através dos confrontos e lutas travados até então, da necessidade de separação dos elementos burgueses organizando-se de forma autônoma e independente. Marx, nesse momento, perante as novas exigências para o fortalecimento do movimento proletário, irá se dedicar em divulgar as táticas principais do movimento proletário e criar os meios para que sejam estabelecidos os vínculos de solidariedade e fraternidade do proletariado, efetivando a última frase do *Manifesto do Partido Comunista*: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”

No limiar de 1859, Marx alargou e reforçou os contatos e laços com o movimento proletário internacional. Também intensificou, desde o início da década de 60, seu trabalho científico-teórico e estudo da economia-política, a fim de esclarecer o proletariado sobre sua própria condição e situação de classe, aliando à luta política o conhecimento indispensável para guiar as ações ao êxito plenamente possível através da compreensão das mediações dos acontecimentos e fatos do cotidiano da luta de classes e sua composição de forças, como também arranjos e rearranjos comuns à instabilidade das circunstâncias que geram situações nem sempre apreendidas em sua imediatividade.

O jornal *Das Volk* (O Povo), principal veículo das idéias, práticas, feitos e lutas do proletariado, apesar de ter tido vida curta, durando de maio a agosto de 1859, exerceu grande influência sobre a vanguarda proletária. Mais uma vez ficava comprovada a importância e necessidade insuprimível e incontestável de um meio de comunicação de massas do proletariado para o processo de educação político-social das massas através do desvelamento dos nexos causais dos fatos e acontecimentos da história-social, manipulada, estrategicamente, pela hegemonia da classe burguesa dominante, que se torna a ideologia dominante.

O final dos anos 50 e começo dos anos 60 assistiu ao ascenso das greves operárias, e essas lutas grevistas permitiram a iniciação dos demais proletários das diversas nacionalidades do conhecimento de si mesmos, dos seus verdadeiros interesses e necessidades, das razões que

originam suas principais reivindicações, origem da exploração de sua força de trabalho e de sua mercadorização.

As organizações e associações operárias se multiplicavam, pois com o desenvolvimento das forças produtivas, com a mundialização e consolidação da indústria e do capital industrial também se consolida a formação do exército proletário que alimenta e reproduz o processo de valorização do valor, ocorrendo a difusão da proletarização dos trabalhadores. Os Sindicatos e organizações políticas também aumentam suas atividades e estendem suas filiais.

À mundialização da indústria corresponde a mundialização da proletarização. Assim, a força desses proletários estava na sua combinação, na sua união, na ligação entre as diferentes nacionalidades que, apesar das especificidades, tinham a mesma estratégia comum: o fim da exploração do homem pelo homem, o fim da propriedade privada dos bens e meios de produção, o fim do Estado, o fim das classes sociais e da sociedade de classes, a autodeterminação e emancipação humana, iniciada com a emancipação política e econômica, lutas então principiadas, como comprovam *As Lutas de Classe em França*.

A *Liga dos Comunistas*, essa experiência germinal de internacionalismo do proletariado, forneceu as condições para transformar um desejo espontâneo nascido das novas condições e circunstâncias do estágio da produção social em realidade. Foi justamente a Liga quem forneceu os quadros revolucionários que poderiam constituir e dar vida a uma associação internacional dos trabalhadores, a uma organização operária internacional das massas trabalhadoras.

Em 28 de Setembro de 1864 foi parida a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), que ficou conhecida por Internacional. Após um período conturbado e delicado de enfrentamento entre as diferentes vertentes ideológicas do movimento operário dentro da Internacional, onde, num primeiro momento, Marx se vê obrigado a tomar cuidado com as palavras, em como expôr suas idéias para atrair a simpatia e adesão de todos os membros das diferentes correntes do movimento operário de então (trade-unistas, proudhounistas, lassalianos, blanquistas)¹⁵⁸ a fim de garantir a forma de tática apropriada aos interesses e necessidades de toda

¹⁵⁸ As idéias de Marx quanto ao caráter da nova organização diferiam sensivelmente dos planos dos outros participantes na reunião. Os dirigentes dos operários londrinos, por exemplo, inclinavam-se para uma união internacional das *trade unions* com vista a regular os salários, reduzir a jornada de trabalho e a coordenar a luta grevista. Os delegados parisienses esperavam, graças a esta associação instaurar a “harmonia” entre as classes e criar à escala internacional um sistema de crédito sem juros para encorajar a cooperação. Só no discurso de Johann Georg Eccarius, que saudou a reunião em nome dos operários alemães e que na véspera discutira a sua intervenção com Marx, se fez ouvir a voz de um revolucionário proletário consciente, que considerava a associação internacional do proletariado como um instrumento de luta contra o regime de exploração existente.

a classe trabalhadora, independente de sua vertente, respondendo as exigências impostas pela dialeticidade e devir histórico-social, buscando compreender suas cadeias e nexos causais para uma ação efetiva e eficaz do proletariado na revolução social em permanência.

Se recordarmos, com o fim da *Liga dos Comunistas*, Marx se desilude e acredita ser mais útil ao movimento operário internacional se continuar com seus estudos e assim esclarecer o proletariado sobre suas tarefas e a forma tática da luta revolucionária que deve ser empreendida por essa classe para a realização da emancipação política, econômica e humana. Mas as novas circunstâncias e situação revolucionária, o novo ascenso do movimento revolucionário das massas, o processo de proletarização decorrente da implantação e caminho de consolidação da revolução industrial em outros países da Europa e sua exportação para terras e continentes além mar, farão com que se engaje e milite, de forma atuante e febril, na organização do proletariado internacionalmente, porque verá a possibilidade de vitória do proletariado a nível internacional.

Marx será, assim, o fundador e dirigente da Internacional. Após discussões onde desmonta e desmente as demais correntes do movimento operário que tentavam fazer com que seus interesses passassem como o interesse da classe proletária, caberá a ele a redação dos *Estatutos* e da *Mensagem Inaugural* que ele acabou por acrescentar. O comunismo científico ganhará corpo e seus princípios basilares serão expostos em ambos documentos.

Na *Mensagem Inaugural*, esclarece e reafirma as principais ações táticas e tarefas insuprimíveis ao movimento proletário internacional, como *a conquista do poder político* (já colocado na *Mensagem da Direção Central a Liga dos Comunistas*, de 1850) e também alerta para a *importância da teoria, do conhecimento científico da realidade* e de seus condicionantes, determinante e determinações para que o elemento de sucesso do proletariado, o seu *número*, o que é mais do que incontestável, ganhe qualidade pelo conhecimento e consciência da verdadeira

[...]

A 4 de Novembro de 1864 escrevia [Marx] a Engels: “Era muito difícil fazer de maneira [os primeiros documentos da Internacional, *A Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores* e os *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*] que o nosso ponto de vista aparecesse sob uma forma que fosse aceitável para o nível atual do movimento operário... É preciso tempo até que o movimento novamente desperto permita a antiga audácia da linguagem”. Ele previa que as ações conjuntas e a troca de experiências nas fileiras da Internacional levariam mais tarde os operários a adotar um programa teórico único, baseado nos princípios do comunismo científico. A ratificação da *Mensagem Inaugural* e dos *Estatutos Provisórios* era uma das principais condições prévias da futura vitória destes princípios. *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 480-481 e 483.

causa, da sua luta, da sua condição e posição. Conforme Marx: “o número só pesa na balança se unido pela combinação e guiado pelo conhecimento”.¹⁵⁹

Por sua vez, os *Estatutos* concentram as considerações gerais sobre o estado do trabalho e dos trabalhadores frente à dominação e exploração do capital. Acreditamos que a parte inicial tem uma importância imensurável, e resolvemos, por isso transcrevê-la para posterior comentário.

Considerando,

Que a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias; que a luta pela emancipação das classes operárias significa não uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas por direitos e deveres iguais e pela abolição de toda a dominação de classe;

Que a sujeição econômica do homem de trabalho ao monopolizador do meios de trabalho, isto é, das fontes de vida, está na base da servidão em todas as suas formas, de toda a miséria social, degradação mental e dependência política;

Que a emancipação econômica das classes operárias é, portanto, o grande fim ao qual todo o movimento político deve estar subordinado como um meio;

Que todos os esforços tendentes a esse grande fim têm até aqui falhado por falta de solidariedade entre as múltiplas divisões do trabalho em cada país e pela ausência de um laço fraterno de união entre as classes operárias de diferentes países;

Que a emancipação do trabalho não é nem um problema local nem um problema nacional, mas um problema social, abarcando todos os países em que a sociedade moderna existe e dependendo para a sua solução do concurso prático e teórico dos países mais avançados;

Que o presente renascimento das classes operárias nos países mais industriais da Europa, ao mesmo tempo que desperta uma nova esperança, dá um solene aviso contra uma reincidência em velhos erros e exige a imediata combinação dos movimentos ainda desconexos;

Por estas razões –

Foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores.

[...]

1. Esta Associação é estabelecida para fornecer um meio central de comunicação e cooperação entre as Sociedades de Trabalhadores existentes em diferentes países e tendentes ao mesmo fim, a saber: a proteção, o progresso [advancement] e a completa emancipação das classes operárias[...]

7. Uma vez que o sucesso do movimento dos operários em cada país não poderá ser assegurado a não ser pelo poder da união e da combinação, [...] os membros da Associação empregarão todos os seus esforços para combinar as sociedades de operários desconexas dos seus respectivos países em corpos nacionais, representados por órgãos nacionais centrais. Subentende-se, contudo, que a aplicação desta regra dependerá das leis peculiares de cada país. [...]¹⁶⁰

¹⁵⁹ MARX, Karl. *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, p. 12. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

¹⁶⁰ MARX, Karl. *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*, p. 14-16. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

Na abertura do Estatuto, Marx deixa claro que entre a classe trabalhadora não deve haver disputa para ver qual corrente, qual ala irá conduzir o movimento proletário, mas sim que a classe proletária, como um todo, deve combinar seus esforços, suas lutas e seus conhecimentos em prol da abolição de toda a dominação de classe, para o fim da sociedade de classes e, portanto, existência das classes.

Também explicita que as razões de toda a miséria social se encontram no fato de a produção da riqueza ser social e a apropriação ser privada, privando a grande maioria dos indivíduos sociais que trabalham, do homem de trabalho, de usufruir e se beneficiar de tudo aquilo que direta, ou indiretamente, ajudou a produzir ou criou as condições para que fosse produzido.

Esclarece também que a luta pela emancipação econômica é uma luta essencialmente política, conquistada, num primeiro momento, pela dominação do poder político pelo proletariado organizado em associações, clubes, comunas ou outras formas semelhantes, de modo democrático, centralizado, público e aberto, demonstrando a necessidade da autogestão e autodeterminação dos indivíduos sociais livremente associados, um poder que emana do social para e pelo controle do social, portanto, em essência, um poder que não oprime, mas que está preocupado em criar as condições que permitam o livre desenvolvimento de todos conforme as necessidades de cada um e ao nível do desenvolvimento das forças produtivas então alcançado pela humanidade ao longo do seu desenvolvimento espaço-temporal.

Coloca como condição para a vitória final do proletariado e superação do atual modo de produção e organização societal a união, a solidariedade entre as *“múltiplas divisões do trabalho em cada país”*, a falta delas não somente pode ser como será, em qualquer tempo e lugar, razão da perda da possibilidade de vitória final do proletariado no seu processo de revolução em permanência, porque necessita de apoio da sua classe para dar continuidade e prosseguir nos avanços vitais necessários exigidos para a constituição e organização de uma nova forma de vida e de sociabilidade humana.

Ressalta que a *“emancipação do trabalho”* é um *“problema social”*, e assim sendo, um problema intrínseco ao modo de produção e organização social que se ergue e estrutura sobre o trabalho assalariado – que de livre nada tem, uma vez que o trabalhador só tem a *“liberdade”* de optar, quando muito, entre as limitadas alternativas postas, para quem vai vender a sua força de trabalho, sua única propriedade num mundo de proprietários que se apropriam privadamente das

fontes de vida que garantem o desenvolvimento e manutenção de todo o organismo societal –, e que a solução de tal problema depende do “*concurso prático e teórico dos países mais avançados*”.

Por fim, ainda nas *considerações*, deixa destacado que o renascimento do movimento proletário pelo ascenso e expansão da industrialização, e a correspondente modernização e profundas transformações implantadas nas relações sociais e de produção que ela acarreta, faz renascer a esperança e possibilidade de um novo ascenso revolucionário, dado que as contradições entre capital e trabalho vão se agudizando e se reproduzem em escala cada vez mais globalizada. As contradições entre as relações sociais e de produção e o nível alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas também iriam amadurecendo e chegariam a emperrar o próprio modo de produção capitalista ao expulsar da base produtiva um número cada vez maior de trabalhadores, jogando-os na mais absoluta precariedade e aprofundando a precarização de suas condições de vida, que se tornam de não-vida, lumpemproletarizando grande parte da população mundial, exigindo mudanças radicais do sociometabolismo indo para além do capital e do sistema capitalista.

Esse renascimento significa a possibilidade de o movimento proletário se organizar sobre novas bases, adquirindo um novo estágio de consciência a respeito de si e da sua classe através da correta e adequada avaliação de suas táticas e formas de luta até então, procurando não reincidir nos mesmos erros do passado e realizar a combinação, a união, o trabalho conjunto entre todos os movimentos sociais revolucionários ainda desconexos para criar a força social necessária e o conhecimento científico indispensável sobre o real que torne efetiva a possibilidade de superação do modo de produção atual.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, encontra esse contexto histórico-social para sua criação, que se coloca como urgente, premente e indispensavelmente necessária, garantindo o fornecimento de “*um meio central de comunicação e cooperação entre as Sociedades de Trabalhadores existentes em diferentes países e tendentes ao mesmo fim*”, que não se resume apenas à emancipação política-econômica, mas, essencialmente, à emancipação humana de toda e qualquer forma de exploração e dominação do homem pelo homem e das coisas sobre os homens.

A preocupação central de Marx após confeccionado, aprovado e difundido o Estatuto, era o estabelecimento do contato entre o Conselho Geral (o centro diretivo) da Internacional e os

representantes dos operários de diversos países. Colocou mãos à obra e foi construindo uma teia de relações e de comunicação com os principais movimentos operários e revolucionários, procurando trazê-los para junto dos princípios da Internacional, princípios que não correspondiam a esta ou aquela fração da classe, mas que representava a totalidade dos interesses e necessidades da classe trabalhadora mundial.

É assim que o epicentro das principais revoluções sociais da classe trabalhadora, a capital francesa, Paris, será conectado e fará parte da Internacional, que terá importante influência sobre a vanguarda operária francesa, principalmente quando da eclosão do grande terremoto da Comuna de Paris. Mesmo antes dessa ligação, o proletariado francês já colocava em prática algumas questões táticas que faziam parte da preocupação e orientação do comunismo científico, que era a independência e autonomia de classe perante os partidos e frações da burguesia, cuja primeira manifestação dessa ordem ocorreu com as eleições em 1850 e novamente se colocaria em 1863, quando da apresentação de candidaturas para as eleições do Corpo Legislativo.

Marx considerou muito positivo o fato de em França, já antes da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, um grupo de operários, que se encontrava sob forte influência da doutrina reformista de Proudhon, não ter deixado de se pronunciar em 1863 a favor da apresentação de candidaturas autônomas de operários às eleições para o Corpo Legislativo. Foram precisamente os representantes desse grupo – Henri Tolain, Ernest Edouard Fribourg e Charles Limousin – que foram designados como correspondentes da Internacional na França.¹⁶¹

A grande preocupação de Marx em relação ao movimento operário francês recaía sobre as tendências opostas que disputavam a condução do mesmo, ambas problemáticas e que poderiam prejudicar grandemente o avanço da luta revolucionária e que necessitavam ser combatidas, esclarecendo a classe trabalhadora quanto a seus equívocos e o quão fatal poderiam ser para os trabalhadores. Trata-se da ideologia proudhonista e blanquista, que causava uma fissura no movimento operário francês, impedindo sua unificação, tão elementar e indispensável para uma luta e combates de êxito contra as personas do capital coligadas. O genro de Marx, Paul Lafargue, e sua filha, Laura, instalaram-se em Paris em 1868 e Lafargue manterá, na medida do possível, Marx informado sobre os principais acontecimentos da capital parisiense.

Ao despedir-se da filha e do genro, Marx deu-lhes a lista completa das seções francesas da Internacional e as suas moradas. Antes da partida, certamente discutiram muitas vezes um dos problemas mais urgentes do movimento

¹⁶¹ *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p.491-492.

operário francês: a necessidade da sua unidade, entravada pela posição sectária dos representantes das duas correntes principais, os proudhonistas e os blanquistas. Tratava-se de ultrapassar as ilusões reformistas e a tática conspiratória e congregar todas as forças proletárias na luta contra o Império na base da defesa dos interesses econômicos e políticos do proletariado e de todos os trabalhadores.¹⁶²

VII. c) Os acontecimentos antecedentes à Comuna de Paris

A situação em França delineava os condicionantes circunstanciais para a formação de uma “situação revolucionária”.

As eleições para o Corpo Legislativo acabavam de terminar em França, e revelava um crescimento significativo da oposição ao regime do Segundo Império. Em Maio de 1869, Varlin e os seus camaradas tinham publicado o “programa eleitoral de um grupo de operários parisienses” que atestava um afastamento ainda maior dos operários franceses de vanguarda dos dogmas proudhonistas. As eleições tinham provocado desordem na capital (tinham-se mesmo levantado barricadas), tendo sido feitas prisões. O que Marx viu e ouviu em Paris, aquilo de que teve conhecimento pelas palavras e pelas cartas dos Lafargue, pela correspondência de Dupont com as seções francesas e pela imprensa testemunhava que o Segundo Império atravessava visivelmente uma crise que se agravava. Ao examinar as perspectivas da revolução europeia, Marx escrevia, em Janeiro de 1870, que “a *iniciativa* revolucionária partirá provavelmente da França”.

Em Dezembro de 1869 começou a ser publicado em Paris o jornal *La Marseillaise* [A Marselhesa]. O seu comité de redação agrupava operários de sentimentos socialistas, membros da Internacional, blanquistas e republicanos de esquerda, unidos na luta contra o Segundo Império.¹⁶³

Bonaparte irá contra-atacar, procurando destruir a organização dos trabalhadores, perseguindo e prendendo os principais líderes do movimento proletário, que, certamente, ficará debilitado e fragilizado em termos táticos e estratégicos, uma vez que são esses os seus membros mais experimentados e que poderiam fazer a diferença no processo e desencadeamento da luta revolucionária.

A justificativa das prisões foi a acusação propagada de que membros da Internacional conspiravam para assassinar o imperador. Assim, quando da manobra demagógica do plebiscito de 8 de Maio de 1870, as principais lideranças da vanguarda operária encontravam-se presas ou exiladas. E aqui, mais uma vez, se confirma a *política bonapartista*, comentada anteriormente, das manobras plebiscitárias e como Bonaparte usou e abusou do sufrágio universal retirando e

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 538.

adulterando o seu conteúdo e potencial de pressão enquanto arma de radicalização das medidas da revolução em permanência.

Contra a acusação de conspiração do proletariado francês, Marx lançou a seguinte defesa:

Se a classe operária conspira – ela, que forma a grande massa de toda a nação, ela, que cria toda a riqueza e em nome de quem os poderes *usurpadores* pretendem reinar – então conspira publicamente, tal como o sol conspira contra as trevas, com a plena consciência de que fora do seu âmbito não existe qualquer poder legítimo.¹⁶⁴

Essa apaixonada defesa de Marx demonstra que o que foi indevida e propositalmente caracterizado como “conspiração” é, de fato, a luta legítima para a reapropriação do poder político por aqueles que devem deter o controle sobre os meios e fontes de vida, tornando-os, verdadeiramente, sociais e efetivando o controle social sobre as relações sociais e de produção.

A classe operária parisiense não teve tempo de se fortificar e unificar a fim de garantir o êxito e vitória do movimento emancipatório da classe proletária. Essa era uma das preocupações de Marx, que tentava alertar para o problema das divisões do proletariado embriagado pelas ilusões das diferentes correntes sectárias. Mas, quando a Comuna de Paris arrebentou não foi apenas o fruto do espontaneísmo das massas, muito pelo contrário, a forma de gestão e controle social que deveria existir já estava sendo discutida e desejada pelos trabalhadores, que vinham se reunindo e discutindo em várias seções nos clubes e associações públicas-proletárias desde 1866. Como precisamente expôs Armando Boito Junior, em contraposição à tese segundo a qual a Comuna de Paris teria sido uma “revolução involuntária”:

Ora, as circunstâncias desempenham um papel importante em qualquer revolução. Nenhuma revolução é a realização *integral* de um *projeto* elaborado por um *sujeito* que teria desvelado a suposta *marcha da história*. A Comuna de Paris, nessa medida, também pode ser considerada filha das circunstâncias, mas não involuntária. A pesquisa histórica já citada de Dalotel, Faure e Freiermuth mostra que nas reuniões públicas do período final do Segundo Império forjou-se uma *plataforma socialista de massa*. Essa plataforma incluía como um de seus pontos centrais, que, ao contrário de outros, unificava quase todas as tendências, a luta pela “Comuna social”. Nos anos de 1868, 69 e 70, essa Comuna, que “se administrará a si própria”, toda Paris proletária debateu e almejou. Ela não foi mero produto imprevisível da Guerra Franco-Prussiana.¹⁶⁵

¹⁶³ Idem; *ibidem*, p. 539.

¹⁶⁴ Idem; *ibidem*, p. 540.

¹⁶⁵ JUNIOR, Armando Boito. *Comuna Republicana ou Operária? A tese de Marx posta à prova*, nota 14, p. 57-58. in – *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

Apesar de “*toda a Paris proletária*” ter debatido e almejado a “*Comuna Social*”, pestanejaram e perderam um tempo precioso do qual não dispunham com discussões intermináveis sobre como deveriam proceder na execução das tarefas após a tomada de Paris. Um exemplo desse aspecto da questão é dado pelo próprio Marx, que através de Leo Frankel e Louis Eugene Varlin, “*procurava levar a Comuna a atuar com maior energia em relação à contra-revolução no interior de Paris*”, recomendando, “*insistentemente, uma tática ofensiva contra Versalhes*”.¹⁶⁶

Temendo um conluio entre Bismarck e os versalheses, Marx aconselhou os *communards* a fortificar o lado norte das colinas de Montmartre, em frente das quais estavam as tropas prussianas. Mais tarde, escrevia com amargura: “... Tinham ainda tempo para o fazer: eu tinha-lhes dito de antemão que, de outro modo, cairiam numa ratoeira”. Marx advertia os seus correspondentes, que representavam os elementos verdadeiramente proletários na Comuna, contra as intrigas dos dirigentes pequeno-burgueses. “A Comuna parece perder demasiado tempo com bagatelas e querelas pessoais. Vê-se que há ali outras influências além das dos operários”, escrevia ele a 13 de Maio de 1871 a Frankel e Varlin.¹⁶⁷

Marx, apesar de visualizar alguns problemas na forma como se desencadeou essa sublevação dos operários parisienses, procurava buscar as condições para que as brechas e possibilidades de inversão dos fatos e fatores se dessem favorecendo a luta revolucionária do proletariado, abrindo caminho para sua vitória.

Durante a Comuna de Paris, o papel de Marx como participante nos acontecimentos exprimiu-se em primeiro lugar nos contatos diretos com os seus dirigentes, nos conselhos judiciosos que deu aos *communards*. Juntamente com Engels, realizou um imenso trabalho para coordenar – e em certos casos para provocar – um movimento em apoio da Comuna entre os operários dos outros países, e para lhe dar uma orientação justa. Após a queda do Estado proletário, Marx foi um enérgico organizador da ajuda às vítimas do terror dos versalheses, aos emigrados da Comuna.¹⁶⁸

Apesar dos esforços de Marx e dos verdadeiros proletários que faziam parte da Comuna, em meados de Maio, a situação militar da Comuna começou a inquietá-lo permanentemente.

Duas semanas antes da queda de Paris revolucionária, informando os *communards* dos pormenores do acordo secreto entre Bismarck e Favre contra a Comuna, advertiu-os de que o golpe decisivo poderia ser desferido por volta de 26 de Maio. Escreveu: “É absolutamente necessário fazer depressa tudo o que quereis fazer fora de Paris, em Inglaterra e noutros locais”. Marx, prevendo a

¹⁶⁶ *Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 554.

¹⁶⁷ *Idem*; *ibidem*, p. 554.

¹⁶⁸ *Idem*; *ibidem*, p. 542.

derrota da Comuna, considerava que sequestrando os fundos da banca francesa e escondendo em local seguro os documentos comprometedores para os chefes versalheses, a Comuna poderia ter influência sobre Thiers e arrancar-lhe algumas concessões.¹⁶⁹

Por fim, dentre os fatores conjunturais e circunstanciais que criaram as condições para o aparecimento da Comuna de Paris não menos influência exerceu os desdobramentos da guerra franco-prussiana, acelerando e exigindo a defesa do território francês pelo proletariado, pois, conforme frisou Marx e segundo as tentativas que tanto ele quanto Engels empreenderam para esclarecer aos proletários dos diferentes países europeus a respeito da crucialidade em garantir uma *paz honrosa, sem anexações territoriais*, uma vez que elas poderiam germinar o sentimento de vingança e ódio que criariam o clima de tensão e de novas guerras. Aprenderam a tendência a fato daquilo que se tornaria a I Guerra Mundial. Os operários de Paris tiveram de pegar em armas para frear a voracidade anexionista-militar dos prussianos.

A citação que segue ilustra bem esse fato.

A guerra franco-prussiana, que começara em Julho de 1870, foi um elo importante na cadeia dos acontecimentos. O permanente arrastar de espadas dos círculos bonapartistas franceses, as suas pretensões à margem esquerda do Reno, o apoio que lhes dava às tendências separatistas de alguns Estados alemães, levantavam sérias dificuldades à conclusão da unificação da Alemanha. Por outro lado, a existência do agressivo império bonapartista, esse foco permanente de guerras, reforçava as tendências militaristas dos *junkers* prussianos e dos meios belicistas da burguesia alemã que, sob a bandeira de defesa dos interesses nacionais da Alemanha, pretendia realizar os seus próprios planos dinásticos e de conquista: estender o poder dos Hohenzollern aos Estados da Alemanha do Sul. Bismarck utilizou habilmente as atitudes chauvinistas de Napoleão III e da sua clique para paralisar as tendências antiprussianas dentro do país e provocar um conflito militar em que a França assumiria o papel de agressor. A guerra, que objetivamente começou com o fim de impedir Napoleão III de eternizar a divisão da Alemanha, ameaçava, nessas condições, transformar-se numa campanha de conquista da França.¹⁷⁰

Não havia outra escolha aos operários de Paris diante do cerco prussiano do que esta: ou a insurreição ou a capitulação. Foram as circunstâncias e determinantes históricos-sociais que aceleraram o processo revolucionário, que ainda não se encontrava suficientemente amadurecido pelo proletariado, mas o qual ele se viu obrigado a defender e realizar, mediante a imediatividade

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 555.

¹⁷⁰ Idem; *ibidem*, p. 543.

da resposta que tiveram de dar para assegurar os interesses e necessidades materiais de sua classe.

VII. d) A Comuna de Paris: luta política-social e dominação política social-democrática radical proletária.

Muito já se escreveu e versou sobre a experiência histórico-social da *Comuna de Paris*. De modo que não iremos aqui, certamente, fazer alguma contribuição original, até porque não é esse o nosso intento, não é essa nossa problemática. Nossa tarefa, nesse caso, é procurar, tão somente, entender e destacar desse acontecimento incomparável, imorredouro e de magnitude imensurável ao movimento proletário internacional, as *questões táticas* da luta política-social do proletariado e de sua dominação política social-democrática radical que permanecem como continuidade na descontinuidade do vir-a-ser do mundo dos homens enquanto perdurarem as condições e realidade das relações sociais e de produção capitalistas.

Com a derrota de Bonaparte na Batalha de Sedan, em 02 de Setembro de 1870, durante a guerra franco-prussiana, os bonapartistas e seu imperador foram feitos prisioneiros por Bismarck, permanecendo em Wilhelmshole, num castelo do rei da Prússia, de 05 de Setembro a 19 de Março de 1871. Um “vazio de poder” se colocava em França e às portas estavam os prussianos, que precisariam ser contidos após a capitulação vergonhosa de Napoleão III. Não entregariam a França e não permitiriam que fosse retalhada. A *guerra de defesa nacional* dos alemães ameaçava tornar-se uma *guerra de conquista*.

O “vazio de poder” foi preenchido com a proclamação e decretação da República, em 04 de Setembro de 1870, pelo povo de Paris. Nesse momento, a *guerra de defesa nacional francesa* poderia vir a se tornar o prelúdio de uma *guerra civil*.

[...] Esta República não subverteu o trono, apenas tomou o seu lugar deixado vago. Foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida nacional de defesa.¹⁷¹

Um “Governo Provisório” é estabelecido¹⁷², sendo tolerado pela classe proletária devido seus verdadeiros líderes estarem trancafiados nas prisões bonapartistas. Esse “governo” tinha

¹⁷¹ MARX, Karl. *Segunda Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana*, p. 217. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

caráter emergencial, aceito pelo caráter de defesa nacional, tanto que ficou conhecido como “Governo de Defesa Nacional”, ou, como intitulou Marx, “Governo de Defecção Nacional”, uma vez que, no decorrer dos acontecimentos, seu “regente”, Thiers, irá compactuar e negociar a entrega da França com os inimigos preocupado em velar pela “ordem social” e colocar o proletariado sobre controle, controle que tendia e começava a escapar.

O “Governo de Defesa Nacional” era, na verdade, uma “Governo de Traição Nacional”, já começava pelos elementos que a compunham, e a França, como um todo, foi perceber isso um pouco tarde.

Voltemos ao período de “defesa nacional”. Estando a França desguarnecida, o exército preso e exilado, não havia outra saída, era preciso partir em “defesa da pátria” e para fazê-lo a burguesia, num primeiro momento, não viu outra saída que não *armar a população*, ou seja, a *população em armas* significava *armar o proletariado*, já que a França, de 1852 a 1870, havia alcançado grande desenvolvimento industrial, o que se traduz em um aumento na mesma proporção da proletarização dos trabalhadores. Paris figurava como o centro concatenador desse proletariado urbano.¹⁷³

Foram os operários armados que resistiram bravamente ao cerco do inimigo, fazendo-o estancar em vários pontos. Porém, a população francesa não conseguiria resistir muito tempo, a fome e o frio também atacavam mortalmente, além dos prussianos, fazendo várias vítimas.¹⁷⁴

¹⁷² [A República do 04 de Setembro de 1870 está] nas mãos de um governo provisório, composto, em parte, por orleanistas notórios, em parte por republicanos da classe média, alguns dos quais a insurreição de Junho de 1848 deixou o seu estigma indelével. Idem; ibidem, p. 217-218.

¹⁷³ Paris convertera-se, ao longo do Segundo Império (1852-1870), numa cidade de assalariados e industrial. A cidade tinha um milhão de habitantes em 1850 e atingiu quase 2 milhões em 1870. Em 1866, foram recenseados 455 mil operários e operárias, 120 mil empregados, 100 mil trabalhadores domésticos e 140 mil patrões. Os ramos que mais empregavam eram a indústria de roupas e confecções, a de produtos de arte e de luxo, a construção civil e a metalurgia. Grande parte desses assalariados trabalhavam em pequenas empresas, mas um contingente significativo já era o típico trabalhador assalariado moderno produzido pela revolução industrial – a construção civil e a metalurgia cresceram muito sob o Segundo Império [obras públicas, urbanização. Parte do planejamento urbano do prefeito Haussmann] e funcionavam em padrões capitalistas modernos para a época. Havia duas fábricas de locomotivas e de material ferroviário que possuíam mais de 1.500 operários cada uma e as oficinas ferroviárias do norte de Paris eram, desde 1848, consideradas “fortalezas operárias”. JUNIOR, Armando Boito. *Comuna Republicana ou Operária? A tese de Marx posta à prova*, nota 14, p. 52. in – *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁷⁴ O frio e mais ainda a fome, feridas abertas no corpo dos pobres, conferiram forte valor de troca a “produtos” até então sem valor de uso. Em novembro, na entrada do inverno, uma ratazana custava de 2 a 3 francos, um cachorro 10 francos o quilo. (O salário diário de um soldado da guarda nacional era de um franco e meio, ou seja, o equivalente de meia ratazana. Não era esta, evidentemente, a dieta de Thiers e parceiros. Não consta que tenham perdido o apetite nem experimentado carnes exóticas. O problema deles era que, além de famélicos e congelado, o povo estava armado. Urgia entender-se de vez com Bismarck para poder cuidar da “ordem social”. No dia 28 de janeiro de 1871, foi assinado um armistício, com duração de 3 semanas, durante as quais seria convocada “uma Assembléia livremente eleita, que se pronunciará sobre a questão de saber se a guerra devia continuar ou em que condições a paz

Enquanto os operários davam a vida pela pátria, Thiers e seu séquito combinavam a capitulação com Bismarck, embora procurassem fazer crer à população que a preocupação do “Governo de Defesa” fosse a guarda dos interesses da “pátria em perigo”. Como ilustra Marx:

[...] os impostores infames resolveram curar a loucura heróica de Paris com um regime de fome e de cabeças partidas, ludibriando-o entretanto com manifestos grandiloquentes, perorando: Trochu, “o governador de Paris, não capitulará nunca”; Jules Favre, o ministro dos Negócios Estrangeiros, não cederá “nenhuma polegada do nosso território! Nem uma pedra das nossas fortalezas!” Numa carta a Gambetta, este mesmíssimo Jules Favre confessa que de quem se estavam “defendendo” não era dos soldados prussianos, mas dos operários de Paris.¹⁷⁵

A defesa era uma farsa. Os comparsas de Thiers entregavam a Guarda-Nacional, o “povo armado”, ou melhor, os “operários armados”, de presente para os inimigos, conduzindo-os para a armadilha das emboscadas. Ao invés de defesa, capitulação e entreguismo.

Em 31 de Outubro de 1870 a Guarda Nacional à frente do povo de Paris enxerga as artimanhas de Thiers e seus cúmplices, a tentativa de restabelecimento monárquico preparado por Thiers, que buscava apoio nas províncias para restaurar o realismo dos orleães e legitimistas, o golpe intentado contra a própria República e toma a Câmara Municipal (o Hotel de Ville), aprisionando parte dos membros do governo. Acusam-no de “traidor”. Os mesmos membros são libertados por batalhões pequeno-burgueses e pelas Guardas-móveis de camponeses bretões, que não falavam francês.

O que fazer? Uma “quebra de braço” com o governo, na atual conjuntura e circunstâncias, estando Paris sitiada e com os inimigos à porta... Era a deflagração de uma “guerra civil”. Nesse momento, seria suicídio. (Seria?) Precisavam agir tática e estrategicamente a fim de não se atropelarem e frustrar suas ações futuras, não desperdiçando sua energia e força revolucionária.

Em relação a esse momento específico, diria Marx:

A classe operária francesa move-se, pois, em circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de derrubamento do novo governo na presente crise, quando o inimigo quase bate às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses têm de cumprir os seus deveres como cidadãos; mas, ao mesmo tempo, não devem deixar-se iludir pelas recordações

devia ser feita”. MORAES, João Quartim de. *Marx, Engles e Lênin perante a Comuna de Paris*, p. 88. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁷⁵ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 221. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

nacionais de 1792, como os camponeses franceses se deixaram iludir pelas recordações nacionais do primeiro Império. Não têm de recapitular o passado, mas construir o futuro. Que aproveitem, calma e resolutamente, as oportunidades da liberdade republicana, para o trabalho da sua própria organização de classe. Isso dotá-los-á de forças hercúleas novas para a regeneração da França e a nossa tarefa comum – a emancipação do trabalho. Das suas energias e sageza depende a sorte da República.¹⁷⁶

O “Governo de Traição Nacional” continuou atuando, ainda que promettesse novas eleições. O proletariado parisiense precisaria se organizar e procurar atacar o governo não militarmente, ao menos por enquanto, mas, num primeiro momento, através do uso do *sufrágio universal*.

O problema é que o governo utiliza a estratégia *plebiscitária*, aprendida com o bonapartismo, manipulando a opinião pública e conseguindo, assim, legitimar sua governança de continuidade da capitulação e entreguismo. Mais uma vez a classe burguesa se coligava e unia ao próprio inimigo para derrotar o seu inimigo mortal: o proletariado e a República de “alma social”. Melhor perder alguns territórios do que a posição social conquistada e o *status quo* alcançado. Como diz Quartim:

Um paradoxo não é um absurdo ou disparate, apenas um atropelo do que parecia lógico, no caso, que a conquista, pelos operários e pelos trabalhadores em geral, do direito de votar conduziria à eleição de candidatos opostos à ordem iníqua do capital. Mas tampouco os paradoxos escapam à lógica, apenas obedecem a causas mais complexas do que as aparentes.¹⁷⁷

A causa em questão é a conservação da “ordem social”. O resultado da manutenção desse governo e de sua governança: a capitulação da França em 28 de Janeiro de 1871, restando apenas Paris, que aquiesceu com um armistício, mas não entregou as armas.¹⁷⁸

¹⁷⁶ MARX, Karl. *Segunda Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana*, p. 218. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

¹⁷⁷ MORAES, João Quartim de. *Marx, Engles e Lênin perante a Comuna de Paris*, p. 83. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁷⁸ Finalmente, em 28 de Janeiro de 1871, Paris esfomeada capitulou. Mas com honras até aí inauditas na história da guerra. As fortificações renderam-se, as trincheiras foram desarmadas, as armas da linha e a Guarda Móvel entregues, e mesmo esta considerada como prisioneira de guerra. Mas a Guarda Nacional conservou as suas armas e canhões, e colocou-se apenas em situação de armistício perante os vencedores. E estes mesmos não ousaram fazer em Paris uma entrada triunfal. De Paris, só ousaram ocupar um pequeno canto e, ainda assim [um canto] em parte formado por parques públicos, e até isto só por alguns dias! Durante este tempo, os que tinham mantido Paris cercada ao longo de 131 dias, foram eles próprios cercados pelos operários parisienses em armas, os quais velavam cuidadosamente para que nenhum “prussiano” ultrapassasse os estreitos limites do cantinho abandonado ao invasor estrangeiro. Tal era o respeito que infundiam os operários parisienses ao exército diante do qual tinham deposto as armas todos os exércitos do Império; e os *junker* prussianos, que tinham vindo tirar vingança no foco da revolução,

O proletariado de Paris continuava armado. A ala mais avançada, a “vanguarda”, tendo entre muito de seus operários militantes da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Muitos deles eram internacionalistas e alguns, como Varlin, correspondiam-se com as seções da Internacional e mesmo com Marx.

A influência da Internacional, a entrada do comunismo científico se fez nos idos de 1868 em França, e muitas das táticas e estratégias do movimento proletário internacional eram discutidos nas reuniões públicas, realizadas nos bairros parisienses, em clubes e associações, que se transformaram, depois, nas primeiras Câmaras Sindicais. As greves passaram a ser uma prática corrente da classe trabalhadora francesa em 1870 e foram elas, junto com a atuação sindical, a grande escola do proletariado em termos de luta política-social, conscientização e politização.

A emancipação do trabalho também foi discutida e ardentemente desejada. Faltou tempo para que pudessem acomodar e solidificar o significado e dimensão dessa nova consciência e forma de agir. Foram *obrigados e empurrados* a um “assalto aos céus” sem mesmo conhecer bem as propriedades constitutivas da terra, suas determinidades constituintes. Precisavam de tempo e isso lhes foi tirado pelas circunstâncias e desenrolar dos acontecimentos.

Durante a guerra, os operários parisienses tinham-se limitado a exigir a enérgica continuação da luta. Mas agora, quando chegava a paz depois da capitulação de Paris, Thiers, o novo chefe do governo, tinha de reconhecer que a dominação das classes possidentes – grandes proprietários rurais e capitalistas – estava em perigo enquanto os operários parisienses conservassem as armas na mão.¹⁷⁹

Estava, assim, criada a *situação revolucionária* que fez de uma sublevação popular uma revolução social. *Não de todo espontânea*, porque alguns dos elementos da Guarda Nacional, ainda que não tivessem clareza das consequências dessa pronta ação exigida pelo imediatismo das circunstâncias postas, tinham o desejo de por em execução as tarefas que a burguesia deixara e abrisse mão, por opção de classe, de realizar, radicalizando a própria “democracia burguesa”, como foi denominada por Marx, a fim de criar as condições para um novo estágio de dominação política: a dominação para extermínio e superação de toda e qualquer forma de dominação, a revolução em permanência em prol da emancipação humana.

tiveram de se deter, respeitosos, e saudar esta mesma revolução armada! ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1891 à *A Guerra civil em França*, p. 199. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

¹⁷⁹ Idem; *ibidem*, p. 199-200.

Sentiam, desejavam, mas não havia um projeto político-social, este foi sendo executado no calor dos fatos e acontecimentos aos quais eram obrigados a responder e lidar, de acordo com as possibilidades e alternativas então postas pela limitação conjuntural das circunstâncias, situações, condicionantes e determinantes vividos, que também condicionam e determinam a forma possível de ação, contando, ainda, com a capacidade de apreensão dos mesmos não apenas imediatamente, mas pela mediação do “longo prazo” e das “consequências” imediatas e mediatas, o que foi, em grande parte, o erro tático fatal desse inesquecível e desmesurado momento da história social do movimento operário, que inegavelmente marca uma nova fase do movimento proletário internacional e da própria consciência de classe.

Em 18 de Março de 1871, Thiers, numa manobra desesperada, tenta reaver a artilharia e munições dos operários parisienses¹⁸⁰. Esses, porém, mantêm-se firmes em sua resoluta posição. Aqui, acreditamos que cabe evocarmos a *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, de 1850, onde Marx coloca a necessidade do proletariado se armar, compor uma Guarda proletária, um Exército proletário, justamente para garantir que a contra-revolução e a reação reacionária triunfem novamente. Os proletários parisienses, ainda que não tivessem consciência disso, agiam taticamente, impedindo um retrocesso histórico-social de prejuízo imensurável ao movimento proletário. Inicia-se, a partir desse momento, tivessem ou não os *communards* consciência do fato, a *revolução de alma social*.

[...] os conspiradores pediam-lhe que depusesse as suas armas com um pretexto que era a mais gritante, a mais imprudente das mentiras. A artilharia da Guarda Nacional de Paris, dizia Thiers, pertencia ao Estado e ao Estado tinha de ser devolvida.¹⁸¹

As ditas armas e artilharia tinham sido compradas com dinheiro arrecadado do povo de Paris, portanto, legitimamente, pertencia a esse mesmo povo, à subscrição popular.

Quando em 28 de Janeiro houve a capitulação da França, o “Governo de Defecção Nacional” debandou e foi refugiar-se em Versalhes, rearticulando-se através da formação da Assembléia Nacional, mantendo parte da sua Guarda Nacional, o que deixou Paris de sobreaviso.

¹⁸⁰ “Assim, a imensa ruína da França impelia estes patrióticos representantes da terra e do capital, sob os próprios olhos e o patrocínio do invasor, a enxertar na guerra estrangeira uma guerra civil – uma rebelião de proprietários de escravos.” MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 228. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

¹⁸¹ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 229. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

O erro tático da Guarda Nacional parisiense foi não ter desfechado um ataque fulminante a Versalhes antes que toda a corja de rurais e capitalistas conseguisse se reorganizar e reunir forças. Também erraram em não eliminar os seus inimigos, deixando que partissem e fossem se refugiar no esteio da reação contra-revolucionária versalhesa. Outros ficaram e tornaram-se espíões e agentes da Paris burguesa, procurando minar as atividades e organização da Paris revolucionária. Os estragos foram grandes e provocaram fissuras que foram exploradas no devido tempo.

A fuga para Versalhes exigiu uma reorganização da Guarda Nacional parisiense que confiou o seu controle a um *Comitê Central*¹⁸² eleito pelo conjunto do corpo, corpo que era a população de Paris armada, que então se organizaria em comuna. O Comitê era o Comitê Central da Guarda Nacional.

Em 18 de março de 1871 foi justamente esse Comitê que, “*as vésperas da entrada dos prussianos em Paris, [...] tomou medidas para o transporte para Montmartre, Belleville e La Vilette do canhão e munições traiçoeiramente abandonadas pelas capitulards nos próprios bairros e à volta dos bairros que os prussianos iriam ocupar*”.¹⁸³

Em 19 de março de 1871

[...] o Comitê Central da Guarda Nacional proclamou-se “novo governo da república”. Mas sua preocupação maior, expressa nos primeiros comunicados que emitiu no mesmo dia, foi convocar o povo “para fazer eleições comunais”, que proporcionariam “a única recompensa” que esperavam, “ver estabelecer a verdadeira República”. Realizadas no dia 26, com calma notável para as dramáticas circunstâncias, elas definiram a composição do “Conselho Comunal de Paris”¹⁸⁴, que passou à História com o nome de “Comuna de Paris”. No dia 28, o Comitê Central da Guarda Nacional transmitiu-lhe solenemente o poder.¹⁸⁵

¹⁸² “Esse comitê era composto por 38 delegados eleitos nos bairros de Paris, sendo que 21 desses delegados eram operários; cerca de 20 deles eram filiados à seção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e às Câmaras Sindicais de Paris. [...] Do ponto de vista de sua composição social, compreende-se que o Comitê Central da Guarda Nacional tenha proclamado que assumia o poder em nome do proletariado de Paris”. JUNIOR, Armando Boito. *Comuna Republicana ou Operária? A tese de Marx posta à prova*, p. 55. in – *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁸³ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 229-230. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

¹⁸⁴ “O órgão político maior da Comuna de Paris, o Conselho da Comuna, eleito em 26 de março, 8 dias após a insurreição, também era composto por uma maioria de operários e de filiados à Associação Internacional dos Trabalhadores e às Câmaras Sindicais.” JUNIOR, Armando Boito. *Comuna Republicana ou Operária? A tese de Marx posta à prova*, p. 55-56. in – *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁸⁵ MORAES, João Quartim de. *Marx, Engles e Lênin perante a Comuna de Paris*, p. 90. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

O problema é que o Comitê Central era o Comitê Central da Guarda Nacional de Paris e não da França. Não se achava no direito de decretar sem consultar a população parisiense. O problema é que não conseguia enxergar que essa luta localizada o era apenas territorialmente, mas não em seus feitos. Os atos em execução iniciavam uma nova forma de fazer política e de realizar interesses e necessidades mais prementes de toda a classe trabalhadora. Isto ela estava impossibilitada de compreender e dimensionar em termos significativos.

Os receios de infringir e ferir a democracia social fez com que perdesse um tempo precioso em um momento crucial que custou a própria derrota da Comuna, pois deveria ter atacado Versalhes e impedido Thiers de tecer seus planos carniceiros.¹⁸⁶

Apesar dos erros táticos que lhe custariam a vida e lhe dariam apenas um sopro efêmero dela, ainda assim esse sopro foi fertilizador e trouxe nova luz as tarefas político-sociais e econômicas do movimento proletário a nível internacional.

VII. e) A Comuna de Paris e a questão da luta e do poder político-social

Na madrugada do 18 de Março, Paris acordou com o rebentamento do trovão de “Viva a Comuna!”. O que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês?

“Os proletários da capital” – dizia o Comitê Central no seu manifesto do 18 de Março – “no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... O proletariado... compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”.

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos.¹⁸⁷

A conquista do poder político pelo proletariado, a dominação política do proletariado, como dissera Marx em sua *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, em 1850. Cabe aqui dizermos: ditadura do proletariado, no sentido que esclarecemos em outro momento, enquanto o controle social da maioria em benefício do atendimento dos interesses e necessidades

¹⁸⁶ “Na sua relutância em continuar a guerra civil desencadeada pela tentativa de infração noturna, por Thiers, contra Montmartre, o Comitê Central tornou-se culpado, desta vez, de um erro decisivo, ao não avançar logo sobre Versalhes, então completamente desguarnecido, o que teria posto termo às conspirações de Thiers e dos seus Rurais”. MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 234. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983.

¹⁸⁷ Idem; ibidem, p. 237.

da maioria, um governo da maioria para a maioria visando a emancipação do trabalho, a autodeterminação, o controle social pelo social, a emancipação humana.

A grande inovação dos comunardos foi a *forma de organização e exercício* desse poder político proletário, dessa dominação política proletária. A Comuna foi a *forma positiva* de *República social* exigida pela *Revolução de fevereiro de 1848*. Seu germe estava nessa revolução.

Vejamos o que nos diz Marx.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria de seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a política foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de *salários operários*. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna. [Graças a oportunidade histórica do 04 de Setembro, onde a própria população é armada e se constitui em Guarda Nacional, a Guarda Nacional proletária, que desempenha a função de exército e polícia, eliminando os gastos onerosos com a manutenção de uma força de repressão que atuava para oprimir e reprimir o trabalho] [...] este fato tinha agora de ser transformado numa instituição. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado. Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejava de quebrar a força espiritual de repressão, o “poder dos curas”, pela desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos possidentes. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos mas a própria ciência liberta das giletas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto.

[...]

[...] Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser eletivos, responsáveis e revogáveis.

[...] Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao autogoverno dos produtores.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Idem; ibidem, p. 240-241.

A citação é longa mas compõe a riqueza dos feitos e forma de organização e exercício político da Comuna, tanto no campo social, político e econômico. Essa riqueza deve ser apurada com acuidade, daí passarmos, agora, a uma reflexão mais apurada de cada questão em particular.

Partamos do princípio. A eleição é realizada nos bairros, é um trabalho de massas, feito pelas massas, que se conhecem e reconhecem em suas relações do dia-a-dia. São elas que elegeem os seus conselheiros municipais, que vão ser porta-vozes das necessidades e interesses da gente que fazem parte, com a qual estão comprometidas e se identificam.

Cabe aqui ressaltar e destacar um fato importantíssimo. Diferentemente da “democracia burguesa”, não se trata da relação “representante e representado”. Esses conselheiros não são representantes de ninguém, na verdade, são mandatários dos indivíduos sociais daquela determinada localidade. Os mesmos não transferiram seu poder para esse depositário. Não é disso que se trata. O que está em questão é que cumpra a tarefa que foi designada pela assembléia dos produtores livremente associados, e se não realizá-la a contento, de modo a satisfazer as necessidades e interesses da associação, será destituído de suas incumbências, dado que não são donos de seus “mandatos”, eles são revogáveis a qualquer momento. A soberania é dos indivíduos sociais livremente associados.

Os “candidatos” não são discriminados, mas sua candidatura é avaliada pela conformação, ou não, com os interesses, necessidades e luta dos trabalhadores. Devem reconhecer nelas a si próprios, a realização desses interesses, necessidades e dessa luta como condição para a própria realização individual, uma vez que o indivíduo se realiza no e através do social, a iniciativa de realização permanece pública, embora muitos, ainda hoje, estejam propositalmente esquecidos disso.

Os candidatos devem reconhecer e enxergar na causa da Comuna a sua própria causa. Essa é a condição da candidatura, aderindo à ação prática para sua defesa e fortalecimento no meio societal. A única representação política existente e necessária, é a “representação política de classe”.

Com o novo critério da representação política de classe, é destruído o mito da competência burocrática, baseado na especialização técnica, que funciona como um verdadeiro cordão de isolamento da burocracia em relação ao povo. Essa mudança de critério contribui para subordinar a atividade dos funcionários ao movimento político dos trabalhadores, como pré-requisito para o fortalecimento de sua dominação política.¹⁸⁹

¹⁸⁹ MARTORANO, Luciano Cavini. *Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris*, p. 71. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

Há uma identidade de classe que extrapola a própria classe ao colocar como prioridade a realização de medidas e ações que não apenas melhorem as condições materiais de existência correspondentes à imediatividade da prática cotidiana, mas também, e acima de tudo, que possibilitem as condições para o fim de toda a forma de opressão e exploração do homem pelo homem, retotalizando o público e o privado, responsabilizando pelo pensar, agir e valorar.

A revogabilidade de todos os funcionários que prestam serviço à comunidade, a qualquer tempo e momento, faz com que os trabalhadores acompanhem de perto e exerçam pressão sobre seus conselheiros e zeladores do bem comum para a vida boa. Trata-se de uma nova democracia, com eleições permanentes e que tem a participação efetiva e direta dos trabalhadores, os principais interessados.

Martorano transcreve um trecho de um texto divulgado pela Comuna a esse respeito, que enfatiza essa relação entre associações de trabalhadores e aqueles que transmitem seus interesses e necessidades procurando os meios de os satisfazer como condição para o bem comum e a vida boa, cuja iniciativa é sempre e em toda parte pública. *“Permanecei no vosso papel de simples empregados [...]. Servidores do povo, não pretendei adquirir o falso aspecto de soberanos [...]. O povo está cansado de salvadores; ele pretende de agora em diante discutir vossos atos”*.¹⁹⁰

Ainda sobre o caráter de qualquer função ser revogável a qualquer momento, são pertinentes as seguintes colocações de Martorano:

Essa medida é a principal e decisiva garantia de controle sobre a burocracia, que, por sua presença nos órgãos estatais, mesmo tratando-se de um Estado operário, enseja a formação de interesses políticos e sociais próprios e, conseqüentemente, uma ação em sua defesa com vistas a preservá-los e ampliá-los. [...] com o seu exercício, a representação política não implica mais a substituição dos representados pelos representantes, pois os primeiros, ao disporem a qualquer momento do direito de destituição, impedem que os últimos lhe subtraiam o poder.¹⁹¹

É a quebra da mola mestra que sustenta e fortalece o regime de Estado bonapartista.

A Comuna também é uma totalidade orgânica, ou seja, refunde os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, possibilitando, assim, uma ação mais acertada, porque pode-se averiguar suas conseqüências e ir aprendendo com os próprios erros, transformando-os em acertos pela

¹⁹⁰ Idem; ibidem, p. 74.

¹⁹¹ Idem; ibidem, p. 75.

busca de eficiência e do aperfeiçoamento constantes, mesmo porque o “fied-back” é dado pelos próprios solicitantes que, deste modo, avaliam e fazem a autocrítica da própria maneira de compreender a si mesmos, aos outros e ao mundo.¹⁹²

A polícia, o exército, a Guarda do povo se essa necessidade se colocasse como imperativa, seria sempre o próprio povo. O povo em armas, porque, num governo autogerido pelo próprio povo a identificação e reconhecimento são intrínsecos a esse mesmo povo. Numa formação econômica social, num sociometabolismo onde os interesses e necessidades dos produtores livremente associados são discutidos, acompanhados, executados, reorientados e avaliados por eles mesmos, não há necessidade de vigilância cerrada, porque a autocrítica é inerente à busca permanente de melhoria das condições de vida para todos, condição para a melhoria da condição de vida de cada um privadamente.¹⁹³

Outro fator de extrema relevância foi acabar com o sistema de privilégios do funcionalismo público, com os prêmios e gratificações e auxílios de todo tipo, como os que prevalecem ainda hoje. A remuneração de todos os funcionários seria pautada nas condições econômicas dos trabalhadores de maneira geral. Essa, sem sombra de dúvida, foi uma grande medida aplicada pela Comuna e por suas comissões, ministérios dos trabalhadores, ministérios do povo, o braço executivo da Comuna. Os sangue-sugas e parasitas que engordavam chupando o sangue dos trabalhadores foram, assim, extraídos e extirpados. Conforme Martorano:

[...] o fim dos privilégios dos funcionários com a adoção de uma remuneração equivalente ao salário de um operário, procurando eliminar a caça aos cargos e o carreirismo; além de evitar o surgimento de uma nova camada de privilegiados

¹⁹² [...] A constituição Comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasita, que se alimenta da sociedade e lhe estorva o livre movimento. Por este único ato ela teria iniciado a regeneração da França. [...]

A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir por decreto do povo. Sabe que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens.

[...]

[...] a Comuna não aspirava à infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho cunho. Ela publicava os seus ditos e feitos, inteirava o público de todas as suas falhas. MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 242; 244 e 249. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

¹⁹³ Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Não mais qualquer traço da Paris meretrícia do segundo Império. Paris já não era o ponto de encontro dos senhores da terra britânicos, dos absentistas irlandeses, dos ex-escravistas e ricos feitos à pressa americanos, dos ex-proprietários de servos russos e dos boiardos valáquios. Não mais cadáveres na morgue nem arrombamentos noturnos, quase nenhum roubo; de fato, pela primeira vez desde os dias de Fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie. MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 249-250. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

situada acima dos trabalhadores, beneficiando-se do seu trabalho. A Comuna proibiu ainda o acúmulo de cargos e de vencimentos.¹⁹⁴

A colocação de Marx é pertinente no tocante à forma de organização e exercício político da Comuna quando diz que “*a grande medida social da Comuna foi a sua própria existência atuante. As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo*”.¹⁹⁵ Um governo que tendia à socialização, uma República Social-Democrática tendente à socialização, trazendo, em si, o germe do socialismo. Mas, em essência era, como frisou o próprio Marx, um governo de operários, um governo proletário. Era uma

[...] forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta das classes produtoras contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realizava a emancipação econômica do trabalho.

Não fosse esta última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna havia pois de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.¹⁹⁶

A atenção para com a Igreja e a educação também são relevantes. O conhecimento, até então acessível a poucos e de caráter privado, torna-se público, laico, gratuito e obrigatório. Em algumas escolas foram feitas reuniões públicas envolvendo os interessados para discutirem e criarem uma nova forma de educação, onde o conhecimento esteja, de fato a serviço do homem e não este a serviço do conhecimento, um tipo de conhecimento específico e especificado que é exigido e imposto pelo mercado.

A Igreja atua como um “poder espiritual de repressão” ao lado do Estado, preparando o terreno para a difusão de sua ideologia de classe, tida como vontade da maioria. Cada qual deveria procurar sua própria orientação espiritual se assim o quisesse, sem a intervenção ditatorial desse instrumento intermediário do poder de Deus entre os homens. Todos os ícones

¹⁹⁴ MARTORANO, Luciano Cavini. *Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris*, p. 77. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

¹⁹⁵ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 247. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

¹⁹⁶ Idem; *ibidem*, p. 243.

foram abolidos, nada deveria ser insinuado, exercendo pressão sobre o livre arbítrio das pessoas. Com isso também se evitava a discriminação social porque não se estandardizavam os comportamentos. A diversidade tornava-se, assim, sinal de riqueza e não inferioridade.

Quanto as medidas econômicas implementadas, essas, apesar de não terem tido o tempo hábil para se solidificar, demonstraram que a socialização do poder político se expandia e estendia à socialização dos meios de produção.

As cooperativas dos produtores associados são saudadas como o início de um processo de aprendizado da autogestão. Os operários irão solicitar e exigir ao Conselho da Comuna, através da *Comissão do Trabalho e da Troca*, a *organização do trabalho*, uma radical remodelagem social, eliminando confeccionadores e intermediários. Que os trabalhos sejam entregues diretamente aos produtores, pois “*o homem simples do povo trabalhador (...) sente-se vítima da apropriação inadmissível daquilo que ele sabe ter realmente produzido*”.¹⁹⁷

Denunciadora e ilustrativa é a citação dos alfaiates, mencionada por Rougerie, em fins de abril de 1871:

O conjunto dos alfaiates recomeça os trabalhos do uniforme da guarda nacional. Entrega diretamente o trabalho aos cidadãos, demonstrando com isso a inutilidade do patronato (...). Se o canhão pudesse se calar um pouco, a Comuna não nos faria esperar mais (...).¹⁹⁸

Ficava, cada vez mais claro e evidenciado pela forma política de governo do povo para o povo e pelo povo, que o patronato nada mais era do que o explorador da força de trabalho humana.

Em relação às cooperativas, que pelo aprendizado dos ensaios e erros vão progressivamente evoluindo em sua organização, sobre sua potencialidade germinal de ser a iniciadora da conscientização da possibilidade de socialização dos meios de produção, sentença Varlin, membro da Comuna e da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores):

As sociedades cooperativas (...) merecem particularmente nossos encorajamentos e nossas simpatias, pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão facilmente se transformar em associações de produtores; são elas que poderão operar os equipamentos sociais e organizar a produção (...).¹⁹⁹

¹⁹⁷ ROUGERIE, Jacques. *Tradição e criação na Comuna de Paris [Continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária?]*, p. 141. In – Revista Crítica Marxista, nº 13. São Paulo: Boitempo, 2001.

¹⁹⁸ Idem, ibidem, p. 141.

¹⁹⁹ Idem; ibidem, p. 142.

Entendemos melhor essa citação se consideramos que na França, em 1870, o número de “associações” de trabalhadores, de “sociedades operárias” cresciam de forma alarmante e, posteriormente, se transformariam nas Câmaras Sindicais, sendo que muitas delas eram seções da AIT.

Em 16 de Abril de 1871 outra medida era posta em execução, medida esta de grande ressonância econômica-social, mas que, também, não teve tempo de se consubstancializar. Trata-se da “*entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivessem fugido quer tivessem preferido parar o trabalho*”.²⁰⁰

É certo que uma nova organização das relações sociais e de produção estava em andamento. E não só nas cidades, como também no campo. As comunas, suas comissões, essa forma de organização e exercício político do poder social e sua correspondente democracia, deveriam se estender também para o campo.

Aqui, mais uma vez, comprova-se a necessária aliança entre proletariado e campesinato, e que os interesses de um e de outro são os mesmos interesses, ainda que hajam certas especificidades em relação as suas formas de trabalho, como não poderia deixar de ser. O social é o diverso e essa diversidade é marcada também pelas próprias condições naturais do tipo de trabalho. A condição decisiva para o êxito do processo revolucionário era essa unidade entre toda a classe trabalhadora.

[...] a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos mais pequenos povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia nacional com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na capital de distrito e estas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelas instruções formais dos seus eleitores. As poucas mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes comunais, e por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade de ação não havia de ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária.

²⁰⁰ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 248. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

[...]

[...] a Constituição Comunal colocaria os produtores rurais sob a direção intelectual das capitais do seus distritos e estas ter-lhes-iam assegurado, nos operários, os naturais procuradores dos seus interesses.

[...]

A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue – ter-lhe-ia dado um governo barato –, teria transformado as suas atuais sanguessugas, o notário, o advogado, o oficial de diligências e outros vampiros judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos por ele e perante ele responsáveis. Tê-lo-ia livrado da tirania do guarda rural, do gendarme e do prefeito; teria posto o esclarecimento pelo mestre-escola no lugar da estultificação pelo padre. [...] Tais eram as grandes vantagens imediatas que o governo da Comuna – e só esse governo – oferecia ao campesinato francês.²⁰¹

Estaria o camponês liberto de todo o jugo e opressão, também se enxergaria nesse governo do proletariado e veria nele os seus interesses, o interesse da classe proletária entendendo que “ser proletário” significa ser um trabalhador que depende da venda da força de trabalho para poder sobreviver, garantindo as condições de reprodução e existência. A exploração, no campo, se dava das mais variadas formas. A Comuna, a Constituição Comunal era a forma de não-Estado essencialmente libertária, emancipadora.

O proletariado também trouxe para junto de si a pequena-burguesia, a “classe média” de Paris – lojistas, comerciantes, negociantes . Esta acabou por reconhecer nele a única classe capaz de iniciativa social. A adesão da pequena-burguesia se deu pela resolução do eterno problema que persegue esse segmento: a problemática do devedor e do credor. Foram alforriados pela Comuna e seus interesses atendidos.

O cerco de Thiers à Paris revolucionária não tem outra razão que não essa, a de evitar que se propagasse, como fogo em palha, essa nova forma de democracia, de governo e de não-Estado. O isolamento de Paris não era apenas necessário, era vital e condição imprescindível para a derrota do movimento proletário.

Esse não-Estado é a confirmação do que Marx havia concluído no *18 Brumário*, que era necessário destruir a máquina burocrático-militar do Estado, o que as demais revoluções, até aquele momento, só tinham feito fortalecer e aperfeiçoar. A Comuna de Paris, com sua forma autogerida, com suas atuações políticas, sociais e econômicas iniciou o desmonte e destruição

²⁰¹ MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*, p. 241; 242 e 246. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

desse aparato jurídico-político institucionalizado e implantou uma forma de controle social da produção e das relações sociais que dela depreendem.

Quando Bismarck enxerga o que até então não havia entendido, que a revolução social estava em curso em Paris, quando fica confirmado que não se trata apenas de um degladiar pela tomada do poder de Estado, liberta o exército bonapartista aprisionado e a Guarda da Paris reacionária é reforçada. Sua proporção numérica torna-se, assim, uma das razões de sua vitória, além dos conspiradores contra-revolucionários que haviam se infiltrado na Paris revolucionária entregando os pontos estratégicos e de fraqueza da Guarda Nacional, permitindo a entrada dos versalheses e prussianos em Paris.

O banho de sangue iniciara em 21 de Maio de 1871 e terminaria em 28 de Maio de 1871 os últimos combatentes caíam por terra, após ter resistido heróica e bravamente ao ensandecido dilúvio da violência da classe burguesa.

Considerações Finais

Pretendemos, nesse momento, elencar dentre os inúmeros aspectos por nós analisados, alguns que consideremos essenciais à problemática em questão.

Vimos como as representações imaginárias exercem um papel não pouco crucial na práxis política efetiva do cotidiano dos indivíduos sociais, e que são as lutas travadas por eles enquanto resposta às necessidades imediatas aos seus interesses materiais que permitem o processo de determinação reflexiva que evidencia e desvela o “em si” das coisas, desmistificando a noção correlativa manipulatória do “para nós”.

A luta político-social é a principal escola de educação das massas e essa mudança de concepção de mundo e de si mesmos, que repercute nos valores ético-morais que parametram as ações humanas, plenificando-as de sentido dentre a possibilidade de escolha entre alternativas, que são sempre limitadas pelo contexto e conjuntura histórico-social do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas humanas, é que pode criar as condições que possibilitem aos indivíduos sociais reaverem a regência sobre o seu próprio agir, reapropriando-se do controle social feito essencialmente pelo social através da autodeterminação humana.

Essa educação demanda tempo, um tempo que não é cronológico, mas qualitativo pelas mediações e interdeterminações circunstanciais da processualidade histórico-social que vez por outra provoca situações excepcionais, *situações revolucionárias*, que entreabrem a possibilidade de experienciar e vivenciar situações específicas e particulares que fazem com que os homens vivam séculos em semanas. Não há fórmulas, não há receitas, paradigmas. A história é uma espiral em aberto e cabe ao ser social acompanhar e procurar desnudar os nexos causais e casuais dos determinantes e condicionantes que determinam e condicionam a realidade social.

A história tem sido, até o presente momento, a história da exploração do homem sobre o próprio homem, a regência do mundo das coisas e dos objetos sobre o mundo dos homens, o lugar da repressão e opressão institucionalizada e legalmente reconhecida como legítima pela vontade geral dos homens. Mas que vontade geral é essa? A vontade da maioria? Como a maioria, que é, na verdade, uma minoria, pode se dizer representante dos verdadeiros interesses e necessidades do gênero humano?

A hegemonia de uma determinada classe, que se consolida pela hegemonia da sua dominação política, só se mantém hegemônica enquanto perdurar a situação da manutenção da

sociedade de classes. A única classe que traz em germe e em si a possibilidade de ultrapassar e superar positivamente os interesses imediatos da classe e lutar pela realização dos interesses vitais e essenciais ao gênero humano é o proletariado, não pela sua quantidade, não por ser a maioria da população mundial, mas por serem eles os verdadeiros construtores da sociabilidade humana e do devir do mundo dos homens que têm no trabalho sua determinidade constitutiva, base ontológica da própria produção e reprodução da espécie humana.

Essa hegemonia se traduz pela formação de uma identidade política que permite o ingresso na historicidade humana, como também a consciência de cada classe do que elas são e do que não são, bem como do que podem vir a ser.

Giovanni Alves, ao tecer uma análise sobre as revoluções sociais do século XIX em França, pondera:

A hegemonia era o que as classes em luta buscavam conservar ou construir na política do cotidiano, onde os conflitos sociais ganhavam uma tessitura complexa de jogos de alianças ocasionais ou estratégicas entre classes e frações de classes que compunham o cenário histórico da formação social capitalista francesa naquela época. A dinâmica do jogo político é que ia recortando e demarcando os *blocos históricos* que entravam em luta na arena política, gerando conflitos explícitos ou dissimulados entre projetos políticos diversos que procuravam, seja através do sufrágio parlamentar, seja através da insurreição armada, materializar a sua política na sociedade francesa.²⁰²

As classes sociais em luta são a cristalização materializada dos interesses e necessidades irreconciliáveis, irremediáveis e altamente antagônicos entre indivíduos sociais que lutam visando alcançar o bem comum e aqueles que lutam em nome do bem comum para garantir a satisfação e manutenção das condições e situação dos seus interesses particulares, privados, em detrimento dos interesses e necessidades verdadeiramente humanos. “*As classes são a forma material que institui e é instituída pela luta política entre os homens*”.²⁰³

Essa luta de classes tende, pelos próprios elementos que a formam e constituem, a forçar e empurrar os homens a um novo estado de coisas, a uma nova forma de organização política-social. Esse tendência se coloca mesmo como um processo histórico-natural, em outras palavras, histórico porque são os homens que fazem a história, tenham ou não consciência disso, porém, é natural na medida em que a fazem não conforme sua vontade, mas segundo condições e circunstâncias que dela independem e que não tem o poder de controlar e escolher.

²⁰² ALVES, Giovanni. *Elementos para uma Ontologia da Práxis Política no Capitalismo – Notas sobre o “18 Brumário de Louis Bonaparte” de Karl Marx*. [S.l.], [19--], p. 11. Mimeografado.

A consciência de classe, nesses termos, seguindo essa mesma concretude de raciocínio, independente do seu conteúdo ser falso ou verdadeiro, caso adquira função social e plenifique a vida humana de sentido, significando e justificando as ações dos homens, torna-se a consciência da classe, que pode, ou não, corresponder ao “em si” dessa classe ou trazer as condições para a construção desse “em si”, superando as representações imaginárias e adentrando no terreno do desvelamento das mediações e nexos causais, determinações reflexivas e ontológicas que condicionam e determinam o ser do ser social e forma da sociabilidade humana.

A consciência desse “em si” da classe pela consciência “de si” pode permitir que ela adentre num novo estágio sócio-histórico, capacitando-a e possibilitando que construa, pela luta político-social para a produção e reprodução das condições materiais e espirituais que garantem a manutenção da sociabilidade humana, sua consciência de classe “para si”, ultrapassando a imediatez das questões existenciais ligadas ao cotidiano, estando os meios de produção e todas as forças produtivas disponíveis ao controle e poder social pelo social, podendo, então, dedicar-se a outras atividades humanas, iniciando o *reino da liberdade*, já que o *reino da necessidade* encontra a produção e reprodução das condições existenciais como pressuposto e não algo a ser diariamente posto como preocupação única e central do dispêndio de energia física e mental humanas.²⁰⁴

O *Partido Político de Novo Tipo* aparece, sob esse contexto, como uma exigência do próprio ser “para si” das classes sociais em luta. Não é ele quem cria a consciência de classe, ao contrário, é o produto ontológico do nível das contradições e antagonismos irreconciliáveis e irremediáveis dos interesses e necessidades das classes sociais em luta permanente a partir de um determinado momento histórico-social em que essas mesmas classes adquirem consciência do que são e do que não são. Através do Partido Político do Proletariado, o Partido de Novo Tipo, de caráter ontológico, porque resposta as exigências postas pelo nível e estágio alcançado pela luta de classes – como ocorre entre fevereiro e junho de 1848 em França –, é possível um salto qualitativo aos embates e confrontos entre capital e trabalho. Logo, concordamos totalmente com Quartim quando diz que “*não há a melhor tática em si, somente táticas adequadas à situação concreta*”²⁰⁵ conjunturalmente desenhada.

²⁰³ Idem; *ibidem*, p. 13.

²⁰⁴ Ver, TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Unijuí, 2005, p. 166 a 196. (Coleção Fronteiras da Educação)

²⁰⁵ MORAES, João Quartim de. *Marx, Engles e Lênin perante a Comuna de Paris*, p. 101. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

É assim que as lutas e revoluções sociais que marcam o arquétipo coletivo do movimento proletário internacional devem ser avaliadas e (re)contextualizadas, levando em conta as exigências impostas pela *concretude da situação histórica-social concreta apresentada*, cuja adequada apreensão e captação podem contribuir para ações mais eficientes, consequentes e eficazes para a realização da autodeterminação e emancipação humanas.

Não se trata, contudo, de alimentar mitos ou símbolos, mas sim de buscar compreender os determinantes, os condicionantes, as táticas usadas pelos homens de cada tempo em seu referido tempo histórico-social diante da limitação das possibilidades postas para a escolha entre as alternativas possíveis.

Entretanto, não podemos negligenciar o fato de que certos feitos e proezas desse arquétipo coletivo servem de inspiração e alimentam a lucidez de esperança na humanidade pelos homens. Muitas das lutas travadas pelos trabalhadores são, ainda hoje, parte da própria identidade operária e daqueles que se colocam *ao lado* deles na luta pela causa proletária, a causa da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), do *Manifesto do Partido Comunista*.

Como retoma Marco Aurélio Garcia, se a história tem uma dupla acepção, entendida como “*práxis, laboratório de experiência, seja ele acadêmico ou um laboratório social*”, ou então enquanto “*tradição, capaz de oferecer fontes de legitimação para a conduta humana, sobretudo as ações políticas*”,²⁰⁶ muito mais verdadeiro é o fato de que essas duas vertentes não só podem como, invariavelmente, se encontram nos desencontros do processo histórico e, portanto, se complementam no agir efetivo dos homens e nas respostas que são obrigados a dar as suas questões e interesses materiais imediatos.

Ninguém deve melhor entender a história do que aqueles que pretendem transformá-la.

BIBLIOGRAFIA

“O Momento Lênin”. Relatório do Projeto Temático FAPESP “O pensamento nas Rupturas da Política”, relatório final. Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – CENEDIC, -FFLCH-USP. Julho de 2004.

A Comuna de Paris na História. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

ALVES, Giovanni. *Elementos para uma Ontologia da Práxis Política no Capitalismo – Notas sobre o “18 Brumário de Louis Bonaparte” de Karl Marx*. [S.l.], [19--], Mimeografado.

_____, _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Boitempo: São Paulo, 2000.

BARSOTTI, Paulo Douglas. *Engels e o Bonapartismo*, p. 234. in – *Marx e Engels na História*. Osvaldo Coggiola (Org.) Ver. e trad. Ana Lúcia Gomes Muniz e Kátia De Bonis. São Paulo: Xamã, 1996. (Série Eventos)

BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 4^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

EVANGELISTA, João Manuel. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Em Busca do Socialismo – Últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FISCHER, Ernst - *A Necessidade da Arte*. Trad. Leandro Konder. 4^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

²⁰⁶ GARCIA, Marco Aurélio. *A Comuna de Paris como Paradigma Revolucionário?*, p. 155. in - *A Comuna de Paris na História*. Armando Boito Júnior (Org.). São Paulo: Xamã; Campinas: Cemarx, 2001.

- FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Trad. Octavio Alves Velho. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Série Teoria Política, nº 1)
- HELLER, Agnes. *Teoría de Las Necesidades em Marx*. Trad. J. F. Yvars. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções – 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 9ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- Karl Marx – Biografia*. P. N. Fedosseiev (et. al.) Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, 1983, p. 554.
- KOSIC, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LEFEBRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1969.
- LÊNIN, V. I. *O Trabalho do Partido entre as Massas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 171. (História e política 8).
- _____, _____. *Que Fazer?* Trad. Roger Garaudy, Kyra Hoppe, Alexandre Roudnikov. São Paulo: Hucitec, 1988.
- LESSA, Sérgio. *A Ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996.
- LUKÁCS, George. *As Teses de Blum (Extrato) – A Ditadura Democrática*.
- _____, _____. *Estética: a peculiaridade de lo estético*. Barcelona: Grijalbo, 1966
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* 2ed. São Paulo: Global Editora, 1990. (Coleção Teoria).

MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY. *A Questão do Partido*. Trad. Elisa Helena de Vidal Chaves, Viven Lando. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1978.

MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*. in - MARX/ENGELS. *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1983

_____, _____. *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)*. in - MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Gianotti; traduções de José Carlos Bruni (et. al.). 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Marco Aurélio Nogueira (Org.) Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Determinações Histórico-ontológicas da Construção das formas Político-Mediativas no Ocidente Antigo*. 2003. Tese de Livre-Docência. No prelo.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada – A Política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp – Marília-Publicações; São Spulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____, _____. *Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje: Entrevista com István Mészáros*. Trad. Murilo Vieira Komniski. Lutas Sociais, nº6: NEILS; 1999.

_____, _____. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. 2ªed. Rev. e ampliada. São Paulo: Ensaio, 1996. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato; v. 5)

ROUGERIE, Jacques. *Tradição e criação na Comuna de Paris [Continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária?]*, p. 141. In – Revista Crítica Marxista, nº 13. São Paulo: Boitempo, 2001

SANTOS, Douglas. *Estado Nacional e Capital Monopolista*. Trabalho publicado na revista Terra Livre. nº 1, ano I, 1986. AGB. São Paulo.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O Capital e suas Novas Formas de Produção de Mercadorias*. Revista Crítica Marxista, nº10. Boitempo: 2000.

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Unijuí, 2005. (Coleção Fronteiras da Educação)

WERNER, Jaeger. *Paidéia – A Formação do Homem Grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.